

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO

Luciana Verônica da Silva

ASSOCIAÇÕES: EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NA REDEMOCRATIZAÇÃO
Movimentos Comunitários em Juiz de Fora – MG – 1974-1988

Juiz de Fora

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Luciana Verônica da Silva

ASSOCIAÇÕES: EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NA REDEMOCRATIZAÇÃO
Movimentos Comunitários em Juiz de Fora – MG – 1974-1988

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Ignácio Godinho Delgado.

Juiz de Fora
2010

Luciana Verônica da Silva

ASSOCIAÇÕES: EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NA REDEMOCRATIZAÇÃO
Movimentos Comunitários em Juiz de Fora – MG – 1974-1988

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado da
Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em
História.

Dissertação defendida e aprovada em: 08 de junho de 2010 pela banca constituída por:

Prof. Dra. Andréa Casa Nova Maia - UFRJ

Prof. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi - UFJF

Prof. Dr. Ignácio Godinho Delgado – UFJF

AGRADECIMENTOS

Concluir um trabalho como este é algo incrível. Imensos esforços e singelas contribuições foram necessários para que um projeto de pesquisa se transformasse em algo real. Uma dissertação sobre pessoas, sentimentos e ações, idealizada e construída não só por mim, mas por todos que se fizeram presentes e indispensáveis durante todo o percurso. Estes constituíram condição *sine qua non* para o sucesso da empreitada e merecem agora meu sincero agradecimento e gratidão.

Agradeço inicialmente à minha família, meus pais, Lucília e Antônio, meu irmão Aduino, à Theka e aos meus sobrinhos emprestados que foram meu lar, meu aconchego, minha sustentação, meu apoio. Sem o carinho destas pessoas indescritíveis nada disso teria sido possível. Ao apoio em todas as minhas decisões, meu muito obrigada e meu amor incondicional.

Ao Gleydson, que entrou em minha vida no meio de um turbilhão de nome Mestrado e não só aceitou dividir minha atenção com textos, pesquisas, dúvidas e desesperos como também tornou-se a razão de todos os meus esforços. Pela paciência diante dos meus conflitos, pelo amor que me surpreende a cada dia, por cada gesto de carinho e compreensão e por dividir comigo cada momento deste percurso, eu agradeço todos os dias. E ainda por tentar me ajudar com meus questionamentos, por escutar minhas explicações e apresentações e por querer sempre o melhor de mim. Obrigada por me levar para longe do trabalho quando necessário e por me fazer sonhar. A você, todo o meu amor.

Ao meu orientador, Ignácio, que está comigo desde a graduação ajudando a fazer deste trabalho o que ele é hoje, muito obrigada pelo incentivo. Agradeço principalmente por querer sempre melhorar este texto, pelas imprescindíveis contribuições e por frear meu idealismo, corrigindo meus ângulos de visão e fazendo da minha pergunta inicial e da minha pesquisa um verdadeiro trabalho acadêmico. Agradeço igualmente às professoras Andréa Casa Nova e Cláudia Viscardi pelas contribuições e correções.

Este trabalho não teria sido possível sem que houvesse pessoas dispostas a lutar por um ideal, acreditando que um mundo ou uma cidade melhor seria possível através da união de forças. A estes muito mais que meu agradecimento, minha admiração. Desta forma, agradeço aos membros do Unibairros, especialmente ao Biel e à Vó, que abriram suas portas para mim e confiaram seus acervos à minha pesquisa. Agradeço ao Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes na pessoa de Eliane Casarin que acompanhou minha pesquisa e fornecendo indicações importantes. À Unijuf, que se tornou um elo essencial entre mim e as SPMs da

cidade. Ao idealismo do Sr. Lage e à dedicação de seu filho Sr. Olimar em guardar e preservar a memória dos trabalhos desenvolvidos por seu pai e demais membros do Grupo Comunitário São Bernardo, que tanto ajudaram a modificar a paisagem do bairro.

Às minhas amigas, companheiras fieis em todos os momentos, obrigada pela amizade e também pelas risadas, pelas lembranças, pelas cores e pelo sol. À Adriana Granzoto, Adriana Pontes, Brenda, Érica, Giovana, Joseane, Lílian, Priscila, Renata, Thaís, Thati e Valéria, obrigada por compartilharem comigo diferentes jeitos e humores, por se preocuparem e por serem parte fundamental da minha vida. Um agradecimento especial à Silmat pelo carinho e pela amizade, pelas sugestões e correções sem as quais este trabalho estaria incompleto. Á minha prima Nena, que é mais que amiga, e ao André, obrigada pela presença e pelo carinho.

SONHO

*Na loucura dos loucos
Que nada tem de loucos
Entrei, senti o desejo de tudo:
De vida
De corpo
Do vento
Da chuva
Da luta!
Sonhei um sonho lúcido, bonito
Acordei:
A caminhada continua, venço os limites
E deixo voar a imaginação como as borboletas e os morcegos
Nas noites frias de junho
Loucura louca, desvairada
Tarada... gravada a gotas de orvalho
No coração dos loucos que querem
VIVER!!!*

Edna Rodrigues – bairro N. S. Fátima – Hora Extra, nº1, p. 14.

RESTO DE NOITE

*Restos que sobram da vida
Restos de esperanças perdidas
Perdidas no escuro do Mundo,
Restos de um coração moribundo.*

*Restos de palavras fingidas,
Esperança de um mundo que perdido está,
Que eu acho que não tá tão perdido
Pois na vida muito temos que lutar.*

*Num copo, num bar,
Estamos a discutir,
De como a vida melhorar
Para o bem comum usufruir.*

*Pois com o tempo vamos aprendendo,
Que a história é a gente que faz.
Pois é no nosso dia-a-dia querendo
Que nossa luta vai nos tornando capaz.
Restos de esperanças perdidas
Que a consciência nos faz lembrar
Que é nossa esperança perdida
Que temos que nos unir e lutar*

Sebastião Silvério – Santa Cândida – Hora Extra nº01, p. 36

A cada necessidade, enfim, a cada aspiração corresponde um agrupamento de energias, que pretendem eliminar umas, satisfazer outras. Assim, quem fizer a descrição e o histórico das associações existentes em certa época e lugar estará, por isso mesmo, indicando ao historiador futuro quais as necessidades mais palpitantes, quais as fraquezas, quais as falhas de progresso, nesse país e nesse tempo. (...) é que se as associações não indicam um progresso realizado, mostram pelo menos um esforço, uma tendência para o progresso.*

* Retirado de: OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2ª ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. 321 p. JF/OLih/1966, p. 185.

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – ESTADO E SOCIEDADE CIVIL EM PERSPECTIVA: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E VALORIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS	24
1.1 – Resgatando coletividades para a promoção da Participação Política	30
1.1.1 – Discutindo o conceito de Sociedade Civil	33
1.1.2 – O retorno ao Humanismo Cívico	36
1.2 – Participação Política no Brasil: algumas considerações sobre a literatura	40
1.2.1 – O valor das práticas democráticas em busca de revisão	44
1.3 – Urbanização excludente e novos movimentos sociais	48
1.4 – O processo de redemocratização e seu impacto na dinâmica associativa	52
1.5 – O movimento comunitário como parte da categoria movimento social	57
CAPÍTULO 2 – MOVIMENTO COMUNITÁRIO E ORGANIZAÇÃO POPULAR	62
2.1 – O caso de Juiz de Fora: breve histórico	67
2.2 – Redemocratização: o perfil das administrações e o movimento associativo	73
2.2.1 – Administrações	73
2.2.2 – Sociedades Pró-Melhoramentos e mobilização	78
2.2.3 – Polaridade na representação	87
2.2.4 – Outros movimentos: o CDDH e o MCV	94
2.2.5 – Algumas considerações sobre o movimento comunitário do período	96
CAPÍTULO 3 – O MOVIMENTO UNIBAIRROS	99
3.1 – Por uma sociedade mais justa e mais humana	105
3.2 – Jornal Unibairros: o jornal dos bairros de Juiz de Fora	113
3.3 – Partindo para a ação: a trajetória do movimento Unibairros	121

3.4 – Em busca da participação: notas sobre o relacionamento entre o movimento e a prefeitura	128
3.5 – Por uma Constituinte popular e soberana	138
3.6 – Considerações sobre o movimento Unibairros	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA	148
LISTA DE ABREVIATURAS	155
ANEXOS	157

RESUMO

Este trabalho nasceu de uma série de questionamentos que versavam sobre a participação política dos brasileiros. Buscando entender seus mecanismos, foram estudadas as formas associativas em atividade na cidade de Juiz de Fora no período de 1974 a 1988 e seu papel na promoção de espaços participativos. Nesta empreitada, os caminhos percorridos propiciaram compreender que a movimentação encontrada era específica daquele momento, devendo ser compreendida em sua singularidade. O movimento associativo integrava uma rede horizontal, fruto, na maioria das vezes, do contexto de vizinhança e, embora fragmentada, constituiu uma experiência importante que marcou significativamente a atuação dos movimentos sociais e da sociedade como um todo. O advento das Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros na década de 1940 é um marco para a história do movimento comunitário na cidade. Até a década de 1970, as sociedades seriam as principais pontes entre a população e a administração pública. Durante a redemocratização, o surgimento ou ressurgimento de outros atores tornaria mais complexo o jogo político, dando mais dinâmica às atividades associativas. É o caso do movimento Unibairros, que apresentou uma postura mais combativa e questionadora, atuando na conscientização política e apostando na união de forças para a promoção da participação. Durante todo o período estudado, o relacionamento entre prefeitura e movimentos constituiu-se como ponto de tensão, dividindo ao meio as forças políticas do município. No entanto, a mobilização social em torno de problemas coletivos fortaleceu laços comunitários e solidarísticos, promovendo a participação política de diversos sujeitos imersos no que se costumou chamar de massa, amplificando a voz das aspirações populares por melhores condições de vida.

Palavras-chave: Movimento comunitário. Redemocratização. Participação política.

ABSTRACT

This academic work was developed by a series of questions about the Brazilian political participation. Seeking to understand its mechanism, the associative forms of activities in the city of Juiz de Fora were studied from 1974 to 1988, and its role in the promotion of participative spaces. In this journey, the paths crossed facilitate the understanding that the movement founded must be understood in the uniqueness of that specific moment. The associative movement integrated a horizontal network which, in most cases, was the result of the context of the neighborhood and, although fragmented, was an important experience that had significant impact on performance of social movements and society as a whole. The advent of “Pro-Neighborhood Improvement Societies” in the 40’s, is a milestone in the history of the community movement in the city. Until the 70’s, the societies would be the main bridges between the people and the public administration. During the redemocratization, the emergence or reemergence of other actors would become the political game more complex by giving more strength to the associative activities. This is the case of the movement “Unibairros” which presented a more combative and questioning posture, acting in the political awareness and joining forces to promote participation. During the period covered by this study, the relationship among the city hall and the movements consisted as a point of tension, splitting in half the political forces of the city. However, the social mobilization around the collective problems reinforced community ties and solidarity^{4v} promoting the political participation of various actors immersed in what is called “mas amplifying the voice of popular aspirations for better living conditions.

Keywords: Community movement. Redemocratization. Political participation.

INTRODUÇÃO

Poucos períodos da história do Brasil apresentam uma configuração tão peculiar para o estudo dos movimentos sociais quanto aquele que se estende de meados da década de 1970 ao final da década de 1980. Neste ínterim, afluíram à cena política movimentos e associações das mais diversas, dos partidos aos sindicatos, das entidades classistas às associações de bairro, dos movimentos de extrema esquerda às comunidades eclesiais de base, todos pareciam sentir que o momento era propício à mobilização por mudanças. Com forte conotação política, a maior parte dos movimentos observados neste período formava-se enquanto alternativa de participação e canal de reivindicação, de diversos setores da sociedade, em meio à incerteza do futuro político do país e à luta pelas eleições diretas para presidente.

A participação das camadas populares¹ em assuntos políticos foi e é tema de estudos em diversas áreas do conhecimento. No Brasil, cientistas políticos, sociais e historiadores preocuparam-se em entender a dinâmica desse grupo no que se refere à sua discutida capacidade de articulação, mobilização ou participação política². Neste sentido, este trabalho buscará compreender o papel desempenhado pelas associações – especialmente aquelas vinculadas aos assuntos comunitários ou de bairros – no exercício de potencialização da participação política dos setores populares na cidade de Juiz de Fora durante o processo de redemocratização do país.

¹ A par das complexidades que cercam o termo “popular”, é importante ressaltar que a apreensão deste será trabalhada tomando o devido cuidado com a precariedade das definições e delimitações. Ou, ainda, com o risco de certa oposição ou juízo de valor, como quando confrontado com outros termos como “elite”, por exemplo. Não será neste sentido que o termo será trabalhado. A variedade de formas e composições que este “popular” pode assumir não nos permite classificá-lo de forma fechada e irrepreensível. Isto está demonstrado na composição do movimento e das associações estudadas neste trabalho, marcados pela heterogeneidade de participantes. Os conceitos de “marginalizados” e “excluídos” também poderão ser utilizados para a melhor compreensão deste termo, que aqui se constitui em objeto de pesquisa. No entanto, como bem observa Canclini, há que se fazer uma desconstrução do termo popular que na modernidade adquiriu valores para além daqueles expostos na dicotomia entre os termos elite e popular. Sobre este assunto consultar: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco: **Dicionário de Política**. 8ª Edição/Brasília, DF, Universidade de Brasília, 1995. P. 888-890; CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo, Edusp, 1989 e KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a Origem do Trabalho Livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

² Para a expressão “participação política”, tomamos como referência a definição conceitual de Norberto Bobbio, (1995), segundo a qual “na terminologia corrente da ciência política a expressão Participação Política é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos...”. In: BOBBIO, Norberto, Matteucci, Nicola e PASQUINO, Gianfranco: **Dicionário de Política**. 8ª Edição/Brasília, DF, Universidade de Brasília, 1995. p. 888 - 890

Em nossa história recente, o último quartel do século XX foi central em inúmeros processos de mudança, principalmente no que se refere ao nosso *habitus*³ político. O âmbito político seria caracterizado pelo processo de redemocratização do país e marcado pelos reflexos, muitas vezes nefastos, do chamado “milagre econômico”. Décadas essencialmente políticas, assim poderiam ser descritas. O assunto “política” nunca esteve tão em pauta e de maneira tão aberta, pelo menos desde o golpe em 1964. A sociedade parecia sentir que mudanças importantes tinham que ocorrer, era preciso repensar o futuro do país. Nestes tempos, voltamos a acreditar, como é preciso, que o aspecto político é fundamental em uma sociedade, que ele influi em todos os outros e determina, muitas vezes, o futuro de uma nação, e que, afinal, somos seres políticos.

Mas eram também tempos confusos, ao menos para os velhos movimentos e partidos de esquerda anteriores ao golpe, ou dele sobreviventes, que amargavam a eminente derrota do socialismo real e viviam uma crise de identidade⁴. Perdida em si, a esquerda tentava erguer-se, convocar os seus para a luta, para fazer parte do jogo, das reformas então em curso. Isso porque os remanescentes da finda ditadura sabiam da urgência das reformas e não tardaram em querer conduzir e ditar as regras do jogo. Em meio a tudo isso, a sociedade civil clamava por participar, em deixar gravada sua proposta de futuro para si, sua comunidade e para seu país.

Muitos autores destacaram a fecundidade do período em movimentos sociais, o surgimento ou ressurgimento de associações de diversos tipos e objetivos e as notáveis demonstrações públicas de insatisfação, através de manifestações, protestos e greves⁵. Fato notável se levarmos em consideração que a participação política no Brasil na maioria das vezes foi encarada, seja pelo cidadão comum ou pelo intelectual acadêmico, como de pequeno vulto ou mesmo inexistente, comportamento este visto como fruto de características inerentes à formação do povo brasileiro.

³ O conceito de *habitus* foi desenvolvido por Pierre Bourdieu para referir-se à história em seu estado incorporado. Práticas que têm sua gênese histórica e socialmente localizadas, mas que se incorporam de tal forma que se estruturam, embora continuem estruturantes, visto que se transformam. Isto faz com que a ação social reflita a posição do personagem social, ou pelo menos do que se espera dele, uma relação socialmente construída. Daí todas as relações dialéticas e conflituosas que se estabelecem entre o *habitus* e as exigências da função social exercida. Para o caso do campo político, refiro-me a uma série de práticas historicamente incorporadas que em muitos casos distorcem suas reais funções, ou àquelas para as quais foram criadas. BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. (Lisboa, Difel, 1989)

⁴ FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia** (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁵ Ver: BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987; AVRITZER, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo**. Lua Nova – Revista de Cultura Política, 39, 1997: 149-174.

A problemática da não participação ou participação desigual entre os cidadãos esteve na pauta de discussão de cientistas políticos como Guilherme O'Donnell, Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos⁶. Mas a imagem de uma participação política deficiente não é privilégio dos cientistas políticos. Clássicos do pensamento brasileiro já haviam se enveredado nesta vertente interpretativa, como é o caso de Oliveira Vianna, que atribuiu esse traço do comportamento político dos brasileiros à cultura e ao processo de formação de nossas instituições⁷. Para Viana, o brasileiro é fundamentalmente individualista e incapaz de colaborar com o grupo, percepção fundamentada nas origens rurais de nosso povo e na existência secular do domínio dos *clãs parentais* na política brasileira⁸.

As argumentações sobre a problemática da participação desigual entre os cidadãos geralmente remetem ao passado escravista, onde a existência de uma sociedade baseada na dicotomia senhor - escravo teria criado uma lacuna ou um não-lugar para o restante da população. Nesta vertente interpretativa, existem ainda as tradicionais interpretações do populismo como a empreendida por Francisco Weffort⁹ que percebem a participação política sob a lente da manipulação e vêem os setores populares e os trabalhadores como meras massas de manobra, dominadas e cooptadas, nas mãos dos líderes. A análise de Weffort não as concebe como atores relevantes no processo político, existindo, em sua concepção, uma democracia parcial, cerceada pela dominação do Estado em todos os níveis.

De forma mais recente, pesquisas baseadas em dados estatísticos questionam a existência de uma grande dinâmica associativa e mesmo a sua relevância, para o período objeto de estudo. O pesquisador Marcelo Costa Ferreira¹⁰ comparou os percentuais de participação política (filiação a sindicatos, associações de empregados, associações de bairros, associações esportivas/culturais, associações filantrópicas/religiosas) de seis regiões metropolitanas brasileiras nos anos de 1988 e 1996 e chamou a atenção para o baixo índice

⁶ Foram consultados os textos: SANTOS, Wanderley Guilherme. **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994; SANTOS, W. G. **Sessenta e Quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Brasiliense, 1986; SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**, RJ, Campus, 1979; REIS, Fábio Wanderley. Consolidação democrática e construção do estado. In: O'DONNELL, Guilherme. **A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo, Ed. Vértice, 1988; REIS, Fábio Wanderley. O Eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia. Tavares. **Sociedade e política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

⁷ VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987

⁸ A noção de clã parental é formulada por Oliveira Viana ao estudar a formação das instituições no Brasil. Este assunto será melhor tratado posteriormente neste trabalho. VIANA, Oliveira. Op. Cit.

⁹ WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁰ FERREIRA, Marcelo Costa. **Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988-1996**. Revisitando o problema da participação. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Out 1999, vol.14, no.41, p. 90-102.

*declarado*¹¹ de participação em movimentos associativos verificado pelas pesquisas oficiais. Tomando por base os dados estatísticos do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o autor propôs-se a defender a hipótese de que apesar das transformações inerentes ao conturbado período pós-ditadura e da democracia advinda, não ocorreram mudanças significativas no associativismo para os meios urbanos brasileiros, valendo-se do baixo número expressado de participação em associações na sociedade brasileira.

Teoricamente, ao entender a forma como ao longo do tempo a sociedade brasileira relacionou-se com a política, seria possível compreender um pouco melhor o problema contemporâneo da participação desigual ou mesmo da não participação. O problema é que interpretações desse tipo foram sendo aceitas pelo senso comum e cristalizaram-se nas interpretações de nossa realidade. O próprio termo populismo, criado para um determinado período da política brasileira (no caso, o período compreendido entre 1930 e 1964), acabou por ser empregado de diversas formas em diferentes momentos, sem fazer distinção entre governantes e orientações ideológicas. Como chamaram a atenção Jorge Ferreira¹² e Ângela de Castro Gomes¹³, esta caracterização firmou-se entre os estudiosos a partir da década de 50 e passou a ser aceita de forma tão geral e abrangente, que uma definição tornou-se tarefa de difícil execução¹⁴.

Neste sentido, é importante ressaltar que um recente movimento revisionista baseado na história social do trabalho e na história cultural vem conseguindo modificar vários pontos desta interpretação, ressignificando a experiência operária e popular. Para o período que se estende de 1945 a 1964, por exemplo, existem pesquisas e publicações que versam sobre a força da coletividade no período e demonstram que, se a condição para a existência de um governo populista é a existência de massas cooptadas e inertes, esta qualificação está, no mínimo, distorcida. Isto porque encontraram nas classes trabalhadoras do período um forte dinamismo, manifesto em greves, manifestações e outros tipos sutis de protesto como uma eficiente rede de solidariedade existente em diversas categorias. Estes estudos estão sendo

¹¹ Grifos meus.

¹² FERREIRA, Jorge. (org). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

¹³ GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. (org). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Pp. 31-58.

¹⁴ *Ibidem*, p. 45.

responsáveis por tirar a classe operária da sombra das generalizações do termo populismo e dar-lhe vida¹⁵.

Da ditadura à democracia, dos governos mais rígidos aos mais tolerantes, de períodos de prosperidade a outros não tão promissores, de discursos ‘populistas’ a discursos ‘trabalhistas’, os novos estudos buscam argumentos que permitem enxergar os trabalhadores como sujeitos e responsáveis, a partir de sua experiência, pelo desenvolvimento de sua consciência de classe e pela construção de sua história. Demonstram que, ao contrário do imobilismo e da apatia declarados por muitos como inerentes ao povo brasileiro, o que se vê são trabalhadores bastante mobilizados e uma sociedade buscando o diálogo ou o barulho, quando aquele não é possível.

Portanto, na contramão de muitas abordagens, já existem trabalhos valiosos sendo realizados, responsáveis por processos de mudanças profundas em certezas cristalizadas na historiografia. E ainda outros merecem ser feitos, pois, para um povo caracterizado, muitas vezes, como “politicamente amorfo ou inconsistente, pouco envolvido ou interessado em questões políticas e destituído de verdadeira ‘consciência política’”¹⁶, as séries de manifestações populares e outros movimentos ocorridos durante as décadas de 1970 e 1980 seriam por si sós suficientes para levantar alguma dúvida a respeito desta afirmação. Acredito ser inegável a existência, durante este período, de uma significativa movimentação da sociedade civil, principalmente se comparado a períodos anteriores. Houve ainda ao longo de nossa história outros períodos férteis em movimentos políticos da sociedade. A história republicana brasileira reservou altos e baixos para os movimentos da sociedade civil organizada. Talvez o correto seria perguntar por que em determinados momentos eles ocorrem e, em outros, não. Dentre outros fatores, períodos de maior ou menor repressão ditaram o curso dos acontecimentos.

¹⁵ Destacam-se neste sentido as seguintes obras e autores: FERREIRA, Jorge. (Org). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**. O imaginário popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997; FONTES, Paulo. **Trabalhadores e Cidadãos**. Nitro-química: A fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Anna Blume, 1997; FORTES, Alexandre et al. **Na luta por direitos**. Estudos Recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Unicamp, 1999; GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988; GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. (Org). **O populismo e sua história. Debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Pp. 31-58; RAMALHO, José R.; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro**. A trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2001; MAIA, Andréa Casa Nova. **Encontros e Despedidas**. Trabalho e Resistência Ferroviária em Minas Gerais. História, São Paulo, 21:129-161, 2002.

¹⁶ REIS, Fábio Wanderley. Consolidação democrática e construção do estado. In: O’DONNELL, Guilherme. **A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Ed. Vértice, 1988.

Segundo Renato Boschi¹⁷, no período compreendido entre meados da década de 1970 até o final da década de 1980, a sociedade florescia em movimentos sociais, greves, e as associações de diversos tipos apareciam em todo o país com diferentes tipos de reivindicação, “o movimento de base parecia adquirir ímpeto renovado”¹⁸. Época de redemocratização, marcada, sobretudo, por grandes greves e manifestações, mobilizações de todos os tipos, mas que diferiam sobremaneira daquelas constatadas para o período anterior a 1964, sendo caracterizadas pela existência marcante de um “interesse generalizado pelos valores democráticos, permeando todas as esferas da vida”.¹⁹

Como foi dito, diversos grupos, movimentos e associações concorriam para a representação de seus pares neste cenário. Sobre a atuação dos partidos políticos e dos sindicatos, talvez os mais formais e tradicionais, muitos pesquisadores já se debruçaram constituindo um campo de debate profícuo. O estudo de Valéria Marques Lobo (2005) sobre o movimento sindical e os excluídos do mercado formal de trabalho, por exemplo, enumera uma série de estudos que buscaram elucidar as razões do recrudescimento do movimento de trabalhadores nesse período.²⁰ Segundo Lobo (2005), os autores relacionam as demandas do movimento sindical para além do ambiente de trabalho estendendo-as a outras áreas da vida do trabalhador, “aproximando o sindicalismo de outros movimentos sociais que também emergiam, engendrando uma luta de certa forma comum por direitos políticos e sociais”²¹, avançando em direção à sua afirmação como ator relevante no cenário nacional. Entretanto, os sindicatos deixavam praticamente de fora aqueles excluídos do mercado formal de trabalho e ainda poderiam ter sua atuação comprometida em virtude da ampla pauta de negociação envolvendo compromissos políticos e assuntos internos ou próprios da categoria.

¹⁷ BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

¹⁸ *Ibidem*, p. 14.

¹⁹ BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987, p. 16.

²⁰ Sobre este assunto, os autores ressaltam diferentes motivações para a atuação do movimento sindical do período, que vão desde fatores intrínsecos ao mundo do trabalho a aspectos de ordem macro presentes na perspectiva sindical, situando rearticulação do movimento sindical como a expressão de luta por direitos de cidadania. Alguns dos autores citados por LOBO: BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação**. São Paulo: Vértice, 1987; NORONHA, Eduardo. A Explosão das Greves na Década de 80. In: BOITO Jr. A. (ed.) **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; RODRIGUES, Iram J. **Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997; SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; SANDOVAL, Salvador. **Os Trabalhadores Param: greves e mudança social no Brasil (1945-1990)**. São Paulo: Ática, 1994; TAVARES de ALMEIDA, Maria Hermínia. O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança. In: SORJ, Bernardo e TAVARES de ALMEIDA, Maria Hermínia. **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

²¹ LOBO, Valéria Marques. **Os Elos e os Nós: movimento sindical, (des)mercantilização e os excluídos do mercado formal de trabalho no Brasil**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2005, p. 125.

A partir de 1974, juntamente com o anúncio de distensão do governo, os trabalhadores começam a se articular de dentro das fábricas, para exigir reposição dos salários e melhores condições de trabalho. As greves de 1978 são resultado desta movimentação, que marcou a rearticulação do movimento operário e dos sindicatos revestidos no Novo Sindicalismo, que irrompia na esteira do processo de transição democrática com forte intensidade. Sindicatos e partidos políticos eram tidos como os mais fortes representantes do povo brasileiro nas deliberações políticas dos governos, mas ambos tinham sua limitação.

Os partidos políticos possuíam uma situação ainda mais complexa, já que as idas e vindas do sistema político por vezes transformou o sistema pluripartidário em bipartidário, provocando o desaparecimento de partidos em uma hora e o seu surgimento em outra, muitas vezes com a mesma sigla, mas sem a menor identificação com o anterior. A isto, soma-se uma sombra de corrupção e falta de comprometimento público historicamente demonstrado pelos partidos. O debate acadêmico sobre os problemas do sistema eleitoral brasileiro tem dado ênfase à percepção negativa dos cidadãos em relação aos partidos políticos e colocam a raiz deste problema na forma como está estruturada a política partidária, mais focada na identificação do eleitor com o indivíduo ou candidato do que na legenda do partido. Disso resulta que o suposto comprometimento do candidato com a ideologia do partido do qual é signatário é praticamente inexistente, enfraquecendo a representatividade da sigla na medida em que a fidelidade ao partido não é respeitada²². Não é de se estranhar, portanto, que muitos fossem incapazes de compreender o papel dos partidos no jogo político e a sensação de não representação.

As associações civis formadas voluntariamente como as associações de moradores ou os movimentos comunitários concorriam para exercer esta representação. Isto porque a representação exercida por sindicatos, entidades classistas, partidos políticos ou mesmo pela esquerda do período não era suficiente para dar conta de uma ampla parcela da população localizada fora destes círculos. Reunidos por interesses comuns, os participantes destas associações procuravam conseguir melhorias para si e para suas comunidades através da participação nas decisões políticas do município e que lhes afetavam diretamente. Iniciativas como esta constituem elemento de fundamental importância para a existência de uma

²² Para uma síntese dos debates acadêmicos sobre os problemas do sistema eleitoral brasileiro, ver: LIJPHART, Arend. **As democracias contemporâneas**. Lisboa: Gradiva, 1989; NICOLAU, Jairo. **As distorções na representação dos estados na Câmara dos Deputados brasileira**. Dados, Rio de Janeiro, vol. 40, n.º 3, 1997; SAMUELS, J. M. **Determinantes do voto em sistemas eleitorais centrados no candidato: tendências sobre o Brasil**. Dados, Rio de Janeiro, vol. 40, n.º 3, 1997; LOBO, Valéria Marques. **Pressupostos poliárquicos e democracia no Brasil: notas em torno das distorções do sistema político brasileiro**. Locus: Revista de História, n. 8, vol. 1, jan.-jun. 2002.

democracia saudável, posição sustentada de formas diferentes em diversos autores, de Gramsci a Putnam.

O peso das associações resulta da união de forças e da busca racional de formas de negociação ou de pressão para o atendimento de suas reivindicações. A abertura do sistema político para esta forma pluralista de participação favoreceu o desenvolvimento do capital social necessário para a formação de uma comunidade cívica na qual a presença de relações sociais horizontais formadas através das associações confere à ordem política a eficiência ensejada²³.

Ao menos no campo da História, estas formas associativas ainda não possuem tão amplo espectro de pesquisas. Desta forma, não só no período reside a especificidade deste trabalho, mas também no objeto: os movimentos comunitários. Interesse-me em delimitar a atuação de um dos grupos mais heterogêneos, e dos mais tradicionais da sociedade contemporânea, constituído em sua maioria por pessoas dos chamados “setores populares”.

O tema da participação política possui ampla e abrangente interpretação, e aqui será trabalhada como uma forma de relacionamento entre a sociedade civil e o Estado, tendo as associações como mediadoras. O intento é contribuir para reflexões como esta, a partir do estudo de uma forma específica de participação política dos setores populares, que são as associações de moradores. Estas associações representavam um importante instrumento de canalização de demandas ao poder público e suas agências, sendo, por isso, bastante procuradas por pessoas das comunidades de Juiz de Fora.

Mas o discurso sobre a centralidade da vida associativa nem sempre esteve em alta nas sociedades, podendo mesmo ser este o caso da atual. Por isso, certos momentos requerem um pouco mais de atenção, representam uma exceção. É possível dizer que a última metade do século XX no Brasil foi marcada por forte defesa do comunitarismo, partindo da Igreja pós-Concílio do Vaticano II, a partir do qual se assume institucionalmente a opção pelos pobres, até os movimentos e partidos de esquerda. A reorientação institucional pela qual passou a Igreja do Brasil durante a segunda metade do século XX é uma consequência da mudança de relacionamento desta com o Estado, com sua base social, com a ideologia norteadora e com sua forma de organização. Uma das principais consequências sentidas neste processo foi o aparecimento de uma densa rede de organização popular que se apoiava na estrutura institucional da Igreja. Muitos autores sustentam que “as Comunidades Eclesiais de Base

²³ Sobre o peso das associações na eficiência dos governos, consultar: PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. Algumas reflexões deste autor serão tratadas mais adiante no texto.

(CEBs) e as organizações da pastoral são a principal força de sustentação do movimento popular²⁴. A expansão da população urbana, a diversificação da estrutura ocupacional, o alargamento do salariedade pareciam favorecer ainda mais uma mudança nos padrões de participação. No entanto, as últimas duas décadas do século concluiriam este movimento de forma não tão gloriosa, de um lado com o abandono das CEBs pela Igreja e do outro pela crise do socialismo real pós-queda do muro.²⁵

Como poderemos ver nos capítulos seguintes, o movimento comunitário²⁶ da cidade de Juiz de Fora, aqui compreendido como as associações de bairro²⁷ ou Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros e outros movimentos sociais, manteve-se em grande atividade nas décadas de 1970 e 1980 e valeu-se das influências do contexto para moldar seu perfil de atuação. O estudo conduzido buscou conhecer seu funcionamento, o tipo de relacionamento que mantinha com sua base, com a administração municipal e com outros movimentos e identificar os determinantes de sua eficiência ou deficiência em conseguir atendimento para suas demandas. A forma como muitas destas associações foram constituídas acabou por institucionalizar certas práticas, como os contatos pessoais com a administração municipal, já que a criação de muitas delas foi incentivada pelos governantes como forma de alcançar este segmento da população de forma controlada. Com o contato direto, conseguia-se manter as velhas relações clientelistas entre a municipalidade e a liderança do bairro ou comunidade. No entanto, muitas das associações estudadas demonstraram mais autonomia e algumas, por discordarem da administração, procuraram outras formas de protesto e enfrentamento. Estas reuniram-se a nascentes movimentos associativos surgidos no contexto da década de 1980, como o movimento Unibairros, que representava uma alternativa aos tradicionais movimentos associativos, possuindo autonomia e certa independência ideológica, o que garantia uma atuação diferenciada. O enfrentamento e a crítica aberta seriam algumas de suas principais armas, atuando também na conscientização²⁸ e informação através de publicações periódicas.

²⁴ LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. Notas sobre as comunidades eclesiais de base e a organização política. In: CEDEC, **Alternativas populares da democracia**: Brasil anos 80. Petrópolis: Vozes 1982, Pp. 41-74.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Por movimento comunitário entenderemos a totalidade de associações, grupos ou movimentos vinculados, em sua origem, a assuntos que remetem à coletividade em seu local de moradia.

²⁷ Neste trabalho, os termos “associação de bairro” e “associação de moradores” serão considerados equivalentes.

²⁸ Os termos “consciência”, “conscientizador” ou “conscientização” serão utilizados neste texto para referirem-se ao processo através do qual o cidadão toma ciência ou conhecimento da existência de direitos políticos e o utiliza como ferramenta para dinamizar e aumentar sua cultura cívica, o que acaba interferindo na atuação de muitos movimentos e no seu relacionamento com as administrações públicas.

Concentrando sua análise no período de redemocratização do país, compreendido entre 1974 e 1988²⁹, porém sem fixar limites temporais rígidos para a análise, o presente trabalho pretende buscar nas associações de bairro de Juiz de Fora e no movimento Unibairros informações que possibilitem compreender a movimentação popular deste período, assim como o tipo de reivindicação que traziam e o tipo de relacionamento que mantinham com o campo político. Pretende ainda perceber a importância que tais movimentos e associações tiveram para a forma como estava constituída a organização municipal, fomentando ou não ações participativas. Neste sentido, as associações de bairro e os movimentos constituídos durante este período demonstraram certa organização, o que os torna um objeto de estudo singular no que se refere à intenção de captar informações sobre as formas de participação encontradas pelos cidadãos de Juiz de Fora e sobre a forma como exerceram sua participação política.

Desse modo, o objetivo geral do presente trabalho será, a partir das fontes, fazer uma caracterização dos movimentos comunitários em atuação na cidade, dos mais tradicionais até aqueles frutos do contexto da redemocratização, destacando, e muitas vezes, diferenciando formas de ação e cooptação dos participantes e de relacionamento com o poder público. Traçar as características dos grupos que participavam destas associações; as principais reivindicações presentes nos documentos; entender a forma como se organizavam; qual o discurso utilizado; e elencar os principais temas com os quais lidavam.

A partir das informações captadas, pretende-se, como objetivo específico, refletir sobre a forma como estes sujeitos relacionam-se e organizam-se para obter maior e melhor participação e entender os determinantes de sua ação ou inação. Conhecer em que base se fundamentava sua atuação ideológica é importante para verificar a congruência ou não de ideais e objetivos comuns. Procuramos captar a importância das associações e movimentos na promoção da participação, através do acompanhamento destas experiências de negociação e barganha.

Desta forma, estes são os pontos que nos interessam estudar para o período em questão, ou seja, qual a importância destas associações para a sociedade, especialmente no período de redemocratização? Quais são suas demandas? Quais são suas formas de ação? E quais são seus ganhos reais? Em termos de participação política e cidadania, qual foi sua contribuição? Afinal, conseguiram interferir no sistema de decisão?

²⁹ O período para o estudo foi delimitado em função de o ano de 1974 ser marcado pelo início do governo do General Geisel, que passou a conduzir uma transição gradual à democracia, eliminando alguns mecanismos de exceção dos governos anteriores e por ser o ano de 1988 marcado pela convocação da Constituinte que marcou a luta pela democracia no país.

Este trabalho esforça-se em responder a estas perguntas e ainda outras que surgirem, e para tanto possuirá algumas especificidades como o grande intercâmbio promovido com as Ciências Sociais, a Ciência Política e a Filosofia Política. Enfrentará também todos os desafios daqueles historiadores que se aventuram pela história do tempo presente, e suas escassas produções historiográficas, cheias de reservas, muitas delas já superadas pela recente retomada da importância da história política. Esta, por muito tempo, pecou por acreditar na determinação da *superestrutura* pela *infraestrutura*, dando importância fundamentalmente às relações de produção, sendo o restante mero reflexo. Este trabalho parte do estudo da participação política dos indivíduos, de suas escolhas, que de forma alguma podem ser automaticamente assimiladas, em uma relação única de causalidade com o *status*, com a classe social dos indivíduos, como bem salientou René Rémond (1994)³⁰. Pois, neste sentido, a origem das escolhas políticas pode estar relacionada, apenas, à defesa de interesses.

Para que se cumpra os objetivos propostos, foram consultados, além da bibliografia sobre o tema, informações contidas em documentos impressos, nos quais foram priorizados os jornais em circulação na cidade no período estudado, assim como jornais e boletins produzidos pelo movimento Unibairros durante a década de 1980, além de documentos referentes à organização interna e ações externas dos movimentos e associações como estatutos, atas de reunião, circulares, ofícios, panfletos, entre outros. A intenção deste trabalho, ao efetuar este percurso investigativo nos periódicos da cidade, foi aproximar-se dos acontecimentos locais promovidos pelos agentes sociais objeto do estudo, dado seu movimento dinâmico e circunstancial, optando por uma abordagem de pesquisa de cunho qualitativo. Os demais documentos cumprem o propósito de conhecer melhor a fundamentação dos sujeitos, formas de ação, posturas e relacionamentos sociais, entre outros. É importante ainda salientar que todas as fontes consultadas foram utilizadas com a devida atenção às suas possibilidades e limitações, procurando complementaridades entre suas diversas tipologias.

Esta pesquisa não pretende se fechar em si mesma, mas sim dar novo fôlego a estas discussões. Isto porque os estudos sobre movimentos associativos³¹ são escassos e regionalmente delimitados. Datam, sobretudo, do final da década de 80 e não exploram de forma satisfatória a utilização desses espaços como local de exercício da democracia –

³⁰ REMOND, René. **Porque a história política?** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 7-19.

³¹ Utilizo aqui a definição de Norberto Bobbio (1995) que define o associacionismo voluntário da seguinte forma: “As associações voluntárias consistem em grupos formais livremente constituídos, aos quais se tem acesso por própria escolha e que perseguem interesses mútuos e pessoais ou então escopos coletivos”. O autor continua a definição do termo, problematizando sobre suas funções, organização, difusão e participação, porém, para os objetivos deste projeto, me atendo somente à definição acima.

mesmo que limitada – e como forma de participação política dos setores populares, das pessoas que não tinham acesso ou não conheciam outras formas de ação.

Pretende-se, ainda, que este trabalho possa acrescentar à temática da participação política via movimentos associativos, em especial associações de bairro. Em especial, por considerar que estes espaços, ao fugirem dos canais tradicionais de representação, como os partidos políticos e os sindicatos, são uma forma singular de relacionamento da sociedade com o poder público. Podem, ainda, revelar-se como um local onde é possível perceber “atores” que raramente têm voz no panorama político.

Estes apontamentos sobre o tema guardam a intenção de que estas análises possam, futuramente, ajudar a compreender um pouco mais do comportamento político do brasileiro nas últimas décadas. Esta, no entanto, não se constituiu uma tarefa fácil, já que participação política é um conceito amplo, sua dimensão prática é ainda mais complexa e, especificamente no caso brasileiro, é preciso prestar atenção a outras formas, que, mesmo implícitas, podem enquadrar-se em uma forma de *participação política à brasileira*. Neste intento, entender a dinâmica das associações de bairro da cidade de Juiz de Fora e de movimentos como o Unibairros, no período proposto, será importante para a tentativa de compreender até que ponto estas formas de movimentos associativos funcionavam como mecanismos eficientes de participação e exercício da democracia, de que forma influíam junto ao poder público na tentativa de conseguir benefícios sociais e qual a leitura que seus participantes faziam do ambiente político, econômico e social da sociedade em que viviam.

Os poucos estudos sobre os marginalizados e excluídos³² para este período denotam uma evidente lacuna na historiografia. Ao contrário, os estudos sobre outras formas de movimento associativo, como os sindicatos, possuem um campo de estudo formado e produtivo, como já foi dito, mas que deixa de lado uma grande parcela da população, exatamente aquela fora do mercado formal de trabalho, excluída dos mecanismos instituídos para a participação. E, ainda, a reflexão sobre a participação política deste setor da sociedade brasileira, apesar de importante, encontra-se, de certa forma, paralisada. Sua produção é datada, e delimitada no meio acadêmico. Hoje, sua discussão encontra-se muito associada a um “lugar comum”, onde se encontram também as discussões sobre desigualdade social, ética e representação. Diante das justificativas apresentadas, por se tratar de uma temática ainda carente de discussões mais profundas e sendo as associações de bairro da cidade de Juiz de Fora objeto singular para análise do tema, esta pesquisa revela-se

³² KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a Origem do Trabalho Livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

pertinente não só pela contribuição para a história da cidade em questão, mas também por retomar um tema relevante e que carece de atenção.

Mesmo correndo o risco de não inovar e cair na velha fórmula das dissertações que deixam a pesquisa, o mais interessante, para o final, será objetivo do Capítulo 1 a discussão teórica e conceitual ou o intercâmbio de conhecimento entre as Ciências Humanas. Mas também será neste capítulo introdutório que a revisão histórica será feita, em busca de fatores que ajudem a explicar a configuração econômica, social e política da sociedade brasileira durante o período de redemocratização do país. E, por fim, a salientar, então, o peso que os movimentos sociais urbanos adquiriram no Brasil neste último quartel do século XX.

O Capítulo 2 será dedicado aos movimentos de bairro de Juiz de Fora, sua história, as primeiras associações da década de 1940 e seus conflitos, e à luta pelo reconhecimento de sua legitimidade. Destacará, ainda, a atuação de duas Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros (SPMs) da cidade e de um Grupo Comunitário, assim como das duas entidades representativas formadas para melhorar o acesso e o encaminhamento de demandas à municipalidade. São elas: a Federação dos Bairros de Juiz de Fora (Federação) e a União dos Bairros e Distritos de Juiz de Fora (União). Entender-se-á por atuação sua dinâmica interna, suas atividades externas, formas de ação e de encaminhamento de demandas, formas de relacionamento com o poder público, identificando-se as correspondentes reações da municipalidade em termos de atendimento ou não das demandas.

Criado pela confluência de diversos grupos culturais e religiosos de vários bairros da cidade, o movimento Unibairros caracterizava-se pelo enfrentamento, pela crítica, pela ampla movimentação conseguida na cidade, atuando não só na reivindicação de melhorias nos bairros da cidade como também em mobilizações políticas nacionais. Tendo em vista sua especificidade frente aos demais movimentos da cidade, o Capítulo 3 será dedicado ao estudo deste grupo de pessoas, formas de atuação, bandeiras levantadas, formas de relacionamento com o poder público, vitórias e derrotas. Qual o papel de um movimento “independente” como o Unibairros ou mesmo das associações de moradores na construção ou criação de uma espécie de “Comunidade Cívica”, conforme descrita por Robert Putnam, como fator determinante para a qualidade e para a eficiência do governo? Será objetivo, ainda, refletir sobre as diferenças existentes em ambas as formas associativas: objetivos, atuação, composição, resultados. Por fim, qual o saldo deixado por esses movimentos em uma sociedade que entre a década de 1970 e a década de 1990 procurava trilhar o caminho da democracia, tendo no futuro ainda incerto diversas possibilidades a serem testadas. É certo que os movimentos sociais do período tiveram voz e estiveram presentes, representados neste projeto futuro.

CAPÍTULO 1

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL EM PERSPECTIVA: Participação política e valorização das práticas democráticas

Neste capítulo, serão discutidos os conceitos de participação política, sociedade civil e Estado, entendidos principalmente no âmbito das nações capitalistas ocidentais e a partir das teorias sobre o funcionamento do Estado e da sociedade civil, elaboradas e difundidas a partir do final do século XIX. Incorporam-se a estas abordagens aquelas interpretações que focalizam a especificidade que a democracia assume no século XX, a partir da aceitação do peso dos movimentos sociais e das demandas coletivas no processo de elaboração e atendimento de demandas.

Um dos objetivos será refletir sobre a importância das práticas democráticas nas sociedades ocidentais da contemporaneidade, em especial o formato de democracia vigente no Brasil na segunda metade do século XX. Esta discussão terá como ponto central o conceito de participação política, procurando analisar o papel da sociedade civil e do Estado na promoção daquela. O termo participação política será aqui tratado como um conceito amplo, de dimensão prática e também teórica, que embasa a luta pela inserção das massas no processo de elaboração e execução de políticas públicas de interesse coletivo e comunitário.

Sendo, portanto, o propósito deste texto refletir sobre o papel do associativismo na promoção da participação política, será interessante acompanhar a gradual evolução das teorias a respeito³³ para que se discuta a fundamentação da ação dos sujeitos envolvidos. Isto porque é possível dizer que, apoiada em muitas destas formulações, a sociedade civil passou a cobrar do Estado uma participação maior do que aquela inicialmente prevista, e este processo tem no século XX seu momento crucial, com a aceitação cada vez maior do peso político de suas posições nas tomadas de decisão.

Neste aspecto, é inegável a penetração e a força das teorias de matriz europeia em nossa realidade, influenciando a formação dos governos e o comportamento da sociedade. Este contato revelou-se bastante positivo, contribuindo para o processo de desenvolvimento e

³³ Ressalto que o termo “evolução” está aqui referindo-se a um dado ordenamento cronológico de ideias, sem que esteja vinculado a qualquer juízo de valor.

amadurecimento de nossa democracia, mas também originou certos juízos de valor que resultaram na negação de nossas formas democráticas.

Portanto, inicialmente, os textos selecionados procuram discutir os papéis desempenhados teórica e historicamente pelo Estado e pela sociedade civil na busca de um relacionamento saudável e produtivo. Aceitando que a forma como o Estado está constituído influencia enormemente a forma como se dá a participação da sociedade civil, partimos do estudo das teorias chamadas jusnaturalistas, desenvolvidas para dar conta do surgimento desta dualidade. Teorias liberais por natureza, elas inspiraram a organização de nações ao redor do mundo, privilegiando o processo de racionalização do Estado. Neste caso, a sociedade civil corresponderia à moldura jurídica que encobre as relações entre os indivíduos, que são fundamentalmente reguladas pelo contrato e asseguradas pela presença do Estado. Posteriormente, as tradições hegelianas e marxistas proporcionaram a inversão desta percepção, concebendo o Estado como aparelho coercitivo e, para Marx, instrumento de dominação de classe. A sociedade civil passa a ser concebida então como elemento condicionante, *locus* principal nesta dualidade criada³⁴.

Um recente retorno ao humanismo cívico tem colocado peso nas teorias republicanas e acentuado ainda mais o papel das associações no desempenho dos governos. Ao iniciar o estudo das associações de bairro da cidade de Juiz de Fora, procurarei refletir sobre este assunto, acreditando serem estas potenciais formadoras de relações horizontais e redes de sociabilidade capazes de influir nas decisões políticas em benefício da coletividade que representam.

Essas discussões iniciais serviriam, portanto, para conscientizar o leitor do caminho percorrido pela sociedade em busca de participação. Isto porque é possível entender as teorias sobre o Estado como legitimadoras do surgimento do capitalismo e de um Estado representante da nova classe burguesa, de seus interesses. O caráter excludente desta sociedade é patente, visto que não eram todos que estavam convocados a participar. Os critérios para a participação desde a Grécia antiga deixavam de fora uma ampla parcela da população, seja o não cidadão ou escravo ateniense, o plebeu sem honra da idade média, ou o operário destituído da propriedade na sociedade burguesa da modernidade e da contemporaneidade.

³⁴ ARATO, Anrew e COHEN, Jean. Sociedade Civil e Teoria Social. In: AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil e Democratização. (Coord.). **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1994. pp. 147-182.

A recente história política e social do Brasil – e da América Latina como um todo – demonstra que, de maneira geral, instituições democráticas com raízes pouco profundas podem ter como consequência governos dotados de pouca participação popular, e que, em última instância, podem dar lugar a formas autoritárias de governo. Durante o século XX, a sociedade brasileira experimentou diferentes situações, no que se refere aos mecanismos formais de participação política e exercício da democracia. Dessa forma, o segundo passo proposto é conhecer a trajetória política brasileira e as características de sua democracia. Entender as formas assumidas pelo Estado e pela sociedade revela-se de fundamental importância quando se objetiva conhecer os espaços onde o contato ocorre, os momentos mais propícios, as formas como historicamente a democracia aconteceu ou não. Analisando, ainda, suas principais características sociais, econômicas e políticas, será possível conhecer um pouco mais sobre o comportamento da participação para cada período.

Na história de nossa recente democracia, somos tentados muitas vezes a concordar com observadores e teóricos mais céticos quando dizem que não somos republicanos e afeitos das práticas democráticas. Esta literatura é explorada de modo a situá-la em ponto de revisão, já que parte de nosso objetivo é ressignificar a experiência participativa e as práticas democráticas no Brasil. Nesta empreitada de reinterpretar esta história, muitos estudiosos têm contribuído para modificar esta ideia a partir de sérias pesquisas de história social e do trabalho. Resgatando experiências e valorizando lutas, já é possível atentar para muitas iniciativas participativas seja do operariado ou do cidadão comum. É possível dizer que os estudiosos dos movimentos sociais estão mais atentos à realidade de seu objeto, ao seu campo de ação e motivação, buscando não mais idealizar ou subestimar sua capacidade.

No Brasil, a segunda metade do século XX revelou-se propícia ao surgimento de muitos movimentos sociais, contribuindo para isto as transformações políticas e econômicas do período. Processos de industrialização acelerada desencadearam uma suburbanização que se revelou excludente, pois que não conseguiu estender todos os benefícios do desenvolvimento social à amplitude dos cidadãos, resultando no que Wanderley Guilherme dos Santos (1994)³⁵ chama de cidadania regulada. O interregno democrático situado entre 1945 e 1964, com uma política marcadamente desenvolvimentista, compreende muitos desses processos, datando deste período o surgimento de muitos movimentos e associações. Não é à-toa que muitos autores veem nessa conjunção de fatores a origem dos novos movimentos

³⁵ Santos, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**: A Política Social na Ordem Brasileira. 3ªed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

sociais urbanos, a formação de grupos de pessoas em defesa de interesses coletivos, movimentos de ação direta, entre outros.

Já o período da redemocratização será trabalhado com base nos textos de Donald Share e Scott Mainwaring (1986)³⁶ e ainda Bolívar Lamounier (1990)³⁷, que ajudarão a compreender um pouco mais deste conturbado período, no qual o lado político da transição é entendido como um espaço de negociação ou transação. Neste cenário político conturbado, surgem ou ressurgem movimentos e associações de diversas matrizes que imprimem à sociedade do período uma especificidade marcante no que diz respeito à sua movimentação e participação política.

Seria, a partir do século XIX, nas manifestações operárias e camponesas, que esta parcela da população, há tanto alijada do poder, tomará consciência de sua força. E é o desenvolvimento dessa força coletiva que contribuirá para que no século XX o governo destine cada vez mais espaços para a participação e para a valorização do popular. O objeto de estudo deste trabalho, as associações de moradores, são representantes dessa nova categoria de participação. Será em associações desse tipo que pessoas representantes do popular procurarão participar dos processos decisórios, não só através do voto, mas da fiscalização e do protesto. É preciso, no entanto, não nos deixarmos levar pela romantização desses mesmos movimentos, sendo interessante discutir também sua idealização e sua deficiência, muitas vezes, em representar realmente o indivíduo do bairro, seu objeto.

Ao lado dessa discussão sobre a “tomada de consciência” do povo, somos levados também a pensar sobre a existência de uma cultura política especificamente brasileira, fundada no processo histórico de construção de suas instituições políticas e sociais. Pensar também o peso que estes movimentos tiveram neste período de redemocratização, baseado talvez nessa crença no poder dos movimentos sociais.

Neste sentido, o termo cultura política torna-se bastante pertinente para entendimento da realidade ora estudada, pois se refere a um conjunto de particularidades que guardam contextos como o brasileiro, com suas tradições, crenças e instituições específicas. O conceito antropológico de cultura compreende o homem em sua relação com o meio e com os demais sujeitos sociais, suas práticas e seus símbolos. Pode se constituir ainda em um conjunto de símbolos, normas, crenças, ideais, costumes, mitos e ritos que é transmitido de geração em geração. Cada sociedade compartilha de uma determinada cultura que dá sentido à sua prática

³⁶ SHARE, Donald e MAINWARING, Scott. **Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha.** In Dados, Rio de Janeiro, IUPERJ, Vol. 29, número 2, 1986.

³⁷ LAMOUNIER, Bolívar. (org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição.** São Paulo: Sumaré/IDESP, 1990.

social e orienta suas ações³⁸. O campo político representa o espaço onde são geradas as decisões, alternativas, problemas e soluções que são apresentadas à população. É o local onde acontecem diversos conflitos de poder e lutas simbólicas em torno de valores, concepções e atitudes³⁹. A cultura política é constituída de um conjunto de elementos que configuram a percepção subjetiva que uma sociedade tem a respeito da política e determina as relações que serão estabelecidas, gerando um imaginário coletivo sobre o poder. A experiência compartilhada pelo indivíduo e por seus pares é denominada identidade cultural, seja a nacionalidade ou a identidade regional, evidenciando as estreitas ligações entre identidade cultural e uma determinada cultura política.

Compõem a cultura política de certa sociedade os conhecimentos, ou melhor, sua distribuição entre os indivíduos que a integram relativos às instituições, à prática política, às forças operantes num determinado contexto, as tendências mais ou menos difusas, como, por exemplo, a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou ao invés o sentido de confiança, a adesão a tolerância para com as forças políticas diversas da própria, etc.”⁴⁰.

Na década de 1960, Almond e Verba definiram cultura política como “a expressão do sistema político de uma determinada sociedade, nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população.”⁴¹ Nesta vertente, denominada de comportamentalista, os estudos sobre cultura política valorizam os aspectos relacionados ao processo de socialização de cada indivíduo nas sociedades complexas, na medida em que participa de diferentes tipos de instituição (família, classe, associações, partidos políticos, igrejas, sistema educacional, etc.)⁴². Por outro lado, a evocação dos estudos sobre cultura política inscreve-se também na renovação da própria história política operada principalmente pela escola francesa, a partir dos anos 1970 e início da década de 1980. Serge Berstein, autor pertencente a esta escola historiográfica, passou a observar o interesse do historiador ao estudar a cultura política, que procura uma explicação dos comportamentos políticos por uma fração do patrimônio cultural adquirido por um indivíduo durante sua existência. Para o autor, a cultura política é um fenômeno evolutivo, dialético, manifesto nas respostas que uma sociedade procura trazer para

³⁸ CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo, Edusp, 1989

³⁹ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. (Lisboa, Difel, 1989)

⁴⁰ BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco: **Dicionário de Política**. 8ª Edição/Brasília, DF, Universidade de Brasília, 1995. P.306⁴⁰.

⁴¹ KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. **As dimensões subjetivas da cultura política e Antropologia da Política**. In: Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, FGV, n.º 24, pp. 227-250, 199/2.

⁴² Ibidem.

enfrentar os seus problemas e as suas crises históricas. Berstein compreende que toda cultura política é dinâmica, regida por transformações dialéticas e múltiplas contribuições⁴³.

A definição do conceito proposta por Berstein parte da formulação de Jean-François Sirinelli, que entende por cultura política “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política⁴⁴”. Sirinelli defende que uma determinada cultura política é constituída de um conjunto de representações e visões de mundo partilhadas por um grupo no plano político, uma leitura do passado e uma projeção do futuro em comum. Refere-se à identidade construída por este grupo e que pode estar presente em suas escolhas e aspirações⁴⁵.

Para Berstein, o estudo desta categoria analítica e deste conceito permite ao historiador descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos reconstituindo a lógica dos seus comportamentos a partir da descoberta de suas motivações. Em sua dimensão coletiva, possibilita compreender como os grupos organizados mantêm a coesão partilhando uma cultura em comum⁴⁶. Segundo o autor:

A cultura política ocupa, pois, um lugar particular. Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenômenos políticos. Mas ao mesmo tempo releva um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, normas, e crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade⁴⁷.

Desta forma, discutiremos a seguir o papel da sociedade civil e das coletividades na promoção da participação política, a visão da literatura sobre a participação política no Brasil, o peso do processo de urbanização excludente no surgimento de alguns movimentos sociais, o impacto do processo de redemocratização na promoção de uma nova dinâmica associativa e refletiremos a categoria movimento comunitário como parte integrante da totalidade dos movimentos sociais, compartilhando desafios e influências.

⁴³ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988.

⁴⁴ SIRINELLI, *apud* BERSTEIN, 1988, P. 350.

⁴⁵ SIRINELLI, Jean-François. Pour une histoire des cultures politiques: le référent républicain. In: CEFAÏ, Daniel (org). **Cultures politiques**. Paris: Press Universitaires de France, 2001. (francês)

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ *Ibidem*, pp. 362-363.

1.1 – RESGATANDO COLETIVIDADES PARA A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.

Seria a partir de um movimento iniciado durante o século XIX e principalmente durante o século XX que os governos passariam a admitir que os movimentos sociais e associativos devem ser aceitos como interlocutores legítimos entre a sociedade e o governo. Nas sociedades contemporâneas, a democracia, ou, mais precisamente, a participação política não pode ser definida somente pela existência do sufrágio universal, não se resumindo ao direito e ao exercício do voto, mas também pela existência e utilização de canais nos quais é possível manifestar-se enquanto membro da sociedade. A presença de outras formas de participação, principalmente aquelas atentas às demandas da coletividade, fora prevista de diversas formas por teóricos e filósofos da política que remontam à antiguidade clássica⁴⁸, mas seria somente ao final do século XIX que os movimentos coletivos passariam a ter força real de transformação política e social⁴⁹.

Este movimento da sociedade civil na busca pela participação foi marcante durante o século XX e determinante para muitas conquistas alcançadas por trabalhadores e também pelos cidadãos em geral. Paralisando ou retrocedendo algumas vezes, sociedades ao redor do mundo avançaram em direção a este mesmo fim, fossem elas repúblicas ou monarquias, com maior ou menor tradição democrática. Neste sentido, foi possível perceber o desenvolvimento da democracia e o aprimoramento da cidadania no ocidente. Atualmente, definições como a de Norberto Bobbio (1995), estudioso italiano do direito e da democracia, não deixam dúvidas sobre a complexidade e a variedade de formas que a participação política, e dessa forma a democracia, pode assumir na contemporaneidade.

... o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além⁵⁰.

⁴⁸ Neste caso, tomo como referência as clássicas obras de ARISTÓTELES. **Política**. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama KURY. 3ª ed. Brasília: UNB, 1997; e ainda WOLFF, Francis. **Aristóteles e a política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

⁴⁹ Os movimentos operários do final do século XIX podem ser vistos como as primeiras formas de organização da classe trabalhadora, funcionando como mecanismos aglutinadores da coletividade.

⁵⁰ BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco: **Dicionário de Política**. 8ª Edição/Brasília, DF, Universidade de Brasília, 1995. P. 888-890.

É chamando atenção para a força da coletividade que este trabalho se desenvolve, buscando fundamentação teórica e histórica para o seu aparecimento e constante presença nos sistemas de governo atuais, refletindo a relação estabelecida entre a sociedade civil e o Estado, e as formas criadas ou ao menos idealizadas para comportá-la, principalmente aquela exercida por um tipo específico de organização da sociedade civil que são as associações de bairro e os movimentos vinculados a assuntos comunitários. Estas intercessões ocorreram de diversas formas desde o advento das primeiras sociedades organizadas e teorias sobre elas são da mesma forma bastante complexas e abundantes. O recorte teórico aqui proposto para tal estudo não servirá a nenhum julgamento de valor sobre as formas assumidas ou pensadas para tal. O mais apropriado seria dizer que há aqui uma revisão teórica sobre o Estado democrático, seu percurso histórico. O que se procura neste momento é a possibilidade de trazer exemplares de interpretações sobre as formas criadas para que a sociedade civil, seus indivíduos ou organizações intermediárias tivessem acesso às pautas e conseguissem influir nas decisões dos governos.

Neste sentido, esta seção se propõe a rever a literatura a respeito da participação política abordando-a como elemento fundamental para uma democracia saudável, responsável em última instância pela estabilidade e eficiência dos governos⁵¹. O ponto de partida é o surgimento de um modelo de Estado fruto de uma concepção liberal de governo, com Hobbes e Locke, no século XVII, e os pensadores iluministas e suas teorias jusnaturalistas sobre o nascimento do Estado e da sociedade civil, nos séculos seguintes, explorando, cada qual à sua maneira, os papéis criados naquele momento para cada ator. Com as teorias hegelianas e marxistas, acompanhamos a mudança de olhar que agora se volta sobre a sociedade civil, principalmente em Gramsci (1978)⁵², que atribui enorme importância às associações e aos corpos intermediários na relação Estado - Sociedade.

Com o desenvolvimento das sociedades e suas transformações, o conceito e a prática da política foram se modificando, adequando-se aos lugares e às realidades locais e sendo influenciada por inúmeros pensadores, filósofos e teóricos que contribuíram para sua evolução. Processos de mudança fizeram com que, nos séculos XVIII e XIX, divisores de águas da contemporaneidade, as teorias e práticas liberais, reforçadas pelo advento do capitalismo, tivessem papel central na substantiva transformação pela qual passou a sociedade mundial e conseqüentemente o conceito e a prática da política.

⁵¹ PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

⁵² GRAMSCI, Antônio. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

Tem início um modelo político e econômico que ao longo do século XIX difundiu-se por todo o mundo, adquirindo nuances diferenciadas em cada caso. Em busca de uma forma de governo que fosse capaz de representar os interesses de seus cidadãos, surgia o Estado Moderno, representativo, sustentado por um discurso liberal, no qual, guardadas as devidas proporções, a efetiva participação política de um povo seria direito e dever de todos, asseguraria o bem comum e garantiria os direitos de cada cidadão. Ao governo caberiam as tarefas de proteção da vida, da liberdade e da propriedade⁵³. Apropriadas ao cenário da época pós-Revolução Francesa e em vias de consolidação do capitalismo, as teorias em gestação eram adequadas às ideias liberais de divisão das tarefas na sociedade. Passam a existir de forma distinta, Estado e sociedade.

Na perspectiva jusnaturalista que têm Hobbes, Locke e Rousseau como grandes expoentes, esta dualidade é expressa de diferentes formas. Para Hobbes (1979), o “estado de natureza” é um “estado de guerra”, e o que torna possível a existência da sociedade é a fundação do Estado pelo consentimento do homem. Atribui-se a um terceiro elemento as tarefas de proteção e preservação dos contratos mútuos. Já John Locke (1991)⁵⁴ descreve a passagem do estado de natureza ao estado de sociedade, como o início da vida social dos homens. Na transição à sociedade civil, torna-se necessário o contrato social, em que estão estipuladas as garantias e os equilíbrios, indispensáveis à sociedade civil ou política. Ao governo compete a proteção da vida, da liberdade e da propriedade. Os indivíduos estão obrigados à obediência àquele, sendo-lhes lícito manifestarem-se contra o poder quando este atenta contra a vida, a liberdade e a propriedade.

Rousseau (1983)⁵⁵ é um dos principais pensadores da concepção contratualista. O grande diferencial de sua teoria, se comparada a outros contratualistas, é a exigência da participação direta do povo no ato legislativo. A fundamentação do Estado rousseauiano é a vontade geral, que surge do conflito entre as vontades particulares de todos os cidadãos. Seria então a democracia. Mas, dificilmente, nos dias atuais, quando tanto se recorre a essa palavra, se reconheceria a democracia na fórmula de Rousseau, que aprendera com Aristóteles sobre as cinco espécies de democracia. Uma delas é a que se funda na igualdade de direitos políticos e tem a maioria por regra de legislação.

⁵³ Sobre as teorias de governo, sistema representativo e teorias liberais foram consultados as seguintes obras: ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**. 3ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livro II. Capítulo VI. Da Lei; LOCKE, John. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. Segundo Tratado Sobre o Governo. São Paulo: Nova Cultural, 1991; SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Princípios de Economia Política. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

⁵⁴ LOCKE, John. Op Cit.

⁵⁵ ROUSSEAU, Jean Jacques. Op. Cit.

As ideias liberais destes pensadores influenciaram os rumos da política e da economia europeias no século das luzes do nascente capitalismo, e muitos outros após contribuíram para sua disseminação entre as nações e conseqüente desenvolvimento. Adaptando-se à realidade de cada nação, este modelo liberal de governo fortaleceu a democracia e a participação, passando a considerar a sociedade civil como importante ator nos processos políticos e decisórios. Em cada caso, esse fenômeno aconteceu com maior ou menor intensidade, ocorrendo em alguns casos, como no Brasil, interrupções no desenvolvimento destas democracias, como os períodos ditatoriais e autoritários.

Segundo Bobbio (1992), ocorre desde Hegel certa inversão na concepção jusnaturalista do Estado, que até então era tido como momento positivo da evolução social, a racionalização das relações sociais. Em Hegel, o Estado passa a ser instrumento de dominação, e a sociedade civil tem em Gramsci seu momento mais importante como “conteúdo ético do Estado”, compreendendo não apenas “a esfera das relações econômicas, mas também as suas formas de organização espontâneas ou voluntárias”⁵⁶.

1.1.1 – Discutindo o conceito de Sociedade Civil

Já foi dito que a participação popular e a cidadania dependem muito da forma como está constituído o Estado, sua estrutura ou mesmo o caráter ideológico de seu governo. No entanto, trata-se de uma “via de mão dupla”, e não serão somente as ações do Estado que contarão para a qualidade da democracia e da participação. Nesta relação, a sociedade civil adquire, sobretudo no século XX, peso significativo baseado principalmente no seu crescente poder de pressão, no fortalecimento da esfera e da opinião pública e no incremento em sua dinâmica.

Este movimento foi acompanhado por Norberto Bobbio (1992)⁵⁷ e, segundo este autor, houve no século XIX certa reação baseada principalmente na contraposição do interesse coletivo ao interesse individual, contra uma certa concepção liberal do Estado, o que acarretou algumas derrotas, porém não definitivas do chamado Estado mínimo⁵⁸. Este movimento reativo da sociedade é potencializado no início do século XX com a proliferação dos centros urbanos e com a concentração de pessoas em espaços comuns, o que dinamizou a troca de

⁵⁶ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 35.

⁵⁷ BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 24.

informações e os processos de formação de redes de sociabilidades. A chamada sociedade civil adquire neste momento a forma como passaria a ser empregada, como um dos termos da grande dicotomia sociedade civil - Estado⁵⁹.

Mas não basta simplesmente definir a sociedade civil como um dos lados de uma relação sem mencionar as grandes discussões que envolvem o termo. De certa forma, já tratamos deste assunto em parte quando falamos das teorias jusnaturalistas e de suas concepções sobre o surgimento do Estado e da sociedade civil. Podemos completá-la citando também a tradição hegeliana, na qual esta pode ser definida em contraste com o Estado, em uma estrutura composta pela família, pela sociedade civil e pelo Estado. Seria composta ainda por um “sistema de necessidades”⁶⁰, que abarcaria os diversos tipos de relações estabelecidas entre os indivíduos e a burocracia necessária para sua gerência. Mas que inclui, além das corporações, a burocracia e a justiça em Hegel, e a esfera do mercado, dos interesses, em Marx. Tudo isto formaria um conjunto de elementos intermediários entre a família e o Estado.

A partir das reflexões de Gramsci (1978) sobre a integração social surge uma corrente dentro desta tradição que atribuiria cada vez mais importância às associações promovidas dentro da sociedade civil. Em particular, é desta corrente que falaremos aqui. Seja entre os jusnaturalistas ou na tradição marxista, os teóricos encontraram diferentes formas para delimitar o que seria o papel do Estado, os limites de sua ação e as formas para contê-lo. Invariavelmente, designavam a sociedade civil como elemento inibidor desta tendência do Estado. Gramsci, de certa forma, completa a trajetória do conceito de sociedade civil na filosofia política, criticando Hegel por reduzi-la à função de defesa de uma esfera dominada pelo direito de propriedade ratificado pela política e pela administração da justiça e Marx pela redução economicista da idéia de sociedade civil⁶¹.

Seria o primeiro autor a perceber a sociedade enquanto lugar por excelência da organização da cultura e a propor um entendimento multifacetário das sociedades modernas, de acordo com o qual esta deve ser entendida enquanto interação de estruturas legais, associações civis, e instituições de comunicação⁶².

⁵⁹ BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 33.

⁶⁰ BOBBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**, RJ, Graal, 1987.

⁶¹ ARATO, Anrew e COHEN, Jean. Sociedade Civil e Teoria Social. In: AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil e Democratização. (Coord.). **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1994. pp. 147-182.

⁶² AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil: Além da Dicotomia Estado-Mercado**. In: _____, Leonardo. (Coord). Sociedade Civil e Democratização. Belo Horizonte, Del Rey Editora, 1994. p.34 e 37

Segundo Leonardo Avritzer (1994)⁶³, com a emergência dos novos movimentos sociais, o conceito de sociedade civil ressurgiu ligado à ideia da organização da sociedade para sua autodefesa. Esse movimento de resgate da sociedade civil entre os teóricos propaga-se pelo Ocidente associada à possibilidade de aproximação do conceito com a obra Habermasiana para o estudo dos movimentos societários da década de 1980.

Ao estudar o Estado e a sociedade civil, Habermas (1984) passou a denominar os dois lados de “sistema” e “mundo da vida”, respectivamente. No “mundo da vida”, a família, as associações voluntárias e a opinião pública seriam responsáveis pela defesa à “colonização” do Estado. No mundo da vida existiriam estruturas interativas que, ao se organizarem em movimentos sociais, fundam a democracia. Os movimentos sociais constituiriam, portanto, os atores que reagem à reificação e burocratização defendendo “a restauração das formas de solidariedade colocadas em risco pela racionalização sistêmica”.⁶⁴

Neste sentido, eles disputam tanto com o estado de bem estar social quanto com as grandes corporações capitalistas a preservação de um espaço autônomo e democrático de organização e reprodução da cultura e de formação de identidades e solidariedades. (...) ⁶⁵

Desde o advento do capitalismo, o discurso liberal foi imperativo, mas o Estado nunca perdeu sua força; ao contrário, fortaleceu-se como regulador de tais práticas. À sociedade civil coube reagir, daí o vigor dos movimentos sociais urbanos do século XX inseridos no que Habermas (1984) chamaria de esfera pública, local de resolução dos conflitos da sociedade do qual não fariam parte as esferas religiosa e familiar.

Andrew Arato e Jean Cohen (1992)⁶⁶ propuseram recentemente um conceito habermasiano de sociedade civil. Eles reapropriaram a análise da Teoria da Ação Comunicativa que diferencia o sistema e o mundo da vida para tentar estabelecer uma identidade entre o processo de defesa do mundo da vida e a ideia de movimentos da sociedade civil. O mundo da vida compreende os espaços de comunicação e relacionamento sociais e uma de suas dimensões estaria ligada às instituições e formas associativas que têm a ação comunicativa como pressuposto para a sua reprodução e dependem da integração social para a

⁶³ Ibidem, p. 24-41

⁶⁴ AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil: Além da Dicotomia Estado-Mercado**. In: AVRITZER, Leonardo. (Coord). *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte, Del Rey Editora, 1994. p. 31

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ ARATO, Anrew e COHEN, Jean. *Sociedade Civil e Teoria Social*. In: AVRITZER, Leonardo. *Sociedade Civil e Democratização*. (Coord.). **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1994. pp. 147-182.

coordenação da ação no interior das suas estruturas. É esta dimensão do mundo da vida que os autores identificam com a sociedade civil.

Em termos de teoria, muito ainda há o que se dizer sobre esta relação e seus componentes. Nesta discussão, unem-se as recentes e as clássicas abordagens filosóficas, históricas e sociológicas. De qualquer forma, é este Estado representativo formado na Europa no decorrer dos três últimos séculos que pode ser aceito como “o modelo ideal das constituições escritas”⁶⁷. Segundo Bobbio (1987):

O desenvolvimento do Estado representativo coincide com as fases sucessivas do alargamento dos direitos políticos até o reconhecimento do sufrágio universal masculino e feminino. O qual, porém, tornando necessária a constituição de partidos organizados, modificou profundamente a estrutura do Estado representativo ao ponto de introduzir uma profunda modificação no próprio sistema da representação que não é mais dos indivíduos singulares, mas é filtrada através de poderosas associações que organizam as eleições e recebem uma delegação em branco dos eleitores.⁶⁸

Neste sentido, podemos ainda recorrer a uma outra definição deste autor que nos fala o seguinte sobre a sociedade civil:

Numa primeira aproximação pode-se dizer que a sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão. Sujeitos desses conflitos e, portanto, da sociedade civil exatamente enquanto contraposta ao Estado são as classes sociais, ou mais amplamente os grupos, os movimentos, as associações, as organizações que as representam ou se declaram seus representantes; ao lado das organizações de classe, os grupos de interesse, as associações de vários gêneros com fins sociais, e indiretamente políticos, os movimentos de emancipação de grupos étnicos, de defesa dos direitos civis, de libertação da mulher, os movimentos de jovens, etc. (BOBBIO, 1987)⁶⁹.

1.1.2 – O retorno ao Humanismo Cívico

Segundo Robert Putnam (2007), Nicolau Maquiavel, ao estudar a história das instituições republicanas na Antiguidade e na Itália da Renascença, concluiu que seu êxito ou o fracasso dependia do caráter dos cidadãos ou de sua “virtude cívica” que tem como

⁶⁷ BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 110.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Ibidem, p. 35.

principais sinais “o interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas.”⁷⁰ Esta escola “republicana” enfatizava a comunidade e os deveres dos cidadãos enquanto os teóricos liberais acreditavam na preponderância do individualismo e dos direitos individuais. A redescoberta deste humanismo cívico é recente e levou muitos liberais a questionarem sua validade na sociedade contemporânea acreditando ser este um ideal anacrônico. No entanto, o que estudos mais atuais, como o de Robert Putnam (2007)⁷¹, demonstram é exatamente o contrário, existindo no limiar do século XXI comunidades em que redes de sociabilidades fortemente constituídas influenciam o desempenho institucional dos governos. Da mesma forma, análises sobre iniciativas comunitárias na América Latina ressaltam a importância social da cooperação local e da mobilização política por contribuírem indiretamente para “combater o isolamento e a desconfiança mútua”⁷².

Toqueville (1977) em “A Democracia na América” advertiu sobre a interferência que alguns fatores como o fenômeno da associação, como no caso da democracia americana (inicialmente na forma de partidos políticos), poderia ser crucial para a influência e a soberania do povo:

(...) o Estado representativo (...) conhece um processo de democratização ao longo de duas linhas: o alargamento do direito de voto até o sufrágio universal masculino e feminino, e o desenvolvimento do associacionismo político até a formação dos partidos de massa e o reconhecimento de sua função pública.⁷³

Para o autor, o direito à participação política nas democracias avançadas está acompanhado de uma percepção muito mais ampla da esfera política, incluída em uma ainda superior, que é a sociedade civil, onde todas as decisões estão determinadas por aquilo que nela acontece⁷⁴. Porém, a associação na forma de partidos políticos não seria a única possibilidade, ocorrendo diversos tipos de movimentos associativos, com objetivos e linhas de ação variadas.

Putnam estudou, durante cerca de vinte anos, a instalação dos governos regionais na Itália e o seu desempenho em cada região do sul e do norte. Avaliou o contexto de cada região, sua história, indicadores econômicos, a existência de rede de associações, as práticas

⁷⁰ WALZER, Michale. Civility and civic virtue. p. 64 Apud PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 101.

⁷¹ PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

⁷² TOCQUEVILLE a Democracia na América Apud PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

⁷³ Idem, p. 153.

⁷⁴ BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 156.

políticas e, ainda, o desempenho do governo segundo indicadores que permitissem coerência e fidedignidade dos resultados. Nesta empreitada, o autor partiu das teorias que colocam a modernização como ponto-chave para determinar as diferenças de desempenho existentes entre os governos, mas demonstrou que a existência da “comunidade cívica é um determinante mais forte que o desenvolvimento econômico (...). Quanto mais cívica a região, mais eficaz o seu governo.”⁷⁵

Esta comunidade cívica seria composta pela rede de associações horizontais que se formam em uma sociedade, sejam elas culturais, esportivas, recreativas, ambientais, cooperativas, políticas e ainda outras mais. A presença deste elemento em uma comunidade é fator capaz de gerar *virtude cívica* e estabilizar a democracia, desfavorecendo as ingerências do Estado na sociedade civil.

Por outro lado, segundo o autor, onde predominam outros tipos de relação como as verticais, representadas por laços de família mais particularistas, a eficácia das instituições seria insatisfatória, pois não se desenvolveriam processos de interação capazes de gerar confiança entre os indivíduos. Este aspecto nos lembra um pouco o que relatou Oliveira Viana sobre as instituições brasileiras e a forte presença de elites familiares na política (assunto que será melhor trabalhado posteriormente). Esta característica de nossa sociedade seria responsável por dificultar diversos aspectos desta necessária *virtude cívica* fundamental para um governo eficiente. Segundo seu estudo, as regiões menos cívicas serão as mais propícias às práticas clientelistas e personalistas, baseadas na hierarquia social.

Obter o favor dos poderosos continua sendo mais importante nas regiões menos cívicas. Lá os ‘contatos’ são cruciais para a sobrevivência, e os melhores contatos são os verticais, de dependência e dominação, e não os horizontais, de colaboração e solidariedade⁷⁶.

E não só isso, a predominância de relações sociais verticais e a baixa organização associativa dificultam a interação social e a troca de informações, enfraquecendo a sociedade civil, privando-a da discussão de assuntos importantes. O autor demonstrou que a existência desta comunidade cívica, de uma sociedade civil organizada em associações, não está restrita a certas comunidades pré-modernas e pequenas; ao contrário, pode ser encontrada em grandes e modernos centros urbanos, e que sua presença está intimamente condicionada à qualidade

⁷⁵ PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 112.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 122.

do governo. Mas destaca o peso do passado, da história de cada região na força que as tradições cívicas vão adquirir em cada ocasião.

Como nos diz o autor:

Eis uma lição a ser tirada de nossa pesquisa: o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições. (...) Tocqueville tinha razão: diante de uma sociedade civil vigorosa o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer⁷⁷.

Este texto ressalta, portanto, a centralidade da ideia da associação para o fortalecimento da sociedade civil e da democracia. Este assunto torna-se ainda mais pertinente quando pensamos em realidades como a brasileira do último século, caracterizada na literatura pela ausência de densas redes de associações. Períodos democráticos alternados a períodos repressivos contribuíram ainda mais para dificultar expectativas a este respeito. Restando as iniciativas do Estado em estimular certa integração social, assegurando, até certo ponto, a unidade.

É neste sentido que este trabalho enfoca as associações de bairro da cidade de Juiz de Fora e suas atuações durante as décadas de 1970 e 1980, período de redemocratização do país e no qual, segundo alguns autores, houve intensa movimentação associativa. Como movimentos, marcados por momentos de maior ou menor atuação, pela heterogeneidade de participantes, pela pertinência de demandas e pela forma específica como cada grupo interage com o Estado. Procura ainda questionar a propalada falta de organização da sociedade civil, que delega papel secundário aos movimentos associativos então existentes.

O conjunto de conceitos resgatados aqui neste trabalho refere-se ao mesmo universo conceitual reavivado pelos movimentos sociais contemporâneos em sua tentativa de articular com seus projetos de informação e democratização e pode também ser utilizado para compreendê-los. Tais conceitos podem ter permitido não somente seu uso ideológico, favorecedor de certas formas de mobilização, como pode apontar para o entendimento de certos problemas teóricos e práticos enfrentados pelas diversas teorias acerca dos sujeitos sociais. A retomada e a reconstrução do conceito de sociedade civil podem, ainda, ajudar a esclarecer as possibilidades e os limites dos projetos de ampliação da democracia nas sociedades democráticas⁷⁸.

⁷⁷ PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 191.

⁷⁸ ARATO, Anrew e COHEN, Jean. Sociedade Civil e Teoria Social. In: AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil e Democratização. (Coord.). **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1994. pp. 147-182.

1.2 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LITERATURA

A literatura que aborda o comportamento político do brasileiro foi e é responsável por disseminar teorias e percepções que influenciaram e influenciam a forma como é sentida a relação do brasileiro com a política. Partindo de alguns relatos, procuramos rever a história brasileira em busca de visões sobre a democracia no país e ainda de outras situações que podem ter contribuído para tais abordagens.

O desenvolvimento de uma dinâmica participativa na sociedade brasileira está longe de ser um assunto em conclusão; ao contrário, diversos estudos esforçaram-se em compreendê-lo. Cientistas políticos, sociais e historiadores, entre outros⁷⁹, preocuparam-se em entender a dinâmica dos setores populares no que se refere à sua discutida capacidade de articulação e mobilização política. Capacidade esta discutida quase sempre de forma negativa na literatura, a exemplo da afirmação de Aristides Lobo (apud BASBAUM, 1968), que quando da proclamação da república declarou que “... o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar⁸⁰”.

Reflexo deste tipo de interpretação que avalia a participação política dos brasileiros como deficitária e ineficiente ou mesmo ausente em alguns casos⁸¹ são as conclusões de Oliveira Viana (1987)⁸², que nos fornece uma certa justificativa para este tipo de interpretação quando nos diz que “(...) o brasileiro é fundamentalmente individualista⁸³”, pois aqui o homem dependente de grupo ou colaborando com o grupo não teve clima para surgir. Para Viana, o descaso do brasileiro com a política é justificado por nosso passado, pela forma como foram moldadas nossas instituições.

O autor identificou algumas características interessantes sobre a forma de se fazer política no Brasil e sobre a forma como se estruturaram algumas instituições e organizações sociais. A existência do clã parental, uma organização aristocrática, muito influente em todos

⁷⁹ É possível citar uma extensa lista de pesquisadores do tema e obras publicadas sobre o assunto, desde Oliveira Viana, passando por José Murilo de Carvalho e Fábio Wanderley Reis. Durante o texto, referência a este e outros autores embasarão esta afirmativa.

⁸⁰ Carta de Aristides Lobo ao Diário popular de São Paulo, em 18/11/1889. Citada por BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**, 1889 a 1930. São Paulo, Fulgor, 1968, p. 18.

⁸¹ Esta impressão da sociedade brasileira pode ser encontrada na obra de SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**, RJ, Campus, 1979.

⁸² VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

⁸³ *Ibidem*, p. 110.

os períodos da história brasileira, teria sido responsável não só pela expansão territorial do país, mas, sobretudo, por perpetuar uma elite no poder e uma forma particular de fazer política no Brasil. A evolução do clã parental estaria representada pelos clãs eleitorais, em vigência sobre a ordem política. Segundo Viana (1987):

Em suma, os clãs eleitorais só surgiram nos municípios por força do regime democrático inaugurado em 1822. O povo-massa sem nenhuma expressão eleitoral e fora de toda vida pública até então – passou daí por diante a participar da vida pública a valer com força numérica. Era preciso, pois, organizá-lo para este fim – isto é, para fins eleitorais⁸⁴.

Para o autor, o regime democrático se instaurou sem encontrar nos costumes e tradições desse povo nenhuma organização de interesse coletivo. A forma como se deu a evolução de nossas instituições políticas seria, portanto, responsável por transformar-nos em um povo não participativo e alheio. Neste cenário descrito por Viana, somente teriam lugar as relações verticais, favorecendo historicamente a perpetuação de práticas clientelistas e personalistas.

Apesar das ressalvas a se fazer à clássica interpretação de Oliveira Viana, no Brasil, durante muito tempo a esfera pública foi extremamente limitada, contribuindo para isso os fatores citados pelo autor, principalmente no campo. Nas áreas urbanas, as poucas associações criadas tinham pequena capacidade de pressão em virtude da rigidez do sistema oligárquico e seu espaço político “viciado e morto”.⁸⁵ O movimento operário ainda não era tido como ator relevante e tentava solucionar problemas de ação internos, como o dilema entre ação em defesa de interesses e a participação política. Neste estado de coisas, a participação poderia ocorrer na forma de manifestações abruptas de revolta diante da tendência do Estado em se expandir sobre a sociedade. Ao longo desta história de diversos movimentos, revoltas e manifestações, vistos como espasmódicos e não representativos, podem também ser sintomáticos da forma que o cidadão encontrou para participar⁸⁶. Como elucidado por José

⁸⁴ VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. P. 220.

⁸⁵ GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. (org). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Pp. 31-58.

⁸⁶ Citamos como exemplo a Revolta da Vacina, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em 1904. No início do século XX, diversas medidas estavam sendo tomadas, na então capital, com vistas à sua modernização e embelezamento, como a demolição de antigas construções e cortiços. As pessoas que moravam nesses locais foram obrigadas a procurar outro local de moradia, geralmente nos morros, longe do centro, o que gerou insatisfação. As epidemias que assolavam a cidade também tiveram tratamento enérgico por parte do governo, que tornou obrigatória a vacina contra a varíola. Este ato tornou-se o estopim para a revolta. O centro do Rio de Janeiro transformou-se em uma praça de guerra e muitos foram mortos. A revolta, a princípio, representava um

Murilo de Carvalho (2001): “o Brasil exige levar em conta outras modalidades de participação, menos formalizadas, externas aos mecanismos legais de representação”⁸⁷.

Há ainda outras interpretações expoentes desta forma negativa de encarar a participação no Brasil como os citados anteriormente, Wanderley Guilherme dos Santos e Fábio Wanderley Reis, que nas décadas de 1980 e 1990 estudaram a cidadania brasileira ou ainda a abundante literatura sobre o populismo, sobre a qual nos deteremos mais à frente.

Para Fábio Wanderley Reis (1988)⁸⁸, a grande distância que separa as massas populares dos setores de classe média e “alta” no Brasil seria responsável pela criação de um “hiato social⁸⁹”, tornando a inserção política das classes mais baixas deficiente e distorcida. Segundo Reis:

No Brasil, como quer que seja, encontram-se não somente níveis avassaladores de desinformação com respeito aos temas políticos de qualquer natureza, mas também com frequência a total falta de percepção, no eleitorado popular de qualquer relevância da política mesmo para os mais prementes problemas da vida cotidiana⁹⁰.

Porém, mesmo este autor deixa margem para interpretações que levam a crer que, mesmo muitas vezes incapaz de compreender o universo sociopolítico, o indivíduo proveniente da classe popular seria capaz de perceber dois lados opostos no processo político, porém baseado na oposição entre aqueles considerados “bons” e aqueles aos quais consideram “ruins”, ou entre o “popular” e o “elitista”.

Já para Wanderley Guilherme dos Santos (1994), a disposição de participar politicamente não é um bem desejado pela comunidade humana, em sua grande maioria, por isso mesmo os resultados de razoável número de pesquisas revelam a total desinformação e desinteresse da maioria dos cidadãos⁹¹. No entanto, Santos deixa margem para a possibilidade de surgimento de um movimento espontâneo da sociedade diferente daquele previsto inicialmente: “Da mesma forma, muitas vezes grupos e organizações emergem como resultado de uma nova ou mesmo rotineira política governamental e começam a articular demandas e a gerar pressões”⁹².

grito de insatisfação, não possuindo partido, plataforma ou objetivos explícitos. Sobre este assunto consultar: SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**. Mentis insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Ed. Scipione, 1993.

⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001, p. 67.

⁸⁸ REIS, Fábio Wanderley. Consolidação democrática e construção do estado. In: O’DONNELL, Guillermo. **A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo, Ed. Vértice, 1988.

⁸⁹ Ver sobre este assunto: REIS, Fábio Wanderley. Op. Cit.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ SANTOS, Wanderley Guilherme. **Razões da Desordem**. RJ, Rocco, 1994, p. 49.

⁹² Ibidem, p. 58.

Caracterizado, muitas vezes, como “politicamente amorfo ou inconsistente, pouco envolvido ou interessado em questões políticas e destituído de verdadeira “consciência política”⁹³”, o povo dá sinais de sua existência, nas manifestações populares. Desta forma, procuramos ir na contramão de impressões que revelam uma sociedade supostamente sem tradição associativa, e tomamos por base estudos e registros que valorizam a experiência associativa e participativa presente em variadas formas de levantes, motins, revoltas, movimentos messiânicos, associações beneficentes, greves e protestos ocorridos em diferentes momentos da história brasileira.

É neste sentido que Maria Gloria Gohn (1995)⁹⁴ registra ainda no século XIX a existência e a ocorrência de inúmeros eventos que como estes, são expoentes do movimento popular de sua época. Seu objetivo, no entanto, não foi fazer caracterizações detalhadas e específicas e sim atentar para a diversidade de tipos de movimentos e associações e mesmo a frequência com que ocorriam, revolvendo as poeiras da História em busca da memória dos movimentos e lutas sociais no Brasil, como esclarece:

Este livro objetiva resgatar na História do Brasil as ações empreendidas por diferentes classes e categorias sociais em luta pela conquista de seus direitos ou bens e equipamentos considerados como necessários, em determinados períodos. (...) Usualmente essas ações aparecem nos registros e estudos históricos como acontecimentos marginais, como disfunções à ordem social vigente. (...) A priori, sim, negamos aqueles que teimam em desconhecer as lutas e os movimentos, ou examina-los com preconceitos, transferindo às parcelas das camadas médias ou altas da sociedade, que estão ou estiveram no poder político dos aparelhos de Estado, todas as honrarias e louvores pelas mudanças sociais ocorridas na História do país⁹⁵.

Ainda segundo a autora ao iniciar o século XX o caráter cada vez mais urbano das cidades brasileiras, imprimiria um novo perfil às lutas sociais, e enumera o que seriam então estas novas categorias como lutas sociais da classe operária por melhores salários e condições de vida; luta das classes urbanas por meios de consumo coletivos; lutas das classes populares e médias por moradia; lutas sociais no campo; lutas e movimentos de raça, etnia e cor; lutas e movimentos de gênero; e as lutas cívicas.

Desta forma, é problemático dizer que no Brasil “não há povo”, ou que as pessoas que o compõem são “politicamente inconsistentes” ou mesmo que não há gosto pela democracia.

⁹³ REIS, Fábio Wanderley. O Eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria H. Tavares. **Sociedade e política no Brasil Pós-64**. Ed. Brasiliense.

⁹⁴ GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995. p. 26-60.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 45.

O problema, como levantado por José Murilo de Carvalho (1987)⁹⁶, pode estar no tipo de leitura que se faz sobre nossa população. Procura-se um “povo” semelhante ao dos países europeus, das grandes manifestações que balançaram este continente, sem entender que as realidades são diferentes, que no Brasil a desigualdade social, a democracia recente, o analfabetismo, o baixo nível de escolaridade, as dificuldades econômicas, são características inerentes à sociedade da segunda metade do século XX.

Classificar uma sociedade como politicamente participativa ou não, requer a elaboração de parâmetros de comparação e formas de padronização que podem produzir distorções na interpretação da realidade. Isso porque cada caso é único, e por isso classificar a sociedade brasileira de não participativa baseado em concepções exógenas pode não ser um exercício muito confiável.

1.2.1 – O valor das práticas democráticas em busca de revisão

O século XX iniciou um processo que se desdobrou no Brasil, a partir principalmente da década de 30, em uma sociedade de direitos, na qual tudo é definido via legislação. Regulação que pode tanto tornar legal o domínio e a usurpação como também emancipar os cidadãos. Segundo T. H. Marshall (1967)⁹⁷, a participação política está incluída no *hall* dos direitos políticos que, juntamente com os direitos civis e sociais, formam a cidadania. Segundo este autor, as sociedades evoluem à medida que conquistam uma série de direitos, iniciando pelos direitos civis, passando pelos direitos políticos e terminando com os direitos sociais. No Brasil, a partir de 1930 e do Estado Novo, aceleram-se as mudanças principalmente no campo dos direitos sociais, em menor escala para os direitos civis e de forma limitada para os direitos políticos. A “Revolução de 1930” e a extensão regulada da cidadania passam a reconhecer como cidadão apenas aquele inserido no mercado formal de trabalho. Neste caso, o aumento do alcance da cidadania se faz mais via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações do que pela expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. Tornaram-se pré-cidadãos aqueles cuja ocupação a lei desconhecia. A partir de 1931, a sindicalização por profissões, a regulamentação das profissões, a carteira

⁹⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

⁹⁷ MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

profissional de trabalho e o sindicato público definem os parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania⁹⁸.

Com esta conduta, são firmadas, então, as bases para o que foi designado como populismo: “Herdeiro do ‘clientelismo’ da Primeira República, o ‘populismo’, após 1930, teria dado continuidade a uma relação desigual entre Estado e sociedade e, em particular, entre Estado e classe trabalhadora”.⁹⁹ Weffort (1978)¹⁰⁰, um dos clássicos estudiosos do assunto, situa o populismo em dois períodos. Um a partir da década de 30, marcada pelas transformações na sociedade brasileira, principalmente nos padrões da composição urbana, com um grande afluxo de migrantes rurais atuando nas grandes cidades e a crise oligárquica. Outro, o tempo da república populista, de 1945 a 1964, período de relativa democracia.

Estabelece-se desde o início nas reflexões deste autor a noção de manipulação para entender a relação entre o líder e as massas, remontando à ideia de controle, mas também a uma forma de atendimento das demandas. Dessa forma, as massas ou setores populares não eram concebidos como sujeitos, mas sim como destinatários/objeto a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados.

Período de grandes conquistas trabalhistas e sociais, mas também de grandes doses de repressão, próprias de uma ditadura, este teria sido o berço da “política de massas”, que, segundo a definição de Francisco Weffort (1978), seria marcada pela presença de “um grupo de dominantes que promove a inserção do grupo de dominados, que, por sua vez, irão sustentar o regime dos dominantes”.¹⁰¹

Para este autor, entre 1930 e 1964 a incorporação das massas ao jogo político deu-se mediante a uma democracia parcial, com certas distorções. Neste cenário, mesmo o movimento estudantil e os sindicatos, apesar de presentes, não seriam representativos, mas minoritários, sem expressão e dependentes ideologicamente. Nesta democracia parcial, as massas se mostrariam dominadas politicamente, pois, apesar de haver o sufrágio, haveria um sistema que reproduziria a dominação, já evidenciando algumas condições para o estabelecimento de um governo populista como massificação, perda da representatividade da classe dominante e a presença de um líder carismático¹⁰².

⁹⁸ SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 64.

⁹⁹ FERREIRA, Jorge. (org). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 61.

¹⁰⁰ WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁰¹ Ibidem, p. 13.

¹⁰² É digna de registro, ainda, no elenco das formulações que enfatizam o caráter limitado da participação política no Brasil e, em certa medida, o viés manipulatório da forma como o Estado promove a incorporação dos setores populares, a obra de Simon Schawrtzman (1982). Herdeiro das proposições de Raimundo Faoro (1958), Schwartzman distingue dois padrões de relação entre Estado e Sociedade no Brasil. O primeiro, moderno,

Um recente movimento revisionista vem balançando interpretações consagradas como esta, levantando críticas à noção cristalizada de populismo. Esta caracterização firmou-se entre os estudiosos a partir da década de 1960, e a aplicação do termo difundiu-se entre as Ciências Humanas. Na esteira da noção de populismo, diversos conceitos e características foram também amplamente utilizados para o estudo das relações trabalhistas, do funcionamento dos sindicatos, da dinâmica dos movimentos sociais e principalmente para a análise da relação Estado - Sociedade.

Com o fim do Estado Novo, tem início um período democrático, no qual a ausência da ditadura e a presença do sufrágio seriam responsáveis por caracterizá-lo como um período de paz social (sem a repressão da ditadura). Mas é procurando rever este e vários outros pontos desta interpretação que estudos recentes¹⁰³ empenharam-se em buscar nas experiências de luta dos trabalhadores subsídios para o questionamento desta caracterização e também da noção de populismo para o período, que se estendia agora aos governos posteriores a Vargas, procurando valorizar o papel desempenhado pelos trabalhadores na luta pelo reconhecimento e cumprimento de seus direitos, seja no trabalho, na vida social ou política.

Neste compasso, também o movimento sindical tem sua atuação destacada, principalmente naqueles momentos em que consegue ser atuante mesmo diante das limitações da legislação. Para além das discussões sobre o papel dos sindicatos e do partido, da ideologia presente, é interessante notar o surgimento de movimentos com ampla participação de trabalhadores e simpatizantes de todos os tipos em torno da defesa do que consideram como seus direitos. Aliás, a tomada de consciência cada vez mais forte entre trabalhadores e

radicado em São Paulo, seria marcado pela representação de interesses, que se articulam na esfera do mercado e se projetam no sistema político, por força do dinamismo da economia paulista e de sua integração por mecanismos de mercado. O padrão de São Paulo, contudo, estaria contido pelo padrão prevalecente no resto do país. A fragmentação da estrutura econômica e a prevalência do patrimonialismo tornariam inefetiva a política de representação, favorecendo as ações de cooptação, pelo Estado, de eventuais interesses que se desenvolvem com o avanço do processo de industrialização e urbanização. O Estado, por assim dizer, antecipa-se à afirmação destes interesses e os mantém circunscritos à sua órbita, impedindo sua manifestação autônoma. No limite, noutra chave, reedita-se aqui a antiga proposição de que no Brasil a participação não se verifica com autonomia, sendo permanentemente limitada pelo Estado. FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre, Globo, 1958; SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

¹⁰³ Volto a destacar as seguintes obras e autores: FERREIRA, Jorge. (org). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997; FONTES, Paulo. **Trabalhadores e Cidadãos**. Nitro-química: A fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Anna Blume, 1997; FORTES, Alexandre et al. **Na luta por direitos**. Estudos Recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Unicamp, 1999; GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988; GOMES, Ângela de Castro. **O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito**. In: FERREIRA, Jorge. (org). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Pp. 31-58; RAMALHO, José R.; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro. A trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2001; MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos**. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura.

cidadãos da existência de direitos que são seus seria decisiva nesse processo. Processo que ocorrerá com semelhanças também entre os demais movimentos sociais do período democrático compreendido entre 1945 e 1964.

Processos de luta como os analisados ajudam-nos a vê-los de outro modo na relação Estado - setores populares - trabalhadores e a ressignificar sua atuação não mais como massa de manobra, mas como sujeitos nesta relação política. Avanços como estes foram acontecendo até a década de 1960, quando os conflitos entre as elites governantes acabaram por inserir o país em longos anos de Ditadura Militar e de restrições dos direitos políticos. Os governos militares restringiram cada vez mais os direitos políticos e civis. O movimento militar de 1964 iria dar velocidade à expansão da cobertura previdenciária legal à população brasileira, sem abrir mão, contudo, da vinculação entre benefícios sociais e acumulação de riquezas¹⁰⁴. Eram poucas, durante os anos mais duros do governo militar, as formas de participação política da população, e aqueles que se enveredavam por outros caminhos como a luta armada acabavam, muitas vezes, silenciados nos “porões da Ditadura”.

É amplamente conhecido e debatido o espaço de tempo compreendido entre 1964 e 1985, seja pela violência dos mecanismos de exceção, seja pela restrição do direito de voto – este, um dos expoentes de um estado democrático. Durante mais de vinte anos, as formas de participação política da população em geral estiveram bastante limitadas. Ao final dos anos 70, a Ditadura Militar brasileira dava sinais de esgotamento e passou a conduzir o que foi chamado de transição democrática, “lenta e gradual”. Foi neste período que as formas associativas ganharam força, aproveitando o momento econômico e político do país, e foi também quando o Brasil vivenciou suas grandes manifestações públicas e suas grandes greves operárias.

Experimentando a restrição do direito de voto – um dos meios formais de participação em um governo democrático –, sendo cerceado intensamente por mecanismos de coerção, o cidadão que viveu este período encontrava poucas alternativas de participação política. O arrefecimento dos mecanismos de coerção e a esperança de maior participação política e de melhores condições de vida, a partir do final da década de 1970, fizeram com que se experimentasse o alargamento das possibilidades de canalização das reivindicações

¹⁰⁴ SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**, RJ, Campus, 1979, p. 32.

1.3 – URBANIZAÇÃO EXCLUDENTE E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

De maneira geral, é possível discutir a segunda metade do século XX no Brasil como o espaço de tempo no qual as transformações econômicas, sociais e políticas ocorreram com maior velocidade e intensidade. Desde o início das políticas desenvolvimentistas da “Era Vargas”, passando pelos “anos JK”, o foco esteve na industrialização como forma de desenvolver econômica e socialmente o país. Este processo foi acompanhado pela crescente urbanização das cidades, que aumentaram seu contingente populacional de maneira significativa em pouco espaço de tempo. Disso resultou uma certa deficiência na disponibilização de infraestrutura básica aos novos moradores das cidades e insuficiente distribuição de recursos de bem-estar social. Conforme veremos a seguir, o surgimento de inúmeros movimentos associativos decorreu em boa medida das lacunas deixadas pelo aparelho administrativo, daí boa parte das reivindicações pautarem-se em temas que vão desde aumento de salário e melhores condições de trabalho até melhorias nos serviços de saúde, transporte, educação e saneamento.

Os movimentos urbanos, formados para defender interesses de comunidades ou bairros específicos, principalmente naqueles locais mais carentes, onde a concentração de pessoas das classes sociais mais baixas era predominante, começariam a surgir e a adquirir força na década de 1940. Segundo Malori José Pompermayer (1987)¹⁰⁵, em Belo Horizonte, entre 1946 e 1964, foram criadas vinte associações comunitárias, com forte presença do movimento de favelados. O autor coloca a origem desses movimentos na política populista¹⁰⁶ de incorporação dos setores populares promovida pelo Estado. Da mesma forma, Renato Raul Boschi (1987)¹⁰⁷, ao estudar o Rio de Janeiro, também situa nesta década o surgimento das primeiras associações de moradores, e já define as principais características desses movimentos, como a tendência à autonomia e a preferência pelo contato direto (individual ou coletivamente) para o acesso ao Estado¹⁰⁸. Seria característica deste tipo de movimento a preferência pela ação direta e reivindicativa no relacionamento com o poder público, evidenciando a presença de uma força popular forte e atuante.

¹⁰⁵ POMPERMAYER, Malori J. **Movimentos Sociais em Minas Gerais**: emergência e perspectivas. Editora UFMG, Belo Horizonte, 1987, p. 9.

¹⁰⁶ Grifos meus.

¹⁰⁷ BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987, p. 46.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 48.

Com uma formação heterogênea, esses movimentos protestavam e empunhavam bandeiras das mais diversas e, muitas vezes, sustentavam certa independência. Lutavam contra a carestia, por maior qualidade de vida, até reivindicações pacifistas e ambientais. Grupos mais combativos conviviam, mantendo, na maioria das vezes, um relacionamento de colaboração com outros grupos.

A evolução do movimento associativo tem seus reflexos mesmo durante o governo de Juscelino Kubitschek, tomado como o auge do modelo nacional desenvolvimentista e como período de estabilidade política e prosperidade econômica. As organizações populares presentes nos bairros e subúrbios operários desempenharam papel importante neste contexto¹⁰⁹. De mais a mais, pode-se dizer que o período compreendido entre 1945 e 1964 foi desde a Proclamação da República até o início da redemocratização o mais democrático, ocorrendo periodicamente eleições diretas e com um considerável alargamento do sufrágio. Mantiveram-se no período os direitos sociais anteriormente garantidos, assim como os políticos e civis. Com certa liberdade política e crescimento urbano, associações da sociedade civil começaram a surgir e a participar do governo, fortalecendo-se outros grupos como sindicatos e partidos políticos. Este seria um período de transição, concretizada somente na década de 1970¹¹⁰.

Vilmar Faria (1986)¹¹¹, que estudou as modificações na estrutura do emprego e das ocupações entre 1950 e 1980, destacou a ocorrência de mudanças significativas na natureza das ocupações e na qualificação da mão de obra, assim como a crescente urbanização da força de trabalho neste período. Para o autor, a expressão ‘país essencialmente agrícola’ podia ser aplicada para caracterizar superficialmente o Brasil do imediato pós-guerra. Isso porque, segundo dados levantados, 62,8% dos domicílios brasileiros eram classificados como rurais; 78,5% da população residia em áreas rurais e 57,8% do total das ocupações estavam ligadas à agropecuária e à extração¹¹². Tomando como marco a década de 1950, o Brasil sairia de uma

¹⁰⁹ Paulo Fontes, ao estudar a dinâmica dos trabalhadores de uma indústria de São Paulo na década de 50, relata o apoio que moradores de suas proximidades dispensavam às causas operárias em momentos de protestos e greves. FONTES, Paulo. **Trabalhadores e Cidadãos**. Nitro-quinica: A fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Anna Blume, 1997

¹¹⁰ Esta percepção está presente de diferentes formas em autores como Leonardo Avritzer, Malory José Pompermayer e Renato Boschi. AVRITZER, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo**. Lua Nova – Revista de Cultura Política, 39, 1997: 149-174; POMPERMAYER, Malory J. **Movimentos Sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 1987; BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987, p. 46.

¹¹¹ FARIA, Vilmar. **Mudanças na Composição do Emprego e na Estrutura das Ocupações**. In: BACHA, Edmar Lisboa e KLEIN, Herbert S. (Org). **A Transição Incompleta: Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. P. 75-108.

¹¹² *Ibidem*, p. 76.

economia baseada no modelo agroexportador, passando a considerar a industrialização como o impulso de uma ideologia desenvolvimentista.

O liberalismo, que até então prevalecia no imediato pós-guerra, foi substituído rapidamente pela intervenção do Estado. Trinta anos depois, a situação haveria de se modificar completamente. O volume da urbanização ocorrida no Brasil entre 1950 e 1980 não deixa dúvidas quanto à crescente concentração da população brasileira em áreas urbanas. Em um curto espaço de tempo, passa-se de uma população predominantemente rural para uma predominantemente urbana, tornando-se uma sociedade urbano-industrial complexa e diferenciada. “Tanto a estrutura de seu sistema urbano como de suas ocupações, moveram-se no sentido de maior heterogeneidade, aguçando os desequilíbrios e desigualdades”¹¹³, neste estado de coisas a população brasileira em situação de pobreza absoluta por volta de 1974, segundo Vilmar Faria, era de cerca de 30 por cento.

Em 1980, o Brasil estava entre as dez maiores economias industriais do mundo, e em termos de volume do produto industrial, 68,9% dos domicílios eram classificados como urbanos, 67,7% da população vivia em áreas consideradas urbanas e a participação da População Economicamente Ativa (PEA) no setor agrícola e extrativo havia baixado para 30%¹¹⁴. Essas transformações ocorreram em curtíssimo espaço de tempo se comparado, por exemplo, ao processo ocorrido dos Estados Unidos, onde a parcela urbana da população levou 80 anos (1870 a 1950) para aumentar de 25% para 64%¹¹⁵.

Para Faria (1986), um crescimento de tal magnitude, em ritmo tão acelerado não poderia dar-se sem que acarretasse profundas modificações na estrutura espacial, demográfica e social do país, o agravamento de antigos e o surgimento de novos desequilíbrios setoriais, regionais e sociais, não acarretando, no entanto, a eliminação de situações de extrema pobreza e de marcada exclusão social¹¹⁶.

Apesar dos percalços, o movimento associativo cresceu no Brasil e a partir da década de 1970 começam a dinamizar suas ações em busca de participação e melhorias sociais. A coletividade entrava em cena então e, à sua maneira, a sociedade procurava meios de fazer valer seus anseios de participação em um esforço que seguia paralelo àquele conduzido pela

¹¹³ FÁRIA, Vilmar. Mudanças na Composição do Emprego e na Estrutura das Ocupações. In: BACHA, Edmar Lisboa e KLEIN, Herbert S. (org.). **A Transição Incompleta: Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p 147

¹¹⁴ Ibidem, p. 77.

¹¹⁵ KATZMAN, Martin T. Urbanização no Brasil a partir de 1945. In: BACHA, Edmar Lisboa e KLEIN, Herbert S. (Org). **A Transição Incompleta: Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 179.

¹¹⁶ FÁRIA, Vilmar. Op. Cit. pp. 80-91.

redemocratização. Estes movimentos passam então a pressionar por novas e amplas formas de inserção da coletividade na produção e solução de demandas.

1.4 – O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E SEU IMPACTO NA DINÂMICA ASSOCIATIVA

Ao final do domínio do governo dos militares no Brasil, os sinais de seu fim estavam evidentes e, apesar da forte pressão exercida pela opinião pública e pelas manifestações que então ocorriam, o processo de transição democrática foi, em grande medida, determinado pelo governo. Donald Share e Scott Mainwaring (1986)¹¹⁷ nos ajudam a compreender um pouco mais sobre o período, aqui objeto de estudo, denominado de redemocratização e caracterizado por ser um período de transição de uma forma autoritária de governo para uma forma democrática. A maneira como foi conduzido este processo, denominado pelos autores de *transição pela transação*, que se refere a casos em que o regime autoritário inicia a transição, fixa alguns limites para a mudança política e permanece como uma força eleitoral relativamente importante durante a transição. A noção de “transação” sugere negociação, normalmente implícita, entre as elites do regime autoritário e da oposição democrática. Aquela permaneceria em situação de influenciar significativamente os rumos da mudança, mas o grau de controle do regime seria relativo, não conseguindo determinar completamente a natureza da transição. Na verdade, já no final de 1983 o caso brasileiro não mais se adequava claramente ao tipo ideal de uma transição pela transação, já que as divisões internas entre os militares e as pressões populares pela redemocratização fizeram com que o governo perdesse o controle, modificando o ritmo do processo. As elites controlaram aspectos importantes da mudança política, havia um nível relativamente baixo de violência e um grau relativo de estabilidade.

Segundo os autores, havia um contexto de limitada participação popular, limitada ou inexistente legitimidade cultural das instituições democráticas e também limitada interdependência global e influência externa da política interna. Tudo isto teria facilitado a democratização gradual controlada pela elite. Neste período, a mobilização popular, as pressões externas e a oposição interna podem ter sido importantes, mas seriam fatores secundários na configuração do processo. Os momentos mais importantes deste processo incluíram a diminuição da repressão em 1974, a anistia política e o restabelecimento de importantes liberdades civis em 1979, as eleições diretas para governador em 1982 e a eleição

¹¹⁷ SHARE, Donald e MAINWARING, Scott. **Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha.** In: DADOS, Rio de Janeiro, IUPERJ, Vol. 29, número 2, 1986.

de um presidente opositor em 1985. Até 1983, o regime manteve-se à frente do processo de redemocratização, quando depois as forças opositoras começam a ditar o *timing* sem, contudo, abandonar completamente a cena.

Para Share e Mainwaring (1986), os regimes autoritários tornam-se democráticos por escolha ou necessidade. Isso significa que fatores como mobilização de massa, pressões internacionais e sucesso ou fracasso econômico são inicialmente menos importantes. A democratização aparece como o melhor meio para se evitar uma erosão da coesão militar. No caso brasileiro, as justificativas aceitáveis que deram legitimidade à sua continuidade, os inimigos contra os quais lutavam, já estavam superados e a parte da coalizão autoritária que apoia o regime principalmente por hostilidade ao regime anterior, democrático, já havia se desagregado. O regime autoritário instaurou-se com a pretensão de esmagar uma presumida ameaça esquerdista e, por este motivo, durante um longo tempo as lideranças encarariam a esquerda como um inimigo com quem nenhuma negociação era possível. A decisão de democratizar dependeu das garantias de exclusão da esquerda comunista. Uma das consequências, apontadas pelos autores deste tipo de transição, é a continuidade de alguns fatores entre o regime autoritário e o democrático.

Para Bolívar Lamounier (1990)¹¹⁸, a década de 1980 apresentou tamanha complexidade e conjunção de acontecimentos que se tornou um período ímpar em nossa história, não podendo ser mesmo qualificada de “década perdida”. Com os sistemas econômico e político em crise e uma sociedade que se tornava, em poucos anos, predominantemente urbana sem que houvesse correlação entre crescimento e urbanização, o governo via seu potencial de resolução de conflitos diminuir significativamente. Segundo Lamounier (1990, p. 15):

(...) o aumento e o caráter fortemente corporativo da participação intensificaram as demandas e pressões sociais num momento em que eram declinantes a capacidade decisória do sistema político e a capacidade de acomodação do sistema econômico. A participação a que nos referimos é tanto a associativa quanto a eleitoral¹¹⁹.

É possível dizer que as fases iniciais de um novo regime fixam as regras do jogo, os modos de interação política e os limites de comportamento e da mudança política. Se bem sucedida, propicia um ambiente relativamente pacífico para o estabelecimento da democracia. A desmobilização da sociedade também confere à jovem democracia um caráter elitista. A

¹¹⁸ LAMOUNIER, Bolívar. (org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré/IDESP, 1990.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 15.

ausência de importantes mudanças sócioeconômicas tornou impossível a solução de algumas questões fundamentais como a reforma agrária e uma justa distribuição de renda.

No Brasil, entre 1974 e 1982, a democratização frequentemente ultrapassou os limites que os líderes autoritários desejavam fixar. Entre 1977 e 1980, o ressurgimento da mobilização popular pegou os líderes de surpresa. A partir de 1983, o regime começou finalmente a se desagregar sem qualquer controle. A mobilização nacional por eleições diretas no início de 1984 e a crise econômica que então assolava o país contribuíram muito para desestabilizar o processo.

No Brasil, como na América Latina, a década de 1980 oscilou entre o otimismo do retorno à democracia e a insegurança provocada pela instabilidade econômica e política¹²⁰. O período de 1974 a 1988 pode ser caracterizado pelo início da redemocratização do país, pela redução no ritmo de crescimento econômico, pelo aumento da inflação e pelo aumento da população com considerável agravamento das condições sociais e maior concentração de pessoas em áreas urbanas.

Quando, a partir de 1974, os mecanismos de exceção começam a ser gradualmente extintos, a sociedade encontra novamente espaço para participar, de várias formas, institucionalizadas ou não, da vida política do país. Por isso, o período de redemocratização tornou-se aqui o espaço ideal para o estudo das implicações que a presença de movimentos associativos populares trouxe para a prática da participação política e do atendimento de demandas. Isto porque passado o período mais duro do governo militar, a partir de 1979, as medidas de coerção começam a diminuir e a abrir espaço para diversos tipos de manifestações, até então escondidas por trás da violência do regime. Não só manifestações de protesto em praça pública começam a proliferar pelo país, como cada vez mais os movimentos artísticos e culturais iriam ter como tema o repúdio as práticas antidemocráticas dos militares.

Procurando não idealizar demais movimentos sociais e sua capacidade de ação e mobilização, é preciso compreender sua real importância e amplitude na sociedade brasileira. De forma geral, os anos 1970, principalmente, trouxeram à cena uma camada popular mais participante. Setores sociais tradicionalmente excluídos da política passaram a se organizar para reivindicar maior igualdade, sentindo-se parte deste sistema político.¹²¹ Ruth Cardoso salienta que apenas a existência de manifestações populares não autoriza dizer que possuem

¹²⁰ LAMOUNIER, Bolívar. (org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré/IDESP, 1990, p. 13.

¹²¹ CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria H. Tavares. **Sociedade e política no Brasil Pós-64**. Ed. Brasiliense, 1983. P. 216

função política, pois há que fazer referência ao contexto no qual emergem. E é justamente este um dos fatores mais intrigantes do período estudado. O cenário político e social brasileiro entre 1974 a 1988 passava por grandes e profundas mudanças e, neste período, mais do que em qualquer outro, via-se a sociedade querendo, desejando participar, reclamando mais igualdade.

Não é tarefa das mais fáceis quantificar essa participação política propiciada pelas associações de bairro, ou mesmo sua qualidade ou abrangência. Mas, no exercício de tentar compreender esta parte do fazer político do cidadão, foi possível perceber como é conflituoso lidar com o tema. Não há consenso sobre a melhor forma de se exercê-la, nem parâmetros para comparação equivalentes. E ainda há o risco de, ao comparar, constatar que se tratava de uma média de participação normal, aquilo que julgávamos ser um caso típico brasileiro. Mesmo a interpretação que se faz deste povo e de sua participação é ainda mais complexa, de Oliveira Viana a Wanderley Guilherme dos Santos, passando pelos teóricos do populismo que sempre viram o povo como massa de manobra, alheio às questões políticas e desinteressado.

Ao procurar estudar a participação política dos setores populares, buscamos nas associações de bairro o *locus* desse popular e de sua participação. Isso porque, mesmo com 60% da mão de obra empregada formalmente na década de 70, não era nosso objetivo pesquisar o sindicato, mesmo sabendo que o popular poderia sim ser aquele do sindicato. Da mesma forma, era marcante a presença de pessoas empregadas e até estudantes entre os participantes das associações, compartilhando objetivos mesmo não apresentando maiores vínculos com o bairro.

É importante salientar que autores como Boschi (1987)¹²² e Avritzer (1997) insistem neste aspecto do associativismo para o caso brasileiro e latino-americano. Os autores observam, ainda, um crescimento significativo do associativismo no Brasil ao longo do século XX, principalmente durante a década de 1970. Alguns aspectos seriam característicos dos movimentos sociais do período como o apartidarismo e a isenção ideológica, bandeiras que muitos movimentos empunhavam, pelo menos no início de sua atuação, como é o caso de um dos movimentos estudados. Ao analisar a relação entre os partidos políticos e os movimentos, Ruth Vasconcelos (1995)¹²³ demonstra como o discurso de isenção política de muitos movimentos e militantes pode ser visto como uma forma de afirmar-se como um movimento popular autônomo, desvinculado de influências externas. Para a autora, vários estudiosos

¹²² BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

¹²³ FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. **Os Novos Movimentos Sociais Urbanos: que personagens são estes?** Revista Estudos, Maceió, v. 05, p. 47-58, 1995.

analisavam os movimentos como sendo formadores de uma nova cultura política em função de sua prática autônoma em relação ao Estado, aos políticos profissionais e aos partidos políticos. Este seria um traço comum no discurso das lideranças, ou seja, a ênfase no antipartidarismo (DINIZ e BOSCHI, 1989) bem como a declaração de que são antipartidários, mesmo quando são notórias as suas vinculações político-partidárias. Essa ênfase no antipartidarismo e o empenho em mostrar-se independente de tudo o que se refere aos canais tradicionais da política pode ser sintoma do quão desgastada era a imagem do sistema político-partidário brasileiro. Sua força advinha, portanto, não do governo, mas da sociedade civil, sistemas distintos no jogo de forças das nações modernas.

Em 1984, a sociedade demonstraria seu poder de mobilização em manifestações históricas pela realização de eleições diretas para presidente. No entanto, a derrota da emenda Dante de Oliveira frustrou muitas expectativas e, em 1988, a convocação da Constituinte vem como última resposta a este furor associativo e à agitação que desde os anos finais da Ditadura vinha tomando conta do país. Cansados dos vários anos de Ditadura e das dificuldades de participação, o cidadão passa a acreditar que a luta pela democracia seria a solução para os problemas sociais e econômicos que afligem o país naquele momento. O início de uma esperança democrática nos anos 1990 de certa forma acalma os ânimos. A extensão do direito de voto e o recomeço da democracia nos anos 1990 faz com que muitos dos movimentos em atuação no período passem a se envolver em outras causas e objetivos, dando novo caráter aos movimentos sociais da década de 1990 e principalmente do século XXI.

Na intenção de entender ou procurar entender esta participação política, este trabalho procura qualificar estas associações como parte constituinte da totalidade dos movimentos sociais e entender de que forma sua existência e a atuação de seus membros contribuíram para um melhor governo e melhorias efetivas na vida da população. Isto porque, neste fator, reside uma das formas possíveis de se medir a qualidade da participação: sua influência na tomada de decisões e na qualidade dos governos.

Na relação explorada neste trabalho, entre sociedade e Estado, é possível enxergar diversas formas de poder e capitais simbólicos, e essa relação desigual, essa diferença, é importante quando o objetivo é valorizar cada pequena conquista conseguida pelos militantes, e para perceber que, apesar de possíveis derrotas, há um fortalecimento do movimento associativo. Tudo isso para não correremos o risco de só enxergarmos as derrotas e dessa forma ratificar a dominação e a manipulação.

1.5 – O MOVIMENTO COMUNITÁRIO COMO PARTE DA CATEGORIA MOVIMENTO SOCIAL

Dado o peso que a literatura política confere às associações e aos movimentos sociais nos governos democráticos, conforme visto anteriormente, foram analisados os estudos sobre o tema no que diz respeito à recente dinâmica dos movimentos sociais no Brasil. Como já foi dito, governos e sociedades politicamente eficientes podem ser resultantes da manutenção de interações horizontais promovidas entre a sociedade organizada na forma de associações e o governo para a execução das tarefas de fiscalização e reivindicação.

Os movimentos sociais identificados no contexto da redemocratização brasileira podem ser caracterizados de acordo com vários fatores, tendo o seu surgimento mais ligado à esfera da reprodução cultural, da socialização. Manifestavam-se através de formas de protesto não institucionais, voltados para problemas de qualidade de vida, igualdade, participação e direitos humanos. Podem ainda ser entendidos como uma forma de resistência à tendência crescente de colonização do mundo da vida¹²⁴ pelos sistemas econômico e administrativo através do dinheiro e do poder. Geralmente encontravam apoio na nova classe média, nos jovens e naqueles grupos com maiores níveis educacionais, formando grupos heterogêneos que criticavam a forma como o crescimento econômico prejudicava, principalmente, os moradores das periferias das cidades.

Segundo Ana Maria Doimo¹²⁵, a categoria movimento social possui uma conceituação controversa, devido à amplitude de seus significados, mas que se assemelham quanto aos objetivos e formas de ação. Possuem como meta a melhoria de vida do morador, do trabalhador, do cidadão, utilizando-se canais formais ou não para encaminhar suas demandas ao poder público. Dentre os movimentos sociais urbanos, característicos da sociedade contemporânea, as associações de bairro ou movimentos comunitários ou ainda sociedades pró-melhoramentos são de fundamental importância para o fortalecimento de redes de interação social fora do mercado de trabalho e do nível institucional.

Ainda segundo Doimo (1995), a contextualização histórica para o surgimento dos movimentos sociais pode ser buscada na designação inicialmente conferida ao movimento

¹²⁴ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

¹²⁵ DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Anpocs, 1995. P. 38

operário europeu, sendo que posteriormente o desenvolvimento do conceito esteve ligado ao marxismo e à organização racional da classe trabalhadora.

“(...) essa categoria adquiriu, bem antes da crise do socialismo real e da queda do muro de Berlim, a capacidade de referir-se a uma multiplicidade de novas formas de participação igualmente pensadas em função da alteração da lógica capitalista, só que, agora, organizadas espontaneamente na esfera da cultura enquanto ‘novos movimentos sociais’¹²⁶”.

No livro “A Vez e a Voz do Popular”, Doimo busca compreender a forma de ação de muitos destes movimentos e a transformação de sua postura para as décadas de 1970 e 1980. Procura ainda discutir “o significado político da participação desta base social mal integrada no mundo do trabalho, ou mesmo excluída deste”. E complementa:

Nessa perspectiva, quando falamos em ‘novos movimentos sociais’ estamos lançando mão de uma categoria europeia, cunhada por intelectuais europeus para dar conta daquele perfil de condutas coletivas e de conexões ativas entre diversos agenciamentos que, nos anos pós-70, passaram a agir em torno da crise do padrão assistencial-previdenciário do *welfare state* e das transformações da própria sociedade industrial. Por outro lado, quando falamos em ‘movimento popular, estamos diante de uma categoria reconhecidamente latino-americana, cunhada em tempos de autoritarismo político pela confluência de outros tantos agenciamentos, para referir-se a uma vasta gama de movimentos reivindicativos referidos ao Estado do ‘mal-estar social’. Ambos, porém, não deixaram de se pautar igualmente por condutas de ação-direta sobre o sistema de decisões e, respeitadas as diferenças e as especificidades conjunturais, inscrevem-se na categoria de campos ético-políticos já que, para além das reivindicações locais e pontuais, influíram nos padrões de convivência política (DOIMO, 1995, p.38)¹²⁷.

Wanderley Guilherme dos Santos (1993), ao discutir acerca da associação entre o desenvolvimento econômico e o fomento à dinâmica associativa no Brasil, diz que apesar de a sociedade brasileira ter experimentado um crescimento econômico desde a década de 1960, passando de uma sociedade agrária a um país urbano e industrializado, ela ainda apresentaria uma escassa participação política. No entanto, a tese de que o desenvolvimento econômico influencia a participação política ou potencializa o movimento associativo possui um contraponto na obra de Putnam (2007), que assegura que ‘a riqueza e o desenvolvimento econômico não esclarecem tudo¹²⁸’. Para explicar as diferenças no desempenho institucional,

¹²⁶ DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Anpocs, 1995. P. 38

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.p. 100.

principalmente entre as regiões Norte e Sul da Itália, comunidades com diferenças econômicas consideráveis, o autor cita duas possibilidades: a modernidade socioeconômica e a “Comunidade Cívica”, isto é “os padrões de participação cívica e solidariedade social” (PUTNAM, 2007, p. 97)¹²⁹. Segundo Putnam (2007):

A força das tradições cívicas é deveras persistente. Além disso, (...) é a atual participação cívica e não o atual desenvolvimento sócio econômico, que influencia diretamente o desempenho do governo regional. (...) Essa relação inesperada e fundamental entre civismo e economia lança nova luz sobre o velho debate acerca do descompasso econômico entre o Norte e o Sul, não apenas na Itália, mas também no plano global¹³⁰.

Desta forma, arriscaremos aqui alguma interface entre as abordagens, na intenção de melhor entender a configuração que então se apresentava aos movimentos sociais em atuação durante a redemocratização, procurando comprovar se, na segunda metade do século XX ou especificamente no período estudado, existiam sistemas de participação cívica em funcionamento, ainda que fragmentados. Este sistema é composto de uma diversidade de associações originalmente políticas, ou não, como as associações comunitárias, as cooperativas, os clubes desportivos, os partidos de massa, as lojas e círculos maçônicos, clubes, sociedades de mútua assistência e ainda outras similares¹³¹.

Em que pesem as observações de Doimo, o tipo de participação que se estabeleceu através dos movimentos do período, proliferou regido por uma lógica consensual-solidarística, responsável por gerar estados de mobilização e recursos de pressão em vez da lógica racional-competitiva, voltada à eficácia decisória. A autora situa os movimentos de ação-direta como parte do fenômeno de socialização da política, que ampliou as possibilidades de surgimento de novos formatos de participação política¹³².

A existência de um passado que instituiu o personalismo e as práticas clientelistas como formas de fazer política no Brasil também se fazia presente no final do século XX. Muitas associações tornaram-se reféns desta forma de relacionamento enraizada na cultura política brasileira, e dos seus resultados. Outras que procuraram seguir caminhos diversos não encontraram no sistema a abertura necessária, partindo então para a ação-direta descrita por Doimo como característica de muitos movimentos.

¹²⁹ PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 97.

¹³⁰ Ibidem, p. 167.

¹³¹ Ibidem.

¹³² DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Anpocs, 1995,

A vinculação com a Igreja também era uma característica específica dos movimentos do período no Brasil. Muitos dos grupos surgiram a partir das reuniões de pastoral, cursos bíblicos e do trabalho nas CEBs. Estes, e ainda outros, utilizaram por muito tempo a estrutura fornecida pelas Igrejas para realizarem reuniões e encontros. O apoio recebido marcou significativamente os movimentos, sua ação e ideologia. Pautada na libertação dos mais pobres da opressão e do jugo capitalista, a “proteção” oferecida pela Igreja, durante a Ditadura Militar e no processo de redemocratização, foi fundamental para a sobrevivência de muitos.

A interpretação presente na literatura é outro fator significativo na compreensão dos acontecimentos do período. Diversas visões, internas e externas, se combinavam, construindo aquilo que representava a compreensão que os movimentos faziam de si mesmos e que servia de base para formar sua ideologia e sua ação. Na década de 1970, a noção de “Movimento Social Urbano” associava o povo à derrubada das estruturas de dominação, o que colocava seus militantes na posição de agentes salvadores. Essas abordagens continuavam insistindo no potencial transformador dos movimentos sociais em termos políticos, econômicos e sociais¹³³.

Neste sentido, Ruth Cardoso adverte para os perigos de promover interpretações como estas. Segundo a autora¹³⁴, é inegável que os anos 1970 trouxeram à cena uma camada popular mais participante. Setores tradicionalmente excluídos da política passaram a se organizar para reivindicar maior igualdade, sentindo-se parte do sistema político. Apesar do contexto de reorganização do estado e da sociedade, passado o período de maior repressão, assiste-se a uma revitalização das manifestações populares.

No estudo destes movimentos, sua existência deve ser referenciada ao contexto no qual emerge procurando localizar as condições de sua eficácia ou não. A origem destas manifestações pode ser buscada no contexto político repressivo anterior, e derivaria disto a necessidade de muitos movimentos em demonstrarem sua força combativa em detrimento do diálogo. Para Cardoso, o prisma pelo qual os movimentos do período foram analisados confundiu seu caráter antigoverno com uma crítica radical ao sistema político. Muitas abordagens privilegiariam a rebeldia das massas contra o autoritarismo, esperando uma explosão dos excluídos. No entanto, a classe popular que se manifesta nos anos 1970 luta para que a sociedade política a reconheça. É como parte deste sistema que reclamavam maior

¹³³ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Diferentes atores em papéis diversos: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora. (1983-1988)**. 1990. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 1990. p. 8

¹³⁴ CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria H. Tavares. **Sociedade e política no Brasil Pós-64**. Ed. Brasiliense, 1983. P. 216.

igualdade e mais participação. Segundo a autora, é possível dizer que a expressão classes populares se refere, em geral, à presença de setores sociais que empobrecem com o modelo de desenvolvimento em curso e que estiveram excluídos das decisões políticas. Entretanto, as pesquisas que procuram descrever a ação política popular nem sempre demonstram a existência dessas características¹³⁵.

Para o tema específico das associações de bairro, o livro de Renato Raul Boschi, “A Arte da Associação”, torna-se um importante referencial teórico por focar as “vicissitudes da associação sob um regime autoritário em transição e outras formas de mobilização”.¹³⁶ O texto de Boschi contribui para o entendimento da função dessas associações na realidade política, econômica e social do país, assim como ajuda a identificar as demandas que animavam estes grupos e o campo de ação de seus participantes. O estudo demonstra que o espaço criado por estas associações representa, neste momento, uma possibilidade de exercício da democracia, em um regime que gradualmente abria suas instituições políticas. O autor estuda vários tipos de associação, como os sindicatos e os partidos políticos, mas este trabalho se atém, em especial, aos capítulos sobre as associações de bairro e aos estudos de caso para as cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, que mostram de que forma a atuação de grupos organizados promoveram a abertura de espaços democráticos¹³⁷.

A partir do quadro apresentado, é possível identificar alguns fatores que serão fundamentais na compreensão do movimento associativo no Brasil e em suas cidades, como a lógica consensual-solidarística de ação-direta, que movia as associações e movimentos que compunham a rede de sociabilidade, existente no país naquele momento. Eram influenciados pela existência histórica do personalismo e do clientelismo na esfera política, pelas ideologias cristãs de libertação e pelas interpretações idealizadas de sua existência. Desta forma, seu entendimento não pode ser dissociado de nenhum destes fatores; ao contrário, ainda outros podem ser enumerados. As particularidades do caso brasileiro precisam ser levadas em conta quando são analisados seus movimentos sociais e sua função na promoção da participação política. Isto porque não é possível separar o estudo dos movimentos da compreensão sobre a constituição dos sistemas de governo, ou o estudo das ideologias que regem os movimentos e as administrações públicas.

¹³⁵ CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria H. Tavares. **Sociedade e política no Brasil Pós-64**. Ed. Brasiliense, 1983

¹³⁶ BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987. p.13

¹³⁷ Ibidem, p. 141.

CAPÍTULO 2

MOVIMENTO COMUNITÁRIO E ORGANIZAÇÃO POPULAR

No processo de valorização da participação política no Brasil, o contexto das décadas de 1970 e 1980 tornou-se emblemático, registrando um aumento significativo da dinâmica associativa e um apego generalizado às práticas democráticas.¹³⁸ Aqueles que acreditavam na histórica ausência das massas populares dos sistemas políticos, sua falta de tradição organizativa e de experiência participativa encontravam nos acontecimentos do período argumentos capazes de colocar em dúvida algumas certezas. Neste sentido, muitas vezes, a crença em um passado de ausências cedeu lugar a idealizações que tiveram reflexo em muitas análises do movimento popular e da movimentação política e associativa compreendidas nestas décadas.

Neste trabalho, procuramos fugir desta armadilha e ficar atentos às especificidades dos movimentos estudados, relacionando-os aos acontecimentos de ordem política, econômica e social. Os grupos analisados possuem características que nos permitem agrupá-los à totalidade dos movimentos sociais do período e, dessa forma, recorrer a uma série de interpretações existentes em busca de elementos que permitam o melhor entendimento de suas características. Verificaremos, ainda, a possibilidade de afirmar a existência de redes horizontais de sociabilidade, porém fragmentadas e dotadas de inúmeras outras particularidades, como a utilização da mobilização e recursos de pressão para o atendimento de demandas, a existência de certa cultura política marcada pelo personalismo e clientelismo e pela influência da Igreja. Pesa, neste sentido, a interpretação que se faz destes movimentos e associações, ora subestimados em suas aspirações, ora superestimados como salvadores e promotores de uma nova ordem social, mas que na realidade constituem-se menos como uma crítica radical ao sistema político e mais como aspiração participativa de uma classe popular heterogênea que reclama maior igualdade.

Desta forma, este capítulo estudará os movimentos comunitários da cidade de Juiz de Fora no período de 1974 a 1988, procurando entender o sucesso dos movimentos sociais na democratização de valores, normas, instituições e identidades sociais enraizadas em certa cultura política. Tomando o devido cuidado para não idealizá-los ou enquadrá-los em certa

¹³⁸ BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

interpretação, estudaremos as associações de bairros da cidade, suas histórias, as primeiras associações, seus conflitos, a luta pelo reconhecimento de sua legitimidade, suas conquistas e deficiências, que serão destacadas como parte do cenário da redemocratização no município.

No estudo das associações e movimentos da cidade de Juiz de fora, serão enfocados todos os lados de sua atuação, como sua dinâmica interna, suas atividades externas, formas de ação e de encaminhamento de demandas, formas de relacionamento com o poder público procurando identificar as correspondentes reações da municipalidade em termos de atendimento ou não das demandas. O forte tradicionalismo de muitos movimentos e a forma como estava erguida a estrutura administrativa municipal pode ter gerado diversos entraves à plena atuação dos militantes, seja pelas dificuldades no encaminhamento de demandas ou pela existência de um sistema político viciado que inviabilizava canais formais de participação e privilegiava contatos diretos e pessoais. Para buscar esta compreensão, serão utilizadas como fontes as atas de reunião de tais associações, materiais por elas produzidos, além dos jornais em circulação no município e da literatura sobre o tema.

Será abordado o perfil das administrações municipais, que seguiram diferentes orientações ideológicas e, desta forma, diferentes tipos de relacionamento com a sociedade. Juiz de Fora, a este tempo, configurava-se como a maior e mais importante cidade da Zona da Mata Mineira, mas padecia com o crescimento desordenado e a falta de estrutura urbana, o que exigia maior atenção do poder público em um período de crise econômica e política. Para esta abordagem, serão utilizadas as fontes municipais, a literatura a respeito, os jornais e publicações oficiais do município. A utilização de dados demográficos e censitários será de fundamental importância para conhecer a situação geral da população da cidade de Juiz de Fora.

Neste trabalho, diferentes denominações poderão ser utilizadas para designar semelhantes modelos de associação e mobilização. Isso porque, em Juiz de Fora, a gênese do que é denominado aqui como movimento comunitário pode ser buscada ainda no século XIX, existindo registros da existência de abaixo-assinados enviados à prefeitura, pressupondo a reunião de pessoas por melhorias em seu local de moradia, constituindo algum tipo de associação. Dessa forma, a expressão Sociedade Pró-Melhoramento de Bairro, muito utilizada na cidade durante a segunda metade do século XX para designar atividades de associação de moradores em bairros, une-se neste trabalho a diversas outras como Grupo Comunitário, Associação de Moradores, Associação Amigos do Bairro, entre outras, para denominar as amplas formas que o movimento comunitário assumiu na cidade. É necessário, entretanto, que seja feita uma ressalva com relação ao caráter que assumem no período estudado, com

posturas mais ou menos institucionalizadas, posicionando-se mais ao lado da oposição ou da situação, aceitando ou rejeitando o jogo de forças existentes na Administração Municipal e mesmo no seio do movimento.

No que diz respeito às fontes utilizadas para tal estudo, é importante destacar que os veículos de comunicação impressa em circulação na cidade tiveram notado privilégio. Isto se deve à abundância de informações contidas nestes meios, sendo a imprensa local bastante dinâmica no período, com diversos jornais em circulação, com perfis e orientações diferenciados. Alguns circularam apenas por alguns anos, outros encerraram suas atividades no período e ainda outros surgiram¹³⁹. Foi estabelecido como critério o perfil da publicação, penetração entre a população e maior tempo em circulação.

O jornal *Diário da Tarde* circulou em Juiz de Fora de 1947 a 1983 e fazia parte do grupo editor “Diários Associados”, que também editava o jornal “*Diário Mercantil*”. Com um perfil mais popular, o jornal trazia quase diariamente em suas páginas notícias dos bairros da cidade e de seus moradores. A partir de maio de 1975, o jornal passou a publicar uma coluna semanal chamada “*Jornal de Bairro*”, que sempre destacava algum bairro da cidade, vida cotidiana, formas de lazer, problemas, reivindicações e benfeitorias realizadas. Para realizar este trabalho, o jornal entrevistava diretamente alguns moradores – independente de sua filiação ou não à SPM local – e eventualmente algum líder comunitário. Houve, inclusive, a promessa de ampliação da cobertura jornalística dos bairros. O jornal deixava ainda um canal aberto para que cartas fossem enviadas à redação e telefones para atendimento, e dessa forma outras pautas foram surgindo.¹⁴⁰

A cada semana, diferentes bairros eram focalizados, sendo notável a semelhança dos problemas relatados, apesar das diferenças de localização geográfica e composição social dos moradores. No entanto, pelas reportagens analisadas, eram geralmente os bairros periféricos os mais afetados pela ausência de determinado serviço público ou infraestrutura. Nestes momentos, os jornais noticiavam que diferentes iniciativas de moradores e sociedades de bairros resultaram muitas vezes no atendimento das demandas e no consequente fortalecimento do grupo.¹⁴¹

¹³⁹ Encontram-se preservados pelo Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, entre outros, os seguintes jornais: **A Tarde** (1971/1975); **Correio da Mata** (1971/1980/1981/1984-1987); **Correio da Manhã** 1987-1992; **Diário da Tarde** (1947-1983); **Diário Mercantil** (1947-1983); **Folha Mineira** (1975); **Gazeta Comercial** (1955-1977); **Tribuna de Minas** (1981-...).

¹⁴⁰ BAIRROS mostram seus planos e agradecem aos “Associados”. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 27 mar. 1975, p. 4.

¹⁴¹ BAIRROS têm uma análise de seus problemas. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 07 out. 1975, p.1.

A riqueza de detalhes, aliada à periodicidade dos jornais, possibilitou acompanhar a trajetória não só dos movimentos comunitários, mas das próprias comunidades. Muitas reivindicações eram de fato entregues pelos movimentos à Câmara de Vereadores ou diretamente ao prefeito municipal, mas muitas outras foram feitas também por grupos de pessoas ou pelo cidadão comum diretamente na redação dos jornais. É importante destacar que esta forma de reivindicação era apenas uma das diversas utilizadas para tornar público os problemas dos bairros, as insatisfações com a administração municipal ou acontecimentos em nível nacional.

Outra fonte utilizada constitui-se dos documentos reunidos e preservados por alguns movimentos comunitários destacados neste trabalho em virtude de critérios de exemplaridade. Estes não sobreviveram em grande número, mas elucidam diversos pontos do estudo e revelam um pouco do que era esta atividade no período. Muitas associações não possuíam sede própria ou alguma forma de organização que permitisse o registro e arquivamento dos materiais produzidos. A maior parte dos documentos encontrados estava em poder de antigos líderes ou sob o controle dos novos que, na ausência de local seguro para guarda, faziam de sua residência seu escritório. Muitos, ao deixarem o cargo de presidente de bairro, levavam consigo todos os documentos gerados enquanto estiveram na liderança, ocasionando a perda de muitos e preciosos registros.

Das entidades citadas no *caput* deste texto, apenas a União está ainda hoje em atuação na cidade. Em 1970, a União de Bairros foi transformada em União Juizforana de Sociedades Pró-Melhoramento dos Bairros e Distritos (Unijuf), com a proposta de representar também os distritos. Com muita história para contar, mas poucos registros escritos ou fotografias do período, esta entidade guarda na memória de seus líderes suas glórias e derrotas. Alguns documentos disponibilizados como revistas editadas pela entidade e textos sobre sua história servem, contudo, como fonte de informação sobre seu trabalho. Sobre a Federação dos Bairros, não é possível precisar sua trajetória após o período estudado, mas teria sido durante a década de 80 que esta encerraria suas atividades, não extinguindo, contudo, sua existência formal, uma vez que ainda se encontraria registrada.

Seguem-se ainda outras fontes de informação como a publicação ‘Puxando pela Memória’ e o acervo resultante do projeto “Puxando pela Memória”, que teve por objetivo preservar as lembranças de algumas lideranças do movimento comunitário de Juiz de Fora, mais especificamente das Sociedades Pró-Melhoramentos. Os dados constantes na publicação e as fontes primárias guardadas em coleção do Arquivo da Universidade Federal de Juiz de Fora constituíram um valioso material de pesquisa que complementou sobremaneira este

trabalho. Tal projeto foi resultado de um trabalho em conjunto realizado em 2003 entre a Assessoria de Articulação Institucional (AAI) da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e o Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Documentos de órgãos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Juiz de Fora, da União Juizforana de Sociedades Pró-Melhoramentos, documentos sobre os bairros Monte Castelo, Nossa Senhora Aparecida, Sagrado Coração de Jesus, Santa Luzia, Vila Santa Rita de Cássia e Megiolaro formaram um acervo importante para a conclusão deste capítulo.

A dissertação de mestrado de Cláudia Viscardi sobre a proposta de Gestão Participativa entre 1983 e 1988 na cidade e as fontes resultantes de sua pesquisa também foram utilizados no estudo das associações objeto do presente capítulo assim como no estudo do movimento Unibairros, tema do capítulo 3. O texto, amplamente documentado, seria utilizado em inúmeros momentos deste trabalho e sua importância está, dessa forma, definida já na introdução do mesmo.

Todas estas fontes tiveram como objetivo contribuir para a elaboração deste estudo, que versa, neste capítulo específico, sobre o movimento comunitário de Juiz de Fora enquanto associações comunitárias. Os trabalhadores ou simples moradores de bairros carentes de atenção que dirigiam coletivamente as próprias ações políticas nos núcleos dos movimentos de bairro estudados no período talvez o tenham feito pela primeira vez em suas vidas, mas com certeza há que se buscar a origem de suas iniciativas em muitos outros movimentos comunitários e associativos existentes na história do país e na história da cidade de Juiz de Fora.

Desta forma, os textos que se seguem relatam brevemente a história da cidade de Juiz de Fora, enfocando o período de redemocratização na cidade com o estudo das administrações e dos movimentos associativos em atividade.

2.1 – O CASO DE JUIZ DE FORA: BREVE HISTÓRICO

A origem histórica de Juiz de Fora, cidade localizada na Zona da Mata mineira, está entrelaçada à abertura do “Caminho Novo”, uma picada que começou a ser construída no início do século XVIII. Segundo o Álbum do Município de Juiz de Fora, publicação editada em 1915 por Albino Esteves: “O Caminho Novo, partindo da Borda do Campo, atravessando a Mantiqueira na garganta de João Aires, passava em João Gomes (Palmira), Chapéu d’Uvas, Juiz de Fora, Matias Barbosa, Simão Pereira, Serraria, Entre Rios, Barra do Piraí, descia a terra do Mar sobre Macacos, Inhaúma, Penha e Rio de Janeiro”¹⁴². Deste evento, inicia-se a ocupação da região, com a distribuição de sesmarias aos construtores. Os que por aqui passavam somente deixariam de depender deste caminho quando Henrique Halfeld, tido para alguns como um dos fundadores da cidade, resolveu em 1836 (ou 1838) construir a estrada do Paraibuna (atual Avenida Barão do Rio Branco), surgindo então o povoado de Santo Antônio do Paraibuna.

O município foi criado a 31 de maio de 1850 e seus gestores passaram então a dotar a cidade daquilo que seria sua embrionária infraestrutura básica, como cemitério, matadouro, calçamentos, fontes, bicas e chafarizes. Não existia ainda qualquer espécie de iluminação na cidade. A construção da estrada União e Indústria por iniciativa de Mariano Procópio Ferreira Lage, “tendo em vista encurtar a viagem entre a Corte e a Província de Minas”¹⁴³, daria impulso ao crescimento da cidade com a vinda de imigrantes alemães e italianos que chegaram a partir de 1856, ficando responsáveis por um aumento de quase 30% na população da cidade, povoando regiões a eles destinadas. Segundo Giroletti (1976, p. 36-37)¹⁴⁴:

Apesar de Juiz de Fora ter sido a principal produtora e exportadora de café do Estado de Minas Gerais, os capitais gerados no setor agro-exportador foram insuficientes para desencadear o processo de industrialização da cidade. Este se iniciou a partir de 1856 com a abertura da Rodovia União e Indústria, ligando Juiz de Fora ao Rio de Janeiro via Petrópolis.

Na passagem do século XIX para o século XX, Juiz de Fora orgulhava-se de ser uma das principais cidades mineiras com suas indústrias desenvolvidas. Segundo recenseamento municipal de 1893, “a população de Juiz de Fora, na sua maioria, era composta, à exceção de

¹⁴² OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2ª ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. 321 p. JF/OLlh/1966

¹⁴³ Ibidem, p. 45

¹⁴⁴ GIROLETTI, Domingos A. **O processo de industrialização em Juiz de Fora (1850-1930)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

advogados, médicos, farmacêuticos, capitalistas, negociantes, etc., da laboriosa classe de operários e só conta em seu seio pequeno número de indivíduos que não tem na sociedade posição definida”¹⁴⁵. Este foi um dos períodos de maior crescimento da indústria de Juiz de Fora, em que a cidade se firmou como um parque industrial sem precedentes no Estado, quer pelo número de indústrias, quer pela riqueza produzida.¹⁴⁶

No que diz respeito à história do associativismo local, cabe aqui uma interessante descrição feita neste mesmo início de século, dedicada ao Dr. João Massena, ilustre espectador da sociedade da época. Apesar de longa, ela nos fornece preciosas impressões do movimento associativo de outrora e nos mostra que os motivos para o seu surgimento podem justificar inúmeros outros em nossa história recente:

O aparecimento de uma associação é o produto de um desequilíbrio, de uma fraqueza social; representa e indica claramente uma necessidade não satisfeita, uma aspiração de progresso irrealizado, um pedido de bem-estar que ainda não se conquistou. Significa, pois, em definitivo, um atraso a vencer, uma imperfeição a destruir. É assim, por exemplo, que a humanidade, sentindo-se atrasada, inerte e fraca na luta contra a tuberculose, esse inimigo traiçoeiro e formidável, que por enquanto desafia todas as forças sociais; sentindo-se, nesse embate, quase desamparada pela ciência, verificando não ter soado ainda a hora de progresso e de vitória, reúne as fraquezas individuais a ver se faz delas uma força coletiva. É assim também que o proletariado, sentindo-se esmagar pelas classes elevadas, pela injusta organização social do século XIX, reúne todas as suas forças e aspira violenta e desordenadamente a um bem, que nem mesmo sabe ou consegue formular. É ainda assim que os filantropos, sentindo-se individualmente fracos contra a miséria, congregando-se, associam-se contra esse flagelo das Nações, contra esse odioso produto do nosso atraso, que a civilização ainda não conseguiu eliminar. A cada necessidade, enfim, a cada aspiração corresponde um agrupamento de energias, que pretendem eliminar umas, satisfazer outras. Assim, quem fizer a descrição e o histórico das associações existentes em certa época e lugar estará, por isso mesmo, indicando ao historiador futuro quais as necessidades mais palpitantes, quais as fraquezas, quais as falhas de progresso, nesse país e nesse tempo. Contudo, não será sem uma certa dose de orgulho bairrista que começaremos a fazer uma breve resenha das numerosas sociedades existentes nesta nobilíssima terra: é que se as associações não indicam um progresso realizado, mostram pelo menos um esforço, uma tendência para o progresso¹⁴⁷.

¹⁴⁵ Idem, p. 149

¹⁴⁶ BOTELHO JUNIOR, Cid de Oliva; LOBO, João Roberto Marques. (Org). **Empreendedores de Juiz de Fora**. 1ª Ed. Juiz de Fora: 2007.

¹⁴⁷ Retirado de: OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2ª ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. 321 p. JF/OLIH/1966, p. 185. Não há na obra maiores especificações sobre quem seria o Dr. João Massena. No entanto, existem registros de que ele teria sido professor e diretor do Instituto Estadual de Educação – Escola Normal – em Juiz de Fora na década de 1920. Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.asp?id_projeto=27&ID_OBJETO=29838&tipo=ob&cp=00000&cb=. Acesso em 20 de março de 2010.

Assim como Maria Gloria Gohn (1995)¹⁴⁸ relata inúmeros movimentos existentes na passagem do século XIX para o século XX, este mesmo espectador segue relatando em interessante listagem uma série de entidades existentes então na cidade como: Irmandade do Senhor dos Passos, dirigente da Santa Casa de Misericórdia; Sociedade União Católica Pão de Santo Antônio; três Conferências de São Vicente de Paulo; Liga Mineira contra a tuberculose; Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã; Sociedade Auxiliadora Portuguesa; Sociedade Alemã de Socorros Mútuos; Sociedade Beneficente Juiz de Fora e Sociedade Italiana de Beneficência Humberto I; oito lojas maçônicas; Sociedade de Medicina e Cirurgia; e ainda outras que foram criadas até 1910 como a Academia Mineira de Letras, o Tiro 17 e a Associação Beneficente Sopa dos Pobres. Registra-se ainda pelo autor o envio por moradores de abaixo-assinados à Câmara Municipal pedindo melhoramentos e ofícios de operários solicitando melhorias nas condições de trabalho como jornada de trabalho de oito horas através de uma lei municipal. Tal solicitação foi indeferida pela Câmara, que aconselha os operários a procurarem o poder competente¹⁴⁹. Segundo Silvia Andrade (1987), seria ainda neste período que surgiriam as primeiras Associações Profissionais na cidade preocupadas em defender o interesse da classe operária. Em 1912, ocorreria a primeira greve geral por redução da jornada de trabalho¹⁵⁰.

Antes servida por grandes fazendas de café, a cidade assume a partir de então uma vocação industrial, seguindo seu ritmo de crescimento até pelo menos a década de 1930, com o incentivo para a vinda de indústrias e para a ocupação do solo. A Câmara Municipal vinha desde 1917 incentivando as construções com redução de impostos, medida que favorecia a economia da cidade, mas não a população como um todo, que geralmente morava de aluguel sem possuir poder aquisitivo para tais empreendimentos. O setor industrial e a economia da cidade começaram a apresentar sinais de crise a partir da década de 1940 com redução no número de empregados no setor, mas ainda com sinais de crescimento¹⁵¹.

De 1931 a 1947, a cidade viveu sob o chamado regime interventorial, em que os prefeitos exerciam o cargo por nomeação do governo estadual. Nesta época de política conturbada, são poucos os relatos sobre o desenvolvimento da cidade. O processo de urbanização ocorrido na segunda metade do século XX deixou marcas que muito

¹⁴⁸ GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

¹⁴⁹ OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2ª ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. 321 p. JF/OLH/1966, p. 290.

¹⁵⁰ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela. **Classe operária em Juiz de Fora**: uma história de lutas (1912-1924). Juiz de Fora: Editora UFJF, 1987.

¹⁵¹ BOTELHO JUNIOR, Cid de Oliva; LOBO, João Roberto Marques. (Org). **Empreendedores de Juiz de Fora**. 1ª Ed. Juiz de Fora: 2007.

influenciaram os acontecimentos das décadas de 1970 e 1980. Cada vez mais pessoas abandonavam a zona rural em busca de melhores condições de vida e do progresso da cidade. O resultado deste amplo processo de mudança foi uma urbanização excludente e deficitária, que deixou muitas pessoas sem condições básicas de moradia, saúde, educação, lazer e transporte. A reação da sociedade a este tipo de situação sempre aconteceu, havendo registros de protestos de moradores, já no século XIX, no Brasil e na cidade de Juiz de Fora. Mas, na segunda metade do século XX, a confluência de pessoas e o aumento da população urbana proporcionaram a este tipo de processo uma dimensão cada vez maior.

A partir dos anos 1950, o crescimento econômico brasileiro esteve ligado à dinâmica de desenvolvimento dos setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis, em detrimento dos setores tradicionais. Juiz de Fora, nesse período, esteve ausente dos grandes projetos de investimentos, sendo beneficiado marginalmente com a instalação de poucas indústrias de capital industrial na cidade. De acordo com Maria Carlota Souza Paula (1976), esta iniciativa, contudo, não alterou o processo de decadência industrial, com a sucessão de processos de falência e o fechamento de portas de várias indústrias tradicionais, sem que novos empreendimentos conseguissem dinamizar a estrutura produtiva¹⁵².

Segundo Paula, Juiz de Fora enfrentou, a partir da segunda metade do século XX, sérias deficiências de infraestrutura (energia, transporte, telefonia, abastecimento de água e saneamento), o que representou um limite ao processo de industrialização. Com relação, por exemplo, aos transportes, enfatiza que a cidade continuava servida pelas rodovias e ferrovias do final do século, num período em que a unificação do mercado nacional, via construção do sistema viário, permitia que outras regiões, antes atendidas por Juiz de Fora, passassem a receber mercadorias oriundas de São Paulo. Ao rever a tese de Paula sobre uma teórica “desindustrialização” da cidade e analisando a situação econômica de Juiz de Fora em comparação com o cenário nacional, Ricardo Zimbrão (2008)¹⁵³ procura amenizar tal avaliação, utilizando para isso dados estatísticos que comprovam a diversificação e mesmo o crescimento da indústria na cidade. Desta forma, acredita que a indústria Juizforana não chegou à estagnação de sua atividade, mas concorda com a afirmação de que o município

¹⁵² PAULA, Maria Carlota Souza. **As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora (1930-1970)**. 193f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1976.

¹⁵³ PAULA, Ricardo Zimbrão Afonso de. **Estrutura e dinâmica da indústria de Juiz de Fora no contexto da industrialização brasileira - 1930/1945**. Revista Heera (ufjf. online), v. 1, p. 01/5-27, 2008. Disponível em: www.portalfea.ufjf.br/heera/artigo/04artigo_5.pdf. Acesso em 25 de janeiro de 2010.

havia deixado de ser um importante centro industrial de Minas. Isto em decorrência da concentração de indústrias no centro do Estado, próximo à capital¹⁵⁴.

Desde os anos 1950, e principalmente durante a década de 1960, diversos acontecimentos contribuíram para a mudança no perfil das cidades brasileiras. Em Juiz de Fora, a criação da Universidade Federal de Juiz de Fora, no final de 1960, durante o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, a previsão de instalação de siderúrgicas, a reforma e ampliação da malha viária que cerca o município, entre outros fatores, foram responsáveis por modificar suas configurações, criando empregos em alguns setores, desestabilizando outros, e atraindo milhares de estudantes e pessoas em busca de oportunidades. O regime militar, implantado em 1964, provocou, no entanto, uma centralização da política e da economia no âmbito federal, que após o período 1964-1968 reorientou a expansão com base em projetos que favoreceram as grandes empresas até o ano de 1975.

Ainda segundo Paula, a crise econômica e política brasileira dos anos 1960 acentuaram os problemas da indústria local que, se não estava em crise, também não apresentava uma dinâmica de crescimento muito significativa. Com o governo local de Itamar Franco (1968-1972), iniciou-se um processo de reequipamento da infraestrutura da cidade, com o objetivo de impulsionar seu desenvolvimento industrial: a implantação do Distrito Industrial de Benfica, do sistema de telecomunicações e do sistema de abastecimento de água, são alguns exemplos.

Neste período, um dado que chama atenção é o fator populacional, já que, segundo dados do IBGE, a percentagem de moradores da zona rural caiu de 29,7% em 1960 para 7,6% em 1970 (Tabela 1). Isso significou um crescimento rápido e expressivo da população urbana, em um período de crise na economia da cidade, com pouca geração de emprego e renda, quando ainda se iniciavam os investimentos em infraestrutura. Este pode ser considerado um dos principais fatores para os problemas de urbanização enfrentados pela população de Juiz de Fora até pelo menos a década de 1980. O contingente vindo do campo passou a ocupar zonas periféricas da cidade sem que houvesse o planejamento necessário, já que não contava com projetos de ocupação do solo. Ruas eram abertas com a ajuda de máquinas e então procedia-se à construção das moradias sem que tivessem sido implantadas redes de água ou esgoto, sem instalação de redes de iluminação pública e sem disponibilização de transporte adequado. A realidade se definia pela negação.

¹⁵⁴ Ibidem.

Tabela 1

População	1950		1960		1970		1980		Taxa Geométrica: crescimento anual		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	50/60	60/70	70/80
Urbana	87.937	69,2	128.364	70,3	220.310	92,4	302.007	98,1	3,49	5,55	2,86
Rural	40.383	31,8	54.117	29,7	18.200	7,6	5.813	1,9	5,31	- 10,30	- 11,08
TOTAL	126.989	100,0	182.481	100,0	238.510	100,0	307.820	100,0	3,75	2,71	2,62

Fonte: Censo Demográfico (1950, 1960, 1970, 1980) – Fundação IBGE – SEPLAN/MG.

As novas indústrias que se instalaram no município entre 1970 e 1990 diversificaram a estrutura industrial da cidade, promovendo a geração de emprego. É possível dizer que o setor de serviços na cidade continuou ainda em franca expansão, juntamente com o comércio, que ampliaram significativamente o número de postos de trabalho, porém, com uma média salarial menor do que a da indústria. Neste sentido, Juiz de Fora caracterizava-se cada vez mais como cidade-polo prestadora de serviço. Este processo fez com que a cidade, apesar de sua propagada vocação industrial, expressa na alcunha “Manchester Mineira” – em alusão à cidade inglesa –, sofresse certa alteração em seu perfil ocupacional. A cidade comportou um crescimento na ordem de 50% na população economicamente ativa. Toda esta configuração iria compor o cenário do período proposto para estudo e seria determinante na ação de muitos movimentos que contavam com a presença de pessoas de diferentes grupos ocupacionais e classes sociais.

Há que se destacar ainda que, na década de 1980, Juiz de Fora foi bastante beneficiada com a transferência de recursos externos à Prefeitura Municipal, o que permitiu grandes investimentos voltados para as carências urbanas. A partir de 1986, com o término da vigência de contratos de financiamento e os altos índices inflacionários, houve um desajuste entre a receita e as despesas, desequilibrando as finanças municipais. O país e consequentemente os municípios caminhavam ou já estavam mergulhados numa recessão na segunda metade da década, anulando qualquer esforço de equilíbrio, em consequência da reforma tributária federal¹⁵⁵.

¹⁵⁵ CÂMARA Municipal de Juiz de Fora. *Juiz de Fora - Aspectos Econômicos*. Disponível em: <http://isal.camarajf.mg.gov.br/index.php?page=jf/aspectoseconom>. Acesso em 25 de outubro de 2009.

2.2 – REDEMOCRATIZAÇÃO: O PERFIL DAS ADMINISTRAÇÕES E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO NA CIDADE

2.2.1 – Administrações

Segundo Cláudia Viscardi (1990), o processo de modernização administrativa em Juiz de Fora iniciou-se durante a primeira gestão de Itamar Franco entre 1967 e 1970. Em seu segundo mandato, iniciado em 1973, desenvolveu, com o auxílio de técnicos, um trabalho em três frentes: educação, reforma urbana e reforma administrativa. Seria durante sua administração que os contatos entre a prefeitura e as associações de moradores passariam a ser formalizados em encontros periódicos com as entidades representativas União e Federação e com os líderes de bairro. Itamar criou, neste período, a Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (SEMBES) e o Conselho Municipal de Trabalho e Bem-Estar Social (CONTRABES), com a presença de representantes de entidades assistenciais, sindicatos, Igreja, Câmara Municipal, Associações de Moradores e demais organizações civis.

Em maio de 1974, assumiu a administração municipal o vice-prefeito Saulo Moreira, após a renúncia do então prefeito Itamar Franco para concorrer à cadeira do Senado Federal. Em julho deste ano, foi criado o Setor de Assistência a Bairros e Distritos, que ficou encarregado de examinar todas as solicitações das Sociedades Pró-Melhoramentos dos Bairros e agilizar o encaminhamento das demandas às secretarias e departamentos responsáveis pela execução dos serviços. Neste período, para fazer as reivindicações, as sociedades dos bairros enviavam as solicitações ao Prefeito, que as remetia então ao Assessor de Bairros. Este realizava visitas aos bairros, verificando o problema e emitindo seu parecer; se favorável, recebia o visto do prefeito autorizando a execução. Na primeira semana de funcionamento do novo setor, foram avaliadas cerca de 40 reivindicações pelo Assessor, juntamente com as secretarias. Destas, a maior parte versava sobre saneamento, urbanização e transporte nos bairros¹⁵⁶. Adotando um discurso de modernização do espaço público e integração popular com o governo, foram feitos investimentos em sistemas modernos de iluminação e lançada a campanha “Juiz de Fora, eu gosto de você” (ver anexo n.º 01) para incentivar os movimentos comunitários a participarem do debate sobre os problemas da cidade.¹⁵⁷

¹⁵⁶ CIDADE ganha setor de assistência aos bairros. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 31 jul. 1974, p. 3.

¹⁵⁷ PREFEITURA investe em iluminação. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 04 fev. 1975, p. 4.

Pelo que foi constatado, neste período e no anterior, muitas obras foram feitas em resposta às reivindicações dos moradores, das associações, dos líderes e das reportagens feitas pelos jornais. No entanto, apesar dos esforços para um bom relacionamento entre prefeitura e moradores, muitas ainda eram as queixas, mesmo diante de melhorias na infraestrutura de alguns bairros¹⁵⁸. Isto pode ser atribuído ao crescimento da cidade no período, tanto em termos demográficos quanto geográficos, e à incapacidade dos órgãos municipais em estenderem seus serviços à totalidade de seus bairros e distritos, principalmente aqueles recentemente criados ou localizados em áreas mais periféricas.

Reduto histórico do MDB, Juiz de Fora elegeu pela primeira vez um prefeito da situação nas eleições de 1976. Francisco Antônio de Mello Reis, político filiado à ARENA, foi eleito em 1976 para mandato de 1977 a 1980, mas prorrogado até 1982 pela lei eleitoral de 1979¹⁵⁹. É preciso dizer que esta prorrogação não foi bem aceita pela população da cidade, que promovera na ocasião um ato público contra a medida¹⁶⁰. Sua administração foi enormemente beneficiada pela liberação de recursos externos, o que possibilitou a realização de diversas obras que contribuíram para o desenvolvimento da cidade. Mas também houve períodos de crise resolvidos com a ajuda do Estado, como durante o processo de instalação da Siderúrgica Mendes Júnior, carro-chefe de sua campanha eleitoral. Em 1979, a situação da prefeitura era crítica, as obras estavam sendo praticamente paralisadas, e o pagamento do funcionalismo sofria atrasos constantes. O problema era a dívida de US\$25 milhões referentes à implantação do Projeto Mendes Junior (drenagem e terraplanagem do terreno), que geraria emprego, garantiria a vocação industrial da cidade e sua posição privilegiada no Estado. Esta situação começaria a ser resolvida somente em 1985, quando o Estado de Minas Gerais assumiu integralmente o empréstimo em troca das ações preferenciais da Prefeitura¹⁶¹.

Nesta administração, a prefeitura contou ainda com os recursos advindos do programa do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)¹⁶². O município havia sido incluído no Programa Nacional de Cidades de Porte Médio (COM-BIRD) e receberia investimentos da ordem de Cr\$810 milhões, destinados à execução de obras. O objetivo

¹⁵⁸ “As ruas escuras e esburacadas de bairros como Grajaú, Santa Luzia, Nossa Senhora Aparecida e Monte Castelo estão provocando reações de protestos entre os moradores, que já não acreditam na eficiência da nova política de atendimento às SPMs dos bairros criada há dois anos pela P.J.F.” **BAIRROS** pedem obras e a presença do Prefeito. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora. 08 mar. 1976, p. 2.

¹⁵⁹ Sobre este assunto consultar: SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

¹⁶⁰ PRORROGAÇÃO provoca ato público. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 08 set 1980, p. 2.

¹⁶¹ MELLO Reis discute em Belo Horizonte dívidas da prefeitura. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 15 mai. 1979, p. 2; MELLO Reis: Projeto Bird é conquista do planejamento. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 2 jan. 1980, p. 3.

¹⁶² DÍVIDA: para Mello, o grande problema de J.F. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 18 dez. 1979, p. 3.

declarado pelo programa era assegurar melhor qualidade de vida à população da cidade, compreendendo um conjunto de investimentos nos setores econômico e social, para obras voltadas ao atendimento das populações carentes. As obras programadas para serem executadas referiam-se à melhoria das feiras livres e implantação de uma rede de abastecimento de gêneros alimentícios, implantação de sistema de abastecimento de água, drenagem de córregos, melhoria dos sistemas de transporte e tráfego urbano, melhoria do sistema de limpeza urbana, implantação de lotes urbanizados, implantação de unidades de saúde, ampliação e melhoria do atendimento e assistência ao pré-escolar, implantação e operação da Unidade de Administração do Subprojeto e complementação da cartografia urbana¹⁶³.

Pelos empreendimentos realizados, uma das preocupações da gestão Mello Reis era o crescimento desordenado da cidade, o que levou o executivo a implantar mais dois projetos: o Programa de Desenvolvimento da Comunidade (PRODECOM) e o Projeto Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada (CURA). Desenvolvido em parceria com a Secretaria de Planejamento do governo estadual entre 1979 e 1982, o PRODECOM tinha por objetivo promover o desenvolvimento social com a participação comunitária. A forma de incentivo da participação, neste caso, ocorreu na forma de mutirões, nos quais os moradores investiam sua força de trabalho em ações que visavam a suprir suas necessidades, como redes de esgoto e centros comunitários¹⁶⁴. O Projeto CURA, criado em 1980 com financiamento do Banco Nacional da Habitação (BNH)¹⁶⁵, tinha como objetivo oferecer infraestrutura básica para a população da periferia.

Foram criados setores de infraestrutura administrativa, como o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DEMLURB), a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPLAN). Entre as obras, executadas durante esta gestão, destacam-se a remodelação da Avenida Rio Branco (ver anexo n.º 02), o Mergulhão, o Parque da Lajinha e a estrutura da nova Rodoviária.

¹⁶³ PROGRAMA de Cidades de Porte Médio viabiliza obras para Juiz de Fora. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 02 jun. 1980, p. 6.

¹⁶⁴ A opção pelo mutirão reflete o alto índice de pobreza e expropriação em que vivia a população da cidade, já que, segundo Viscardi (1990), o PRODECOM se dirigia à população com renda inferior a três salários, o que significava cerca de 70% das famílias de Juiz de Fora.

¹⁶⁵ O Banco Nacional da Habitação (BNH) foi um banco público brasileiro, criado em 1964, voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários. Foi extinto em 1986. Para maiores informações, consultar: ARRETCHE, Marta. **Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional**. In Espaço & Debates, São Paulo, v. X, n. 31, pp 21-36, 1990.

Desde o início de seu mandato, Mello Reis procurou manter o mesmo tipo de relacionamento com as entidades, realizando encontros mensais. No entanto, foram noticiadas pelo jornal *Diário da Tarde* algumas evidências de que haveria certas preferências e privilégios concedidos pela administração a entidades específicas¹⁶⁶. Neste sentido, esta gestão seria bastante caracterizada, em sua relação com os movimentos comunitários, pela nítida afinidade do Executivo com uma das entidades, instituindo certa diferenciação no tratamento que dispensava aos movimentos comunitários e conseqüentemente nos interesses que representavam. Segundo Cláudia Viscardi, ainda durante este período havia o predomínio das relações pessoais das associações com a municipalidade para a obtenção de resultados para as demandas. Na gestão Mello Reis, teriam sido criadas 44% das associações existentes na década de 1980, o que a autora explica como resultado da falta de espaço para participação durante esta administração¹⁶⁷.

Concorrendo pelo PMDB à Prefeitura de Juiz de Fora, Tarcísio Delgado elegeu-se nas eleições de 1982 (1983-1988) e deu início a uma administração baseada no tripé “competência, austeridade e participação popular”. Seu modelo de administração fazia parte de um projeto do PMDB que previa uma inovação administrativa a partir da implantação da gestão participativa. Em seu governo, foi criada a Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC) e, através dela e dos Grupos Solidariedade, realizou-se a construção de creches públicas (Pró Creche), a implantação do programa de iluminação pública e residencial para os bairros da periferia (Pró Iluminação), a criação de programas de combate à fome (Pró Alimentação), a implantação do atendimento público aos idosos (Pró Idoso), reformas de prédios escolares (Pró Escola) e a construção de casas populares (Pró Habitação).

A aspiração por participação dos anos anteriores no Brasil inspirou a gestão peemedebista na cidade que inclusive adotou o slogan “Todos Juntos” (ver anexo n.º 03). Mas o que seria a grande ousadia administrativa de Tarcísio Delgado em seu primeiro mandato como Prefeito de Juiz de Fora, a gestão participativa, experiência até então inédita no Brasil, não resultou em muitos avanços políticos¹⁶⁸. Foram instalados o Conselho Comunitário

¹⁶⁶ UNIÃO dos Bairros consegue um encontro com o prefeito. *Diário da Tarde*, 13 abr. 1977, p. 3. Segundo informações, havia certa insatisfação por parte da União dos Bairros, que teve sua primeira reunião com o prefeito agendada somente quatro meses depois do início da administração, mesmo diante de inúmeros pedidos para sua realização, enquanto outras entidades, como a Federação e SPMs a ela filiadas, mantinham as reuniões semanais.

¹⁶⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Diferentes atores em papéis diversos**: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora. (1983-1988). 1990. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 1990.

¹⁶⁸ LÍDERES de bairros perdem forças e poder. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora. 2 jul. 1986, p. 7; COM O CONSELHO Municipal, o desprestígio da Câmara. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 26 jun. 1985, p. 3; TARCÍSIO defende ação do Conselho Comunitário. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora. 6 out. 1985, p.7.

Municipal (ver anexo n.º 04), o segundo a ser criado no Brasil, e os conselhos setorializados, que ao todo eram onze, com a adoção do Orçamento Participativo, e a criação dos Mutirões, com a prática das visitas aos bairros, das audiências públicas e da realização de encontros de lideranças comunitárias. Segundo Cláudia Viscardi,

(...) o período compreendido entre 1983-1988 foi considerado por 91,89% das lideranças envolvidas como o período de maior mobilização das diferentes associações. Muito embora inúmeros outros fatores de ordem nacional tenham contribuído para esta mobilização social, o fato é que, ao se criar um espaço disponível à manifestação de interesses, ampliou-se a mobilização por demandas, uma vez que este espaço passou a induzir novas reivindicações¹⁶⁹.

No entanto, a autora constatou que o Conselho Comunitário Municipal foi um espaço mais informativo do que deliberativo, uma vez que os momentos de discussão em torno de políticas públicas a serem operacionalizadas foram raros. Sua primeira reunião ocorreu em dezembro de 1983, seguindo o que foi estabelecido em sua lei de criação e em seu regimento interno que o definiam como um órgão “destinado a fortalecer a participação dos setores organizados da sociedade no processo de tomada de decisão”¹⁷⁰ (ver anexos n.º. 04 e n.º. 05). Para Viscardi, esta característica pode estar associada ao nível de organização das associações populares que não se envolviam em questões mais amplas e atinham-se às demandas de caráter imediato: “Os balcões de troca também fazem parte do mercado político municipal: a faceta clientelista da gestão participativa”¹⁷¹. Apesar das limitações supracitadas, não se pode negar que a gestão peemedebista desvelou, em Juiz de Fora, intensa movimentação social, incitando disputas em torno das demandas que tiveram início em administrações anteriores.

Desde o seu surgimento na cidade, a partir dos anos 1950, as Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros de Juiz de Fora sempre obtiveram certa atenção por parte da Municipalidade. As administrações analisadas, de 1974 a 1988, seguiram criando diferentes divisões no interior da máquina municipal objetivando racionalizar e modernizar os processos. Entre os diferentes órgãos criados no período, muitos são resultado da busca pela criação de instâncias de comunicação com a sociedade e seus movimentos. Tal contato era bastante intensificado em anos eleitorais, já que os presidentes de muitas entidades tinham um relacionamento bastante próximo com o executivo municipal. Era comum, às vésperas de

¹⁶⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. Cit., p. 44 - 99

¹⁷⁰ JUIZ DE FORA, Decretos, Leis, etc. **Lei n.º6413, 09 nov.1983**. Cria o Conselho Comunitário Municipal.

¹⁷¹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. Cit., p. 44 - 99

eleições, os candidatos, ou pretensos candidatos, iniciarem suas campanhas com o apoio das associações e seus líderes. Por este e outros motivos, muitos políticos enxergavam nessas sociedades mais celeiros de votos do que organizações capazes de agir na fiscalização ou influenciar junto ao governo nas decisões positivas relativas à sua comunidade¹⁷².

2.2.2 – Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros e Mobilização

As SPMs, ou Sociedades Pró-Melhoramento de Bairros da cidade de Juiz de Fora, surgiram e se desenvolveram nos moldes de tantas outras associações congêneres existentes em diversas cidades brasileiras. Podem ser definidas como uma associação de moradores formada em determinado bairro visando a um agrupamento de forças para alcançar determinado objetivo, geralmente melhorias em infraestrutura, existindo também aquelas que desenvolviam outros projetos culturais, educacionais ou esportivos. A elaboração de estatuto próprio e seu registro em cartório geralmente marcavam o princípio formal da Sociedade e este processo de formalização teve início no Brasil por volta da década de 1940. No entanto, a definição destas associações como um grupo voluntário, livremente constituído, reunido em torno de objetivos comunitários e coletivos nos leva a acreditar que diversos outros grupos poderão ter existido muito antes deste período. Em Juiz de Fora, as primeiras iniciativas em prol da formalização de uma SPM ocorreram durante a década de 1940, pela reunião de líderes de bairros em torno da ideia do professor Carmine Savino, descendente de italianos e morador da cidade. Este teria trazido de um período em que permaneceu na Itália a experiência de bons resultados que a organização comunitária obteve na conquista de melhorias para as condições de vida da população. Este fato pode ser comprovado pela pesquisa de Robert Putnam naquele país.

A insuficiência dos serviços públicos em Juiz de Fora entre as décadas de 1940 e 1950 também teria contribuído para o surgimento e formalização destas sociedades na cidade, já que as SPMs foram constituídas com o intuito de representar os moradores do bairro e levar as reivindicações da comunidade às autoridades em busca de melhorias. Essa mesma definição foi vista muitas vezes como um dos limites de sua ação¹⁷³.

¹⁷² SOCIEDADES Pró-Melhoramentos: a política de baixo para cima. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 03 set. 1975. p.2.

¹⁷³ JUIZ DE FORA – PREFEITURA MUNICIPAL. **Puxando pela memória**: Uma história dos movimentos comunitários de Juiz de Fora contada por algumas de suas lideranças / Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Assessoria de Articulação Institucional. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal, 2003, p. 19.

Desde sua criação, as associações de bairro ou sociedades pró-melhoramentos possuíam na cidade a característica de serem um tanto institucionalizadas, criadas ou incentivadas pela administração municipal, mantendo em sua maioria um relacionamento bastante direto ou pessoal com o executivo. No período estudado, os líderes e presidentes de SPMs mantinham encontros semanais com o executivo e, ao que parece, este hábito persistia desde o surgimento das primeiras associações. A primeira audiência da Sociedade do bairro Nossa Senhora Aparecida – a segunda a ser criada no município – com um representante da prefeitura de Juiz de Fora foi com o prefeito Olavo Costa (1951-1955) e a segunda com o prefeito Ademar Rezende de Andrade (1955-1959)¹⁷⁴.

Como ressaltou Robert Putnam, características como estas seriam responsáveis por dificultar a existência da necessária virtude cívica, já que são constantes as práticas personalistas e clientelistas. Para o autor, o predomínio de relações verticais favorece tal estado de coisas. No entanto, no caso estudado, existem também as relações horizontais, de cooperação e solidariedade. Os “contatos” não são os únicos critérios para o atendimento de reivindicações, existindo grupos fortes e coesos o suficiente para gerar pressão e respostas positivas. A forma de atuação e relacionamento com a Municipalidade manteve certa linearidade. No entanto, existiram associações que fugiam a este padrão e procuravam manter uma postura mais combativa.

Descrevendo brevemente o método de atuação de uma SPM, é possível dizer que, inicialmente, o morador ou líder local, ao constatar uma necessidade no bairro, verifica sua pertinência e encaminha um pedido formal, contendo apenas uma solicitação, ou uma lista dos problemas mais urgentes, ao executivo municipal – diretamente ao prefeito, como nas audiências, ou através da Câmara de Vereadores. Após este passo, diversas formas de pressão podem ser adotadas para o atendimento da reivindicação. Em muitos casos, a importância política das entidades e a representatividade de seu líder era determinante, já que muitos bairros eram considerados ‘comitês’ eleitorais influentes, embora os estatutos das SPMs declarem serem estas órgãos apolíticos. Pelo que foi constatado, esta prática era na maioria das vezes encarada como natural, como parte da mecânica do poder, estruturalmente constituída, pois, conforme o número de reivindicações atendidas, maior era o apoio do Bairro ao “beneficiador” e à própria sociedade representativa e, conseqüentemente, seus diretores. Em outros casos, recorria-se ainda à imprensa e à realização de protestos localizados nos bairros ou em frente à sede da prefeitura.

¹⁷⁴ Ibidem.

Como foi dito, muitas associações e SPMs atuavam fora deste esquema político e preservavam uma neutralidade tanto quanto possível, procurando ampliar suas atividades. É o caso, por exemplo, do Grupo Comunitário São Bernardo, que atuava isoladamente, sem filiar-se às entidades congregadoras, e era apolítico, não se envolvendo em assuntos da política partidária. Seus integrantes procuraram realizar a conscientização dos moradores do bairro para problemas comunitários e não se limitava à simples reivindicação de uma obra, realizando projetos próprios, como a campanha higiênica de 1975 que dotou várias casas de filtros para água¹⁷⁵.

No entanto, e segundo reportagens publicadas em jornal local, para diversos políticos (vereadores principalmente), estas sociedades eram compostas quase que exclusivamente por cabos eleitorais, se transformando em entidades reivindicativas pouco ou nada críticas e fiscalizadoras¹⁷⁶. Apesar da longa tradição política das SPMs e de sua importância no cenário político e social local, a impressão geral era a de que os políticos apenas as procuravam de acordo com seus interesses eleitorais. Na visão de alguns, o líder de uma sociedade era geralmente uma pessoa simples, porém, se vaidoso ou ambicioso, afastava-se gradativamente do trabalho realizado na comunidade, na medida em que passava a ter acesso aos governantes. Em troca de alguns favores, os bairros começavam a aparecer para os governantes apenas como joguetes em suas mãos¹⁷⁷. A impressão de que as Sociedades Pró-Melhoramentos serviriam como degraus de acesso à porta da política no período pode encontrar ressalvas, já que os dois líderes das entidades congregadoras das SPMs da cidade tiveram seus nomes lançados como candidatos à Câmara Municipal por várias vezes e nunca foram eleitos, o que prova que, se são realmente degraus, as sociedades ainda não haviam levado ninguém a porta alguma¹⁷⁸. Entretanto, muitos passaram a possuir cargos na administração pública. Na década de 1990, alguns líderes de bairro e movimentos da cidade conseguiram eleger-se para a vereança municipal. No entanto, a análise destas trajetórias ultrapassa os objetivos deste trabalho.

As associações de bairros ou SPMs possuíam no período duas entidades congregadoras: a Federação e a União, que reuniam parcela substancial dos movimentos comunitários, embora tivessem seu trabalho comprometido por problemas pessoais ou alheios à sua estrutura. Não realizavam reuniões com moradores, apenas com os ‘presidentes’ ou

¹⁷⁵ O QUE são as sociedades de Bairros? **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 01 jul. 1975, p. 5.

¹⁷⁶ PARA OS VEREADORES, estão faltando lideranças nas sociedades de bairros. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 08 fev. 1979, p. 2.

¹⁷⁷ SOCIEDADES Pró-Melhoramentos: a política de baixo para cima. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 03 set. 1975, p.2.

¹⁷⁸ *Ibidem*.

líderes comunitários, prestando assessoria em diversos assuntos. As sociedades ou associações possuíam autonomia para dirigirem-se diretamente à Prefeitura e a função da entidade congregadora poderia consistir no auxílio à redação de determinado ofício, dentro das normas e padrões, na auditoria e validação das eleições nos bairros, no acompanhamento do processo de avaliação da reivindicação e ainda poderia utilizar sua influência junto aos órgãos municipais para agilizar o atendimento. Seus resultados, entretanto, dependiam muito, como já foi dito, da representatividade política do bairro na pessoa de seu líder. As associações recebiam, ainda, orientação e apoio para funcionarem e desenvolverem seus trabalhos, como acompanhamento e orientação dos processos eleitorais e assessoria para elaboração e adequação de estatutos.

É possível dizer que as SPMs encerravam em si um movimento reivindicatório popular de real significado para a cidade, congregando pessoas, em geral, sem maiores recursos financeiros que se reuniam periodicamente na intenção de procurar soluções para os problemas de seus bairros. Esta, sim, era uma das características mais importantes das sociedades de bairros da cidade¹⁷⁹. O número de reivindicações entregues à Prefeitura, por exemplo, em 1975 ultrapassou os 350 pedidos de obras, a maioria em caráter de urgência. As solicitações dos bairros sempre se tornavam mais frequentes nos meses de chuvas devido aos estragos provocados. Mas, além dos transtornos das chuvas, muitos bairros pediam também a implantação de infraestrutura básica, como telefones, táxis, escolas, ambulatórios e postos policiais. Algumas reivindicações recebiam tratamento prioritário e eram atendidas.¹⁸⁰

Rotineiramente, eram publicadas nos jornais convocações de reuniões na sede da Federação e da União, e também convocações para assembleias de SPMs e grupos comunitários. Esta frequência de reuniões e a realização de inúmeras atividades promovidas por estas entidades comprovam a dinâmica das associações que, embora tivessem o brilho de seus méritos ofuscado pela sua forma de atuação e relacionamento com a Prefeitura, mantinham-se em constante movimento em busca de melhorias para sua comunidade. O fato de pessoas em geral sem recursos se reunirem para discutir problemas comuns e sugerir soluções é uma das características mais importantes nestes movimentos da cidade de Juiz de Fora. Seguem alguns exemplos das formas de associações de moradores existentes na cidade no período.

Os dados compilados através do projeto Puxando pela Memória guardam importantes informações sobre o trabalho das SPMs, como a do Bairro Monte Castelo. Sua fundação

¹⁷⁹ BAIRROS têm uma análise de seus problemas. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 07 out. 1975, p.2.

¹⁸⁰ BAIRROS querem obras urgentes. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 14 jan. 1975, p. 1.

ocorreu em 1959, com o objetivo de levar as reivindicações da comunidade ao conhecimento da administração pública. Durante a ditadura, os trabalhos sofreram certa inflexão, algo que ocorreu em praticamente todos os movimentos associativos, com maior ou menor intensidade, mas que não resultou na completa paralisação da SPM. Seria nas décadas de 1970 e 1980 que haveria uma retomada em sua dinâmica. No entanto, alguns fatores teriam comprometido o trabalho, como a presença de práticas autoritárias enraizadas na entidade de base e o medo presente entre as lideranças de se indispor com o Executivo municipal. O relacionamento entre as diferentes SPMs também foi apontado como um dos problemas do período, havendo dificuldades na articulação e troca de experiências em virtude de competições pessoais. Muitos, ainda, acreditavam que a mobilização poderia ser funesta, fechando portas e cortando relacionamentos. Dessa forma, evitavam confrontos ausentando-se de mobilizações, por exemplo.¹⁸¹

Situado na zona norte da cidade, o Bairro Monte Castelo enfrentava diversos problemas como a falta de calçamento em algumas ruas, interrupções no abastecimento de água e transporte precário. Segundo reportagem do jornal *Diário da Tarde*, a influência política de moradores era fundamental para o atendimento das reivindicações. Mas o bairro contou também com inúmeras melhorias, fruto da dedicação de seus moradores e da SPM¹⁸². A partir de 1978, foram realizadas no bairro obras de infraestrutura que possibilitaram melhores condições de moradia, com a implantação de iluminação a vapor de mercúrio e o asfaltamento das principais vias. A construção da Escola Municipal Amélia Pires, de nível primário, também foi apontada como uma das principais conquistas. Segundo reportagem publicada pelo jornal *Diário da Tarde*, era comum entre os moradores a alusão ao espírito de cooperação.¹⁸³

Mas nem só de problemas vivia o Bairro Monte Castelo. Apesar dos protestos dos jovens, ansiosos por atividades novas e atualizadas, o bairro ainda sustentava o tradicionalismo das festas religiosas com barraquinhas, leilão e bandas de músicas no adro da Igreja. Existiam no bairro duas bandas musicais: uma masculina, a Sociedade Euterpe Monte Castelo (Ver anexo n.º 06), com cerca de trinta componentes; e a única banda feminina de

¹⁸¹ Dados extraídos da Coleção Puxando pela Memória, sob a guarda do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Documentos da Sociedade Pró-melhoramentos do bairro Monte Castelo**. Código BR-AHUFJF-CDT014-004. Nível 3.série.

¹⁸² MONTE CASTELO: Um vale e problemas, tradições e pobreza. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora. 23 jun. 1975, p. 3.

¹⁸³ MORADORES do Monte Castelo elogiam obras. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora. 05 nov. 1979, p. 2; MONTE Castelo: problemas, tradições e pobreza. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora. 23 jun. 1975, p. 3. *Jornal de Bairros*.

Juiz de Fora, Lira Feminina de Monte Castelo, com cerca de vinte moças¹⁸⁴. Era desta maneira que o bairro ia formando uma rede de solidariedade baseada no contexto de vizinhança

O trabalho realizado pelo jornal *Diário da Tarde* através da seção “Jornal de Bairros” permitiu conhecer inúmeras realidades e histórias, como as do Bairro Santa Luzia. A comunidade surgiu na década de 1930, com a povoação da região da Fazenda da Cachoeirinha, o que serviu, posteriormente, para denominar a região e a população que ali passava a residir. Quando o bairro ainda possuía o nome “Cachoeirinha”, a maior parte de suas ruas era sem calçamento. O córrego que o cortava foi responsável por inúmeras inundações das ruas e, desde os primórdios do bairro, esta era uma das principais reclamações de seus moradores. Em 1945, o bairro passou a denominar-se Santa Luzia e em 1966 foi formada sua Associação de Moradores, que, em 1975, era filiada à Federação dos Bairros. Neste período, a comunidade conquistou diversas melhorias, como o asfaltamento de ruas. A população de quase doze mil habitantes, segundo dados do Censo de 1979, possuía à sua disposição uma infraestrutura razoável, com mercados, mercearias, posto policial, e seus moradores orgulhavam-se em afirmar que o bairro era quase uma cidade.

No entanto, o crescimento desordenado fez com que muitas construções irregulares fossem feitas, atingindo encostas e provocando seu desmoronamento em épocas de chuva. No bairro, muitas ruas ainda não eram iluminadas na década de 1970 e o córrego não era totalmente canalizado. Durante toda a década, diversas foram as manifestações dos moradores através dos jornais, já que não se conformavam com a lentidão dos trabalhos executados, reivindicando prioridade.¹⁸⁵

Assim como em muitos outros casos em Juiz de Fora, o início da associação de moradores do Bairro Santa Luzia pode ser buscado nas reuniões promovidas pela igreja local, através dos círculos bíblicos, das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Com doze anos de fundação, em 1975, a SPM do Bairro Santa Luzia, entidade filiada à Federação, ainda se ressentia das dificuldades que passava todas as vezes que reivindicava alguma obra ou melhoria para o bairro.

¹⁸⁴ MONTE CASTELO: Um vale e problemas, tradições e pobreza. *Diário da Tarde*, Juiz de Fora. 23 jun. 1975, p. 3.

¹⁸⁵ SANTA LUZIA: Um bairro quase cidade com muitos problemas. *Diário da Tarde*, Juiz de Fora. 29 jul. 1975, p. 3; SUJEIRA preocupa Santa Luzia. *Diário da Tarde*, Juiz de Fora. 26 fev. 1977, p. 2 (jornal de bairro). SANTA LUZIA acumula problemas à espera soluções do Prefeito. *Diário da Tarde*, Juiz de Fora. 27 abr. 1977, p. 2; SANTA LUZIA: mais desabamentos. *Diário da Tarde*, Juiz de Fora. 28 ago. 1979, p. 3.

Cláudia Viscardi¹⁸⁶, que também estudou o bairro por ser um dos mais mobilizados no período, cita ainda a presença de diversas outras organizações no local contribuindo para a mobilização dos moradores. A autora perpassa diversas outras características do movimento associativo no bairro, enfocando principalmente seu relacionamento com a Prefeitura durante a gestão participativa. Ao que aqui é pertinente, cabe ressaltar que, apesar da força da mobilização no bairro, o relato das lideranças é de pouca participação de moradores quando da realização de assembleias e reuniões. Muitas reivindicações chegavam ao líder local através do contato direto com moradores em conversas informais. Esta característica não impedia os moradores de se orgulharem pelas melhorias obtidas, através dos ofícios ao prefeito encaminhados pela SPM, muitas vezes, pessoalmente.

Fundado em 16 de junho de 1970, o Grupo Comunitário São Bernardo (GCSB), localizado no bairro de mesmo nome, surgiu com a proposta de trabalhar para melhorar a vida de seus moradores e das comunidades em seu entorno como Vila São Sebastião, Marianinha, Belei, Cesário Alvim e adjacências¹⁸⁷. Tinha como objetivo lutar por melhorias na infraestrutura dos bairros, com reivindicações em torno de temas como educação, saúde, infraestrutura urbana, transporte e segurança. Além disso, procurava trabalhar na conscientização da população para a importância da participação e despertar em cada morador a noção de que, não obstante as aparentes diferenças sociais que pudessem existir, cada um possuía sua função na sociedade. Trabalhavam nas comunidades a representação do grupo como um relógio, no qual cada peça tem função indispensável em seu funcionamento (ver anexo n.º 07). O trabalho de mobilização da população em torno do sentimento comunitário e para a necessidade de participação era uma das declaradas diferenças entre o Grupo e as SPMs. O bairro até possuía uma SPM, fundada em 19 de abril de 1959, mas esta parecia não ter grande representação, não sendo notada uma atuação mais destacada da entidade¹⁸⁸.

O Grupo foi considerado de utilidade pública em sete de julho de 1972 por lei municipal. Fazia parte de sua filosofia o não envolvimento em questões político-partidárias e a não discussão de assuntos religiosos e políticos em suas reuniões. Estas restrições estão incluídas em seu estatuto (ver anexo n.º 08) e tinha como objetivo manter a independência e a isenção de seus trabalhos. Era, inclusive, vedada a participação de pessoas filiadas a partidos políticos. Mantinha seus trabalhos através da contribuição mensal de seus membros e

¹⁸⁶ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Diferentes atores em papéis diversos:** a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora. (1983-1988). 1990. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 1990.

¹⁸⁷ GRUPO Comunitário São Bernardo. **Estatuto.** 07 mai. 1971.

¹⁸⁸ SÃO BERNARDO quer melhorias para suas ruas mal traçadas. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 11 abr. 1974, p.3 (Jornal de Bairro).

enviavam ofícios a empresas, recebendo, destas, doações que eram empregadas na realização de promoções e desenvolvimento de projetos nos bairros de sua abrangência. Periodicamente, realizava almoços e confraternizações, festas beneficentes e gincanas a fim de arrecadar recursos para seus projetos. Exemplos de projetos executados foram as campanhas para dotar as residências de filtros para água, citadas anteriormente, e a campanha pela horta caseira, que procurava incentivar as pessoas a manterem uma alimentação saudável através do plantio de verduras e legumes em seus quintais (ver anexo n.º 9). Construiu uma sede própria em terreno doado, onde eram realizadas as reuniões com a comunidade e entre seus dirigentes.

Segundo as fontes do Grupo e os jornais locais, até o início da década de 70 a comunidade era deficiente no que diz respeito à oferta de equipamentos urbanos. Esta deficiência teria origem no início da ocupação do bairro no início do século XX. A região foi loteada em 1928, porém sem planejamento urbanístico, o que resultou em uma ocupação irregular, com ruas mal traçadas e casas construídas fora de um alinhamento padrão. O bairro, localizado na zona leste da cidade, a cerca de 15 minutos do Centro, recebeu prontamente diversos moradores provenientes de bairros mais afastados e de cidades circunvizinhas que tinham seu trabalho na região central da cidade, com população predominante de operários e comerciantes¹⁸⁹.

Uma das primeiras conquistas do Grupo após sua constituição foi a desapropriação do terreno onde em 1975 seria inaugurada a Escola Municipal Amélia Mascarenhas, para atender a cerca de 200 crianças residentes em seu entorno. A construção, realizada em parceria com a Prefeitura, com projeto de autoria de um colaborador do Grupo, foi uma das principais conquistas dos moradores¹⁹⁰. No bairro fica localizado um dos mirantes da cidade, conhecido como Mirante do São Bernardo. Sua construção e reconhecimento como ‘ponto turístico da cidade’ recebeu grande incentivo do grupo que conseguiu a desapropriação do terreno e durante toda a década de 70 trabalhou por sua reforma e urbanização. Em outubro de 1978, juntamente com a Diretoria do GCSB, o então Secretário de Obras e Urbanismo, por determinação do prefeito, fez um estudo criterioso das necessidades do bairro e suas vilas, tendo por base o memorial enviado pelo Grupo à Prefeitura contendo doze reivindicações. Consta que diversas das reivindicações apresentadas foram prontamente atendidas pela Municipalidade.

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ JOVENS fazem uma ginkana pelo bairro São Bernardo. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora. 23 mai. 1972, p. 5. SÃO BERNARDO mostra força de uma comunidade. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora. 29 jul. 1972. p. 3; ESCOLA Maria Amélia inicia aula com 200 alunos. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora. 15 fev. 1975, p. 6.

Em relação ao seu relacionamento com a Prefeitura, não foi possível identificar qualquer mudança de postura nas diferentes administrações do período. De forma semelhante às SPMs, enviava ofícios diretamente ao executivo e mantinha reuniões com o prefeito, não sendo possível, no entanto, notar alguma periodicidade. Não pertencia a nenhuma entidade congregadora de SPMs, como a Federação e a União, mas eram filiados aos órgãos municipais de assistência social e tinham a colaboração de profissionais da Prefeitura e da Universidade Federal para a realização de muitos trabalhos. Levado a se posicionar em relação à existência de associações que como esta se mantinham independentes, a Federação declarava, através de seu presidente, em um jornal local, que acreditava que a necessidade de prestação de contas e de obediência seriam os motivos para a não filiação. Além disso, sua composição teria de ser aprovada pela entidade segundo os critérios de bons antecedentes, tendo ainda que pagar uma taxa mensal de contribuição¹⁹¹.

A década de 70 e o início da década de 80 foram períodos especialmente produtivos para esse grupo que conseguiu, entre outras melhorias, a instalação de um ambulatório médico, a urbanização de diversas ruas e vilas, a construção de redes de esgoto e captação de águas pluviais, iluminação de ruas e telefones públicos nos logradouros dos bairros. No relacionamento com a comunidade, o Grupo procurava destacar suas conquistas na intenção de atrair um maior número de moradores para suas causas. Diversos panfletos eram produzidos para divulgar a realização dos projetos e festejos em prol do bairro. (ver anexo n.º 09).

O GCSB serve aqui neste trabalho como um contraponto no estudo das associações de bairro da cidade, moldadas desde o seu surgimento no formato de SPMs, mas que se comportava de forma ainda mais destoante e independente. A eficiência do grupo em produzir decisões positivas na Municipalidade deve ser ressaltada como mérito de um movimento caracteristicamente formado no contexto de vizinhança, declaradamente apolítico e apartidário, sem maiores pretensões ideológicas e sem maiores ligações com movimentos religiosos. Não possuía pretensões revolucionárias ou críticas mais profundas às políticas governamentais, mas procurava trabalhar pela inserção de seus representados nos benefícios públicos e terem suas demandas tratadas como direitos. Conseguiu, neste sentido, destacado sucesso, formando naquele momento uma comunidade forte e coesa, ciente de sua força na conquista de melhores condições de vida e de moradia.

¹⁹¹ BAIRROS: Federação analisa grupos que operam isolados. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora. 01 mar. 1978. p.5.

2.2.3 – Polaridade na Representação

A primeira Sociedade Pró-Melhoramentos da cidade de Juiz de Fora foi criada no Bairro São Mateus durante a década de 1940, seguindo-se a criação de outras nos bairros Nossa Senhora Aparecida e Grama¹⁹². Segundo Cláudia Viscardi, este intento teria sido iniciativa de ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, e neste sentido questiona o modelo associativo adotado. No entanto, se de inspiração fascista ou pluralista, como colocado por Viscardi, o fato é que, àquela época, a cidade começava a sentir os efeitos da guerra. Relatos sobre a falta de transportes, a elevação no custo de vida, a escassez dos gêneros de primeira necessidade e a paralisação de certos serviços são comuns nos jornais da época, como salientou Paulino de Oliveira¹⁹³. Anos depois, por volta de 1956, os líderes das associações criadas decidiram fundar uma Federação, uma vez que as sociedades haviam proliferado. Do registro dessa Federação em Belo Horizonte é que surgiram as diferenças e polêmicas que passaram a envolver o movimento associativo em Juiz de Fora¹⁹⁴.

Na década de 1970, existiam na cidade dois órgãos representativos dos bairros que englobavam todas as Sociedades Pró-Melhoramentos: A Federação dos Bairros de Juiz de Fora e a União de Bairros de Juiz de Fora, que, juntas, somavam em 1974 cerca de 61 entidades filiadas. As versões para os acontecimentos que resultaram neste quadro são divergentes. No entanto, os relatos mais comuns encontrados em jornais da época¹⁹⁵ dão conta de que em 1965 um dos presidentes de SPMs sugeriu a fundação de uma federação e nessa época existiam cerca de 15 sociedades constituídas e em funcionamento. Foi organizada uma assembleia para definir estatutos e eleger a diretoria. Posteriormente, seria preciso fazer o registro em Cartório e isto seria feito na cidade de Belo Horizonte por uma comissão nomeada por esta diretoria eleita.

Segundo os jornais, o Sr. José Roque Raposo, presidente da Federação até a década de 1970, insatisfeito com a derrota de sua chapa para a direção da entidade e estando à frente da comissão responsável, a registrou com ele mesmo como presidente. Após o episódio, aqueles que não concordaram com o feito registraram em abril de 1970 outra entidade com o nome de União Juizforana de Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros e Distritos. Entretanto, a

¹⁹² A CONSTANTE luta das sociedades pró-melhoramentos de Juiz de Fora. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 19 nov. 1974, p. 2.

¹⁹³ OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. 321 p. JF/OLlh/1966, p. 290.

¹⁹⁴ A CONSTANTE luta das sociedades pró-melhoramentos de Juiz de Fora. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 19 nov. 1974, p. 2.

¹⁹⁵ Estes mesmos relatos podem ser encontrados nos jornais do período como Diário Mercantil, Diário da Tarde e Tribuna de Minas, assim como no trabalho de Cláudia Viscardi e no texto ‘Puxando pela Memória’.

história destas entidades começou em meados da década de 1940, época em que não havia cartório em Juiz de Fora.¹⁹⁶

Já a versão dada pelo Sr. Raposo é a de que não havia seriedade entre os antigos dirigentes que perderam todos os documentos da entidade e tentaram forjar outros. Dessa forma, dez sociedades registradas entre o total existente legalizaram a Federação, convidando as restantes a tomar parte, o que não foi aceito. Em 1974, a Federação contava com trinta e sete sociedades e três grupos comunitários a ela filiados; a União, com vinte e quatro filiações.

Tentando resolver o problema da melhor maneira possível, o então prefeito Itamar Franco procurou trabalhar para a reunificação das duas entidades. No entanto, em agosto de 1973, decidiu abrir espaço para ambas e passou a promover encontros periódicos com seus presidentes. Ao procurar a reunificação, Itamar corria o risco de atingir as suscetibilidades dos dirigentes de ambas as entidades, o que poderia prejudicar sua candidatura ao Senado Federal, já que a Federação, presidida pelo senhor José Roque Raposo – naquela época fazendo parte do gabinete do prefeito –, convocou uma reunião extraordinária para debater a posição dos bairros ante a candidatura de Itamar, para a qual o próprio Roque Raposo, ex-integrante da ARENA, trabalharia. Embora não evidenciasse restrições às entidades, Itamar poderia desagradar seus diretores se insistisse na reunificação, pois esta talvez fosse tendenciosa e certamente pernicioso para sua campanha. Quando passou a existir na Prefeitura um órgão a existir na prefeitura um órgão criado e instruído para dar tratamento igualitário às duas entidades de bairros, a separação pareceu consolidada¹⁹⁷.

Em 1975, no governo de Saulo Moreira, a Prefeitura Municipal e a União defendiam a ideia de uma entidade única com os dirigentes escolhidos em assembleia. No entanto, nunca houve entendimento entre entidades e prefeitura quanto a isto. A radicalização do discurso fica clara em um depoimento do presidente da Federação, Sr. José Roque Raposo, para um jornal da cidade, em que reforça não concordar com a ideia, já que “uma Federação legalmente constituída e com 37 associados não pode curvar-se a insignificâncias e não aceita

¹⁹⁶ Pela pesquisa empreendida, tanto nos jornais quanto nas publicações sobre o assunto, a justificativa dada pelos membros da Federação e da União para o registro da entidade em Belo Horizonte era a inexistência de cartórios na cidade de Juiz de Fora, na década de 1940. A CONSTANTE luta das sociedades pró-melhoramentos de Juiz de Fora. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 19 nov. 1974, p. 2; JUIZ DE FORA – PREFEITURA MUNICIPAL. **Puxando pela memória**: Uma história dos movimentos comunitários de Juiz de Fora contada por algumas de suas lideranças / Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Assessoria de Articulação Institucional. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal, 2003, p. 19.

¹⁹⁷ BAIRROS aumentam pedidos de obras. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 06 fev. 1975, p.1.

a intervenção da prefeitura nas questões de bairros, que pertencem apenas aos moradores associados”¹⁹⁸.

Em 1974, a Federação dos Bairros aprovou em assembleia a criação dos grupos comunitários no lugar das Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros com a previsão de criarem casas comunitárias em cada bairro. Tratava-se de uma proposta mais assistencialista na medida em que a função do grupo comunitário seria executar projetos de autoria própria e utilizar seus espaços para reuniões e promoções nos bairros. A intenção era a de que moradores e associações filiadas não mais reivindicassem, por exemplo, melhorias nos bairros como calçamentos, redes de esgoto e redes de energia, por considerar que isso seria atribuição exclusiva da administração municipal. Previa ainda o total afastamento dos presidentes de sociedades de qualquer manifestação política. A implantação dos grupos comunitários se daria a partir de janeiro de 1975, e continuariam as movimentações para a construção de ambulatórios, grupos escolares, praças de esportes, contratação de médicos e movimentos recreativos¹⁹⁹. Desde os primórdios do movimento associativo em Juiz de Fora, as reivindicações materiais constituíam, para a maioria das SPMs e associações, sua principal atividade e razão de existirem. Um tipo de imposição como esta, se concretizada, poderia descaracterizar completamente o movimento comunitário da cidade, retirando até mesmo a autonomia de cada um em deliberar sobre os projetos mais adequados às suas realidades. Muitas associações previam em seus estatutos que seus membros não fossem filiados a partidos políticos e vetavam estes assuntos em suas reuniões. No entanto, o total afastamento, conforme postulado pela Federação, poderia minar forças políticas importantes nas comunidades. Outro ponto interessante neste episódio foi perceber como um projeto feito por uma das entidades congregadoras, apesar de seus méritos, foi adotado como a verdadeira aspiração dos movimentos de bairro da cidade, tendo aprovação da municipalidade para executá-lo, inclusive indo ao governador solicitar verbas. A construção das casas comunitárias seria um dos assuntos a serem tratados em reunião da Federação com o governador do Estado Aureliano Chaves, solicitando auxílio financeiro²⁰⁰.

A divergência entre Federação e União estendeu-se durante todo o contexto político dos anos 1970 e 1980 com as associações de bairro da cidade de Juiz de Fora enfrentando uma polarização na disputa pelo monopólio legítimo de representação de seus interesses, que tivera início na criação destas entidades durante a segunda metade da década de 1950. A forte

¹⁹⁸ A CONSTANTE luta das sociedades pró-melhoramentos de Juiz de Fora. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 19 nov. 1974, p. 2.

¹⁹⁹ FEDERAÇÃO de Bairros não quer membros na política. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 23 out. 1974, p.4.

²⁰⁰ Ibidem.

presença da Federação junto à prefeitura de Juiz de Fora conferia a esta um caráter institucional e legal e, à União, restava a alcunha de entidade não representativa dos bairros, o que dificultava seu trabalho. O próprio presidente da Federação definia “*sua*” entidade como apenas “*um modo de auxiliar o governo constituído*” e mantendo suas audiências com o prefeito municipal, hipotecando sua solidariedade e reivindicando algumas melhorias. Este relacionamento privilegiado seria determinante na atuação dos movimentos sociais do período, tornando seu estudo de fundamental importância para a compreensão do que representou um movimento como o Unibairros no contexto da década de 1980.

Esta situação prejudicava tanto o trabalho desempenhado pelas duas entidades como qualquer outra tentativa de trabalho comunitário, pois as SPMs se dividiam e mesmo aquelas que não eram filiadas a nenhuma e realizava um trabalho isolado se viam reféns desta situação. Mas a história destas associações vai além desta contenda e revela uma rica experiência de participação e muito do modo como este relacionamento era concebido. Pela pesquisa empreendida, fosse através de uma associação legalmente constituída, como era o caso das SPMs, ou pela iniciativa em comum de alguns moradores, foi possível perceber uma intensa movimentação reivindicatória. Enviando cartas aos jornais, fazendo passeatas e protestos, enviando ofícios à Câmara Municipal ou diretamente ao prefeito municipal, inúmeras foram as formas encontradas por estas pessoas no intuito de conseguir melhorias para o local onde moravam²⁰¹.

Mesmo enfrentando uma série de problemas organizacionais, os movimentos comunitários não se deixavam abater e utilizavam diversas formas de protesto enviando cartas, ofícios e abaixo-assinados à imprensa, à Câmara dos Vereadores ou diretamente ao gabinete do prefeito. Nos jornais, diversas são as convocações e os relatos das reuniões nas entidades no período estudado. Nestas ocasiões, eram discutidos os problemas dos bairros e elaboravam-se relatórios que posteriormente seriam entregues à administração. Estas pessoas procuravam ser ouvidas e ter seus pedidos atendidos²⁰². Muitas lideranças surgiram desses

²⁰¹ Algumas manchetes ilustram bem este cenário: BAIROS querem obras urgentes. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 14 jan. 1975, p. 1; BAIRO Santo Antônio pede inúmeras obras. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 02 abr. 1975, p. 3; BENFICA reivindica obras. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 22 ago. 1975, p. 2; BAIROS pedem obras e a presença do prefeito. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 08 mar. 1976, p. 2; 6 MIL MORADORES de Linhares pedem socorro à Prefeitura. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 25 abr. 1977, p. 3; BAIROS fazem reunião e falam de seus problemas. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 12 set. 1978, p. 3; MORADORES entregam abaixo-assinado ao prefeito pedindo obras (São Benedito e Vila Alpina). **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 22 jul. 1980, p. 2; MORADORES entregam abaixo-assinado ao prefeito pedindo obras: São Benedito e Vila Alpina. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 22 jul. 1980, p. 2.

²⁰² BAIROS fazem na quarta sua sétima reunião deste ano. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 23 jul. 1974, p. 3; BAIROS aumentam pedidos de obras. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 06 fev. 1975, p. 1; SOCIEDADES de Bairros fazem reunião hoje no Jóquei Clube. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 09 out. 1976, p. 2.

grupos de moradores nos quais não havia nenhuma associação constituída juridicamente, outras surgiam através das SPMs já existentes.

Por diversas vezes, vereadores e cidadãos da cidade expressaram sua opinião sobre associações de bairro através do jornal *Diário da Tarde*²⁰³. Segundo os depoimentos constantes nas edições, consideravam que, com raríssimas exceções, as pessoas que assumiam cargos nas diretorias de SPMs estariam à procura de autopromoção e defesa de interesses próprios. Excetuando-se aqueles que representavam lideranças natas nos seus respectivos bairros, salientavam a existência de outros líderes que surgiam sem que houvesse identificação com o restante da comunidade. Entre os vereadores, havia certa insatisfação pelo descrédito da Câmara entre as entidades representativas dos bairros no período. Isto porque muitos representantes de bairros enviavam suas reivindicações diretamente ao prefeito e deixando de privilegiar os vereadores, resultando em perdas políticas. Sem poupar críticas ao trabalho das entidades, principalmente à Federação, acusavam-nas de servirem apenas como um anteparo das promessas do prefeito, afirmando que o trabalho daquela se resumia à promoção de encontros, cujo objetivo era projetar a imagem do executivo e, na maioria das vezes, tentar obscurecer obras realizadas por outras forças políticas.

Pelo que se pode notar, as divisões existentes no seio dos movimentos comunitários da cidade refletiam igualmente em divisões políticas no interior da municipalidade. O jogo do poder na cidade tornava-se cada vez mais complexo e repleto de particularidades. Se nas administrações anteriores era dispensado tratamento igualitário às duas entidades congregadoras das SPMs, por exemplo, na administração Mello Reis somente tinham direito à voz ativa aquelas filiadas à Federação. A União recebia então a alcunha de entidade não representativa dos bairros da cidade, tendo diminuído seu poder político. Mas, ao privilegiar um conjunto de forças em detrimento dos demais, a administração provocou entre a oposição um sentimento de identificação com o trabalho desenvolvido por todas as associações colocadas de fora da mecânica do poder, principalmente a União. Todos estes fatores iriam interferir na dinâmica política e associativa do período na cidade.

A polaridade identificada no período dividia as associações comunitárias em duas forças que articulavam diferentes atores na esfera política da cidade de Juiz de Fora. Como ressaltado anteriormente, o reconhecimento da divisão pela municipalidade e o tratamento igualitário de ambas teve início no final da década de 60, no primeiro mandato de Itamar Franco. No final da década de 70, ao se iniciar a gestão de Mello Reis na cidade, o perfil da

²⁰³ PARA os vereadores, estão faltando lideranças nas sociedades de bairros. *Diário da Tarde*, Juiz de Fora, 08 fev. 1979, p.2.

administração no tratamento das entidades fez com que o jogo se desequilibrasse tornando este governo paradigmático no estudo do comportamento dos movimentos e associações do período. Diversos fatores podem ter contribuído para isso, a começar pela própria configuração partidária que então assume a prefeitura. Em anos de redemocratização, um prefeito da situação assume o governo carregando consigo o peso de pertencer ao que então era visto como algo a ser esquecido e mesmo eliminado. Por outro lado, a entrada de grandes investimentos aumentava a expectativa daqueles que tinham a esperança de verem sua reivindicação atendida. Ou, ainda mais, poderia dizer que aumentava também, e na proporção do montante investido, a aspiração por participar das decisões sobre como e onde aplicar as verbas. Pois não havia ninguém melhor para decidir isto senão os próprios cidadãos objetos do projeto. Neste governo, a prefeitura, aplicando recursos do projeto CPM-BIRD, construiu inúmeros centros comunitários ou casas comunitárias nos bairros da cidade. No entanto, uma das características desta administração seria a pouca participação popular nas decisões do governo.

As décadas de 1970 e 1980 são especiais para o movimento associativo do período. A imprensa, principalmente através do jornal *Diário da Tarde*, popularizava-se, e assuntos relativos aos bairros, à vida dos moradores e ao trabalho comunitário recebiam bastante destaque. No que diz respeito à cooptação das lideranças e à forma de relacionamento, instituída pelo executivo, com a iniciativa popular do período, existem nos jornais da época muitas histórias interessantes para contar. Surgem, desta forma, relatos detalhados dos momentos em que a proximidade e o comprometimento de muitas associações com a administração municipal ficam patentes.

Segundo os jornais, em dezembro de 1978, a Federação teria realizado uma festa para cerca de 400 pessoas, com o objetivo de agradecer ao prefeito e sua equipe pelo trabalho desempenhado naquele ano em prol dos bairros, que teria excedido 50% de reivindicações atendidas. Foram enviados convites para todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas residentes na cidade e foram convocadas todas as suas filiadas. Na ocasião, teriam recebido placas de homenagem o Prefeito, o Secretário de Obras e o Presidente da Federação²⁰⁴. Segundo a reportagem publicada no jornal *Diário da Tarde*, cerca de 23 representantes dos diversos grupos comunitários dos bairros filiados à Federação estiveram presentes na reunião. Na ocasião, diversos brindes foram oferecidos ao prefeito e à sua esposa, inclusive um jogo de

²⁰⁴ FEDERAÇÃO agradece com festa. *Diário da Tarde*, Juiz de Fora, 30 dez. 1978, p. 3.

canetas de ouro “para nosso prefeito assinar as primeiras providências a serem tomadas para nossos bairros”²⁰⁵, e ainda vários ofícios e uma série de reivindicações e pedidos.²⁰⁶

Outro episódio ocorreria durante uma reunião mensal da Federação com o executivo municipal em 1979. Segundo o jornal, ao entrar na sala de reuniões, o prefeito, seu secretário e outros convidados teriam sido fortemente aplaudidos. Seguiu-se o discurso do Sr. Raposo, que demorou-se vinte minutos em elogios à equipe do executivo: ‘as nossas forças reunidas vão apresentar à sua excelência o nosso apoio, a nossa gratidão e jamais deixar que esses falsos profetas digam que Mello Reis não fez nada para os bairros’²⁰⁷. Logo em seguida, um dos presidentes de bairro presentes o sucedeu na tribuna, reservando mais minutos de elogios, o que teria se repetido ao longo do encontro²⁰⁸.

A gestão participativa implantada pelo governo peemedebista de Tarcísio Delgado modificou novamente o jogo de forças local. A preferência do executivo em ações corpo a corpo com os moradores dos bairros ocasionou um sensível esvaziamento de SPMs e outros movimentos associativos que lutavam para atrair participantes, mas assistiam à perda de força das entidades diante da postura da administração²⁰⁹. A implantação do projeto de administração municipal com participação popular criou espaços e canais de participação que se revelaram insuficientes para sua plena promoção. Isso porque, embora houvesse o espaço para manifestação dos interesses, principalmente dos grupos organizados, esta administração privilegiava o atendimento a demandas individualizadas, onde a relação poder público - comunidade se dava diretamente à revelia dos canais existentes.²¹⁰ Esta forma de atuação da prefeitura, ao privilegiar o contato direto, acabou por esvaziar e desmobilizar os setores populares. Há que se frisar ainda que nesta administração a União teria cada vez mais influência no governo em detrimento da Federação, evidenciando uma troca no acesso ao poder. Este assunto será melhor tratado mais adiante em conjunto com as análises sobre o movimento Unibairros e a administração Tarcísio Delgado.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ FEDERAÇÃO dos bairros reúne-se com Melo Reis para lembrar promessas. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 24 jan. 1977, Suplemento, p. 1. GENTE e porcos disputam lixo no bairro Linhares. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 27 nov. 1978, p. 2.

²⁰⁷ PREFEITO ouve elogios na reunião dos bairros. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 26 mai. 1979, p. 2. Essa foi uma das frases do presidente da Federação, dirigidas ao prefeito.

²⁰⁸ PREFEITO ouve elogios na reunião dos bairros. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 26 mai. 1979, p. 2.

²⁰⁹ LÍDERES de bairros perdem forças e poder. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 02 jul. 1986, p. 7; COM O CONSELHO Municipal o desprestígio da Câmara. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 26 jun. 1985, p.7; TARCÍSIO defende ação do Conselho Comunitário. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 26 mai. 1985, p. 6.

²¹⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Diferentes atores em papéis diversos: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora. (1983-1988)**. 1990. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 1990, p. 96.

2.2.4 – Outros movimentos: o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) e o Movimento do Custo de Vida (MCV)

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos

Como resultado da instalação de regimes autoritários na América Latina, segmentos da Igreja Católica brasileira passaram a defender os direitos humanos, especialmente nos anos 1970. O empenho destes setores serviu como estímulo à formação de grupos leigos de direitos humanos por todo o país. Tratam-se dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos, Comissões de Direitos Humanos e Comissões Justiça e Paz que, nos primeiros anos da década de 1980, deram origem ao Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH).

Segundo Juliana Carvalhal (2007)²¹¹, em 1979 ocorreu no Brasil o primeiro encontro de Centros de Defesa dos Direitos Humanos, visando a congregar as atividades de aproximadamente doze núcleos existentes no país. As áreas de atuação do movimento estavam definidas na luta contra a violência policial, na defesa de uma política de saneamento básico, criação de creches, orientações trabalhistas e formação de grupos de saúde. Com a proliferação desses centros por todo o país, em 1982 foi criado o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), estabelecendo como bandeiras de luta a terra, a violência e o trabalho. A influência da Igreja na criação e apoio desses grupos foi muito grande, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, quando passa a se envolver em questões de ordem política. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora (CDDH) é a expressão local desta mobilização nacional. Criado em 1980 por militantes católicos e ligados à arquidiocese local, pautava-se pelos princípios contidos nos documentos sociais da Igreja, conforme estabelecia sua Carta de Princípios.

Historicamente teve grande atuação nas diferentes formas de mobilização e luta das classes populares de Juiz de Fora. Atuou na denúncia da violência policial através de ações jurídicas e do acesso à imprensa; deu apoio a diversas mobilizações em torno da melhoria das condições de saúde e moradia e atuou no atendimento de problemas individuais que envolviam desrespeito aos direitos humanos. Neste período, porém, o CDDH local caracterizou-se por privilegiar uma prática por demais assistencialista, priorizando

²¹¹ CARVALHAL, Juliana P. **A Serviço da Vida**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2007.

atendimentos individualizados. Ao mesmo tempo vivenciando forte desgaste político por atuar na defesa de carcerários e ser criticado por este tipo de prática²¹².

A partir de 1983, mediante mudanças ocorridas em sua direção, a entidade passou a priorizar como frente de ação a questão do uso do solo urbano em Juiz de fora, atuando na defesa dos ‘sem-terra’ e dos ‘sem-teto’, através de ações mais coletivas. Paralelamente às lutas pelo uso do solo, a entidade passou a atuar também em outras frentes, como na defesa dos direitos dos meninos de rua, no movimento popular pró-constituente e nas demais mobilizações sociais ocorridas no período²¹³.

O Movimento do Custo de Vida

Desde a década de 1960 e, principalmente, no final da década de 1970, surgem nos grandes centros urbanos brasileiros movimentos sociais de alto poder de mobilização. Entre esses movimentos tão vastos quanto variados e heterogêneos, tidos como não tradicionais, baseados em sua maioria no contexto de vizinhança nos bairros, destacamos o Movimento do Custo de Vida (MCV), que, segundo as pesquisas, teve grande influência na movimentação social da década de 1980 na cidade de Juiz de Fora. Segundo Tilman Evers (1982), este movimento surge a partir de clubes de mães na região de M’Boi Mirim, em São Paulo, com o apoio e proteção de setores da Igreja Católica e baseado em boa medida em organizações de bairro preexistentes e comunidades eclesiais de base (CEBs). Não possuíam praticamente nenhuma infraestrutura própria, utilizando a da Igreja e a dos sindicatos. A principal diferença do MCV com relação às típicas organizações de bairro consiste em que não trabalha uma temática do bairro.

O MCV surge como típica organização de bairro (...) e reflete a heterogeneidade social de tais organizações. A única identidade social subjacente ao contexto de vizinhança é a de pertencer aos estratos sociais de baixa renda – categoria da superfície social que engloba uma grande diversidade de situações concretas. (...) constitui-se como movimento de aliança entre setores proletários e da classe média pobre. (...) O sistema de dominação existente exerce uma pressão econômica e política que nivela diferenças sociais e obriga à união. E a base do movimento, por ser de vizinhança, produz um agrupamento de indivíduos que contém esta aliança de maneira ‘natural’ e inconsciente²¹⁴.

²¹² CRÍTICAS ao CDDH – mais trabalho. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 05 mai. 1985, p. 4;

²¹³ DIRETORIA do CDDH eleita por aclamação. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora. 14 jan. 1982, p. 1.

²¹⁴ EVERS, Tilman. **Os movimentos sociais urbanos**: o caso do Movimento do Custo de Vida. In: CEDEC. Alternativas Populares da Democracia: Brasil, anos 80. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 82

Em agosto de 1980, os jornais locais anunciavam a chegada do MCV a Juiz de Fora, promovendo reuniões, relatórios e intensificando a campanha contra o aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade²¹⁵. Grupos de moradores de bairros da cidade (São Benedito, Vila Alpina, Grajaú, Linhares, Vitorino Braga, Nossa Senhora Aparecida, Marumbi, Lourdes, São Bernardo, Santo Antônio e outros) organizaram-se e decidiram oficializar a criação do MCV, instituindo uma coordenação local e promovendo encontros e discussões sobre a história do movimento no Brasil desde 1950, além de elaborarem um abaixo-assinado para ser entregue por uma comissão em Brasília no Dia Nacional de Luta Contra a Carestia.

Na ocasião, distribuíram uma nota divulgada pela imprensa em que analisavam os ângulos do custo de vida no Brasil, citando o arrocho salarial e a inflação do período, que chegou no final de 1979 a 94,7%, como principais responsáveis pelo seu aumento. Divulgavam ainda suas lutas por melhores salários e contra o aumento dos gêneros alimentícios, convocando as camadas populares a participarem da mobilização. Entre as propostas trazidas pelo movimento, destacam-se o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade; aumento de salário acima do aumento do custo de vida; terra para quem trabalha e deseja trabalhar nela e condições técnicas para isto; abono salarial imediato para todas as categorias de trabalhadores; fim do governo da fome; uma nova ordem econômica que atenda aos interesses do povo.

2.2.5 – Algumas considerações sobre o movimento comunitário do período.

Percorrendo as páginas dos jornais do período, as fotografias e os documentos dos movimentos de bairro de Juiz de Fora, inúmeras histórias de lutas são possíveis de serem contadas. Devem ser reconhecidos os méritos destes grupos marcados pela heterogeneidade de participantes, reunidos em virtude do contexto de vizinhança na busca por melhorias coletivas e pela promoção da participação política através do movimento reivindicativo em torno de melhores condições de vida e moradia. Política, por lutarem por igualdade na distribuição de equipamentos urbanos nos bairros mais carentes, por buscarem a conscientização e a informação sobre direitos e deveres sociais, por tornarem-se locais de

²¹⁵ O ARROCHO salarial é mantido pelo governo para manter o lucro dos patrões. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 14 ago. 1980, p. 3. MOVIMENTO contra a carestia se reúne e apresenta relatório. **Diário da Tarde**, Juiz de Fora, 01 set. 1980, p. 2. MOVIMENTO contra carestia vigia o preço de gêneros. **Diário da Tarde**, Juiz de fora, 15 set. 1980, p. 2.

discussão sobre os projetos políticos que sacudiam a cidade e o país. Sofriam, é certo, de inúmeras deficiências em diversos níveis de sua atuação. Desde o perfil da liderança que assumia por vezes um tom mais autoritário e intransigente, até a forma de relacionamento com a prefeitura ou mais precisamente com o executivo, que poderia fazer dos laços pessoais fatores de grande peso no atendimento de demandas em detrimento de uma avaliação imparcial e técnica das solicitações.

Ou seja, a existência de inúmeras formas viciadas de relacionamento foi, sim, uma das características marcantes destes movimentos e associações. No entanto, o uso de prerrogativas como esta, utilizadas para desacreditar totalmente este tipo de associação popular que há muito existe na cidade, não foi utilizada neste trabalho. É preciso ainda lembrar que muitas outras associações funcionaram à margem deste sistema e que, da mesma forma, tornaram os bairros e seus moradores forças suficientemente capazes de influir nas decisões dos governos.

Algumas SPMs possuíam certa dependência em relação à Prefeitura, o que, em certos momentos, representava limitações em seu trabalho, já que era esta que, em muitos casos, fornecia o suporte material para seu funcionamento viabilizando sedes e infraestrutura básica, como uma rede telefônica, por exemplo. Uma associação ou SPM não possuía grandes recursos, o líder não exercia uma função remunerada; caminhavam, portanto, em um tênue limite entre a institucionalização e a independência. O medo de retaliações era um fator de peso quando pensavam em atitudes mais combativas como manifestações e protestos.

Muitas associações possuíam seu campo de atuação bem definido, como a luta por melhorias de infraestrutura nos bairros. Esta característica pode ser vista por alguns estudiosos do tema como algo que denota certa limitação em seu papel. No entanto, é possível dizer que a simples constatação de que a falta de determinado serviço público ou infraestrutura constitui-se em uma falha e que, da mesma forma, a sua resolução constitui-se em um direito do cidadão morador e eleva sobremaneira a sua importância. Sua força era inegável, seu poder de representação sempre foi extremamente considerado nas administrações como uma forma intermediária de ligação entre a população e as autoridades municipais. É preciso considerar que a palavra política ainda era considerada comprometedora e também perigosa na redemocratização. As cenas de medo do período anterior ainda eram bastante vivas na memória das pessoas.

O direito de associação fora exercitado, mas muito ainda teriam que avançar no sentido de promover a conscientização, a informação e o conhecimento. Talvez essa seja a grande questão do movimento comunitário, ou seja, a falta de um trabalho maior de mobilização e informação junto aos seus representados. Isso porque a personalização

existente muitas vezes dificultou o reconhecimento de determinada vitória como algo coletivo, conseguido pelo grupo. Por vezes, os méritos recaíam em determinado líder ou morador específico. Mas é possível dizer que muitas pessoas, moradores das comunidades, não possuem noção do peso político de uma associação. Tocqueville muito contribuiria para fazer lembrar seus benefícios. A coesão social gerada por meio de um movimento associativo da sociedade civil tem potencialidades difíceis de mensurar. E esta consciência trabalhada por alguns dos grupos estudados foi capaz de grandes transformações, como no caso do Grupo Comunitário São Bernardo e do movimento Unibairros, que será analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

O MOVIMENTO UNIBAIRROS

O caminho percorrido neste trabalho teve como objetivo assinalar que, tal como demonstrado por Gramsci, Tocqueville ou Robert Putnam, a sociedade civil, principalmente em sua forma associada, organizada, é de fundamental importância para a condução democrática dos governos. No exercício de promover a articulação de interesses, estas associações formam uma rede de interação social capaz de promover a colaboração e interferir positivamente nas tomadas de decisão.

Tal *virtude cívica*, no entanto, não surge espontaneamente em uma sociedade. Muitos fatores pesam em sua formação, como a existência de uma tradição de participação cívica responsável por dar corpo a uma densa rede de associações. No Brasil, os altos e baixos da democracia podem ter contribuído para determinar a forma como ocorreu o surgimento de tais redes associativas. Dizendo isto, não estamos negando sua existência, mas, ao contrário, procurando chamar atenção para a forma negativa como enxergamos diversos movimentos sociais e formas associativas que fazem parte de nossa história, mas são tidos como inexpressivos e pouco representativos.

Um movimento como Unibairros, que, apesar de estar ainda em funcionamento, possui uma atuação bastante datada, pode passar despercebido e ter seu trabalho desacreditado por muitos. Mas pela notoriedade e influência adquirida, o movimento deixou muitas lições e questionamentos sobre o futuro dos movimentos sociais no Brasil. Os tradicionais movimentos e associações estudadas no capítulo anterior representavam uma forma de associação que, com honrosas exceções e muitas vitórias na luta por melhoria nos bairros, esteve no caso juizforano bastante comprometida com a administração municipal, mantendo relacionamentos diretos e clientelísticos, favorecendo o personalismo na interação sociedade civil - Estado.

A trajetória do movimento não seguiu uma linearidade, nem tão pouco houve claramente uma ideologia definida que perdurasse durante muito tempo. Iniciou-se muito ligado às teses da Teologia da Libertação e em 1990 via-se cada vez mais envolvido pela esquerda, através do Partido dos Trabalhadores, percurso que muitos movimentos sociais tiveram no período.

Desta forma, foi analisada a forma de relacionamento do movimento, assim como fora feito com as associações de moradores, com o setor público, com a administração municipal. Procuramos saber se sua atuação pautava-se pela radicalização através de manifestações e tumultos. Se recorriam à imprensa ou outros meios de divulgação para denúncias e para a conscientização e mobilização de um maior número de pessoas para sua causa. E, ainda, se possuíam uma organização que viabilizava um relacionamento mais amplo e duradouro com o poder público, não somente em torno de uma causa única, mas por melhorias mais abrangentes. Outros pontos que desejamos conhecer diz respeito a questões internas aos movimentos, como o perfil de suas lideranças²¹⁶, seu fortalecimento e renovação, assim como seu relacionamento com outros movimentos e com os moradores dos bairros.

Uma melhor definição do grupo que compõe o Unibairros permite dizer que não se tratava de um movimento representante de determinada classe social ou categoria ocupacional, uma vez que não foi possível agrupar seus participantes em conceitos como o de classe, por exemplo. Tal grupo construiu uma identidade que os uniu naquele momento e o diferenciou dos demais. Desta forma, caracterizá-lo como representante de classe ou setor específico é impor uma categoria que eles não compartilhavam. O que os unia desde o início era a intenção de obter melhorias para seus bairros conscientizar os moradores de seus direitos e deveres e realizar um trabalho unificado.

O Unibairros é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, e tem suas finalidades definidas em estatuto desde 1982 (ver anexo n.º 10), sendo declarado de utilidade pública por lei municipal em 1984. Sua sede, ainda em funcionamento, guarda todos os arquivos referentes ao período demarcado para estudo. As atas de reunião com as pautas e as discussões levantadas, cartas, jornais, panfletos, entre outros documentos, encontravam-se, quando da pesquisa, bastante conservados e organizados. Os documentos tiveram o objetivo de cumprir com os propósitos deste trabalho, ou seja, desenvolver uma dissertação de mestrado que busque refletir sobre democracia, sobre governo e principalmente sobre as formas de participação política tanto de trabalhadores e estudantes quanto das pessoas que não estão no mercado formal de trabalho, nem ocupam bancos escolares ou universitários.

Para estudar a trajetória do movimento na década de 1980, período de maior atuação, uma das principais fontes é proveniente do acervo preservado pelo movimento. Um exemplo

²¹⁶ Estudos iniciais indicaram que há diferenças na forma como as lideranças se constituem, no movimento Unibairros, nas associações de moradores e na Associação dos Bairros.

é o Jornal Unibairros, fonte abundante em seus arquivos e riquíssimo em informações que foi objeto de um estudo cuidadoso. Surgido em 1980, antes mesmo da fundação oficial do movimento em 1982, circulou mensalmente até a década de 1990. Trazia em suas páginas informações gerais para a população, expressões artísticas e culturais, informações sobre o movimento, sobre política e algumas palavras de ordem, que podem ajudar a entender qual a relação que se fazia entre sua liderança e a mobilização de seus membros. Também noticiavam as atividades do movimento e de que forma ele se manifestava nas ações de rua e de protesto contra a ordem estabelecida, política, social e econômica.

O Jornal Unibairros tinha a característica de ser produzido, editado e distribuído pelo movimento Unibairros, possuindo um corpo editorial constituído entre seus membros e com impressão terceirizada. Era inicialmente vendido em alguns locais específicos como bares e mercearias dos bairros Vitorino Braga, Santa Cecília, Linhares, havendo também os assinantes. Aos poucos, o jornal foi ganhando notoriedade e tornando-se popular, sendo vendido em bancas de jornal e revistas, além dos pontos de venda iniciais e dos assinantes, chegando à tiragem de 5000 exemplares. O formato não variou muito ao longo do período. Era produzido em formato A5 (metade de uma folha A4), grampeado ao meio, em impressão preta e branca, geralmente com 8 páginas, chegando a 16 em “Edições Especiais”.

As atas de reunião com as pautas e as discussões levantadas, e outros documentos avulsos, foram de grande importância para conhecer os assuntos que norteavam seus trabalhos, perceber o que os moradores e militantes levavam como demandas e o que esperavam como resultado. Dados como número de participantes, ocupação, escolaridade, bairro de origem, participação em assembleias, reuniões e eventos também foram avaliados procurando melhor conhecer o movimento, seus participantes e sua dinâmica interna. Ainda com relação aos participantes, consideramos importante conhecer quais as demandas trazidas para o movimento, através dos registros das atas de reuniões, fichas de controle interno dos movimentos, dinâmicas realizadas e registradas pela organização. Outro ponto importante a ser analisado é a presença ou não de preocupações ideológicas mais amplas, em se tratando do contexto político de redemocratização, pois conhecer este universo é fundamental para discutir o espaço do movimento como espaço de participação política, como local onde as pessoas debatem sobre políticas públicas, formas de pressão e canalização de demandas.

Os jornais em circulação na cidade na década de 1980 também foram pesquisados, já que muitos se envolviam em assuntos relativos aos bairros e aos movimentos comunitários. Inúmeros reflexos da ação do movimento puderam ser sentidos através de reportagens sobre o Unibairros, sua atuação, seu posicionamento diante de determinado assunto entre outros. A

bibliografia secundária apontada no capítulo anterior também foi utilizada, já que remete ao período e ao assunto estudado.

A intenção é a de que o exemplo do movimento que ora trazemos funcione como um excelente contraponto para a análise do comportamento, das formas de ação e dos perfis dos participantes de cada modelo associativo. Sem concorrer com os demais na representação das comunidades, o Unibairros assumia uma postura bastante combativa e crítica. Obteve apoio incomum para um movimento como este, possuindo um mecanismo de comunicação eficiente e uma militância jovem e politicamente ativa. Conseguiu muitos adeptos para suas causas, do morador do bairro à intelectualidade da cidade muitos simpatizantes se formaram.

É possível dizer que o movimento corresponde a uma cultura política diversa das associações. Sua formação está vinculada ao processo participativo das décadas de 1970 e 1980, que redundou no Novo Sindicalismo e nos movimentos de bairro com viés autonomista. Tal como analisado por Boschi, negavam o passado, recusavam uma relação de clientela com o Estado e afirmavam com ênfase sua autonomia organizativa e ideológica, confiando na confrontação para obtenção de resultados. As associações, por outro lado, em sua grande maioria, eram influenciadas pelas práticas clientelistas que marcaram o cenário político brasileiro.

O estudo procurará demonstrar o quanto uma sociedade atuante pode ser decisiva no futuro dos governos e que os movimentos e associações ainda possuem um longo caminho rumo a uma forma de institucionalização que seja específica e que não traga prejuízos às suas atividades. É possível que a presença de um discurso forte por participação popular tenha feito com que, nas eleições municipais de 1982, os candidatos e partidos estivessem mais atentos às demandas da população, com propostas cada vez mais voltadas para motes participativos. Discurso que não se esgotou no ano seguinte, permanecendo em constante renovação. Ao menos durante a incerta década de 1980, quando nada se sabia sobre a democracia futura, as associações seguiram o mesmo ritmo, quadro que só se modificou no final desta mesma década.

A redemocratização, conduzida pelos militares, incorporou diversas forças alijadas do poder, mas cristalizou inúmeras outras, e não promoveu reformas capazes de mudar o *habitus* da política brasileira. O caminho que muitos movimentos e forças, principalmente de esquerda, encontraram para alcançar um lugar neste novo cenário foi o da institucionalização, através da filiação a partidos políticos. Esta mudança refletiu de diversas formas na dinâmica destes grupos, alguns positivamente, outros nem tanto.

No caso dos movimentos e associações aqui estudados, havia anteriormente uma preferência pelo apartidarismo, situação que se modificou em alguns casos, quando passou a ser perceptível a influência de determinado partido na atuação dos grupos. Essa dinâmica ocasionou uma mudança na forma como o próprio militante ou morador do bairro enxergava o movimento. A perda do sentimento de representação pode ter contribuído para o afastamento de muitos membros e o gradual esvaziamento destes espaços. Outros setores puderam, contudo, obter vantagens, como o atendimento de inúmeras demandas. No entanto, este é ainda um assunto a ser melhor trabalhado e discutido, mas que deixa questionamentos sobre o melhor caminho a ser seguido por movimentos e associações: o da institucionalização e vinculação político partidária ou o da independência ideológica e do apartidarismo.

Em 1988, a convocação da Constituinte vem como resposta a este furor associativo e à agitação que desde os anos finais da ditadura vinha tomando conta do país. O início de uma esperança democrática nos anos 1990 acalma os ânimos e, de certa forma, ocorre um modificação gradual no perfil dos movimentos coletivos que tinham os temas políticos como bandeiras de luta.

Desta forma, procuramos chamar a atenção durante o texto para o percurso enfrentado pela sociedade civil para ter acesso ao Estado, ao modelo representativo e liberal de governo. E ainda, para o vigor que os movimentos sociais demonstraram ao final dos anos 1970, para o esforço pró-democrático da década de 1980 e para o demonstrado desejo da sociedade em voltar a participar politicamente, não aceitando mais o controle autoritário.

Neste e em outros momentos, inúmeras categorias de trabalhadores conquistaram melhorias através de greves, protestos e manifestações, mesmo que silenciosas. Os cidadãos em geral, moradores das periferias dos centros urbanos, aprenderam utilizando-se de meios semelhantes. Não para conquistas salariais ou por melhores condições de trabalho, mas para gerar processos decisórios mais amplos nos governos, que beneficiassem o local em que moravam, a coletividade que representavam, o objetivo que buscavam. Ainda assim, para muitos observadores comuns ou estudiosos céticos, o povo, a massa, era desorganizado. Podia até mesmo estar presente nos comícios e nas manifestações, mas mesmo assim não estava associada. Mais facilmente percebida nos meios sindicais, agremiações, partidos, entre outros, a associação comunitária também existe e, assim como em qualquer outra, o sentimento de pertença e a representação estão presentes e dão sentido à sua existência.

Por fim, será possível verificar as implicações da atuação desses movimentos para a vida política e social do município. Qual o legado deixado por esta experiência e o que ela

tem a nos dizer sobre as possibilidades de participação. E, ainda, o que teria mudado no comportamento político da municipalidade.

Dessa forma, os textos a seguir buscam discutir o perfil do movimento, os jornais, boletins e panfletos produzidos, a trajetória do movimento, seu papel na promoção da participação política e a Assembleia Nacional Constituinte como marco decisivo em sua atuação.

3.1 – POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E MAIS HUMANA

Quando, em 1974, o General Ernesto Geisel, ao assumir a presidência, anunciou o início da redemocratização do país, vozes há muito caladas voltaram a pronunciar palavras de ordem e a chamar os seus de volta à luta. Ainda demoraria para que medidas concretas fossem tomadas pelo governo, que assumiu os rumos da transição e ditou o ritmo dos acontecimentos. Somente em 1979 seriam feitas importantes modificações na legislação eleitoral instituindo novamente o pluripartidarismo e revogando diversos Atos Institucionais responsáveis por cercear direitos políticos, civis e sociais dos cidadãos. Seria na década de 1980 que as grandes mudanças seriam sentidas por toda a sociedade, que canalizou suas atenções para o cenário político brasileiro e para as possibilidades que então se abriam.

Segundo Ana Maria Doimo (1995), as análises que eram feitas sobre este período levavam a crer que haviam surgido os tão proclamados “novos sujeitos coletivos” dotados da autonomia e independência necessária para transformar as relações de produção e extinguir as formas autoritárias de governo. O tempo passou e, após a consolidação da democracia, dos partidos políticos e dos direitos sociais, era cada dia mais difícil continuar acreditando nesta interpretação²¹⁷. Realmente, os movimentos sociais urbanos do período, principalmente os que apresentavam o que a autora chama de “identidade expressivo-mobilizadora”, pareciam capazes de qualquer realização, eram audaciosos, não se intimidavam facilmente. Uma militância jovem, questionadora, que irrompeu como novidade entre aqueles acostumados às tímidas mobilizações dos anos anteriores. Um novo tipo de participação, uma rede ainda fragmentada, mas movida por um ideal solidário, à que Doimo denomina movimentos de “ação-direta”²¹⁸.

Como abordado anteriormente, o tema dos movimentos comunitários e associações de bairros encontra na literatura uma abordagem direta empreendida por Renato Raul Boschi (1987), que procurou desvendar de que forma as associações de bairro cumpriam a função de intermediar as classes populares sub-representadas e o governo. Seu texto se inclui entre aqueles que procuram a valorização do papel dessas associações na realidade política, econômica e social do país. Boschi procurou quantificar e qualificar dados como o nível de burocratização e estrutura dos movimentos, participação e frequência nas assembleias,

²¹⁷ DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Anpocs, 1995, Pp. 29-30.

²¹⁸ Ibidem, p. 59.

atividades e demandas das associações, o que contribuiu para a tentativa de mostrar de que forma a atuação de grupos organizados promoveram a abertura de espaços democráticos.²¹⁹

Neste cenário, então propício à mobilização, diversos movimentos associativos dinamizaram suas atividades, fenômeno sentido por toda a sociedade. Em Juiz de Fora, um novo ímpeto renovava os movimentos comunitários, que há muito existiam na cidade, mas, como analisado no capítulo anterior, possuíam um funcionamento peculiar, por serem, muitos deles, criados ou incentivados pela administração municipal e manterem, em sua maioria, um relacionamento bastante direto com a municipalidade. Esta forma de atuação e relacionamento manteve-se estável desde pelo menos o final da década de 1950, chegando à década de 1980 um tanto quanto esgotado, mas ainda reservando características intrínsecas como o personalismo e o clientelismo. Mesmo assim, estas associações representavam um importante instrumento de canalização de demandas ao poder público e suas agências, sendo, por isso, bastante procuradas por pessoas das comunidades.

Paralelamente às tradicionais associações de bairros ou sociedades pró-melhoramentos, SPMs, que funcionavam ligadas à administração municipal, desde pelo menos a década de 1940 começavam a surgir na cidade, em meados da década de 1970, diversos tipos de associações coletivas e/ou voluntárias, a partir de grupos culturais e desportivos, muitas incentivadas por grupos de base da Igreja Católica, funcionando de forma independente e autônoma. Isso porque, neste período, começaram a ser implantadas na cidade as Comunidades Eclesiais de Base, sustentadas pela Igreja Católica Progressista da cidade. No início, consolidaram-se vinte grupos, espalhados por diversos bairros periféricos de Juiz de Fora. Estas associações acabaram influenciando as tradicionais Sociedades Pró-melhoramentos e outros movimentos associativos da cidade, principalmente o movimento Unibairros.

A formação de muitos desses grupos, principalmente aqueles com viés religioso, pode ser entendida a partir das transformações ocorridas no interior da estrutura da Igreja Católica, iniciadas com o Concílio Vaticano II e a partir das modificações introduzidas pelo papado de João XXIII, que contribuíram para o surgimento do Cristianismo da Libertação²²⁰.

²¹⁹ BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987, 141.

²²⁰ O termo Cristianismo da Libertação é utilizado por Michael Löwy em: LÖWY, Michael. **As esquerdas na ditadura militar**: o Cristianismo da Libertação. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 303-320.

Michael Lowy²²¹, em texto sobre o tema, aborda o processo através do qual, surge no interior da igreja, uma corrente de pensamento que deixa de considerar o pobre como objeto de proteção ou caridade para passar a considerá-lo sujeito de sua própria libertação, articulando teologia (cristianismo) e marxismo. Em ambas, os valores anti-individualistas e comunitários, o protagonismo dos oprimidos, a crítica ao liberalismo econômico, a perspectiva universalista de transformação e a visão teológica do reino de Deus eram prevalentes, o que contribuía para esta aproximação. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) seriam o grande braço do movimento, assim como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC).

É possível afirmar que o surgimento das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), ligadas à Teologia da Libertação, influenciou a formação de diversos movimentos associativos. Localizados muitas vezes nas periferias das cidades, esses grupos eram formados por jovens, mas principalmente por trabalhadores ou candidatos a trabalhadores que utilizavam estes espaços para a discussão de seus problemas e para pensar possibilidades de luta para solucioná-los. Na esteira deste, diversos outros surgiram ligados à cultura, à educação ou ao esporte. Muitas vezes, era através de grupos menores como estes, ligados ou não à igreja, que o indivíduo dava seu primeiro passo na vida associativa. Para o caso do Unibairros, que surgiu como a união de diversos movimentos, essa ligação é evidente.

Nesta época, existiam nos bairros de Juiz de Fora jovens dispostos a trabalhar para melhorar a situação do lugar em que moravam. As fontes mostram que esses grupos passaram a se reunir e discutir os mais diferentes assuntos, entre eles os problemas dos bairros²²². Na primeira reunião dos grupos, houve o relato de suas histórias e dificuldades, e a elaboração de propostas de trabalho a serem votadas e desenvolvidas. Do bairro Linhares, participou o grupo de teatro 'NOISTODOS', formado a partir desta atividade com a proposta de levar o bairro a uma discussão mais politizada de seus problemas. Na ocasião, o grupo se preparava para encenar a peça 'Bandido', de autoria própria. Do bairro Olavo Costa participou o grupo de teatro 'Trancos e Barrancos', com cerca de sete pessoas, que também estava montando uma peça chamada 'Jeca Tatu e Suas Duas Maridas', também de autoria própria.

²²¹ LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o Cristianismo da Libertação. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 303-320.

²²² Estas informações estão contidas em um conjunto de documentos composto de dezesseis folhas datilografadas e copiadas em mimeógrafo de stencil com datas de novembro e dezembro de 1980.

O grupo Jovens Unidos de Santa Cândida (JOUSC) foi formado com semelhantes propósitos, como trabalhar para a união dos moradores do bairro em torno de seus problemas, através do teatro, promoção de bailes e festas e exibição de filmes. O objetivo era lutar pelos direitos dos moradores do bairro. Possuíam ainda um jornal chamado “Divulgação de Nossa Luta”, que era utilizado para levar ao conhecimento do bairro os trabalhos desenvolvidos e conscientizar a população para seus problemas. Do bairro São Benedito, participou o Grupo de Jovens Amigos do Amor Maior (GJAAM). A princípio, o grupo chamava-se Jovens Amigos das Artes Marciais, mas visto que o nome refletia certo receio nas pessoas, logo foi modificado. Definia-se como apolítico e não religioso, possuía cerca de trinta e cinco membros. Os bairros Vitorino Braga e Vila Ideal, apesar de não possuírem um grupo formado, participaram do encontro com cerca de 5 representantes no total. A intenção era adquirir experiências a partir da história de formação dos outros grupos²²³.

Em geral, os problemas enfrentados pelos grupos referiam-se à ausência de um local fixo para reuniões, à falta de interesse das pessoas em participar, à posição dos pais diante da formação dos grupos e conflitos com outros grupos dentro do bairro como SPMs ou Igreja local. Ameaças também faziam parte do cotidiano desses grupos que eram, algumas vezes, acusados de serem subversivos, sendo alvos de investidas policiais²²⁴.

De quatro em quatro meses, passou a ser realizado o Encontro de Jovens da Periferia, com o objetivo de trocar “experiências teóricas e de lutas”. E foi na terceira edição desses encontros, realizados em outubro de 1980 na Chácara dos Dominicanos, local cedido pela Igreja, em que foram discutidas formas de dinamizar a atuação dos jovens e mecanismos pelos quais o trabalho poderia ter continuidade.²²⁵

Neste momento, ainda não era chamado de movimento, mas ficou decidido que o nome daquele grupo de pessoas seria Unibairros e que sua primeira empreitada seria um jornal, “O Jornal dos Bairros de Juiz de Fora”. Isto porque o jornal não era ligado exclusivamente a um bairro ou região específica da cidade, a nenhuma entidade ou instituição. A proposta para a criação de um jornal foi uma das mais votadas na reunião realizada pelos grupos que, para dar continuidade aos trabalhos, decidiram ainda realizar Mostras de Teatro e Olimpíadas, além de concordarem em realizar encontros periódicos. A

²²³ PROPOSTAS dos grupos nos trabalhos desenvolvidos: seus problemas e dificuldades. **Unibairros**, Juiz de Fora. 1980, 6p.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ UNIBAIRROS – a força de uma equipe jovem, pronta a lutar pela melhoria dos bairros locais. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 23 jul. 1982, p. 3.

ideia era unificar os trabalhos dos grupos. O periódico teria a função de unir a luta, divulgar os problemas de cada bairro, cobrar soluções, conscientizar a população de sua condição como cidadão e detentor de direitos. Surgido em 1980, antes mesmo da fundação oficial do movimento, em 1982, o jornal circulou mensalmente (ou de acordo com a disponibilidade de recursos) até a década de 1990.

Dessa forma, surgia o Unibairros, com o objetivo de buscar saídas para melhorar as condições de vida da população, em um contexto específico em que proliferavam pelo país movimentos associativos dos mais diversos. Conseguia reunir jovens, estudantes e trabalhadores de diversos bairros da cidade em busca de “uma sociedade mais justa e mais humana”²²⁶, e abria espaço para as mais diversas formas de expressão da cidadania. Desde o início, caracterizava-se pelo enfrentamento, pela crítica, pela ampla movimentação, atuando não só na reivindicação de melhorias nos bairros da cidade como também em mobilizações políticas nacionais e campanhas ideológicas mais amplas.

É possível dizer que essa história ficou bastante conhecida em Juiz de Fora na década de 1980. A cada aniversário do jornal, e conseqüentemente do movimento, muitas eram as festividades promovidas pelo grupo, as reportagens nos jornais locais ou mesmo nos panfletos e nos Jornais do Unibairros que destacavam sua luta, sua história. Uma ação “amadora e corajosa”²²⁷, conforme caracterizou Cláudia Viscardi (1990), mas que a cada ano se renovava e se fortalecia frente aos desafios, principalmente financeiros, que cercavam o movimento. Isso ficou claro em diversos depoimentos nos jornais locais que destacavam a falta de periodicidade do jornal devido aos escassos recursos e as muitas vezes em que seus próprios membros arcaram com suas despesas.

A partir de seu surgimento, o movimento foi diversificando sua atuação e tomando parte em assuntos tanto locais quanto nacionais. Só para se ter uma ideia da quantidade de frentes abertas pelo movimento durante a década de 1980, o Unibairros engajou-se na luta dos sindicatos de trabalhadores, promoveu o Encontro da Raça Negra, realizado em 1985, realizou e participou de manifestações pelo congelamento das passagens dos ônibus urbanos, no movimento contra a carestia, pelas Diretas em 1984 e pela Constituinte em 1988. Esteve ao lado de posseiros e de moradores desapropriados em bairros de Juiz de Fora, atuou nas manifestações de solidariedade aos padres e posseiros do Araguaia, pela reabertura de escolas,

²²⁶ EDITORIAL. **Jornal Unibairros**. Juiz de Fora, n.º 01, p. 01, 1980. Trecho extraído do editorial da 1ª edição do jornal.

²²⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Diferentes atores em papéis diversos**: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora. (1983-1988). 1990. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 1990.

pela instalação de redes de água e esgoto em bairros da cidade e pela preservação do patrimônio histórico (ver anexo n.º 11). Além de tudo isso, procurava divulgar os valores culturais, sociais, políticos e intelectuais dos bairros periféricos através da publicação de poesias e da promoção de peças teatrais e exibição de filmes. Foi responsável pelo lançamento de duas cartilhas – “Política: a luta pelo bem comum” e “A história da luta do povo”, novamente com o objetivo de esclarecer e conscientizar a população da cidade e, principalmente, dos bairros periféricos da importância da política e da informação em suas vidas.

Viscardi (1990), que estudou a proposta de gestão participativa implantada na cidade entre 1983 e 1988, analisou sucintamente a trajetória do movimento, principalmente durante este período, ressaltando sua fundação e relacionamento com as demais entidades da cidade e com a administração. A autora explica como o movimento, surgido no seio da Igreja, passou a sofrer pressões no início de seu trabalho oriundas de setores mais conservadores da própria militância e da esquerda da cidade, passando a optar então pela organização popular. Com o tempo, afastou-se da Igreja Católica e aproximou-se bastante dos partidos políticos, principalmente do PT, o que acarretou uma mudança significativa em sua postura. Isso porque o movimento, que antes se declarava independente, não ligado a nenhum partido político ou religião, estava já ao final da década de 1980 bastante ligado ao Partido dos Trabalhadores.

Durante todo este período, o movimento esteve fortemente envolvido nas questões políticas da cidade, questionando diversas ações da administração municipal, levando demandas, cobrando providências, mantendo na maioria das vezes um tom bastante combativo. Esta postura passou por uma experiência de aproximação a partir de 1983, quando o surgimento de uma proposta de gestão participativa resultou na instalação, na cidade, do Conselho Comunitário Municipal. Nesta empreitada de fazer frente à administração municipal, diversas foram as “armas” utilizadas, como manifestações nas ruas da cidade, que voltaram a acontecer com maior frequência após a revogação das leis contrárias²²⁸, peças

²²⁸ A Constituição de 1967 mantinha “livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, salvo quanto à espetáculos de diversões públicas” e mantinha a liberdade de associação e somente sob decisão judicial as organizações poderiam ser dissolvidas. No entanto, após a introdução do AI-5 em dezembro de 1968, seguiram-se outros doze atos institucionais e Decretos-Lei, todos datados de 1969, que foram responsáveis por introduzir a censura no país e estabelecer sérias penalidades a pessoas e grupos de pessoas consideradas subversivas e nocivas ao governo. O Decreto-Lei nº 898 introduziu a pena de morte e a prisão perpétua a vários crimes, e além disso a nova Lei de Segurança Nacional impunha sérias limitações à liberdade de organização e de imprensa. Estes decretos-leis foram substituídos no fim de 1978 pela Lei de Segurança Nacional (Lei nº 6.620). BRASIL. Decretos, Leis, etc. **Decreto-Lei nº 898, set. 1969**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0898.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2010; BRASIL, Decretos, Leis, etc. **Ato Institucional nº 5, dez. 1968**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2010. BRASIL,

teatrais encenadas em locais públicos, promoções de festas e eventos culturais, além do jornal e dos panfletos.

Trata-se de um movimento que possuiu uma atuação diferenciada frente aos demais movimentos da cidade. Suas formas de atuação, bandeiras levantadas, formas de relacionamento com o poder público, apresentavam divergências em relação à forma como nos anos anteriores este processo aconteceu. A situação do associativismo em Juiz de Fora no último quartel do século XX não era muito diferente da realidade encontrada Brasil afora. Redes de solidariedade funcionavam ainda de forma muito localizada. As experiências associativas encontradas em Juiz de Fora, das quais os movimentos comunitários faziam parte, foram, ao longo do tempo, bastante assimiladas pela máquina municipal, o que as fazia funcionar de forma institucionalizada na administração. Mas em determinado momento do período analisado, a sociedade acreditou que uma prática mais atuante e crítica no movimento comunitário era possível, promovendo um maior envolvimento e conhecimento das questões políticas. Prova disso foi o grande destaque que o movimento Unibairros conseguiu junto à sociedade, que voltava a se organizar.

Neste estudo, procuramos demonstrar como o espaço criado por estas associações, representava, naquele momento, uma possibilidade de exercício da democracia, em um regime que gradualmente abria suas instituições políticas. Associações como o Unibairros, ou SPMs, e Grupos Comunitários podem ser caracterizadas como voluntárias, pois seus membros não estariam vinculados de forma obrigatória. Um espaço heterogêneo e cívico, como mesmo caracterizou Norberto Bobbio:

... grupos formais livremente constituídos, aos quais se tem acesso por própria escolha e que perseguem interesses mútuos e pessoais ou então escopos coletivos. O fundamento desta particular configuração de grupo social é sempre normativo, no sentido de que se trata de uma entidade organizada de indivíduos coligados entre si por um conjunto de regras reconhecidas repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes, com base em determinados modelos de comportamento oficialmente aprovados²²⁹.

Diferenciam-se, contudo, quanto ao grau de organização, aos critérios de seleção e recrutamento dos membros, à especificidade ou à heterogeneidade das metas e objetivos a atingir, entre outros fatores. Esse tipo de associação pode ser considerado de grande

Decretos, Leis, etc. **Lei Ordinária nº 6.620, dez. 1978.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16620.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2010.

²²⁹ BOBBIO, Norberto, Matteucci, Nicola e Pasquino, Gianfranco: **Dicionário de Política**. 8ª Edição/Brasília, DF, Universidade de Brasília, 1995, p. 64.

importância para manutenção de uma democracia substancial, “enquanto se posicionam como entidades de equilíbrio do poder central e como instrumento para compreensão dos processos sociais e políticos”²³⁰. A admissão de agrupamentos como este, reunidos por interesses comuns, como interlocutores no debate social, provocou, segundo Marshall (apud SANTOS, 1994) “importante fissura na ordem jurídico-institucional *laissez-fairiana, strictu sensu*, ao admitir a legitimidade de demandas coletivas, antes que estritamente individuais²³¹”.

Em uma sociedade que entre a década de 1970 e a década de 1980 procurava trilhar o caminho da democracia, tendo no futuro, ainda incerto, diversas possibilidades a serem testadas, o movimento Unibairros demonstrou que era possível ser ouvido e atendido fora do círculo vicioso das relações paternalistas e clientelistas. Um grupo de jovens idealistas provou brincando e improvisando que ficar parado não era o melhor caminho, havia outras possibilidades a serem testadas no caminho da cidadania.

²³⁰ Ibidem.

²³¹ SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**: A Política Social na Ordem Brasileira. 3ªed. Rio de Janeiro: Campus, 1994. p. 18

3.2 – JORNAL UNIBAIRROS: O JORNAL DOS BAIRROS DE JUIZ DE FORA

Assim como em todo o Brasil, a década de 1980 em Juiz de Fora (MG) foi marcante para os movimentos sociais, que aproveitaram o momento e dinamizaram suas atividades. Este é o caso do Unibairros, surgido na cidade no início dos anos 1980 com o propósito de reunir grupos de jovens e trabalhadores de vários bairros em busca de melhorias econômicas, sociais e políticas. Uma de suas principais ferramentas nesta empreitada era o Jornal Unibairros – “O Jornal dos Bairros de Juiz de Fora”, que circulou na cidade entre 1980 e 1990 (ver anexo n.º 12) Inicialmente, o jornal era a principal atividade do grupo e era por ele que o movimento era conhecido. Tinha a proposta de ser um local para o exercício da democracia e da participação, abrindo espaço para que cada bairro expusesse suas demandas. Procurava, ainda, despertar nas pessoas um maior interesse pela vida política do país através de textos, poesias e um pouco de humor. Estudos iniciais apontaram que a utilização deste veículo de comunicação teria contribuído para fortalecer as relações entre as comunidades e o movimento. Analisando ainda os panfletos e cartilhas produzidas, foi possível perceber a marcada presença de bandeiras políticas e ideológicas mais amplas, uma das principais diferenças entre o Unibairros e os tradicionais movimentos comunitários.

“Conscientizar as classes prejudicadas em busca de uma sociedade mais justa e mais humana”²³². Esse era o objetivo quando, no início da década de 1980, grupos de jovens da cidade de Juiz de Fora reuniram-se e discutiram os problemas políticos, econômicos e sociais da cidade, buscando formas de levar essas informações à população e alternativas às adversidades encontradas. Nestas primeiras reuniões, os participantes do nascente movimento idealizaram criar um instrumento que desse maior força às reivindicações dos bairros da cidade, já que declaradamente o jornal elegeu estas comunidades como merecedoras de seu apoio e defesa. Conforme texto manuscrito encontrado nos arquivos da entidade²³³, o primeiro encontro foi realizado em abril de 1980, do qual participaram 59 pessoas. Era consenso a necessidade de conscientização, ou de informação, sobre os mais diversos assuntos inerentes à cidadania moderna, começando pelo que acontecia na cidade, em cada bairro ou mesmo na administração municipal; sobre o que acontecia no Governo Federal, a situação política,

²³² EDITORIAL. **Jornal Unibairros**. Juiz de Fora, n.º. 01, p.1, 1980.

²³³ Ainda hoje em funcionamento, o Unibairros, guarda em seus arquivos diversos tipos de documentos relativos a este período, desde os manuscritos em folhas de papel avulso até as atas formais de reunião, jornais do movimento e fotografias. Estes dados específicos foram extraídos do primeiro Livro de Atas, página 9, e em folhas avulsas que constam no arquivo.

econômica ou social do país, ou mesmo sobre assuntos relacionados às minorias, às causas ecológicas, às mulheres e aos negros.

Como já foi dito, num primeiro momento diversas propostas foram apresentadas para unir os trabalhos e dar continuidade ao movimento como a elaboração de uma peça de teatro, a realização de torneios esportivos, eventos culturais e ainda a criação de um jornal. Votou-se também o nome da associação, Unibairros, e ficou estabelecida a necessidade de encontros periódicos e a intenção de mostrar a Juiz de Fora o que estava acontecendo nos bairros.²³⁴ Dentro dessa linha de ação, a elaboração de um jornal com circulação nos bairros da cidade foi a proposta mais votada e teve início os trabalhos para um primeiro número. Durante os anos de circulação, o Jornal Unibairros era distribuído em grande parte dos bairros da cidade com a tiragem de aproximadamente 4 mil exemplares. Idealizado para ser um jornal mensal, o periódico sofria com falta de verba, o que atrapalhava esta programação. Era pedida a colaboração de Cr\$5 por exemplar, mas a maioria era distribuída gratuitamente. Compunham o jornal aproximadamente vinte pessoas, auxiliadas por diversos moradores dos bairros que escreviam, opinavam e sugeriam assuntos ao jornal. Na verdade, é possível dizer que o jornal foi o primeiro passo na construção de um movimento social idealizado para estar presente junto aos movimentos comunitários.

Foram analisados os 41 exemplares do Jornal Unibairros, 10 edições especiais, 05 livretos “Hora Extra” e diversos panfletos e encartes produzidos pelo movimento desde a fundação do Jornal em 1980 até o final do ano de 1989, quando foi produzido o último número do Jornal Unibairros. Para os anos seguintes, encontramos nos arquivos da entidade alguns poucos exemplares do “Unibairros Urgente”, totalmente reformulado e fora do tipo de formatação do jornal anterior. Os quatro exemplares encontrados não foram analisados neste artigo por estarem dentro de uma linha de ação diversa, adotada pelo movimento a partir de 1990.

O estudo de um veículo de comunicação como este é, portanto, de fundamental importância neste estudo sobre os movimentos e as associações de bairros da cidade de Juiz de Fora, durante o período de “redemocratização” do país, especialmente o movimento Unibairros, surgido em Juiz de Fora no início da década de 80 e seu jornal, entendendo-os como espaços de participação e exercício da democracia e como um diferencial dentre os tipos tradicionais de movimentos comunitários encontrados no município. Entendimento que

²³⁴ Dados extraídos da “Ata de Fundação UNIBAIRROS”, presente no Livro de Atas do Movimento Unibairros, P. 9.

só é possível se for feito à luz da concepção moderna de participação política, tornada muito mais ampla e abrangente durante o século XX.

Por ser ligado a um movimento de base, por ter entre seus redatores e produtores moradores dos bairros da periferia da cidade e por ter entre seus participantes e colaboradores muitos trabalhadores, operários, estudantes e mesmo desempregados, o Jornal Unibairros torna-se objeto singular para o estudo da utilização de um meio de comunicação impresso, como é o caso do jornal, enquanto espaço aberto para a manifestação popular. Estudar o “Jornal do Unibairros” requer, portanto, entendê-lo como muito mais do que um simples veículo de comunicação da cidade, mas, principalmente, como um espaço democrático, destacando sua conotação e atuação política para o período.

Juiz de Fora, a este tempo, contava com tradicionais jornais impressos que circulavam em toda a cidade, pertencente à chamada grande mídia²³⁵. Existiam também os jornais de sindicatos, classistas ou representativos de alguma SPM específica, mas nenhum com a combatividade do Jornal Unibairros²³⁶. Tudo neste jornal era diferente. O caráter questionador e reivindicativo das matérias, a cobrança por soluções, a presença constante de pautas sugeridas ou mesmo escritas por moradores dos bairros, a linguagem mais coloquial e direta aproximava o jornal de cada comunidade, do cidadão simples à intelectualidade. Um precioso exemplo de um tipo de Imprensa Alternativa diverso daquela existente durante a Ditadura que tentava publicar o que não circulava na grande mídia, seja pela censura ou pela complacência dos meios de comunicação com o governo, tornando-se uma alternativa à imprensa tradicional. Apesar de não competir pelos mesmos espaços e públicos, o Jornal Unibairros pode ser visto como um tipo de Imprensa Alternativa, pois não estava vinculado à “grande mídia” e, ainda, por seu tom desafiador, o que incomodava e muito a Municipalidade.

Durante boa parte do período em que o jornal esteve em circulação, ainda estava em vigor a “Lei da Censura”,²³⁷ mecanismo criado pelos militares para controlar os meios de comunicação e as informações por eles veiculadas, mas que muitas vezes traduzia-se em

²³⁵ Segundo dados do Arquivo Municipal de Juiz de Fora, circularam diariamente na cidade entre as décadas de 1970 e 1980 os jornais A Tarde, Correio da Mata, Diário da Manhã, Diário da Tarde, Diário Mercantil, Diário Regional, O Lince e Tribuna de Minas. Sendo que nem todos mantiveram a regularidade durante o período, havendo aqueles que se extinguíram, além de outros que nele foram criados.

²³⁶ A este tempo, diversos sindicatos possuíam jornais ou impressos que circulavam entre seus membros, como também entidades a exemplo da OAB e SPMs específicas como a do Bairro Monte Castelo.

²³⁷ O Decreto-Lei nº898 relativo aos crimes de segurança nacional posto em vigor no ano de 1969 passou a prever penas de detenção e multa aos donos de jornais e outros veículos de comunicação que se tornassem inconvenientes ao projeto governista, divulgando “notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor o povo com as autoridades constituídas”. BRASIL, Decretos, Leis, etc. **Decreto-Lei nº 898, set. 1969**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10898.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2010; BRASIL, Decretos, Leis, etc. **Ato Institucional nº 5, dez. 1968**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2010.

violência e morte. O próprio jornal foi objeto de um processo pela Lei de Segurança Nacional, mas que algum tempo depois foi arquivado. É importante salientar que, mesmo quando mecanismos como este não estão em exercício em uma sociedade, ainda existe uma série de obstáculos à livre circulação da informação.

Outro fator importante era a forma de “distribuição” do Jornal Unibairros, que estava disponível em vários bairros da cidade através de pontos de venda como bares, e mercearias, inicialmente, e posteriormente bancas de jornal. Esta independência garantia o caráter combativo do jornal, uma vez que, conseguindo ser produzido por meios próprios, estava menos sujeito às pressões pela não publicação de determinada notícia. Refletir sobre estes pontos é importante para procurar entender o que representou a existência de um jornal como este para o período

O movimento Unibairros surgiu das fileiras dos “movimentos de igreja²³⁸”, dos grupos culturais e esportivos da cidade. Ao menos inicialmente, não era ligado declaradamente a nenhum partido político ou grupo específico, possuindo um perfil crítico e questionador, o que desde o início foi sua marca registrada. O jornal produzido por esse grupo de jovens logo chamou a atenção da população da cidade e também da administração municipal, que passou a incomodar-se com o que nele estava escrito, tendo, por vezes, que se posicionar e dar esclarecimentos às notícias publicadas. Aos poucos, o jornal foi ganhando notoriedade e tornando-se popular, chegando à tiragem de 5000 exemplares.

Em dezembro de 1980, um jornal da cidade anunciava em primeira página: “Bairros já têm jornal de ‘briga’²³⁹, noticiando que um grupo de jovens acabara de lançar o jornal que pretendia ser um local de intercâmbio entre os moradores de diversos bairros da cidade. Este primeiro exemplar funcionou como uma apresentação do jornal e do movimento. No editorial, algumas de suas finalidades:

“O UNIBAIRROS é o começo do princípio de uma idéia surgida em um encontro de grupos que desenvolvem um trabalho de base em pró (sic) dos melhoramentos em seus respectivos bairros. A idéia surgiu da necessidade de intercâmbio entre esses grupos que como toda raça humana não pode viver desassociada ainda mais quando se desenvolve um trabalho comum visando o bem de todos, ou melhor: A LUTA POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E MAIS HUMANA. (...) Aí Está: O NOSSO PRIMEIRO NÚMERO. Trata-se de um relato da história dos grupos fundadores acompanhados da proposta que o movimenta, onde o UNIBAIRROS procura encenar seu papel de conscientizador da classe prejudicada...”²⁴⁰,

²³⁸ Denominamos aqui de “movimentos de igreja” aqueles criados e administrados por membros da Igreja Católica ou mesmo aqueles apoiados pela Igreja Católica como o JUC (Jovens Unidos em Cristo), as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) ou ainda as diversas pastorais existentes em cada paróquia.

²³⁹ BAIRROS já têm jornal de briga. **Diário da Tarde**. Juiz de Fora, 26 dez. 1980, p. 1 e 3.

²⁴⁰ EDITORIAL. **Jornal Unibairros**. Juiz de Fora, n.º 01, p.1, 1980.

Internamente, o jornal trazia textos de cada grupo componente do movimento. Havia um espaço de palavras cruzadas denominado “Aqui você brinca e se instrui”, onde termos ligados a acontecimentos na cidade e no Brasil estavam colocados para que o leitor localizasse. Uma coluna intitulada “Trovas, poesias de nossa gente” era dedicada aos poetas, espaço aberto às poesias produzidas pelos moradores dos bairros. Este formato não variou pelo menos até 1985 e o jornal ainda passou a contar com a presença de um jornalista responsável, sendo a partir de 1983 registrado em cartório. Passou também a possuir uma editoria de cultura e uma de política.

A maior parte das publicações é composta de diversas notícias das periferias da cidade e sobre a própria história do movimento ou de suas recentes atividades. Um olhar para além das temáticas abordadas nas colunas revela o olhar do movimento popular em constituição, suas demandas e propostas, o intercâmbio de experiências, necessidades e iniciativas de socialização. Através do olhar reflexivo tecido nos editoriais, mas também presente nas diversas colunas, talvez seja possível captar as concepções, os valores, os princípios, as articulações, os conflitos, as limitações e os avanços do movimento. Apreender a forma como enxergavam a participação, a organização política, as relações de poder e os demais movimentos sociais. Como um espaço de exposição dos problemas sociais que assolavam as comunidades periféricas, o jornal também serviu como canal de denúncia, estabelecendo, por vezes, conflitos com a Prefeitura e a seus mais diversos órgãos.

Em 1982, surge o complemento Hora Extra (ver anexo n.º 13), composto unicamente de poesias produzidas pelos participantes do movimento e moradores dos bairros. Era dedicado aos “poetas da periferia”, pessoas que expressavam suas lutas diárias, seus anseios, alegrias e tristezas em poemas de vida. O livreto passou a ser editado anualmente a partir do material reunido durante o ano. Muitas poesias estavam relacionadas ao cotidiano das pessoas, suas lutas e dificuldades, sonhos e aspirações, algumas mais românticas, outras em tom de protesto. O importante, nestes casos, era a possibilidade de se expressar culturalmente. Em cada uma das publicações, na contracapa era impressa uma palavra de ordem: “Contra a Lei de Segurança Nacional”, “Diretas Volver”, “Por uma Constituinte Livre, Soberana e Popular” e “Universidade para todos”. Um exemplo do quão simples e significativo pode ser um veículo como este, que se tornou uma forma de expressão e exercício do direito de produção e acesso aos bens culturais. Surgem também as edições especiais com temas variados, geralmente nos aniversários do jornal e do movimento, além de datas especiais do calendário nacional como o primeiro de maio. É possível que tenham tido a colaboração de jornais tradicionais da cidade, pois algumas fotografias eram creditadas a fotógrafos a eles

pertencentes e traziam até mesmo o nome do jornal de onde a fotografia foi retirada. Uma série de boletins e panfletos ainda pode ser encontrada nos arquivos do movimento datados de diversos períodos de atuação do movimento, sempre com palavras de ordem chamando o cidadão para a luta ou para eventos promovidos pela entidade ou por seus parceiros.

Com a periodicidade, o jornal se estrutura passando a ter colunas fixas. Além das duas acima citadas, merecem destaque ainda as colunas “Nós Mulheres”, com informações sobre saúde, direitos e planejamento familiar; “Qui qui ocê acha?”, com textos sobre o que acontecia na cidade de Juiz de Fora; “Coluna do Trabalhador”, trazendo textos sobre reajustes salariais, direitos trabalhistas, sindicatos, apoio a determinada categoria, entre outros; e, por fim, a coluna “Taí nossa gente”, que se mostrava muito mais que uma “coluna” estendendo-se, por vezes, a várias páginas do jornal. Neste espaço, eram publicados textos de moradores sobre a conquista ou não de determinado objetivo, como creches, pavimentação, moradia, saneamento e convocando para que mais pessoas entrem na luta por aqueles pontos. É dessa forma que reivindicações práticas aparecem nos jornais e documentos descrevendo a luta de moradores dos bairros por melhores condições de vida.

Do outro lado, o movimento chama para a luta contra o desemprego e para o ato público contra o aumento da passagem, recolhendo assinaturas. Discute sobre reforma agrária, sobre a “Assembleia Constituinte livre, soberana e popular²⁴¹”, e sobre as “Diretas”. A edição de n.º 20 de 1983 trazia na capa a pergunta: “Esse é um país que vai pra frente?”, discutindo a situação política, econômica e social do país.

Por vezes, o jornal envolvia-se em temas que voltavam à pauta diversas vezes, como o caso dos moradores da Vila da Prata, local de invasão na zona sul da cidade, que passa a ser alvo da administração municipal pela desapropriação. O jornal denunciava a forma abrupta como as desapropriações estavam sendo feitas e acompanha a remoção de seus moradores até o novo local de moradia em outro bairro da cidade, mostrando as condições precárias das habitações construídas pela Prefeitura. Indício da influência e da circulação do jornal neste período é o fato de que, por diversas vezes, a administração municipal se viu obrigada a dar esclarecimentos e a promover melhorias em decorrência deste tipo de denúncia. Em outras ocasiões, era a imprensa da cidade que ajudava na divulgação de sua luta quando diversas matérias do jornal Unibairros foram parar em suas páginas.

Pode-se dizer que o jornal desempenhava para o período o papel de agente crítico, informativo, levando aos lares e às ruas a realidade dos problemas dos bairros, buscando

²⁴¹ ASSEMBLÉIA Constituinte livre, soberana e popular. **Jornal Unibairros.**, Juiz de Fora, n.º 26, 1985, p. 1.

assim um meio de colaborar para a melhoria da comunidade. A iniciativa de divulgação dos valores artísticos e culturais dos bairros como poesias, trovas, pensamentos, músicas, desenhos, teatro, também merece destaque por incentivar sua produção e valorizá-la.

Na edição comemorativa dos cinco anos do jornal, o Editorial fazia um balanço do período segundo o texto que se segue, e que já marca uma mudança em sua postura.

Hoje estamos nas Associações de Moradores, grupos de negros e de mulheres, sindicatos, creches, no PT, PMDB, PDT, PC do B, na Igreja Católica, na Igreja Crente, nas ruas, nos bairros e em toda Juiz de Fora. Hoje descobrimos que devemos nos organizar pra poder mudar esta sociedade tão injusta. (...) Comemorar 5 anos sem perder nosso maior objetivo: apoiar e fortalecer o movimento popular. (...) Hoje o UNIBAIRROS é mais que um jornal, é um espaço, um lugar que independente do sexo, cor, partido político ou religião, a gente possa falar de nossas idéias, trocar nossas experiências de lutas e atuarmos em conjunto²⁴².

A ênfase no apartidarismo rende-se, neste momento, ao novo cenário político partidário, e o movimento passa a exibir um novo perfil e até mesmo uma nova proposta de trabalho. Ou seja, de ser um espaço de partilha, democrático e de convergência. Mas com o passar dos anos a preferência por determinado partido e ideologia passaria a ser marcante e determinaria os rumos do movimento para a década de 1990.

Durante boa parte do período militar, a imprensa viu seu trabalho sendo podado pela censura, seus profissionais sendo impedidos de trabalhar e sujeitos aos mecanismos violentos do regime. Quando, em 1974, a partir do governo do General Geisel, os militares passaram gradualmente a conduzir o país novamente à democracia, os mecanismos de coerção foram sendo extintos, assim como a censura. Teoricamente, a imprensa poderia trabalhar novamente, mas não só isso. Abriu-se espaço para que novas publicações fossem feitas, pois, mesmo que muitas vezes ainda sujeitas a algum tipo de censura, era possível pronunciar palavras que antes não poderiam ser ditas. Mais do que isso, era possível escrevê-las, fazê-las circular por entre a população, apropriar-se delas.

Segundo T. H. Marshall:

“Os instrumentos corriqueiros da democracia moderna foram aperfeiçoados pelas classes altas e, então, transmitidos, passo a passo, às mais baixas: ao jornalismo político para a *intelligentsia* seguiram-se os jornais para todos os que sabiam ler, comícios, campanhas de propaganda e associações em defesa de causas públicas”. (MARSHALL, 1967: 84)²⁴³

²⁴² EDITORIAL. **Jornal Unibairros**, Juiz de Fora, n.º 27, 1985, p.1.

²⁴³ MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 84.

Essa reflexão ajuda a entender o processo através do qual a informação circula em uma sociedade. Geralmente produzidos pelas “elites” intelectuais e econômicas de determinada sociedade, os meios de comunicação e os discursos e informações por ele veiculados passam pelo critério de seus controladores, fazendo circular somente o que é de seu interesse. Foi tentando romper com essa prática que muitos movimentos partiram para a luta durante as décadas de 1970 e 1980, enxergando na associação e nos processos informativos uma forma de conscientização participativa.

A produção de um jornal como este, que abre espaço para a reflexão política, para que um cidadão ou grupo de pessoas comuns manifestem seu pensamento, pode ser visto como a tentativa de escapar de um intrincado sistema de exclusão. Pensando muito além do sistema de censura em funcionamento durante a Ditadura, é possível perceber nos agrupamentos sociais democráticos ou não, formas sutis, porém bastante eficientes de segregação, de diferenciação social, de negação, que fazem com que a livre circulação do conhecimento aconteça de forma desigual, gerando distorções na forma como as pessoas percebem seu espaço social e sua função enquanto agente transformador da realidade.

O movimento Unibairros, assim como diversos outros movimentos sociais do período, surgiu e se desenvolveu com a proposta de ser um local para o exercício da democracia e da participação, um espaço para o debate, para reflexões sobre a vida política, social e econômica do país. Procurava despertar nas pessoas um maior interesse pela vida política, chamando-as a participar de seus atos e eventos. O Jornal Unibairros também fazia parte desta proposta, contribuindo para o fortalecimento das relações entre a comunidade e o movimento, driblando a teórica necessidade prévia de estar baseado em alguma autoridade, discurso de verdade ou poder²⁴⁴. Trazia à discussão assuntos relativos à vida cotidiana das pessoas como também questões complexas da realidade nacional.

O curto período em que esteve em circulação (1980-1990) pode ser entendido como uma marca dos movimentos do período. Muitos que surgiram e/ou ressurgiram durante a “redemocratização” tiveram curta duração, ou, mais precisamente, pode-se dizer que este foi seu período mais produtivo de atuação política.

²⁴⁴ Recorremos, aqui, às reflexões de Michel Foucault sobre os sistemas de exclusão vigente nas sociedades, como o discurso de verdade, que deve ser pronunciado somente por quem de direito e conforme ritual apropriado, e que expressa, muitas vezes, a vontade daquele que está no poder. Para Foucault, existem na vida em sociedade três tipos ou formas de exclusão que seriam a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. In: FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. P. 19

3.3 – PARTINDO PARA A AÇÃO: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO UNIBAIRROS

Desde o seu surgimento, a partir do lançamento do primeiro número do Jornal Unibairros, o movimento definia-se pelo comprometimento de seus membros com a causa adotada. Possuíam o vigor da juventude e o empregavam na elaboração de cada número do periódico, que era o diferencial do movimento e através do qual ganhou notoriedade na cidade. Durante muito tempo, o grupo ficou conhecido como a equipe do Jornal Unibairros, mas aos poucos o movimento foi mostrando que possuía ainda mais força. Um trabalho contínuo, realizado em meio a dificuldades como a falta de dinheiro, que muitas vezes prejudicava a periodicidade do jornal, e a inquéritos policiais que intimidavam seus militantes. A trajetória do movimento não seguiu uma linearidade, nem tão pouco houve claramente uma ideologia definida que perdurasse durante muito tempo. Tal como assinalado anteriormente, iniciou-se muito ligado às teses da Teologia da Libertação e em 1990 via-se cada vez mais envolvido pela esquerda, através do Partido dos Trabalhadores, percurso que muitos movimentos sociais tiveram no período.

Uma das marcas do movimento sempre foi a heterogeneidade dos participantes, já que no Unibairros era possível encontrar pessoas de diferentes bairros da cidade, com diferentes origens e ocupações que se reuniam para discutir assuntos diversos e definir formas de luta e reivindicação. A diversidade dos participantes foi constatada em pesquisa realizada nos livros e documentos do movimento. Estudantes, desempregados e trabalhadores (subempregados e qualificados) reuniam-se e discutiam os mesmos assuntos, compartilhando objetivos comuns.

Estudando um conjunto documental presente nos arquivos da entidade, a saber, um questionário utilizado pela organização do movimento em 1984, como uma espécie de “pesquisa de opinião”, foi possível quantificar as diferenças de idade e ocupação, sem revelar, contudo, grandes disparidades de objetivos. Trinta participantes do movimento responderam a um questionário a eles entregue durante uma de suas frequentes reuniões. Havia uma parte de identificação, que deveria ser preenchida com o nome, endereço, profissão e data de nascimento, e mais três perguntas: “Quais os pontos positivos você vê no Unibairros?”, “Quais os pontos negativos você vê no Unibairros?” e “O que você propõe para melhorar nosso movimento?”. O estudo inicial desses questionários demonstrou primeiro a variedade das ocupações, da faixa etária, e posteriormente demonstrou ser um interessante meio para perceber como as pessoas viam o movimento. Por menor que seja essa amostragem, os

questionários permitem visualizar o que os participantes expressavam “de próprio punho”, opiniões, sugestões e críticas.

A identificação pedida no início do questionário já permite ter contato com a heterogeneidade dos componentes do movimento. De engenheiro civil a desempregado, de estudante a sociólogo, os participantes ali se encontravam em um mesmo espaço, teoricamente com os objetivos comuns. A tabela abaixo feita com base nestas informações permite uma ilustração a este respeito:

1 atendente de farmácia,	1 sapateiro,	2 comerciários,
1 caixa,	1 servidor público,	2 desempregados
1 doméstica	1 sociólogo,	2 pedreiros,
1 engenheiro civil,	1 técnico,	2 serralheiros
1 grameiro	1 vigilante,	4 não declararam ocupação,
1 professora,	1 zelador.	6 estudantes

Ocupação dos militantes que responderam ao questionário em 1984²⁴⁵

A segunda parte do questionário, na qual as perguntas permitiam respostas mais abertas, é bastante interessante para o estudo proposto, uma vez que, mesmo utilizando-se de pensamentos já internalizados, as pessoas “falam” e demonstram posições frente ao grupo. Demonstram como pontos positivos, entre outros fatores, a dinamização promovida nos movimentos populares, a autenticidade da luta pelo bem comum, a contribuição para a discussão dos problemas comuns dos moradores da periferia, a conscientização sobre os direitos dos cidadãos e o intercâmbio de informações sobre os bairros. Geralmente, apontam como pontos negativos o grande intervalo de tempo entre a edição de um e outro exemplar, chamando a atenção para a necessidade de atuação direta nos bairros, “no meio do povo”.

Surgido em 1980, o movimento já apresentava no ano seguinte grande dinamismo, incentivando e participando da luta por melhorias nos bairros, denunciando diversas situações através de seu jornal, reforçando a importância da união e da organização para a resolução de problemas comuns. O jornal informava sobre a função e importância dos sindicatos, apoiando por vezes alguma chapa específica. Denunciava a Prefeitura por não atender a reivindicação dos moradores por melhorias e principalmente pela política de desapropriações promovida

²⁴⁵ Conjunto documental em suporte de papel, composto por 30 itens, presente no arquivo do movimento Unibairros, constituído de questionários produzidos pela organização do movimento e distribuído entre os participantes, datado de 1984.

pela prefeitura nesta época. Mantinha-se informado sobre as ações do Governo Federal como as últimas medidas da Previdência Social e sobre movimentos em nível nacional como a CONCLAT (Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras)²⁴⁶, divulgados no jornal. As comemorações do primeiro de maio sempre eram lembradas pelo jornal, acompanhadas de festividades que contavam com apresentações teatrais, exibição de filmes entre outras atividades.

Por vezes, moradores e outras entidades recorriam ao Unibairros em busca de seu apoio, indício do poder de pressão e da importância que o movimento e seu jornal adquiriram em tão pouco tempo. Nos dois primeiros anos de atuação, o movimento mostrou um grande dinamismo, posicionando-se firmemente em diversas questões no município.

Ao final de 1981 e em 1982, o movimento, seguindo sua linha de ação e procurando promover maior conscientização das pessoas, lançou as “Cartilhas Políticas”. A primeira parte recebeu o título de “Política: a luta pelo bem comum”. Seria a primeira parte das mil cartilhas que o jornal Unibairros distribuiu em outubro de 1981 a entidades de bairros e assinantes de Juiz de Fora. O objetivo da cartilha era, segundo seus idealizadores, “conscientizar o povo da periferia da importância e necessidade de fazer política, como forma de resolver os problemas da comunidade”²⁴⁷. Este modelo de cartilha parece ter sido semelhante ao adotado no mesmo ano pela equipe de pastoral da Diocese de Juazeiro, na Bahia, como parte de um projeto de ‘Educação Política’ no qual refletiam sobre a luta pelo bem comum e militância partidária. Esta cartilha era usada como subsídio para reflexões nas CEBs²⁴⁸, uma evidência da ainda forte ligação do movimento com as CEBs.

Em forma de história em quadrinhos, a cartilha narrava as reflexões de um grupo de bairro motivado pela morte de uma criança por falta de assistência médica. Na história, a mãe da criança conclui que

‘os problemas do povo todo é que são as causas dos problemas de cada um’. Para resolver os problemas é preciso a união e ‘mexer com o prefeito’. Quando um morador reage negativamente, afirmando ‘eu não meto em política’, os outros explicam que política ‘não é só eleição, é também tudo

²⁴⁶ A 1ª CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras) aconteceu entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981, reunindo cerca de 1.200 entidades e aproximadamente 5.000 delegados sindicais, que discutiram as bases para a organização nacional dos trabalhadores. A conferência foi o embrião das atuais centrais sindicais e, além de ser uma demonstração de força do movimento sindical pelos direitos dos trabalhadores, representou um largo passo pela redemocratização do país.

²⁴⁷ UNIBAIRROS lança cartilha política na periferia. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 11 nov. 1981, p. 7; Opinião – Cartilhas políticas. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 12 nov. 1981, p. 4 (Cartas).

²⁴⁸ O POVO Descobre a Sociedade. **Equipe de pastoral da Diocese de Juazeiro, BA**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984, p. 5.

aquilo que a gente faz pela comunidade lutando para melhorar ou deixando do jeito que tá'.²⁴⁹

Segundo o movimento, a cartilha foi o resultado de um encontro de jovens da periferia, promovido pelo Unibairros, durante o qual muitos assuntos foram levantados. Fora decidido que o resultado de tais discussões não deveria ficar confinado ao encontro ou ao movimento e que deveria, sim, ser levado para os moradores da periferia e da comunidade em geral. Depois da distribuição, os integrantes do jornal procuraram discutir com os grupos de bairros as impressões e a receptividade da cartilha, pretendendo com isso dar continuidade às publicações.²⁵⁰ A receptividade das cartilhas pela população foi muito boa e os mil exemplares da primeira remessa se esgotaram. Em novembro de 1981, mais duas mil cartilhas foram editadas.

O planejado era que após esta primeira etapa viessem mais duas, referentes à segunda parte deste mesmo encontro, que abordou “A Participação Política”, analisada juntamente entre o movimento comunitário, movimento sindical e cultural. A terceira etapa seria um enfoque sobre a “História Política do Brasil a partir de 1960”, seguindo a mesma proposta de conscientização. Através de uma forma simples, a história em quadrinhos, com uma linguagem clara, procurava mostrar que política é coisa simples e que deve ser discutida.

Em 1981, também foi editada a primeira Edição Especial do jornal com o tema do Primeiro de Maio, um tema bastante recorrente nas edições especiais do movimento. Em 1982, o movimento lançou as demais cartilhas elaboradas pelos professores do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. A edição das cartilhas não era um projeto aleatório do movimento, era algo planejado e com objetivo. Questionários foram feitos para avaliar os resultados das duas primeiras cartilhas e para o lançamento da terceira.

De três em três meses, o grupo promovia ainda um encontro de jovens para discutir a situação do movimento e da comunidade. Seus integrantes se reuniam aos sábados para discutir os assuntos a serem abordados pelo jornal.²⁵¹ Em 1982, as reuniões semanais, que antes aconteciam em local emprestado, foram transferidas para a nova sede, na zona sul da cidade. Nestas reuniões, quase sempre não muito numerosas, não existiam líderes previamente determinados, função assumida por mais de uma pessoa. Tinham quase sempre o mesmo objetivo: discutir as finanças, as ações da semana e a pauta do jornal.

²⁴⁹ UNIBAIRROS lança cartilha política na periferia. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 11 nov. 1981, p. 7.

²⁵⁰ UNIBAIRROS edita mais duas mil cartilhas para os bairros. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 18 nov. 1981, p. 3; UNIBAIRROS vai hoje ao centro da cidade distribuir cartilha. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 29 mai. 1982, p. 3.

²⁵¹ UNIBAIRROS: um ano de denúncia e defesa social. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 16 out. 1981, p.1 e 3.

As dificuldades financeiras eram controladas e superadas mais facilmente. O maior obstáculo ocorreu ainda nos primeiros anos, quando o movimento atuou criticando e mesmo inviabilizando a *Ação Comunitária*, um programa de atividades promovido pela prefeitura, pela IV Região Militar e pela Federação dos Bairros, entidade à qual o Unibairros se opunha veementemente. Neste episódio, o Unibairros havia publicado uma matéria em seu jornal sobre o evento trazendo um texto bíblico sobre o apocalipse que, segundo explicações posteriores, foi mal interpretada. A *Ação Comunitária* oferecia serviços de assistência médica e odontológica, confecção de documentos, corte de cabelos, sob a forma de um mutirão durante um final de semana. Para os militantes do Unibairros, tratava-se de campanha política e tentativa de manipulação das massas²⁵².

Um processo criminal foi aberto pela Polícia Federal, que os enquadrou em três artigos da Lei de Segurança Nacional, causando o afastamento de muitos membros. Foi aberto inquérito e seus integrantes foram chamados a depor²⁵³. Nesta oportunidade, os integrantes do Jornal 'Unibairros' distribuíram uma nota para diversas entidades e partidos políticos, onde expunham os objetivos do jornal, segundo eles "ajudar no processo de conscientização e de resolução dos problemas dos moradores dos bairros da periferia". Confeccionaram também um cartaz com os dizeres 'apóie seu jornal', para ser fixado principalmente nos bairros populares²⁵⁴. Em abril de 1982, o inquérito foi arquivado. Outra intervenção da Política Federal ocorreu no Dia do Trabalhador, em 1981, quando uma peça teatral que ia ser encenada por integrantes do jornal, no Morro do Cristo, em comemorações ao 1º de maio, foi proibida por agentes da Polícia Federal²⁵⁵.

Merece destaque também a atuação da imprensa local, que parecia cada vez mais abraçar a causa do movimento, principalmente através do jornal *Tribuna de Minas*, lançado em 1980, que destacava ano a ano os aniversários do jornal, mostrando, às vezes em uma página inteira, a atuação do movimento. A luta nos bairros continuava. Seu jornal continuava forte, lançando somente em 1982 cinco edições especiais.

Os jornais locais publicavam longas matérias sobre a história do movimento, suas conquistas e dificuldades. Até o aniversário de sete anos do movimento, em 1987, a imprensa sempre dedicou um espaço considerável às suas comemorações, noticiando o fato e ainda a programação das festividades. Por vezes, matérias ocupavam quase uma página inteira do

²⁵² AÇÃO Comunitária. Jornal Unibairros, Juiz de Fora, n.º 08, ago. e set. 1981, p. 5.

²⁵³ POLÍCIA FEDERAL ouviu mais dois depoimentos. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 23 dez. 1981, p. 3.

²⁵⁴ UNIBAIRROS. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 09 mar. 1982, p. 1.

²⁵⁵ UNIBAIRROS recebe apoio da Igreja contra perseguição. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 27 abr. 1982, p. 3.

jornal, com textos “romantizados” sobre a atuação do grupo. A proximidade com jornalistas locais e a boa aceitação do jornal e do movimento na cidade podem ajudar a explicar a presença constante de notícias relacionadas ao movimento e às ações de seus militantes²⁵⁶.

É importante, ainda, destacar que a cada ano desta década o movimento comemorava efusivamente seus aniversários, promovendo festejos e edições especiais de seu jornal. Momentos sempre marcados de grande entusiasmo e orgulho, como uma grande conquista de um movimento independente. Nestas ocasiões, o jornal Unibairros sempre trazia em seus editoriais e matérias a história do movimento e as conquistas alcançadas, comemorando como uma grande vitória mais um ano de atuação. O movimento se orgulhava de trabalhar nos bairros, na Igreja, junto às Sociedades Pró-Melhoramentos, num trabalho de defesa dos interesses mútuos, na discussão dos problemas vividos dia a dia pelos moradores dos bairros periféricos; de lutar para melhorar a vida do cidadão, para conseguir a água, a luz, esgoto, além de bons salários para os empregados; e dos benefícios da associação, da convivência comum, “oportunidade em que se aprende o respeito mútuo às idéias do outro e onde se aprende a pensar em comum²⁵⁷”.

Promoviam ainda a “Festa dos Bairros”, baseada no direito do trabalhador ao lazer e à cultura, diante das duras condições de vida e de trabalho. Geralmente, a programação previa música, teatro, exibição de filmes, capoeira e barraquinhas. Todos os anos o Unibairros utilizava o espaço da festa para lançar as poesias compiladas no livreto “Hora Extra”, uma vez que um dos objetivos do evento era ser um espaço de intercâmbio entre as diversas comunidades e uma oportunidade de divulgação dos artistas locais. Sua realização era bem recebida e sempre contava com grande público. A cada ano, a festa era realizada em um bairro diferente²⁵⁸ (ver anexo n.º 14). Uma das peças encenadas era a do Boi Povo (ver anexo n.º 15), trazida do folclore amazônico e que fazia uma relação com a exploração à qual o povo estava submetido. Esta representação foi utilizada pelo movimento em diferentes momentos. Discursos e apresentações musicais também eram a marca destes eventos

Sempre em seus aniversários, o movimento promovia inúmeras festividades que previam exposições com todas as edições do jornal do movimento, debates, palestras, reuniões, jogos de futebol. Ao completarem três anos, lançaram um livro de poesias, o Hora Extra. Foi durante este período que apareceram os GAUs (Grupo de Apoio ao Unibairros), em

²⁵⁶ Um exemplo é a matéria: UNIBAIRROS – cultura e debates nos três anos de um jornalismo popular e combativo. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 02 out. 1983, p. 3.

²⁵⁷ EDITORIAL. **Jornal Unibairros**. Juiz de Fora, n.º 12, p. 07, 1982.

²⁵⁸ UNIBAIRROS, A luta por lazer e cultura para o trabalhador marca a 4ª Festa dos Bairros em Linhares. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 10 mai. 1986, p. 3.

bairros da cidade. Dentro do movimento, também se dividiram grupos específicos de trabalho como o de negros, de mulheres e de teatro, integrando a ação do movimento.

3.4 – EM BUSCA DA PARTICIPAÇÃO: NOTAS SOBRE O RELACIONAMENTO ENTRE O MOVIMENTO E A PREFEITURA

Segundo as estimativas oficiais, a parcela da população vivendo em meio urbano, em cidades com mais de 20 mil habitantes, subiu de 30% em 1960 para cerca de 46% em 1970, ultrapassando os 55% nas décadas seguintes²⁵⁹. As disparidades entre o crescimento e a correspondente urbanização ficaram evidentes e em Juiz de Fora esses efeitos eram nítidos. Era consenso o sentimento de desamparo dos bairros de Juiz de Fora em termos de obras públicas, muitos de seus moradores não sabiam nem mesmo onde ou como reclamar seus direitos. A discussão dos problemas comunitários era talvez o grande diferencial do trabalho do Unibairros, que questionava não só a prefeitura, mas a forma como os próprios movimentos de bairro ou SPMs desenvolviam suas atividades. Tais entidades vinham sofrendo certo esvaziamento, provocado pelo anterior desinteresse popular para a resolução dos problemas diante da falta de respostas para as suas reivindicações via SPMs.²⁶⁰

No capítulo 2 foi discutida a forma como os movimentos de bairros, associações de bairro ou sociedades pró-melhoramentos se relacionavam com a Prefeitura, sob o predomínio das relações clientelistas e personalistas, com honrosas exceções, desde pelo menos a década de 1950. Esta interação adentrou a década de 1970 sem grandes modificações ou inovações. A partir da segunda metade desta mesma década é que seria perceptível uma mudança de perfil por parte de grupos da cidade que passaram a se articular mais e a ter uma postura mais aguerrida diante da Municipalidade. O movimento Unibairros passou por algumas transformações, fruto muitas vezes do relacionamento existente com a prefeitura. Em momentos de menor abertura e de indisposição ao diálogo, o movimento foi mais combativo, e diante de uma proposta mais participativa a opção foi a barganha, o diálogo.

Durante a década de 1980, o Unibairros conviveu com a administração Mello Reis, do PDS, e Tarcísio Delgado, do PMDB. Segundo os próprios militantes²⁶¹, houve diferenças de um para outro, sendo que o relacionamento com o Prefeito Mello Reis era mais acirrado e disputado, uma vez que este era pouco aberto ao diálogo, principalmente às entidades que não fossem filiadas à Federação, caracterizadas como sem representatividade e crédito,

²⁵⁹ LAMOUNIER, Bolívar. (org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré/IDESP, 1990, p. 15.

²⁶⁰ OPINIÃO – Cartilhas políticas (cartas). **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 12 nov. 1988, p. 4 (trecho).

²⁶¹ UNIBAIRROS – a força de uma equipe jovem, pronta a lutar pela melhoria dos bairros locais. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 23 jul. 1982, p. 3; UNIBAIRROS: um ano de denúncia e defesa social. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 16 out. 1981

evidenciando certo personalismo e privilégios no trato com os movimentos sociais da cidade. Já o segundo administrador era do PMDB, formado entre os fragmentos do MDB, partido de oposição durante a ditadura que, com o pluripartidarismo, viu seus membros migrarem para diversos outros partidos, a maioria de esquerda. Conforme elucidado anteriormente, a administração Tarcísio Delgado foi criada com uma proposta participativa, teoricamente inspirada pela efervescência dos movimentos sociais no Brasil nos anos anteriores, já que se tratava de uma proposta nacional do partido. Os resultados das medidas implantadas, como o Conselho Comunitário Municipal, foram aquém do esperado, o que frustrou muitas expectativas²⁶².

Este primeiro momento na atuação do movimento, nos inícios da década de 1980, também caracterizou-se pelas duras críticas à administração municipal e sua política de obras²⁶³. Pelas críticas à Federação dos Bairros de Juiz de Fora e pela nítida preferência do movimento pela causa da União dos Bairros de Juiz de Fora, concorrente da Federação pela representação dos bairros²⁶⁴.

O Unibairros surgiu em meio a uma das mais conturbadas administrações da cidade. Eleito em 1976 para mandato de 1977 a 1981, o político do PDS, Francisco Antônio de Mello Reis, foi beneficiado pela lei eleitoral de 1979 que estendeu os mandatos dos prefeitos municipais em dois anos, permitindo a coincidência das eleições. Nas eleições de novembro de 1982, seriam eleitos governadores e deputados estaduais, deputados federais, prefeitos e vereadores, além de haver renovação de um terço do Senado. Período de muitas mudanças, políticas e econômicas, este governo foi bastante criticado pelo movimento Unibairros desde o início de sua criação até o final do mandato em 1982, mantendo neste período uma relação bastante conflituosa com a administração municipal. Criticavam diversas ações da prefeitura, como a política de obras nos últimos anos de governo e o relacionamento mantido entre a prefeitura e os movimentos sociais.

Segundo reportagens publicadas no Jornal Unibairros e nos jornais locais, a Federação funcionaria apenas como um “cabo eleitoral da prefeitura”.²⁶⁵ Como já foi dito, nesta administração as associações de bairro somente eram reconhecidas através desta entidade. A União, entidade paralela, era denominada pelos administradores municipais como “apenas um

²⁶² UNIBAIRROS chega aos 4 anos com resultados. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 27 out. 1984, p. 3.

²⁶³ BAIRROS renovam suas críticas à política de obras. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 24 set. 1982;

²⁶⁴ A crítica à Federação está presente nos relatos dos militantes publicados pelos jornais locais e no Jornal Unibairros: ETA RAPOSA Veia. **Jornal Unibairros**. Juiz de Fora, n.º 06, mai. e jun. 1981, p. 5; UNIBAIRROS – a força de uma equipe jovem, pronta a lutar pela melhoria dos bairros locais. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 23 jul. 1982, p. 3.

²⁶⁵ BAIRROS renovam suas críticas à política de obras. Op. Cit.

órgão fantasma cujos objetivos são fazer política sem nenhuma ação.²⁶⁶ Ainda de acordo com os jornais e com o movimento, a estrutura da Federação não estava funcionando para atender os moradores da periferia, mas sim os interesses da prefeitura, prejudicando os movimentos populares. Para os militantes do Unibairros, o PDS usaria a Federação para seus planos, através de uma fortíssima coação moral e financeira, deixando clara a vinculação entre com a política partidária. Havia denúncias de que o presidente da entidade teria pedido aos seus filiados que votassem no partido do governo, o que estreitava o relacionamento estabelecido entre esta e a prefeitura, que a usava para obter “respaldo popular” em suas ações, garantido pela entidade que controlava as associações a ela filiada. A entidade justificava o apoio ao PDS, partido do governo, como “do próprio espírito do movimento dos bairros”.²⁶⁷

Sempre criticado e um dos alvos preferidos da crítica do Unibairros, o presidente da Federação era muitas vezes taxado de “pelego” e “cabo eleitoral do prefeito” através dos jornais do movimento, imprensa local e outros impressos. Em uma longa matéria publicada no jornal Tribuna de Minas, o Sr. Raposo expressava sua opinião a respeito do movimento Unibairros, relatando que para ele tudo não passava de “uma brincadeira de estudantes” que “não constrói e nem destrói nada”, afirmando que ninguém levava a sério as críticas feitas pelos seus militantes: “O pensamento dos ‘meninos’ é muito confuso”. É provável que com estes dizeres Raposo ilustrasse a forma como a entidade e mesmo a prefeitura encaravam o movimento.²⁶⁸

Nos últimos anos de mandato, o prefeito municipal investiu pesado em obras com recursos externos. A controversa reforma e ampliação da Avenida Rio Branco estava entre estas obras. Visto por muitos como indispensável para o crescimento do município e viabilidade do trânsito no centro da cidade, a empreitada era criticada por deixar de fora importantes obras de infraestrutura, como água e esgoto, a serem realizadas nos bairros.

Segundo os jornais consultados,²⁶⁹ o problema para a União e para membros do jornal Unibairros era o volume de obras municipais que estava sendo realizado em um momento de renovação, já que estavam próximas as eleições e, por isso, caracterizavam as obras como simples campanha eleitoral. Além disso, os bairros não estavam sendo consultados. As críticas eram publicadas de forma aberta na imprensa local, acusações eram trocadas de

²⁶⁶ UNIBAIRROS: um ano de denúncia e defesa social. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 16 out. 1981, pp. 1 e 3.

²⁶⁷ ETA RAPOSA Veia. **Jornal Unibairros**. Juiz de Fora, n.º 06 mai. e jun. 1981, p. 5; RAPOSO é ditador. **Jornal Unibairros**. Juiz de Fora, n.º 11, 1982, p. 5.

²⁶⁸ BAIROS renovam suas críticas à política de obras. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 24 set. 1982;

²⁶⁹ Tribuna de Minas, Diário da Tarde e Diário Mercantil.

ambos os lados. A situação complicava-se ainda mais tendo em vista que para viabilizar grande parte das obras a prefeitura estava realizando inúmeras desapropriações na cidade e a forma como estas estavam sendo feitas gerou sérios protestos por parte das associações e movimentos da cidade. Neste sentido, o caso da comunidade denominada Vila da Prata tornou-se exemplar, já que o processo arrastou-se durante um bom tempo com a recusa dos moradores em se retirarem (ver anexo n.º 16).

A comunidade localizada no Bairro Teixeiras, zona sul da cidade, estava sendo desapropriada, segundo a prefeitura, para a construção de uma área de lazer. Existiam no local cerca de quarenta e uma famílias que lá moravam em condições precárias há cerca de 12 anos. Todas foram deslocadas para outro bairro, na zona leste da cidade, para casas construídas pela própria prefeitura, mas denunciadas pelos moradores e membros do movimento por causa da fragilidade das construções²⁷⁰.

O problema das desapropriações praticadas na cidade foi comentado diversas vezes pelos jornais locais, pelo jornal Unibairros e por seus membros, que se revezavam nas críticas, denunciando interesses imobiliários e eleitoreiros da prefeitura. Os embates através da imprensa eram constantes e nestes momentos era possível perceber a divisão de forças existentes na cidade. Levados a posicionarem-se diante do impasse, Prefeitura e movimentos (Unibairros, Federação dos Bairros, SPMs e União) eram convidados a exporem suas posições, sempre bem demarcadas. De um lado, Prefeitura e Federação; do outro, União e Unibairros, visões bastante conflitantes e interessante exemplo da forma como se dava essa interação²⁷¹.

Em 1982 o presidente União classificou a administração municipal como péssima, arbitrária e autoritária, sugerindo um enérgico fortalecimento das entidades de classe, além das sociedades pró-melhoramentos, como medida fundamental para que as reivindicações populares tivessem respaldo. O Unibairros também se posicionou nesta questão, ainda nesta época denominado apenas de Jornal Unibairros, mas já com grande influência nos bairros da cidade e mesmo nos órgãos municipais. O projeto de urbanização da cidade foi criticado e o movimento reiterou as críticas à Federação, à qual acusou de não popular e de representar apenas um “curral do PDS”.²⁷²

A cidade crescia e os bairros periféricos realmente ainda careciam de infraestrutura básica como calçamento, redes de água e esgoto, iluminação e transporte. Esta situação

²⁷⁰ AQUI se fabrica favelas. **Jornal Unibairros**, Juiz de Fora, n.º 10, 1981, p. 7.

²⁷¹ BAIRROS renovam suas críticas à política de obras. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 24 set. 1982;

²⁷² Ibidem.

tornou-se clara em pesquisa realizada nos jornais do período, que revelam diariamente situações precárias. Em 1982 há, contudo, uma constante referência às obras da prefeitura municipal, seja no centro ou em alguns bairros específicos. Por esta época, a cidade havia recebido recursos do BIRD e todas as obras estavam sendo custeadas por meio deles.

Em 1983, com o início da administração do PMDB, em virtude da promessa de maior espaço para a participação, há um aumento na confiança no poder dos movimentos sociais como agentes de transformação social. Inúmeros encontros de bairros e entidades comunitárias são promovidos. Algumas conquistas acontecem e o movimento lança o complemento Hora Extra, com poesias dos moradores dos bairros.

Uma das principais conquistas do Unibairros ocorreu neste ano no bairro Vitorino Braga, quando o movimento conseguiu que a Prefeitura transformasse em espaço de lazer uma área de 14 mil metros quadrados, beneficiando moradores de outros cinco bairros. O envolvimento e a organização da comunidade foram indicados pelo movimento como fundamental nesta empreitada, fortalecendo outras lutas encampadas nestes e em outros bairros da cidade como água, luz, esgoto, calçamento, transporte, sinalização e canalização de córregos²⁷³.

Como num processo de amadurecimento, acompanhado da conquista de espaços importantes na política da cidade, o movimento persistia, discutia profundamente cada questão a ser trabalhada, evitando erros que – seus integrantes sabiam – poderiam custar caro. Dessa forma, o Unibairros continuava a incomodar.

A partir de 1983, cumprindo decisão tomada em sua última assembleia, o movimento convocava todas as entidades de bairro de Juiz de Fora para uma reunião na qual seriam discutidos diversos pontos relacionados à situação da periferia da cidade. Além de sociedades pró-melhoramentos legalmente constituídas, também foram convidados para o encontro os times de futebol, grupos de jovens, escolas de samba, e todas as pessoas que faziam algum tipo de trabalho no bairro onde moravam.

Conforme a convocação feita pelo jornal, seriam debatidos, entre outros assuntos, o aumento dos transportes, dos alimentos, dos impostos, o desemprego. E ainda: a falta de água, a iluminação, o esgoto, calçamento. Enfim, todos os problemas que preocupavam grande número de moradores de toda a periferia. O encontro fazia parte do terceiro aniversário do jornal, cujas comemorações se estenderiam durante um mês, e tinha como objetivo promover a união e um nível maior de organização, conforme relatado pelo movimento em jornal local:

²⁷³ BAIRRO dispensa obra ‘supérflua’. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 25 ago. 1985, p. 3; BAIRRO elege amanhã a obra que quer da PJF. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 27 set. 1985.

Nós, que estamos há três anos trabalhando pelos bairros e nos bairros da cidade, estamos sentindo e constatando que somente uma união muito grande, solidificada nos contatos estreitos que mantivermos, poderá resultar em benefícios para os moradores. A troca de experiência e de informação é muito importante²⁷⁴.

A administração do PMDB na cidade parecia querer atender aos movimentos sociais, aos bairros, conseguindo grande simpatia entre os militantes das comunidades que destacavam o trabalho da prefeitura de Juiz de Fora, que, segundo eles, atendia às exigências e os anseios da população da cidade. “Dentro deste desejo de se organizarem e se integrarem, as comunidades dos bairros pretendem participar cada vez em todo trabalho que for realizado”.²⁷⁵

No início do governo do PMDB na cidade, parecia ser perceptível a nova dinâmica do movimento popular em Juiz de Fora que, segundo a impressão geral, estava novamente crescendo, após um período em que as manifestações das classes mais baixas estiveram sufocadas, por tantos e tão diversos motivos. Havia agora uma insistente e persistente determinação em reivindicar seus direitos, lutar pelo que se queria e se reunir para garantir as vitórias conquistadas. Perceptível foi também a nova postura adotada por todos os envolvidos. Neste momento, era novamente aceita a existência de duas entidades representativas dos bairros, a Federação e a União, e a constatação de duas maneiras diferentes de agir²⁷⁶. Nesta ocasião, um novo debate foi promovido pela imprensa local, aproveitando o início do novo governo na cidade e o entusiasmo dos movimentos sociais, que previam uma maior participação.

A Federação tentava evitar o esvaziamento de sua entidade, já que das cinquenta e oito entidades filiadas, apenas trinta estavam em franca atividade, se reunindo. Apesar do presidente da entidade assumir um tom menos agressivo, mostrando-se disposto a dialogar com todos, houve relatos de associações que encontraram dificuldades em conseguir seu desligamento ou mesmo em ter seus novos dirigentes reconhecidos. No entanto, foi perceptível a mudança na postura de ambas as entidades congregadoras no novo governo, eram poucas as trocas de acusações e as indisposições com outros movimentos. O presidente da Federação declarava não haver diferenças entre o interesse demonstrado pelos ex-prefeitos Mello Reis e Tarcísio Delgado: “ambos têm muito interesse pela cidade e procuram

²⁷⁴ PERIFERIA tem debate sobre seus problemas. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 28 set. 1983, p. 3.

²⁷⁵ BAIRROS conseguem área para lazer. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 10 abr. 1983, p. 4.

²⁷⁶ PMDB ainda não altera cartilha política. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 24 jun. 1983, p.1.

intensificar o trabalho de atuação frente a todos os problemas”²⁷⁷. Mas, para ele, uma atuação em conjunto somente seria possível se houvesse um estudo específico para cada caso, para cada problema: “O que nós nunca fizemos foi aparecer em comícios políticos. Continuaremos trabalhando do mesmo jeito, como sempre fizemos”.²⁷⁸

A situação na União também parecia ter se apaziguado e, de certa forma, até mesmo evoluído, no que se refere ao seu relacionamento com a prefeitura. Ao menos esta é a percepção quando nos defrontamos com a postura que assume o seu presidente, o ferroviário Roxael Cândido, que também estava à frente desta entidade há longos anos. A União, assim como muitos outros movimentos sociais da cidade, parecia flertar com a prefeitura na esperança de um relacionamento profícuo. Para a entidade, o momento era “muito positivo”, fruto da percepção de que havia uma clara e constante ascensão da vontade popular “de estar se reunindo e discutindo questões relativas às classes baixas atingidas mais diretamente pelas aflições do constante abandono a que estão entregues os bairros juizforanos”.

Várias solicitações para a organização de novas sociedades pró-melhoramentos estavam chegando à União. Só neste ano de 1983, a entidade contou cerca sete SPMs que queriam se filiar. Nesta época, o prefeito já havia dado início à sua política de mutirões, algo que foi muito discutido, criticado muitas vezes, mas que encontrou nesta entidade sua defesa, “como alternativa prática e eficiente para ‘melhora do sufoco em que vive a periferia juizforana’”. Ressaltava ainda a importância de uma União de bairros ter um bom diálogo com a administração municipal. A situação parecia ter se invertido sem, contudo, sofrer modificações em sua natureza. Segundo o Sr. Roxael:

O diálogo que temos com o prefeito municipal é 1000% melhor que o mantido com o Mello Reis. Existe uma grande facilidade de comunicação e de boa vontade para serem atendidos os nossos pedidos, as nossas reivindicações.

Essa mudança de postura é sentida em declarações da entidade e sua notável compreensão na alegada falta de verbas da prefeitura e sua opção pelo mutirão, que contava com o apoio da população para acontecer (ver anexo n.º 17):

“(...) não podemos nos afastar, mas dentro do que lhe é permitido sinto que o Tarcísio tem feito tudo para poder trabalhar com eficiência, em nome desses moradores, entregues à própria sorte”.

²⁷⁷ PMDB ainda não altera cartilha política. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 24 jun. 1983, p.1.

²⁷⁸ Ibidem.

Mas o momento parecia, sim, ser propício ao movimento associativo. As entidades contavam com um número cada vez maior de moradores nas reuniões e nas demais atividades promovidas, o que evidenciava o fortalecimento das questões que envolviam os bairros e da rede social existente. A presença da comunidade era cada vez mais incentivada, fazendo com que as discussões não ficassem restritas aos responsáveis pelas SPMs ou movimentos.²⁷⁹

O clima é muito favorável ao diálogo. Inclusive a Câmara renovada está tendo uma atuação muito diferente, estando sempre disposta a nos atender, a nos ouvir, o que favorece o que temos a fazer, a trabalhar. (...)

O sistema econômico vigente reflete com muita clareza, a nossa situação, tendo resposta imediata nos estados e municípios que ficam sem verbas para sua atuação. A administração passada teve dinheiro à vontade, construindo essas obras desnecessárias e faraônicas. O importante é que estamos em outra época, e as coisas agora mudaram, sem dúvida alguma.²⁸⁰

Em 1984, o Unibairros é declarado de utilidade pública e seu relacionamento com a prefeitura continua positivo, ainda que cercado de ressalvas em virtude principalmente dos atritos ocorridos em decorrência da pouca representatividade do Conselho Comunitário Municipal. Tal situação se agravaria bastante no ano seguinte. No ano das Diretas, o movimento participou e ajudou a promover comícios em praças da cidade. Segundo o jornal, um dos comícios realizados na cidade concentrou mais de trinta mil pessoas. O assunto foi tratado no jornal²⁸¹ e através de panfletos distribuídos à população, insistindo sempre na importância da participação²⁸² (ver anexo n.º 18).

Mas o bom relacionamento com a Municipalidade duraria pouco, logo se alterando bastante nos anos seguintes. Uma análise ainda que superficial em seus jornais revelaria os altos e baixos deste relacionamento desde seu surgimento. Entre dezembro de 1980 e dezembro de 1982, o movimento já havia lançado 16 das 41 edições de seu jornal que circulou até 1989. Metade das publicações tinha como tema de capa os problemas dos bairros e a ação do movimento, sendo que a outra metade comportou assuntos como a luta dos sindicatos da cidade e a situação do trabalhador, críticas à Federação dos Bairros e temas de abrangência nacional como a situação da Previdência Social. Esta situação se modificaria nos anos seguintes, com os assuntos de nível nacional merecendo destaque em mais da metade

²⁷⁹ BAIROS caminham para movimento de base. **Tribuna de Minas**. 21 jul. 1985, p. 6 (especial) PARTICIPAÇÃO Popular: a mobilização tem, hoje, um lugar decisivo para a definição do avanço da democracia. **Tribuna de Minas**. 26 jun. 1985. p. 1 (especial)

²⁸⁰ PMDB ainda não altera cartilha política. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 24 jun. 1983, p. 1.

²⁸¹ EDITORIAL – diretas já. **Jornal Unibairros**, Juiz de Fora. Nº22, 29 mar. 1984, p. 2.

²⁸² JARDIM Glória faz hoje seu comício. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora. 06 abr. 1984, p. 3.

dos jornais, como a crise financeira, Diretas, Constituinte e Reforma Agrária. Os temas vinculados aos bairros continuariam a aparecer, porém, ressaltando as conquistas, a importância da organização, da união. As referências ao movimento e a exaltação de seus aniversários também tomariam conta dos temas principais todos os anos. A partir de 1985, algumas críticas à prefeitura voltam a acontecer, masseria em 1987 que elas se tornariam uma constante.²⁸³

Hoje portanto, é decisivo para o encaminhamento de propostas e decisões que afetam a vida da cidade, que questionemos a realidade deste Conselho Comunitário. E para isto o Unibairros, membro deste Conselho, está propondo que se faça uma ampla avaliação crítica do funcionamento e representatividade do órgão, junto às entidades, membros ou não do Conselho, que se interessem, como também a toda a população da cidade, convocando um amplo debate que será esclarecedor para toda a comunidade. Agora só depende do democrático prefeito Tarcísio Delgado e de toda a sua democrática administração²⁸⁴.

Em 1985, o 5º Congresso Nacional de Transporte Público, promovido pela Associação Nacional de Transporte Público, teve como ponto mais importante a definição do uso do vale-transporte, que iria baratear o custo das passagens nos ônibus urbanos para os trabalhadores. Enquanto os órgãos ligados ao setor buscavam alternativas para garantir às camadas mais baixas da população transporte a menor custo, membros do Conselho Comunitário Municipal (CCM), ligados ao Unibairros, contestavam o reajuste das passagens no transporte coletivo urbano da cidade.

Nesta ocasião, os membros do Unibairros consideraram ilegítima a reunião do órgão que decidiu reajuste de 57% no preço das passagens. Para eles, o Conselho não estava seguindo o estatuto, no qual uma de suas cláusulas dizia que toda reunião extraordinária deveria ser comunicada aos representantes, com 15 dias de antecedência, dizendo ainda qual o assunto em discussão. Não foi o que aconteceu. O Unibairros não esteve presente na reunião, pois, segundo alegado, não houve tempo de mobilizar a comunidade, devido ao fato de o telegrama que comunicava a reunião ter chegado às mãos de seu representante quase na véspera da audiência. O desconhecimento do assunto foi outro fator para a ausência, pois o comunicado não trazia a pauta da reunião.

²⁸³ Em 1985, o Jornal Unibairros fez um balanço da administração de Tarcísio Delgado, colocando como pontos negativos a ainda tímida atuação do Conselho Comunitário Municipal. 2 ANOS de Tarcísio. **Jornal Unibairros**, Juiz de Fora. N.º 25, 26 jan. 1985, p. 5;

²⁸⁴ Em 1986 essas críticas se tornaram mais frequentes: APENAS um conselho. **Jornal Unibairros**, Juiz de Fora. N.º 28, 1986, p. 8.

O movimento era contra o reajuste, que era superior à Inflação do trimestre, e era uma decisão que não havia sido tomada em conjunto com a comunidade. Na verdade, neste episódio, a prefeitura conseguiu com que parecesse que sua decisão havia encontrado respaldo no Conselho Comunitário, divulgando o fato, algo que foi duramente criticado pelo movimento Unibairros:

O Conselho foi fundado para que a comunidade discutisse as questões da administração. Só que a entidade está representando as vontades da Prefeitura²⁸⁵.

Os atritos com a prefeitura eram neste ano apenas um dos *fronts* do movimento que continuava seu trabalho, editando novos jornais, lançando edições especiais e ampliando suas temáticas. Em 1988, o movimento participa de protestos na Prefeitura de Juiz de Fora e o CCM é totalmente desacreditado pelos movimentos sociais. O movimento Constituinte toma força e é totalmente incorporado pelo movimento. Seria a partir deste ano que o movimento se envolveria com um dos temas mais presentes nos jornais e debates do movimento, desde então: a Constituinte. Em inúmeros jornais, panfletos, cartazes, manifestações, procuraram chamar a atenção da sociedade para a importância do movimento Constituinte. Pelo menos até 1988, o Unibairros esteve fortemente envolvido com a causa, chegando a viajar a Brasília para levar propostas e a montar um painel na principal praça da cidade, o Parque Halfeld, com o placar simultâneo das votações.

²⁸⁵ UNIBAIRROS acha reunião do Conselho ilegítima. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 16 jun. 1985, p. 3.

3.5 – POR UMA CONSTITUINTE POPULAR E SOBERANA

O caminho percorrido pelo movimento Unibairros levou-o, cada vez mais, a enveredar-se na política partidária e nos assuntos políticos nacionais, como é o caso da campanha pela Constituinte. A previsão de eleições em 1986 e a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte responsável por redigir a nova Constituição Brasileira deram início a uma série de mobilizações nacionais Pró-Constituinte. Nas eleições que seriam realizadas em 15 de novembro de 1986, seriam eleitos deputados federais, deputados estaduais e senadores, além de governadores e vice-governadores. Senadores e deputados eleitos passariam a formar o ‘Congresso Nacional Constituinte’ e ficariam incumbidos de elaborar a nova Constituição brasileira. Deputados estaduais formariam o ‘Congresso Constituinte Estadual’ para cada estado da federação²⁸⁶ (referências).

Em Juiz de Fora, a campanha pela popularização da Constituinte foi bastante debatida por entidades da cidade, partidos políticos e pela Municipalidade, que formaram o Movimento Popular Constituinte. Capitaneados pelo Unibairros, diversos militantes iniciaram atividades de divulgação e conscientização sobre o que seria este processo, muros foram pintados, panfletos distribuídos, debates foram realizados, tudo com o intuito de convocar os cidadãos a participarem, a colaborarem na elaboração de nossa nova Carta Magna.²⁸⁷ Dentre as inúmeras atividades promovidas pelo movimento, podemos citar uma mesa redonda com o tema ‘Constituinte e Educação’, a apresentação do tema durante a Festa dos Bairros promovida pelo movimento Unibairros, a promoção de um Domingo Cultural, um seminário com a presença de Lula, então deputado federal, e do ex-líder comunista Luiz Carlos Prestes. O Unibairros promoveu o lançamento solene no Movimento Popular da Constituinte, lançando as Cartilhas da Constituinte, produzidas em parcerias com outros movimentos, e investiu nas comemorações pelo primeiro de maio. No dia vinte e cinco de abril de 1984, dia da votação da emenda Dante Oliveira, o Movimento Popular Constituinte faria manifestações em rádios e jornais²⁸⁸.

Em 1986, começou a circular na cidade um informativo produzido em conjunto por diversas associações como uma extensão das conversas realizadas por um grupo de pessoas ligadas a entidades como DCE (Diretório Central dos Estudantes), CDDH, Unibairros, sindicatos e partidos, preocupadas com a conscientização da população sobre o assunto. As

²⁸⁶ SOUZA, Celina. **Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988**: Processo Decisório, Conflitos e Alianças. Rio de Janeiro: Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 44, nº3, 2001, pp. 513 a 560.

²⁸⁷ CONSTITUINTE Popularizada. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 31 mar. 1985, p. 3.

²⁸⁸ CONSTITUINTE tem nova ‘mesa redonda’ amanhã. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 11 abr. 1985, p. 3.

reuniões aconteciam na sede do Unibairros de 15 em 15 dias para discutir o tema com participação livre de qualquer pessoa. Seriam publicadas, ao todo, em torno de 22 edições do informativo discutindo o papel da organização popular e da fiscalização do processo decisório. Outros assuntos também eram abordados como a função dos partidos políticos e a importância da escolha consciente no momento do voto.

O Jornal Unibairros n.º 29, de 1987, publicou uma edição especial sobre a Constituinte e sua manchete dizia: “Só a pressão popular vira o placar”. A edição noticiava ainda a convocação do Plenário Municipal Pró-Participação Popular na Constituinte para a coleta de assinaturas em torno das emendas populares, que já contava com cerca de 10 mil adesões em torno de projetos de Reforma Agrária, Educação, Saúde, Direito dos Trabalhadores, Comunicação, Índios, Meio Ambiente, entre outros. Comunicava ainda a realização das Caravanas Populares à Brasília levando militantes de Juiz de Fora para juntarem-se na Capital a milhares de outras pessoas na entrega dos abaixo-assinados aos Constituintes²⁸⁹. A presença do grupo de Juiz de Fora em Brasília, onde somaram-se às cinco mil pessoas presentes na entrega de quase 10 milhões de assinaturas de iniciativa popular, foi registrada por meio de fotografias e relatos divulgados pelos jornais da cidade e do movimento. O Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte²⁹⁰ manteve durante a Constituinte duas pessoas da cidade acompanhando os acontecimentos em Brasília e enviando notícias periodicamente. Relataram a dificuldade em conseguir informações e acompanhar as votações, e a ausência das emendas populares no texto em votação. Enviaram, ainda, notícias sobre as primeiras conquistas como o repúdio ao racismo, a proibição da tortura e a igualdade de direitos (ver anexo n.º 19). A presença dos militantes na constituinte era custeada por eventos e promoções feitos pelo Comitê como almoços, feijoadas, eventos esportivos, entre outros.

Através de seu informativo, o comitê procurou informar aos seus leitores a forma como ocorreria a votação da Constituição e suas emendas. Segundo o texto, formaram-se grupos de deputados e senadores, de acordo com o que cada um pensava ou defendia. Nas votações, eram necessários 280 de um total de 559 votos para aprovar determinada modificação ou inclusão de emendas no texto. Nenhum dos grupos contava com os votos necessários para obter a maioria absoluta nas votações. Acordos entre os grupos eram apontados como difíceis. Assim, o projeto de Constituição que seria apresentado em plenário

²⁸⁹ SÓ A PRESSÃO popular vira o placar. **Jornal Unibairros**, Juiz de Fora. N.º 29, 1987, p. 1.

²⁹⁰ Em Juiz de Fora, um grupo de pessoas oriundas de diferentes comunidades, movimentos, associações e entidades da cidade promovia encontros periódicos para discutir sobre a Constituinte. Autodenominaram-se Comitê Pró-participação Popular na Constituinte e produziam um informativo denominado “Conversando sobre Constituinte”, distribuído à população da cidade.

difícilmente teria alterações. Desta forma, todas as apostas se direcionaram à chamada Comissão de Sistematização, que era composta de 93 constituintes bastando, portanto, 47 votos para a vitória de uma proposta em seu interior.²⁹¹

Durante o período decisivo de votações, o Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte montou um painel no Parque Halfeld, região central da cidade, com o placar, o nome dos parlamentares e seu voto. Diversos constituintes foram denunciados pelo movimento por não votarem a favor das emendas populares ou a favor em artigos que, para os militantes, eram contrários à vontade do povo. O painel trazia todos os assuntos em pauta, o nome e o telefone dos constituintes da região e orientava as pessoas a ligarem para eles e pressionarem pelo voto a favor dos assuntos de interesse popular (ver anexo n.º 20).

As estratégias promovidas por um grupo de constituintes chamados de ‘Centrão’ para impedir a manutenção de reivindicações populares no texto da Constituição provocou uma série de manifestações em todo o país e na cidade, pois representava praticamente a nulidade de mais de 12 milhões de assinaturas. Manifestações e protestos foram realizados pelos militantes do Comitê incluindo um abraço simbólico ao Parque Halfeld com a presença de cerca de 2500 pessoas que logo após seguiram em passeata pelas ruas da cidade.²⁹²

... simbolizando o sentimento do povo em relação à atuação do Centrão na Constituinte e toda a repulsa que despertou na sociedade democrática brasileira. A manifestação provou a força do movimento popular da cidade e a sua capacidade de organizar a população para suas propostas.

A nova Constituição foi promulgada em 05 de outubro de 1988 apresentando 245 artigos permanentes, estabelecendo, entre outros pontos, a garantia dos direitos humanos contra as arbitrariedades do Estado, o enquadramento do racismo como crime inafiançável, a extensão do voto aos analfabetos e aos adolescentes entre 16 e 18 anos, instituiu novos direitos trabalhistas, além de criar medidas de proteção do meio ambiente e grupos indígenas.

²⁹¹ CONVERSANDO sobre constituinte. **Comitê Pró-participação Popular na Constituinte**. Juiz de Fora. N.º 20, 1988, p. 1.

²⁹² NÓS Somos a Maioria. **Jornal Unibairros**, Juiz de Fora, n.º34, dez 1987, p. 3.

3.6 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO UNIBAIRROS

Quando de sua criação e primeiros anos de atuação, o movimento Unibairros representou uma nova proposta para o movimento comunitário da cidade, incrementando o jogo político existente. Beneficiando-se do arrefecimento dos mecanismos de repressão, mostrou um tom mais combativo e crítico. Das poesias publicadas aos teatros em praça pública o movimento inovava e atraía simpatizantes de diferentes origens. Mostrava-se jovem e questionador, parecendo querer tirar a cidade do marasmo, sacudir a poeira. E, de certa forma, conseguiu. Inúmeros assuntos polêmicos foram tratados nas páginas de seus jornais e nos discursos durante os festejos realizados nos bairros. Eram consultados pela imprensa, levados a dar sua opinião. Defenderam dos posseiros do Araguaia aos desapropriados da Vila da Prata, marcaram presença nas manifestações pelas diretas e se fizeram presentes na votação das emendas da Constituinte de 1988. Receberam apoio e trabalharam em conjunto com outras entidades, associações e movimentos, como o CDDH, MCV, DCE e SPMs, demonstrando capacidade de articulação e influência.

Por estes, e inúmeros outros motivos, o movimento marcou a década de 1980 em Juiz de Fora. Mas há que se dizer que esta década também foi o seu limite. Como foi sublinhado anteriormente, o movimento não seguiu uma linearidade em sua ação ou ideologia, e o caminho trilhado rumo à política partidária determinou o seu futuro. Inicialmente apolítico e vinculado à Teologia da Libertação, em 1985 via-se representando todas as siglas e crenças. A partir de 1986 e principalmente em 1988, quando a luta política pela Constituinte toma força, o movimento pareceu ter encontrado seu caminho. Muitos de seus integrantes filiaram-se a partidos políticos e lançaram candidaturas nas eleições de 1989. Talvez este caminho até representasse o resultado natural de uma caminhada, mas o fato é que o movimento, após a década de 1980, descaracterizou-se e já não atuava mais sobre as bases aqui descritas. Da mesma forma, o sentimento de representação de sua base tornou-se menor.

Atentamos, portanto, para a atuação marcada que o movimento possuiu, sem, contudo, tirar o mérito de suas conquistas e do legado deixado por suas experiências. Por muito tempo, ainda iriam comentar dos ousados empreendimentos do grupo e do que ele representou para o movimento comunitário da cidade de Juiz de Fora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo concentrou-se no período de redemocratização do país, com o objetivo de buscar no movimento comunitário existente na cidade de Juiz de Fora informações que possibilitassem compreender a mobilização popular do período e o papel desempenhado pelas associações da sociedade civil na promoção da participação política. Pretendia-se perceber a contribuição que tais movimentos e associações tiveram na composição política do município, fomentando ou não ações participativas, assim como o tipo de relacionamento que mantinham com sua base, com a administração municipal e com outros movimentos. A caracterização dos movimentos comunitários em atuação na cidade, destacando e diferenciando as formas de ação e as modalidades de relação com o poder público, foi outro ponto trabalhado. A partir das informações captadas, pretendia-se, como objetivo específico, refletir sobre a forma como os sujeitos relacionam-se e organizam-se para obter maior e melhor participação e entender os determinantes de sua ação ou inação. Procuramos captar a importância das associações e movimentos na promoção da participação, através do acompanhamento destas experiências de negociação e barganha.

O entendimento e a aceitação do peso político das formas associativas assumidas pela sociedade civil somente teria sentido tendo em mente o processo de desenvolvimento da mentalidade participativa, que está na base de muitos movimentos. Dessa forma, este trabalho teve início discutindo os conceitos de participação, sociedade civil e Estado a partir de teorias e interpretações clássicas, que contribuem para a compreensão da especificidade das práticas democráticas contemporâneas. Segundo Robert Putnam (2007), uma de suas características reside em um retorno ao Humanismo Cívico, que seria definido por um interesse pelas questões públicas, pela atenção aos deveres cívicos do cidadão em detrimento do individualismo exacerbado do liberalismo. Esta virtude cívica seria, segundo Putnam, responsável, em última instância, pela eficiência dos governos. Neste cenário, as associações livremente constituídas pela sociedade teriam papel fundamental, controlando e fiscalizando a atuação governamental, gerando demandas e deliberando em ambiente político.

Estudando a literatura acerca da participação política brasileira, foi possível perceber que, embora o processo democrático no Brasil tenha sido repleto de altos e baixos, a maior parte das interpretações acreditava em uma ausência sistemática das massas do processo político desde, pelo menos, a Proclamação da República. Da clássica interpretação de Oliveira Viana, a qual afirmava que o brasileiro não era afeito às coisas públicas, aos

estudiosos do populismo, que insistiam na cooptação e manipulação das massas, diversos foram os estudiosos que percorreram por este caminho. Procurando ir na contramão de impressões que revelam uma sociedade supostamente sem tradição associativa, este trabalho destacou que diversos estudos estão sendo responsáveis por colocar estas afirmativas em ponto de revisão, valorizando a experiência associativa e participativa presente em variadas formas de levantes, motins, revoltas, movimentos messiânicos, associações beneficentes, greves e protestos ocorridos em diferentes momentos da história brasileira.

Acreditando, portanto, na existência de uma movimentação social capaz de estruturar formas associativas e movimentos sociais, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, este estudo procurou demonstrar como a segunda metade do século XX no Brasil reunia condições propícias para isto acontecer. A saída das pessoas do campo em busca de melhores condições de vida nas cidades ocasionou uma inversão demográfica rápida, que resultou no aumento significativo da população urbana em um curto espaço de tempo. Disso resultou um processo de urbanização excludente, que pode ser definido como uma incapacidade dos governos em estenderem a rede de infraestrutura básica à totalidade dos cidadãos. Os sintomas mais comuns eram falhas constantes nos sistemas de transporte urbano, insuficiência das redes de abastecimento de água e esgoto, deficiências nas áreas de iluminação pública, saúde e educação, entre outros fatores. De forma geral, as reivindicações encontradas entre os movimentos estudados giravam em torno da ausência de algum desses itens.

O processo de redemocratização iniciado em 1974, a partir de uma distensão lenta e gradual, ampliou o espaço de barganha onde atuavam os movimentos. Com uma legislação cada vez menos autoritária, o movimento associativo passou a se reestruturar, inicialmente buscando afirmar seu apoliticismo. Essa posição pode ser explicada em função do período autoritário anterior e da necessidade de mostrar-se desvinculado a tudo o que se referia aos canais tradicionais da política brasileira, naquele momento já bastante desgastada. No entanto, ao se instituir novamente o pluripartidarismo, surgem novas forças aglutinadoras dos movimentos sociais e a vinculação político-partidária passa a acontecer com mais frequência, determinando os rumos de muitos deles.

Buscamos analisar os movimentos de bairro de Juiz de Fora, sua história, seus conflitos e a luta pelo reconhecimento de sua legitimidade. A categoria de movimento social serviu para caracterizar o movimento comunitário. Com base na literatura e na análise da conjuntura do período, procuramos explicações que possibilitassem conhecer o movimento comunitário em sua especificidade. Neste sentido, destacamos a sua ligação com o contexto de vizinhança, a lógica consensual-solidarística que os move, a influência da Teologia da

Libertação representada pelas CEBs e o peso cultural da forma de se fazer política no Brasil, muito marcada pelo personalismo e pelas práticas clientelistas. Ao lado de Ruth Cardoso, procuramos compreender o movimento como fruto do período, no momento em que ele lutava por maior igualdade e mais participação, seja no acesso a melhores condições de moradia ou nas deliberações políticas sobre políticas públicas de motes diversificados.

Um breve histórico da cidade de Juiz de Fora possibilitou conhecer o cenário no qual iriam se desenvolver os movimentos e associações estudadas. Destaca-se o perfil industrial da cidade ao lado de um histórico de lutas comunitárias e trabalhistas, e sua posição de vanguarda em muitos acontecimentos. A industrialização do município foi acompanhada de inúmeras deficiências de infraestrutura, o que influenciou enormemente o desenvolvimento social de seus habitantes. Condição, ainda, o perfil das administrações públicas a partir da década de 60, que priorizaram ações de desenvolvimento focadas na vocação industrial da cidade, ao passo em que ela se diferenciava cada vez mais como uma cidade prestadora de serviços. No entanto, as administrações que se seguiram promoveram uma modernização administrativa que marcaria o contexto das décadas de 1970 e 1980, principalmente no relacionamento com os movimentos sociais e no atendimento de demandas coletivas.

O perfil do executivo foi determinante na relação entre movimento e prefeitura. Em 1974, com Itamar Franco/Saulo Moreira, o diálogo era a marca. Uma herança que continuaria até, pelo menos, 1976. A partir de 1977, com Mello Reis, assumem a direção da municipalidade forças ligadas à finda Ditadura, que imprimiram um tom mais autoritário, privilegiando algumas forças políticas locais em detrimento de outras. O diálogo esteve prejudicado no momento em que foram investidos montantes significativos em infraestrutura na cidade, sem a ocorrência de processos de consulta. Inúmeras obras foram empreendidas e projetos colocados em prática enquanto os movimentos associativos da cidade se multiplicavam, em confronto com um governo pouco participativo. Seria a partir da identificação desta deficiência que o PMDB, com Tarcísio Delgado, investiria no modelo de gestão participativa como mote de suas candidaturas nas eleições de 1982. Em Juiz de Fora, esta nova proposta é colocada em prática deixando esperançosos os militantes dos movimentos e associações da cidade, que pareciam estar renovados. Mas a faceta personalista do governo peemedebista na cidade logo se mostraria, desagradando simpatizantes e provocando reações de descrédito.

Em momentos tão diversificados, os movimentos associativos como as Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros, os Grupos Comunitários ou associações de bairro se fizeram presentes e marcaram o jogo político na cidade. As reivindicações de melhorias nos bairros

seriam a marca destes movimentos, que se mantinham em constante contato com o poder público, buscando a força política necessária para o atendimento de suas demandas. Muitos outros investiram ainda na conscientização comunitária do papel do cidadão, detentor de direitos e deveres na promoção de melhores condições de vida e moradia. Seja como for, no período estudado, não há como questionar a força política representada por estas associações de bairro. Disputas internas dificultariam o trabalho desenvolvido por estes grupos, complexificando o jogo político local, mas não desqualificam seu caráter popular e legítimo. Outros grupos surgiram no decorrer das décadas de 1970 e 1980 e encorpariam o movimento associativo na cidade.

Criado pela confluência de diversos grupos culturais e religiosos de vários bairros da cidade, o movimento Unibairros surgiu como uma alternativa aos tradicionais movimentos comunitários existentes no município. Caracterizava-se pelo enfrentamento, pela crítica e pela ampla movimentação, atuando não só na reivindicação de melhorias nos bairros da cidade como também em mobilizações por políticas nacionais. Fruto do contexto político da redemocratização, em que a liberdade associativa estava novamente em vigor, o Unibairros destacou-se por sua forma de ação e relacionamento com a municipalidade e com sua base. Sua independência político-partidária e financeira garantiu, ao menos nos primeiros anos, uma força expressiva. O jornal produzido pelos militantes mobilizava, despertava entre seus leitores a reflexão política dos problemas da cidade e da necessidade de associação para a resolução dos problemas coletivos. Atuava, juntamente com os demais movimentos associativos, na promoção do que Putnam denominou Comunidade Cívica, na preponderância do bem comum em detrimento do bem individual. Não era seu objetivo competir com as SPMs ou outras formas de associação e sim contribuir para o fortalecimento desses grupos. Seus caminhos o levaram a amadurecer sua prática democrática ao longo dos anos. Fortaleceu-se e enveredou pela nova política partidária da década de 1980. Nos caminhos possíveis da democracia, havia diversas possibilidades a serem testadas. A esquerda brasileira festejava novas potencialidades. Entre os movimentos sociais, surgia uma oportunidade de tornar real seu projeto de futuro.

O Unibairros deixou marcada a década de 1980 na cidade pela ousadia de seus militantes, pelos teatros em praça pública, pelas festas de valorização da cultura dos bairros. Seu jornal circulava, marcava presença, incomodava. Dele, participava o morador com notícias, relatos poesias. O movimento conscientizava, ao discutir assuntos polêmicos de forma simples e direta, do movimento negro à luta das mulheres, da Reforma da Previdência

aos presos políticos, da disputa no interior do movimento comunitário à Assembleia Nacional Constituinte, estes assuntos engrossavam suas páginas.

Apesar das particularidades dos casos estudados, é possível tecer diversos paralelos com outras realidades, notar continuidades e rupturas. Foi possível constatar que esses movimentos, ao procurarem canais de reivindicação por melhores condições de vida e moradia, trabalharam também pela denúncia da violação de direitos políticos e sociais. O surgimento, neste contexto, de outros movimentos e organizações como as de mulheres, de negros, dos povos indígenas, de trabalhadores rurais, contribuiu para dinamizar e aumentar sua capacidade de inovação, colocando em evidência as limitações de partidos políticos debilitados e sindicatos operários enfraquecidos. No entanto, é possível que os atuais sistemas representativos padeçam de certa deficiência em corresponder às pressões por participação e mudança. As reivindicações da sociedade civil estudadas são essencialmente formuladas em termos de direitos coletivos, já que a defesa dos direitos individuais era encarada como insuficiente.

O estudo de ambos os movimentos revelou a existência de redes, de um sistema de pessoas interligadas, desenvolvendo um trabalho em conjunto, com objetivos ou interesses comuns, desempenhando diferentes funções de forma colaborativa. Criando conexões, abriram um horizonte de possibilidades como parcerias, trocas, amizades, afetos, novos valores e formas de convivência, criação de conhecimentos, aprendizados, apoios, diálogos, participação, mobilização, força política, conquistas e muito mais. Sustentavam-se numa lógica de participação baseada no livre exercício da cidadania e em vínculos de solidariedade estabelecidos de forma espontânea. Revelaram um universo conceitual para além das premissas levantadas inicialmente por este trabalho, demonstrando um conhecimento prático, e muitas vezes teórico, em assuntos como cidadania, democracia e participação política. Suas reivindicações baseavam-se na noção de direito civil, social e político, público e coletivo. Suas práticas eram, portanto, extremamente politizadas. Contudo, isso não excluía a existência do clientelismo e do personalismo, mas os tornava conscientes da existência destas práticas.

Compartilhavam, em diferentes medidas, dos mesmos desafios, representados principalmente pelas particularidades do relacionamento entre movimentos e prefeitura e entre os movimentos e suas bases. Os dilemas se faziam presentes em diversos momentos, como quando os movimentos traçavam suas estratégias para encaminhamento e atendimento de demandas. As opções eram um contato direto, dialógico ou combativo, de crítica aberta e protesto. No trabalho com a base, com o morador do bairro, os grupos agiam de acordo com

suas realidades e interesses, desde a realização de reuniões periódicas com convocação em jornais, até a realização de festejos e outros eventos que visavam a reforçar os vínculos gerados no contexto de vizinhança. Havia aqueles, ainda, que atuavam na mobilização política dos moradores, chamando a atenção para o papel do cidadão e fomentando sua participação. Esta última frente aberta por alguns movimentos revelou-se paradigmática, fortalecendo redes e despertando o interesse de muitos pelos assuntos políticos.

Ressaltamos, contudo, que novos estudos merecem ser feitos, pois, conforme declarado nos objetivos deste trabalho, esta pesquisa não pretende se fechar em si mesma, mas sim dar novo fôlego a estas discussões. Os espaços analisados eram marcados pela heterogeneidade de participantes e revelam-se como valiosas fontes de informações sobre como se articulam as comunidades para a elaboração e encaminhamento de demandas fora dos canais tradicionais de representação. Mas, para isso, faz-se necessária a preservação destes registros e de suas memórias. Durante a pesquisa, ficou patente a fragilidade e a escassez de fontes, principalmente quando o objeto eram as SPMs, associações de bairro ou grupos comunitários. Estes, na maioria das vezes, não possuíam uma sede e isso fazia com que, à medida em que se sucediam os presidentes, vice-presidentes, secretários, entre outros, os documentos migrassem de casa em casa, até se perderem ou serem descartados. Um projeto de guarda e conservação destes documentos seria, neste sentido, bastante pertinente. Nesta empreitada, as contribuições da História Oral também seriam fundamentais, visando preservar estas memórias da forma mais abrangente possível.

Tudo isso porque a memória daquelas pessoas que, seja no futuro incerto da redemocratização ou em qualquer outro momento da história deste país, se mostraram dispostas a lutar por um ideal, por um bairro e uma cidade melhores através da união de forças, não pode ser esquecida ou relegada a poucas páginas perdidas em estudos sobre a história do município. A cidade se faz de seus moradores; são eles que dão *cor-local* ao lugar, e que nos fazem sentir em casa e reconhecer-nos não como seres individualizados, mas como cidadãos que compartilham os mesmos problemas e desafios e que podem, portanto, compartilhar soluções.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

Livros:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela. **Classe operária em Juiz de Fora**: uma história de lutas (1912-1924). Juiz de Fora: Editora UFJF, 1987.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama KURY. 3ª ed. Brasília: UNB, 1997.

AVRITZER, Leonardo. (Coord). **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1994.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**, RJ, Graal, 1987.

BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

BOTELHO JUNIOR, Cid de Oliva; LOBO, João Roberto Marques. (Orgs). **Empreendedores de Juiz de Fora**. 1ª Ed. Juiz de Fora: 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. (Lisboa, Difel, 1989)

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo, Edusp, 1989

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001.

D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DIAS, Everardo. **História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1977.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre, Globo, 1958;

FERREIRA, Jorge. (org). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**. *O imaginário popular*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.3).

FONTES, Paulo. **Trabalhadores e Cidadãos**. Nitro-química: A fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Anna Blume, 1997.

FORTES, Alexandre et. al. **Na luta por direitos**. Estudos Recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Unicamp, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GIROLETTI, Domingos A. **O processo de industrialização em Juiz de Fora (1850-1930)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JUIZ DE FORA – PREFEITURA MUNICIPAL. **Puxando pela memória**: Uma história dos movimentos comunitários de Juiz de Fora contada por algumas de suas lideranças. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Assessoria de Articulação Institucional. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal, 2003

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a Origem do Trabalho Livre no Brasil . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LAMOUNIER, Bolívar. (Org.) **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Sumaré/IDESP,

LOCKE, John. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. Segundo Tratado Sobre o Governo. São Paulo, Nova Cultural, 1991.

MAIA, Andréa Casa Nova. **Encontros e Despedidas**. Trabalho e Resistência Ferroviária em Minas Gerais. História, São Paulo, 2002.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos**. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura.

MATTOSO, Jorge. **Desordem do Trabalho**. São Paulo, Scritta, 1995.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil**. Clientelismo e Insulamento Burocrático. 3ª ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. Ed. Brasília, DF. ENAP. 2003.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2ª ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. 321 p. JF/OLih/1966

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

RAMALHO, José; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro**. A trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2001

REIS, Fábio Wanderley. Consolidação democrática e construção do estado. In: O'DONNEL, Guillermo. **A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo, Ed. Vértice, 1988.

_____, Fábio Wanderley. O Eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria H. Tavares. **Sociedade e política no Brasil Pós-64**. Ed. Brasiliense, 1983.

RICARDO. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Princípios de Economia Política. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**. 3ª Ed. São Paulo: Abril Cultural 1983. Livro II. Capítulo VI. Da Lei;

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Sessenta e Quatro: anatomia da crise**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**, RJ, Campus, 1979.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Razões da Desordem**. RJ, Rocco, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon . **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**. Mentis insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Ed. Scipione, 1993.

SHARE, Donald e MAINWARING, Scott. **Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha**. In: Dados, Rio de Janeiro, IUPERJ, Vol. 29, número 2, 1986

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOMARRIBA, Maria das Mercês G. (et. Alii). **Lutas urbanas em Belo Horizonte**. Petrópolis, Vozes, 1984

SORJ, Bernardo. e ALMEIDA, Maria Hermínia. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. S. Paulo: Brasiliense, 1983.

VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987

VIANNA, Luís. Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WOLFF, Francis. **Aristóteles e a política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999

Artigos e Capítulos

AFONSO, Mariza e SOMARRIBA, Maria das Mercês G. Movimentos urbanos e Estado: novas tendências. In: POMPERMAYER, Malori (Org). **Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987, p. 85-110.

AVRITZER, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo**. Lua Nova – Revista de Cultura Política, 39, 1997: 149-174.

_____, Leonardo. **Para ampliar o cânone democrático**. Disponível em: http://www.eurozine.com/articles/article_2003-11-03-santos-pt.html. Acesso em 17 de setembro de 2009.

ARRETCHE, Marta. **Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional**. In Espaço & Debates, São Paulo, v. X, n. 31, pp 21-36, 1990.

CAMARA, Municipal de Juiz de Fora. **Juiz de Fora - Aspectos Econômicos**. Disponível em: <http://isal.camarajf.mg.gov.br/index.php?page=jf/aspectoseconom>. Acesso em 25 de outubro de 2009.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria H. Tavares. **Sociedade e política no Brasil Pós-64**. Ed. Brasiliense, 1983.

EVERS, Tilman. Os movimentos sociais urbanos: o caso do Movimento do Custo de Vida. In: CEDEC. **Alternativas Populares da Democracia: Brasil, anos 80**. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 82

FARIA, Vilmar. Mudanças na Composição do Emprego e na Estrutura das Ocupações. In: BACHA, Edmar Lisboa.Org. **A Transição Incompleta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. P. 75-108.

FERREIRA, Marcelo Costa. **Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988-1996.** Revisitando o problema da participação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Out 1999, vol.14, no.41, p.90-102.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes . **Os Novos Movimentos Sociais Urbanos: que personagens são estes?** *Revista Estudos*, Maceió, v. 05, p. 47-58, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *In: FERREIRA, Jorge. (org). O populismo e sua história.* Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Pp. 31-58.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos Brasileiros.** São Paulo: Edições Loyola, 1995, Pp. 26-60.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. Notas sobre as comunidades eclesiais de base e a organização política. *In: CEDEC, Alternativas populares da democracia: Brasil anos 80.* Petrópolis: Vozes 1982, Pp. 41-74.

LOWY, Michel. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. *In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. Revolução e Democracia (1964-...).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.3)

PAULA, Ricardo Zimbrão Afonso de. **Estrutura e dinâmica da indústria de Juiz de Fora no contexto da industrialização brasileira - 1930/1945.** *Revista Heera (ufjf. online)*, v. 1, p. 01/5-27, 2008. Disponível em: www.portalfea.ufjf.br/heera/artigo/04artigo_5.pdf. Acesso em 25 de janeiro de 2010.

POMPERMAYER, Malori J. **Movimentos Sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas.** Editora UFMG, Belo Horizonte, 1987. P. 9-24.

REMOND, René. **Porque a história política?** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 7-19.

SINGER, Paul. Movimentos de bairro. *In: SINGER, Paul e BRANT, Vinícius C. (org.). São Paulo: o povo em movimento.* 4 ed., Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980, P 83-107.

SOUZA, Celina. **Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988: Processo Decisório, Conflitos e Alianças.** Rio de Janeiro: Dados – *Revista de Ciências Sociais*, vol. 44, nº3, 2001, pp. 513 a 560.

Dissertações e teses:

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas, 1912-1924.** 1984. Dissertação (Mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1984. 314 p. JF/ANDc/1984

LOBO, Valéria Marques. **Os Elos e os Nós: movimento sindical, (des)mercantilização e os excluídos do mercado formal de trabalho no Brasil.** 2005. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2005

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Diferentes atores em papéis diversos: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora. (1983-1988).** 1990. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 1990.

Verbetes:

_____, Norberto, Matteucci, Nicola e Pasquino, Gianfranco: **Dicionário de Política.** 8ª Edição/Brasília, DF, Universidade de Brasília, 1995.

Legislação consultada:

BRASIL, Decretos, Leis, etc. **Ato Institucional nº 5, dez. 1968.** são mantidas a constituição de 24 de janeiro de 1967 e as constituições estaduais, com as modificações constantes deste ato. o presidente da republica poderá decretar o recesso do congresso nacional, das assembleias legislativas e das câmaras de vereadores, por ato complementar em estado de sitio ou fora dele, só voltando o mesmo a funcionar quando convocados pelo presidente da republica. o presidente da republica, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na constituição poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitalidade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo. o presidente da republica, em qualquer dos casos previstos na constituição, poderá decretar o estado de sitio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo, poderá após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido ilicitamente, no exercício do cargo ou função. fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. (ementa elaborada a partir do texto do ato). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2010.

BRASIL. Decretos, Leis, etc. **Decreto-Lei nº898, set. 1969.** Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e da outras providencias. (ait 14/1969). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0898.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2010.

BRASIL, Decretos, Leis, etc. **Lei Ordinária nº 6.620, dez. 1978.** Define os crimes contra a segurança nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento e da outras providencias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6620.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2010.

JUIZ DE FORA, Decretos, Leis, etc. **Lei nº6413, 09 nov.1983.** Cria o Conselho Comunitário Municipal.

Jornais pesquisados:

Diário da Tarde, Juiz de Fora – 1974 – 1983

Diário Mercantil, Juiz de Fora – 1974 – 1983

Tribuna de Minas, Juiz de Fora – 1981 – 1988

Jornal Unibairros, Juiz de Fora – 1980 – 1988

LISTA DE ABREVIATURAS

AAI	Assessoria de Articulação Institucional
AMAC	Associação Municipal de Apoio Comunitário
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNH	Banco Nacional da Habitação
CDDH	Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CONCLAT	Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras
CONTRABES	Conselho Municipal de Trabalho e Bem Estar Social
CPM-BIRD	Projeto Cidades de Porte Médio – Banco Internacional de Reconstrução e desenvolvimento
CURA	Projeto Comunidades Urbanas de Recuperação Aceleradas
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEMLURB	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
FEDERAÇÃO	Federação dos Bairros de Juiz de Fora
FUNALFA	Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage
GAU	Grupo de Apoio ao Unibairros
GCSB	Grupo Comunitário São Bernardo
GJAAM	Grupo de Jovens Amigos do Amor Maior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPLAN	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
JOUSC	Jovens Unidos de Santa Cândida
JUC	Juventude Universitária Católica
MCV	Movimento do Custo de Vida
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNDDH	Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
PDS	Partido Democrático Social
PEA	População Economicamente Ativa
PJF	Prefeitura de Juiz de Fora
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRODECOM	Programa de Desenvolvimento da Comunidade
PT	Partido dos Trabalhadores
SPMs	Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros
UNIÃO	União dos Bairros e Distritos de Juiz de Fora
UNIJUF	União Juizforana de Sociedades Pró-Melhoramento dos Bairros e Distritos

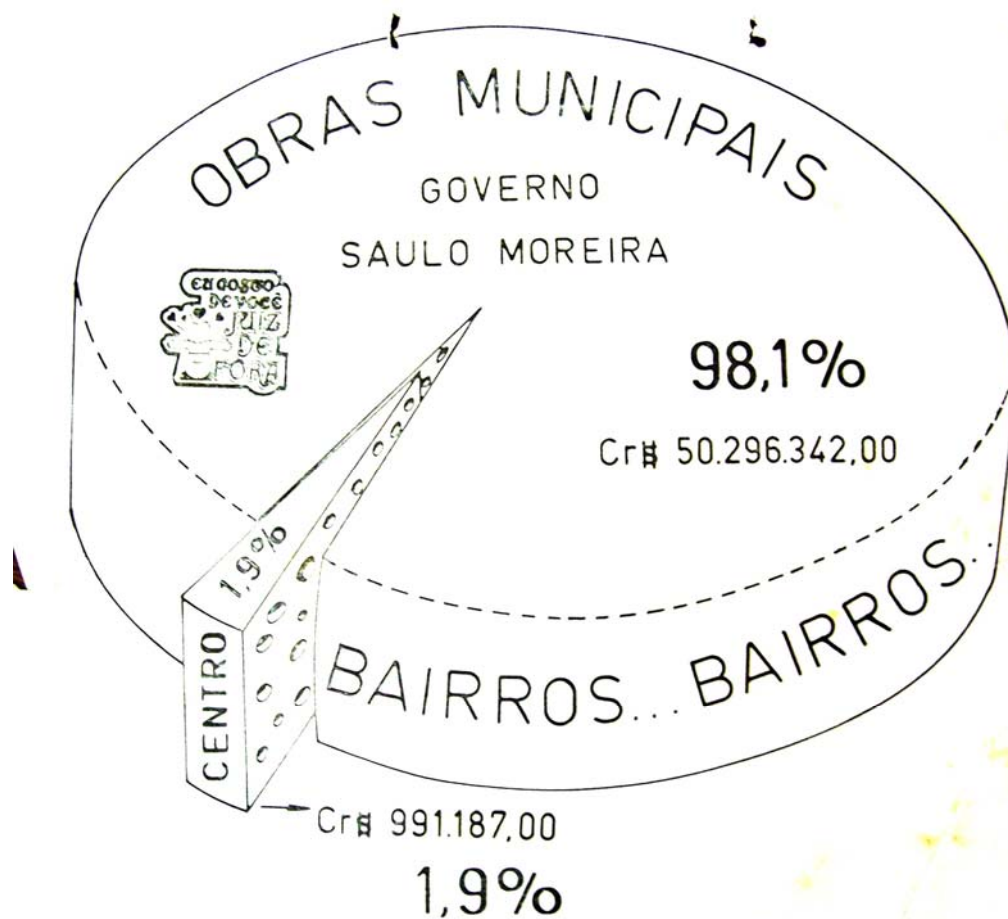
ANEXOS*

1. Panfleto campanha “Juiz de Fora eu gosto de você”, governo Saulo Moreira – Arquivo Grupo Comunitário São Bernardo. (1 página)
2. Fotos reforma Av. Rio Branco. Minas em Revista. Órgão dos municípios mineiros. Ano III, n.º28, maio de 1982, p. 4. – Biblioteca Municipal Murilo Mendes – Setor de Memória (1 página)
3. Revista Todos Juntos. Democracia: participação e Justiça Social. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Administração 83/88. Novembro de 1984. Biblioteca Municipal de Juiz de Fora – Setor de Memória. (1 página)
4. Lei nº6413, 09 nov.1983. Cria o Conselho Comunitário Municipal. (2 páginas)
5. Regimento Interno do Conselho Comunitário Municipal (6 páginas)
6. Banda da Sociedade Euterpe Monte Castelo em frente a Igreja de N. Sra. do Perpétuo Socorro, após uma de suas apresentações na década de 70 – Sociedade Pró-Melhoramentos do Bairro Monte Castelo. (1 página)
7. Convite à comunidade com texto sobre a simbologia do relógio utilizada pelo Grupo Comunitário São Bernardo – Arquivo Grupo Comunitário São Bernardo (1 página)
8. Estatuto Grupo Comunitário São Bernardo – Arquivo Grupo Comunitário São Bernardo. (5 páginas)
9. Plante uma horta nos fundos de sua casa – Panfleto distribuído pelo Grupo Comunitário São Bernardo – Arquivo Grupo Comunitário São Bernardo. (1 página)
10. Estatuto Unibairros – Arquivo Unibairros. (8 páginas)
11. Fotos – a e b) Passeata dos moradores do bairro Nossa Senhora das Graças. 28 jul. 1982; b) Passeata contra o fechamento da escola de São Pedro realizada em 31 mai. 1984. Ambas na realizadas na Rua Halfeld, em frente à então sede da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – Arquivo Unibairros (3 páginas)
12. Jornal Unibairros nº01, dezembro de 1980 – Arquivo Unibairros (1 página)
13. Suplemento Hora Extra nº01 – Arquivo Unibairros
14. Conjunto de panfletos Festa dos bairros – Arquivo Unibairros (4 páginas)
15. Segunda apresentação Boi Povo – I Culturarte – Praça Jarbas de Lery Santos – Bairro São Mateus – 21 abr.1985 – Arquivo Unibairros (1 página)

* Lista de anexos organizada a partir da numeração utilizada no decorrer da dissertação.

16. Despejo Vila da Prata, bairro Teixeiras. 22 dez. 1981 – Arquivo Unibairros
17. Revista Todos Juntos. Democracia: participação e Justiça Social. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Supermutirão. Administração 83/88. Novembro de 1984. Biblioteca Municipal de Juiz de Fora – Setor de Memória. (1 página)
18. Comício das Diretas. Praça da Estação, Juiz de Fora. 29 fev. 1984. “Mauro, Edna e Ge na Praça da Estação” – Arquivo Unibairros. (1 página)
19. Fotos Constituinte em Brasília – Entrega das Emendas Populares. Ago. 1987. – Arquivo Unibairros (2 páginas)
20. Placar da Constituinte – Parque Halfeld – I Leilão de Galinhas – 14 abr. 1988. – Arquivo Unibairros (1 página)

ANEXO N.º 01: Panfleto campanha “Juiz de Fora eu gosto de você”, governo Saulo Moreira – Arquivo Grupo Comunitário São Bernardo.



ANEXO N.º 02: Fotos reforma Av. Rio Branco. Minas em Revista. Órgão dos municípios mineiros. Ano III, n.º28, maio de 1982, p. 4. – Biblioteca Municipal Murilo Mendes – Setor de Memória

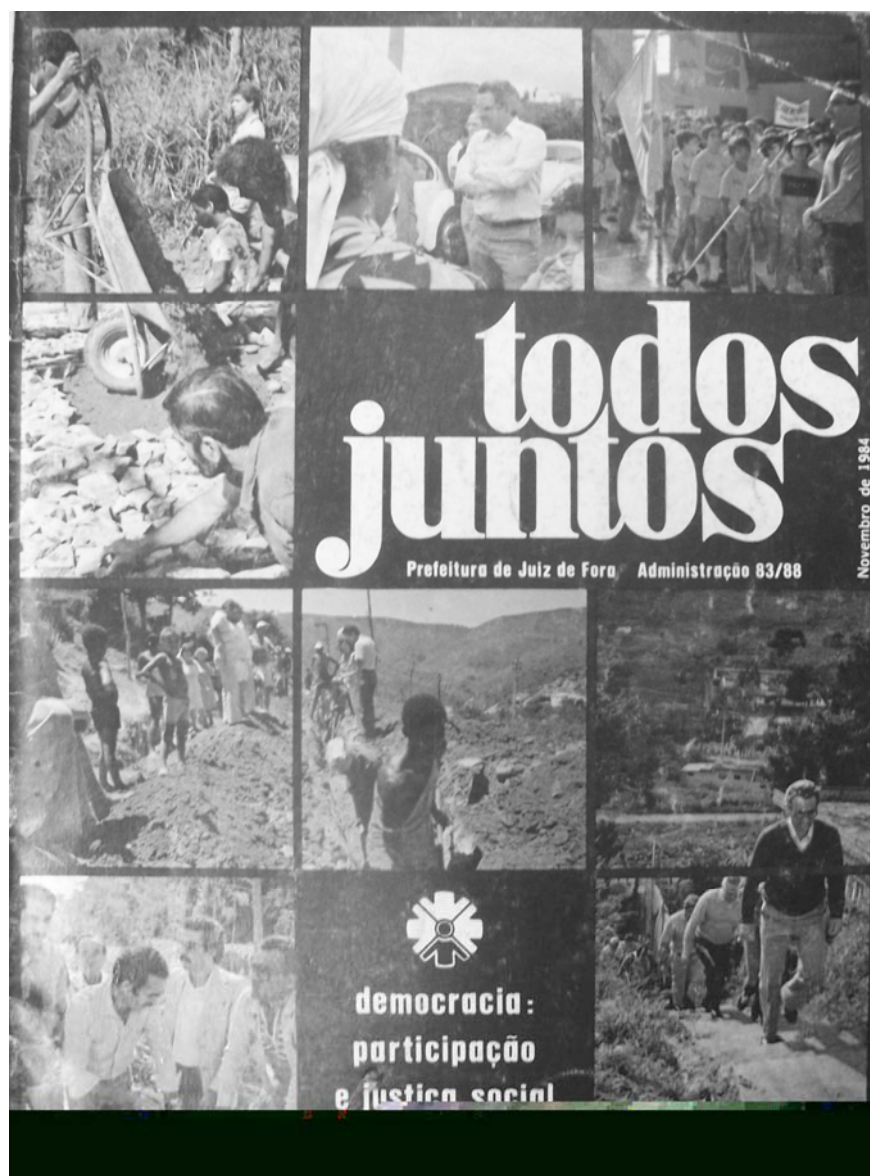
a)



b)



ANEXO N.º 03: Revista Todos Juntos. Democracia: participação e Justiça Social. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Administração 83/88. Novembro de 1984. Biblioteca Municipal de Juiz de Fora – Setor de Memória



ANEXO N.º 04: Lei nº6413, 09 nov.1983. Cria o Conselho Comunitário Municipal.

LEI Nº6413 – de 09 de novembro de 1983

Cria o Conselho Comunitário Municipal

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – É criado, como Órgão Consultivo do Governo do Município, o Conselho Comunitário Municipal, destinado a fortalecer a participação dos setores organizados da sociedade no processo de tomada de decisões de competência do Governo Municipal.

Art. 2º – São atribuições do Conselho Comunitário Municipal:

- I – Opinar sobre diretrizes do governo;
- II – Manifestar-se sobre programas e projetos da Prefeitura de Juiz de Fora;
- III – Indicar à Administração obras e serviços que considere prioritários.

Art. 3º – São membros do Conselho Comunitário Municipal:

- I – O Prefeito, seu Presidente;
- II – O Presidente da Câmara, seu Vice-Presidente;
- III – O Secretário de Governo, seu Secretário;
- IV – O representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:
 - a) Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros;
 - b) Sindicatos;
 - c) Associações Profissionais e de Classe;
 - d) Universidade Federal de Juiz de Fora;
 - e) Diretório Central dos Estudantes;
 - f) Centro de Defesa dos Direitos Humanos;
 - g) Clubes de Serviço;
 - h) Conselhos dos órgãos da Administração indireta da Prefeitura e da fundações instituídas pelo Município;
 - i) Centro Regional de Saúde;
 - j) Delegacia Regional de Ensino;
 - k) Superintendência Regional da Fazenda
 - l) Delegacia Regional de Segurança Pública.

§1 – É facultado aos detentores de mandato eletivo, com domicílio eleitoral no Município de Juiz de fora, participar do Conselho no que trata esta lei, como seus membros e em igualdade de condições com os demais.

§2 – Mediante requerimento dirigido à Secretaria e aprovado pela maioria absoluta dos membros do Conselho poderão outros órgãos e entidades fazerem-se nele representar.

§3 – Será de 2 (dois) anos o mandato dos membros do Conselho, podendo haver recondução ou substituição, a critério dos órgãos e entidades representados.

§4 – Anualmente, a Executiva do Conselho enviará à Câmara Municipal, um relatório de suas atividades.

Art. 4º – O Conselho Comunitário Municipal reunir-se-á, ordinariamente, nos meses de março, agosto e novembro de cada ano e, extraordinariamente, sempre que convocado, na forma que se dispuser em regulamento.

Parágrafo Único – Em sua 1ª (primeira) reunião ordinária o Conselho votará o Regimento Interno que irá disciplinar o seu funcionamento.

Art. 5 ° – O Secretário de Governo poderá requisitar servidores das Secretarias e unidades equivalentes da Prefeitura para a execução dos serviços da Secretaria do Conselho.

Art. 6 ° – Serão gratuitos e considerados de natureza relevante os serviços prestados ao Município pelos membros do Conselho.

Art. 7 ° – O Prefeito Municipal regulamentará por decreto as disposições desta lei.

Art. 8 ° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura de Juiz de Fora, 09 de novembro de 1983.

Tarcísio Delgado
Prefeito Municipal

ANEXO N.º 05: Regimento Interno do Conselho Comunitário Municipal – Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO COMUNITÁRIO MUNICIPAL

CAPÍTULO 1

DA FINALIDADE E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 1º - O Conselho Comunitário Municipal, órgão de caráter consultivo do Governo do Município, criado pela Lei n.º 6413 de 09 de novembro de 1983, regido pelo prescrito Regulamento aprovado pelo Decreto 2962, de 24.11.83, obedecerá o disposto no presente Regimento Interno.

Art. 2º - O Conselho destina-se a fortalecer e institucionalizar a participação de setores organizados da sociedade no processo de tomadas das decisões de competência do Governo Municipal de Juiz de Fora.

Art. 3º - São atribuições do Conselho Comunitário Municipal:

- I – Opinar sobre diretrizes de governo;
- II – Manifestar-se sobre programas e projetos da Prefeitura de Juiz de Fora;
- III – Indicar à Administração as obras e os serviços que considere prioritários.

CAPÍTULO 2

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 4º - São membros do Conselho Comunitário Municipal:

- I – O prefeito, o Presidente da Câmara Municipal e o Secretário de Governo, seus membros natos;
- II – O representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:
 - a) Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros;
 - b) Sindicatos;
 - c) Associações Profissionais e de Classe;
 - d) Universidade Federal de Juiz de Fora;
 - e) Diretório Central dos Estudantes;
 - f) Centro de Defesa dos Direitos Humanos;
 - g) Clubes de Serviço;
 - h) Conselhos deliberativos dos órgãos da administração indireta da Prefeitura e das fundações instituídas pelo município;
 - i) Centro Regional de Saúde;
 - j) Delegacia Regional de Ensino;
 - k) Superintendência Regional da Fazenda;
 - l) Delegacia Regional de Segurança Pública.

§1º - É facultado aos detentores de mandato eletivo com domicílio eleitoral no município de Juiz de Fora, participar do Conselho de que trata este Regimento, como seus membros e em igualdade de condições com os demais.

§2º - Mediante requerimento dirigido à Secretaria e aprovado pela maioria absoluta dos membros do Conselho poderão outros órgãos e entidades fazerem-se nele representar.

§3º - Será de 02 (dois) anos o mandato dos membros do Conselho, podendo haver recondução e substituição, a qualquer tempo e a critério dos órgãos e entidades representados.

§4º - Quando qualquer Conselheiro for substituído antes dos 02 anos previstos, esta substituição deverá ser comunicada à Secretaria do Conselho, mas sem necessidade de justificativa.

§5º - Os Conselheiros deverão ser indicados à Secretaria do Conselho através de ofício assinado pelo Presidente, Diretor ou equivalente da entidade ou organização representada.

§6º - A cada um dos membros efetivos do Conselho, representantes dos órgãos e entidades mencionados nas letras a e m do inciso II do Art. 4º deste Regimento, corresponderá um suplente a ser indicado na mesma oportunidade e nas mesmas condições à Secretaria do Conselho

§7º - Serão gratuitos e considerados de natureza relevante os serviços prestados ao Município pelos membros do Conselho.

§8º - Desde que autorizada pelo Plenário, qualquer pessoa poderá participar com direito apenas a voz nas reuniões do Conselho Comunitário Municipal.

CAPÍTULO III

Art. 5º - São órgãos do Conselho:

- I – a Presidência, exercida pelo Prefeito Municipal;
- II – a Vice-Presidência, exercida pelo Presidente da Câmara Municipal;
- III – a Secretaria, exercida pelo Secretário de Governo.

Art. 6º - Compete ao Presidente:

- I – representar o Conselho;
- II – convocar o Conselho ordinária e extraordinariamente, na forma do disposto neste Regimento;
- III – abrir, presidir e encerrar as reuniões do Conselho;
- IV – dirigir as reuniões do Conselho, zelando pela observância das finalidades que inspiraram sua criação;
- V – suspender a reunião, quando for necessário e com aprovação do plenário;
- VI – determinar a leitura da ata e assina-la, depois de aprovada;
- VII – conceder a palavra aos Conselheiros, não permitindo discursos paralelos e eventuais incidentes que venham perturbar a reunião;
- VIII – estabelecer o objetivo da discussão e o ponto sobre o qual deva recair a votação, dividindo as questões que forem complexas;
- IX – submeter a discussão e votação a matéria em pauta;
- X – proclamar o resultado das votações;
- XI – decidir as questões de ordem;
- XII – autenticar os termos de abertura e encerramento dos livros de atas do Conselho Comunitário Municipal.

§1º - O Presidente do Conselho Comunitário Municipal só vota no caso de empate, quando o seu voto é de qualidade.

§2º - O voto de desempate do Presidente deve ser dado na própria reunião.

§3º - O Presidente do Conselho será submetido, nos seus impedimentos, pelo Vice-Presidente.

Art. 7º - Compete ao Secretário

- I – superintender todo o serviço da Secretaria do Conselho;
- II – solicitar, por ordem do Presidente, aos órgãos e entidades a serem representados no Conselho, a indicação dos membros efetivo e suplente;
- III – expedir as convocações para as reuniões do Conselho;
- IV – organizar e manter o arquivo do Conselho e o cadastro dos órgãos e entidades nele representados;
- V – secretariar as reuniões do Conselho;
- VI – elaborar relatório das atividades do Conselho anualmente ou sempre que solicitado pela Presidência;
- VII – organizar a pauta as reuniões;

VIII – requisitar, ouvidos os Secretários ou autoridades de igual nível hierárquico, servidores da Prefeitura para prestarem serviços ao Conselho;

IX – proceder à leitura das atas e da correspondência do Conselho Comunitário Municipal;

X – organizar listas de presença.

Art. 8º - O material de expediente e os equipamentos necessários aos serviços do Conselho serão fornecidos pela Secretaria do Governo da Prefeitura.

CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES E SESSÕES

Art. 9º - O Conselho reunir-se-á:

I – ordinariamente, nos meses de março, agosto e novembro de cada ano;

II – extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por decisão da maioria absoluta dos seus membros, desde que existam matérias de interesse da comunidade sobre as quais deva manifestar-se.

Art. 10º - As reuniões são o conjunto de sessões diárias, tantas quantas forem necessárias, com a duração máxima de 04 (quatro) horas cada uma.

Art. 11º - Os Secretários Municipais ou autoridades de igual nível hierárquico, assim como os servidores da Prefeitura exercentes de cargos de chefias ou de funções de assessoramento, são obrigados a comparecer às sessões do Conselho para prestar esclarecimentos e fornecer informações, quando convocados:

I – pelo Presidente;

II – pela maioria dos membros presentes à sessão.

Art. 12º - O Conselho reunir-se-á com qualquer número de seus membros, bastando os votos da maioria simples presentes para a aprovação das propostas.

Art. 13º - As propostas dos órgãos e entidades representados no Conselho, para constarem da pauta das reuniões, deverão ser entregues à Secretaria até 07 (sete) dias antes da data da primeira sessão da reunião respectiva.

Parágrafo Único – A Secretaria do Conselho designará a data da primeira sessão de cada reunião de modo a permitir a apresentação das propostas de que trata este artigo.

Art. 14 – Recebidas as propostas, a Secretaria organizará a pauta da reunião, divulgando-a com antecedência entre os membros do Conselho e colocando à sua disposição os documentos e as informações julgados necessários.

Art. 15 – As matérias a serem submetidas ao Conselho pelo Executivo Municipal constarão da pauta independentemente do cumprimento do prazo a que se refere o art. 13, mas atendendo à regra constante da segunda parte do art. 14, deste Regimento.

Art. 16º – Cada membro do Conselho disporá de, no máximo, 10 (dez) minutos, por assunto, para manifestar-se a respeito da matéria em debate.

Art. 17º - Para cada assunto em pauta haverá sempre um relator, membro do Conselho e designado pelo Presidente.

Art. 18º – O relator terá o direito de dispor de mais 10 (dez) minutos após o encerramento da discussão.

Art. 19º - O Conselheiro que desejar fazer uso da palavra deve se inscrever perante a Mesa Diretora da reunião, ou levantando a mão, ou levantando a mão e desejando fazer uso da palavra deve se inscrever perante a Mesa Diretora da reunião ou se dirigindo a funcionários especialmente designados para colher a inscrição dos presentes.

Art. 20º - O Conselheiro, dentro do seu prazo regimental, pode conceder apartes.

Art. 21º - Os Conselheiros poderão apresentar moções, requerimentos, propostas de votação, discutir e votar as matérias em discussão.

Art. 22º - Cada Conselheiro pode solicitar ao plenário que aprove pedidos de informação ao Executivo Municipal sobre matéria em discussão no Conselho Comunitário Municipal.

Art. 23º - As reuniões do Conselho serão coordenadas por uma Mesa Diretora, composta pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelo Secretário do Conselho Comunitário Municipal, que se substituem nesta ordem.

Parágrafo Único – A competência da Mesa Diretora será a soma das competências específicas do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário.

Art. 24º - No decorrer das reuniões do Conselho Comunitário Municipal, poderão ser escolhidas pelo plenário comissões temporárias, destinadas ao estudo mais acurado dos temas em discussão e encarregadas de apresentar sugestões ao Conselho Comunitário Municipal.

Parágrafo Único – Uma vez constituídas, as comissões deverão escolher um coordenador, que funcionará também como relator perante o Conselho Comunitário Municipal.

CAPÍTULO V DAS QUESTÕES E ORDEM

Art. 25º – A dúvida sobre a interpretação do Regimento Interno, na sua prática, constitui questão de ordem que poderá ser suscitada em qualquer fase da reunião.

Art. 26º - As questões de ordem serão formuladas, no prazo de 02 (dois) minutos, com clareza e com a indicação das disposições que se pretende elucidar.

Art. 27º - Todas as questões de ordem suscitadas durante a reunião serão resolvidas, em definitivo, pelo Presidente do Conselho Comunitário Municipal.

Parágrafo Único – As decisões sobre questões de ordem serão consideradas como simples e só adquirirão força obrigatória quando incorporados ao Regimento Interno.

CAPÍTULO VI DA VOTAÇÃO

Art. 28º - A votação revelará a deliberação do Conselho Comunitário Municipal e será iniciada após o encerramento da discussão, pelo Presidente, e após a apresentação das propostas, feitas também pelo Presidente do Conselho.

Art. 29º - A votação não poderá ser interrompida por nova discussão ou por questão de ordem.

Parágrafo Único – Quando for o caso, qualquer Conselheiro pode pedir uma questão de ordem após a votação.

Art. 30º - Três são os processos de votação:

1 – simbólico;

2 – nominal;

3 – secreto.

Art. 31º - Na votação simbólica, o Presidente solicitará aos Conselheiros que estiverem favoráveis à matéria que permaneçam sentados.

Parágrafo Único – Inexistindo requerimento de verificação, resultado proclamado tornar-se-á definitivo.

Art. 32º - A votação será nominal quando requerida por Conselheiro e aprovada pela maioria dos presentes.

Parágrafo Único – Na votação nominal, o Secretário fará a chamada dos Conselheiros, cabendo-lhe a anotação dos nomes daqueles que votarem SIM e dos que votarem NÃO, quanto à matéria em exame.

Art. 33º - A votação será secreta quando requerida pelo Conselheiro e aprovada pela maioria dos presentes.

Parágrafo Único – Na votação por escrutínio secreto observar-se-ão as seguintes normas e formalidades:

- I – cédulas distribuídas pela Secretaria;
- II – designação de 02 Conselheiros como fiscais e escrutinadores;
- III – chamada do Conselheiro para votação;
- IV – abertura da urna e retirada dos votos pelo Presidente e verificação do número de votos e de votantes, pelo Secretário;
- V – apuração dos votos, através da leitura em voz alta e anotações pelos escrutinadores;
- VI – proclamação, pelo Presidente, do resultado da votação.

Art. 34º - Qualquer que seja o método de votação, compete ao Secretário apurar o resultado e ao Presidente anuncia-lo.

Art. 35 – Quaisquer dúvidas sobre o resultado da votação nominal e da votação secreta serão resolvidos pelo Presidente do Conselho.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36º - Anualmente, a Executiva do Conselho enviará à Câmara Municipal um relatório de suas atividades.

Art. 37 – A alteração deste Regimento supõe a aprovação da maioria absoluta dos membros do Conselho.

ALTERAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO COMUNITARIO MUNICIPAL

Considerando as alterações introduzidas no Conselho Comunitário Municipal e seu Regulamento pela Lei nº6520, de 08 de maio de 1984 e Decreto nº3056, de 21 de maio de 1984, respectivamente, considerando ainda o disposto no Decreto Municipal nº2962, de 24 de novembro de 1983, art. 17, o Regimento Interno do Conselho Comunitário Municipal passa a vigorar com as seguintes alterações:

01 – art. 9º - O Conselho reunir-se á:

- I – ordinariamente, nos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro de cada ano;
- II – extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por decisão de 1/3 (um terço) de seus membros, desde que existam matéria de interesse da comunidade sobre as quais deva manifestar-se.

02 – “art. 12 – O Conselho reunir-se-á com qualquer número de seus membros, bastando os votos de ¼ (um quarto) de seus membros para aprovação das propostas.”

03 – “art. 13 – As propostas dos Órgãos e Entidades representados no Conselho, para constarem da pauta das reuniões, deverão ser entregues à Secretaria até 15 (quinze) dias antes da data da primeira sessão respectiva.”

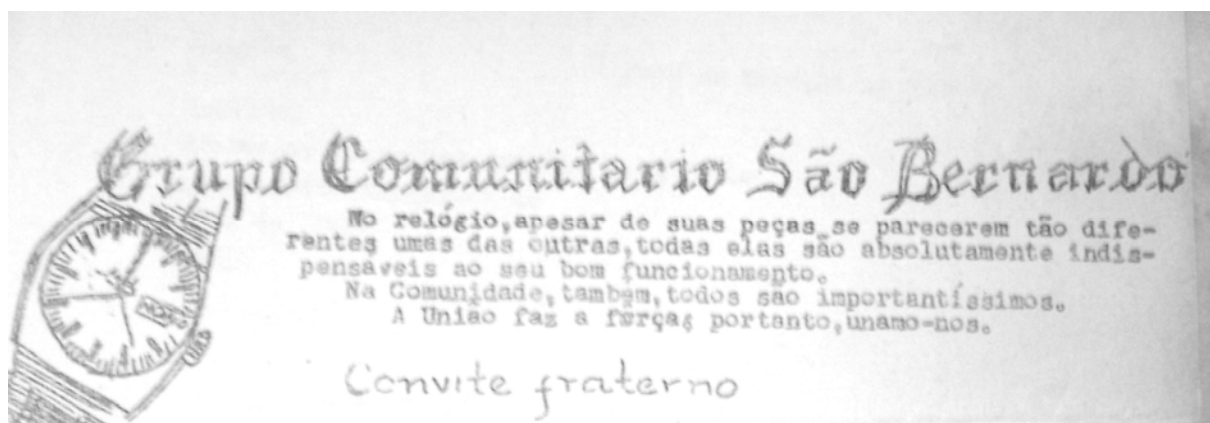
04 – “art. 14 – Recebidas as propostas, a Secretaria organizará a pauta da reunião, divulgando-a com antecedência de 07 (sete) dias, entre os membros do Conselho, e colocando à sua disposição os documentos e informações julgados necessários.”

Juiz de Fora, 31 de maio de 1984

ANEXO N.º 06: Banda da Sociedade Euterpe Monte Castelo em frente a Igreja de N. Sra. do Perpétuo Socorro, após uma de suas apresentações na década de 70 - Sociedade Pró-Melhoramentos do Bairro Monte Castelo.



ANEXO N.º 07: Convite à comunidade com texto sobre a simbologia relógio utilizada pelo Grupo Comunitário São Bernardo – Arquivo Grupo Comunitário São Bernardo



ANEXO N.º 08: Estatuto Grupo Comunitário São Bernardo – Arquivo Grupo Comunitário São Bernardo.

ESTATUTO DO GRUPO COMUNITÁRIO SÃO BERNARDO

TÍTULO I

Da denominação, da fundação, da sede, da duração e dos fins.

Art. 1º - O Grupo Comunitário São Bernardo, que usará também a sigla G.C.S.B., fundado em 16 de junho de 1970, com sede e foro na cidade de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, e uma sociedade civil de caráter privado e duração ilimitada.

Art. 2º - O Grupo Comunitário São Bernardo tem por finalidade promover a educação através da conscientização dos habitantes que lhe empresta o nome e das Vilas São Sebastião, Marianinha, Belei e adjacentes, exercendo atividades sociais, recreativas, culturais e beneficentes.

TÍTULO II

Capítulo I

Dos sócios, suas categorias, admissão e exclusão.

Art. 3º - Serão admitidos como sócios as pessoas de ambos os sexos, de bons costumes e ocupações honestas, residentes no Bairro em que o Grupo tem sua jurisdição ou a estes vinculados por relações de emprego, propriedade ou tradicional amizade.

Parágrafo único – A admissão far-se-á mediante proposta de um sócio em pleno gozo de seus direitos, a qual será apreciada pela Diretoria, à visa de parecer da Comissão de Sindicância criada para este fim.

Art. 4º - São as seguintes as categorias de sócios:

I – Fundadores: os que participaram efetivamente do Grupo até a aprovação deste estatuto;

II – Contribuintes: os que admitidos regularmente, pagam a contribuição trimestral de Cr\$1,00 (um cruzeiro);

III – Remidos: os que assim forem considerados pela Assessoria Executiva, por proposta de sócio quite, ficando isentos de contribuição.

Art. 5º - Serão excluídos do Grupo, por deliberação da Assembleia Geral, os sócios que cometerem grave infração dos deveres estipulados no presente Estatuto.

Capítulo II

Art. 6º - Serão direitos dos sócios:

I – Votar e ser votado quanto no gozo de seus direitos sociais;

II – Reclamar, perante a Diretoria, Assessoria Executiva ou Assembleia Geral, contra a infração do presente Estatuto.

III – Tomar parte ativa nas Assembleias Gerais;

- IV – Propor a admissão de sócios contribuintes e requerer a convocação de Assembleia Geral, na forma estipulada neste estatuto;
- V – Recorrer para a Assembleia Geral dos atos da Diretoria.

Art. 7º - São deveres dos sócios:

- I – Pagar regularmente suas contribuições;
- II – Aceitar e cumprir os encargos que lhes forem atribuídos pelo Grupo;
- III – Comparecer às Assembleias Gerais regularmente convocadas;
- IV – Discutir com serenidade, em termos respeitosos, os assuntos tratados nas Assembleias Gerais;
- V – Zelar pelo patrimônio moral e material do Grupo;
- VI – Promover o engrandecimento do Grupo e o conagraçamento dos associados;
- VII – Cumprir o presente Estatuto e aceitar os atos emanados da Diretoria.

TÍTULO III **Dos órgãos de deliberação**

Art. 8º - São órgãos de deliberação do Grupo, a Assessoria Executiva e a Assembleia Geral.

Capítulo I **Da Assembleia Geral**

Art. 9º - Constituem a Assembleia Geral todos os sócios regularmente admitidos e em pleno gozo de seus direitos

Art. 10º - Compete à Assembleia Geral:

- I – Tomar conhecimento do Relatório da Diretoria sobre as atividades administrativas, financeiras e a demais constantes no Art. 2º;
- II – Deliberar sobre as questões de interesse do Grupo que lhe forem propostas pela Diretoria ou por qualquer associado no gozo de seus direitos;
- III – Eleger a Diretoria;
- IV – Deliberar sobre a reforma do presente Estatuto, nos termos do Art. 38º.

Art. 11º - Cada associado tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, não sendo permitido voto por procuração.

Art. 12º - A Assembleia Geral é presidida e secretaria por sócios aclamados pelo plenário.

Art. 13º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, sendo a primeira no dia 16 de junho, data da fundação do Grupo e a segunda na primeira quarta-feira de dezembro, e extraordinariamente, quando convocada de acordo com o presente Estatuto.

§ 1º - A convocação da Assembleia Geral Extraordinária será feita com antecedência de pelo menos 15(quinze) dias, através dos meios de comunicação do bairro e com ampla divulgação da pauta.

§ 2º - As Assembleias Gerais só poderão tratar dos assuntos para os quais foram convocados.

Capítulo II **Da Assessoria Executiva**

Art. 14º - A Assessoria Executiva será exercida por todos os sócios fundadores, que se reúnem normalmente uma vez por semana, para discutir e deliberar sobre projetos e

realizações da entidade e por sócios contribuintes, conforme indicação e parecer da Assessoria Executiva.

TÍTULO IV **Do órgão de Direção**

Art. 15º - É órgão de direção da entidade a Diretoria eleita na forma deste Estatuto.

Capítulo X **Da Diretoria**

Art. 16º - O GCSB será dirigido por uma Diretoria composta de: um presidente, vice presidente, secretário e tesoureiro, todos eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida apenas uma reeleição total ou parcial.

Art. 17º - À Diretoria compete:

- I – Dirigir e administrar o Grupo de acordo com as normas estabelecidas neste Estatuto;
- II – Fazer cumprir as deliberações da Assessoria Executiva e das Assembleias Gerais;
- III – Participar ativamente das reuniões da Assessoria Executiva;
- IV – Preencher, até a reunião da Assembleia Geral Ordinária, os cargos que nela se vagarem;
- V – Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
- VI – Procurar aproximação e manter contato permanente com as autoridades públicas no sentido de obter benefícios ou melhoramentos para o bairro em que Grupo tem sua jurisdição.

Parágrafo único – A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou mediante representação escrita da maioria de seus membros.

Do presidente

Art. 18º - Ao presidente compete:

- I – Representar o Grupo ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente em suas relações com terceiros;
- II – Convocar as reuniões da Diretoria, nelas usando seu direito de voto somente para desempate;
- III – Conceder licenças a membros da Diretoria;
- IV – Autorizar dispensas “ad referendum” da Diretoria;
- V – Fazer o relatório anual de suas atividades administrativas, apresentando-o à Assembleia Geral;
- VI – Tomar contas no Tesoureiro no fim de cada trimestre;
- VII – Convocar Assembleias Gerais.

Do Vice-Presidente

Art. 19º - Ao Vice-Presidente compete:

- I – Substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
- II – Tomar parte nas reuniões da Diretoria.

Do Secretário

Art. 20º Ao Secretário compete:

- I – Organizar e dirigir os serviços da Secretaria de acordo com as normas traçadas pela Diretoria;
- II – Secretariar as reuniões da Diretoria, lavrando as respectivas atas;
- III – Manter em boa ordem o arquivo e prestar aos membros da Diretoria e Assessoria Executiva os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Do Tesoureiro

Art. 21º - Ao Tesoureiro compete:

- I – Arrecadar a receita e pagar as despesas devidamente autorizadas pelo Presidente;
- II – Apresentar à Diretoria, no fim de cada semestre, um balancete do movimento financeiro do período;
- III – Manter em dia e em boa ordem os livros a Tesouraria, de acordo com as normas estabelecidas pela escrituração mercantil;
- IV – Prestar ao Presidente ou a qualquer membro da Diretoria ou da Assessoria Executiva as informações que lhe forem solicitadas;
- V – Assinar recibos de contribuição e qualquer outros documentos de receita do Grupo;
- VI – Fiscalizar e relacionar os bens patrimoniais do Grupo;
- VII – Assinar cheques juntamente com o Presidente.

TÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Art. 22º - O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes eleitos pela Assembleia Geral juntamente com a Diretoria, com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida apenas uma reeleição total ou parcial.

Art. 23º - Ao Conselho Fiscal compete:

- I – Fiscalizar a arrecadação e aplicação da receita do Grupo;
- II – Examinar o relatório da Diretoria e emitir o seu parecer;
- III – Fiscalizar todos os trabalhos em que forem empregados recursos do Grupo.

TÍTULO VI

Das finanças e da contabilidade do Grupo

Art. 24º - A receita do Grupo será constituída pelas contribuições dos associados, mediante mensalidades fixas, doações, subvenções, etc.

Art. 25º - As mensalidades previstas no Art. 4º serão arrecadadas pela Tesouraria, sendo devidas independentemente de qualquer outra contribuição.

Art. 26º - Estarão sujeitos à penalidade prevista no Art. 5º os associados que deixarem de efetuar o pagamento de suas contribuições.

TÍTULO VII
Das disposições Gerais

Art. 27º - As votações para os órgãos de direção e fiscalização serão processadas por votação direta e secreta, em Assembleia Geral.

Art. 28º - Perderá o cargo o membro do órgão dirigente ou de fiscalização que faltar, sem motivo justificado, a três reuniões consecutivas ou a cinco intermediárias.

Art. 29º - O GCSB só poderá ser dissolvido por absoluta impossibilidade de atingir os objetivos para os quais foi criado.

§ 1º - Para resolver a dissolução do GCSB a Assembleia Geral deliberará por dois terços de votos do total de seus componentes quites com suas obrigações.

§ 2º - No caso de dissolução, o patrimônio do GCSB será revertido em favor de uma ou mais instituições de caridade, a critério da Assembleia Geral.

Art. 30º - A Diretoria poderá criar comissões técnicas que se tornarem necessárias ao desenvolvimento do bairro e das vilas que o compõe, com objetivos previstos no Art. 1º deste Estatuto.

Art. 31º - Nas Assembleias Gerais e nas reuniões da Diretoria e da Assembleia Executiva é vedada a discussão de assuntos de caráter político-partidário ou religioso.

Art. 32º - Os membros dos órgãos dirigentes e de fiscalização que se candidatarem a qualquer cargo eletivo deverão renunciar a seus cargos.

Art. 33º - As importâncias provenientes da arrecadação da receita do GCSB serão obrigatoriamente recolhidas a estabelecimentos bancários em nome do mesmo.

Art. 34º - Os membros dos órgãos dirigentes e de fiscalização e os associados em geral não respondem quer solidária, quer subsidiariamente pelas obrigações contraídas pelo Grupo.

Art. 35º - Dentro de 180 dias, após o registro do presente Estatuto, a Diretoria organizará e aprovará o Regimento Interno.

Art. 36º - Nenhum cargo eletivo do Grupo será remunerado.

Art. 37º - Não poderá ser remetida para fora do país nenhuma quantia em dinheiro pertencente ao Grupo.

Art. 38º - O presente Estatuto, que entrará em vigor na data de aprovação, só poderá ser reformado por deliberação de dois terços da Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim.

Art. 39º - O presente Estatuto, aprovado em Assembleia Geral extraordinária realizada em 07/04/1971, constitui a lei básica do GCSB e deverá ser registrado para os fins de Direito.

Registrado sob o nº 1254 no livro "A 2"

Juiz de Fora, 07 de maio de 1971

ANEXO N° 09: Plante uma horta nos fundos de sua casa – Panfleto distribuído pelo Grupo Comunitário São Bernardo – Arquivo Grupo Comunitário São Bernardo.



ANEXO Nº 10: Estatuto Unibairros – Arquivo Unibairros

UNIBAIRROS – ESTATUTO
Título I
DO UNIBAIRROS E SEUS FINS
Capítulo I
Do Unibairros

Art. 1º - O UNIBAIRROS, com sede em Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, com prazo indeterminado de duração, é uma associação civil, com responsabilidade jurídica, sem fins lucrativos.

§1º. O UNIBAIRROS reger-se-à pela legislação em vigor, pelas disposições deste estatuto, de seus Regimentos e de seus órgãos deliberativos.

§2º. O UNIBAIRROS poderá manter sub-sedes em sua área geo-cultural, respeitadas as disposições legais.

Art. 2º. O UNIBAIRROS tem autonomia científica, disciplinar, administrativa e financeira, nos termos deste Estatuto e da legislação em vigor.

§1º. A autonomia científica consiste na faculdade de:

- I – Estabelecer sua política de pesquisa e estudo;
- II – Organizar, promover e extinguir promoções científico-culturais, observadas as exigências do meio econômico, social e cultural;
- III – Estabelecer programas, métodos, duração e formas de cursos ou de qualquer outra promoção científico-cultural;
- IV – Conferir certificados, títulos e diplomas;
- V – Criar órgãos de divulgação de seus produtos culturais.

§ 2º - A autonomia disciplinar consiste no poder de fixar e de impor o regime de sanções aplicáveis aos sócios e funcionários, respeitando a legislação em vigor e este Estatuto.

§ 3º - A autonomia administrativa consiste na faculdade de:

- I – Elaborar e referendar o Estatuto e o Regimento Geral, submetendo sua aprovação a quem de direito;
- II – Elaborar e referendar os regimentos de seus órgãos consitutivos;
- III – Escolher seus dirigentes;
- IV – Aprovar e executar planos, programas e projetos referentes a obras, serviços e aquisições em geral;
- V – Procurar e realizar licitações para compras, obras e serviços;
- VI – Decidir sobre questões referentes a seus funcionários;
- VII – Admitir e demitir pessoal;
- VIII – Firmar contratos e ocorrências;
- IX – Baixar normas e instruções que visam a perfeita realização de suas atividades;

§ 4º - A autonomia financeira consiste na faculdade de:

- I – Administrar seu patrimônio e dele dispor;
- II – Aceitar subvenções, doações e cooperação financeira provenientes de convênios com entidades públicas e privadas;
- III – Organizar e executar o ordenamento de receitas e despesas;
- IV – Movimentar recursos financeiros e administrar os rendimentos próprios;
- V – Contrair empréstimos para construção, aquisição de bens imóveis, compra e instalação de equipamentos para pesquisa e promoções culturais;

- VI – Realizar operações de crédito e de financiamento;
- VII – Constituir, com saldos orçamentários, fundos especiais com destinação própria.

Capítulo II

Dos fins

Art. 3º - O Unibairros, através da pesquisa e da cultura, objetiva, prioritariamente a prestação de serviços à comunidade;

Seção I

Da Cultura

Art. 4º - A cultura, no Unibairros, atenderá aos seguintes princípios:

- I – Desenvolvimento integral da pessoa humana e sua participação no processo decisório;
- II – Respeito à dignidade humana e às liberdades fundamentais;
- III – Prescrição de tratamento desigual por preconceito de qualquer ordem;
- IV – Preservação, expansão e divulgação do patrimônio cultural.

Seção II

Das Pesquisas

Art. 5º - A pesquisa, no Unibairros, constituir-se-á em:

- I – Processo de atualização e de aprofundamento em todas as áreas do conhecimento;
- II – Meio de descobrimento de vocações, desenvolvimento das faculdades inventivas ou criadoras e aprimoramento de habilidades para o trabalho;
- III – Fator de desenvolvimento técnico- científico, econômico e social.

Seção III

Da prestação de serviços à comunidade

Art. 6º - O Unibairros, no exercício de suas atividades, terá sempre em vista sua integração na comunidade para com ela participar conscientemente do processo de desenvolvimento regional e nacional;

TÍTULO I

Da estrutura

Art. 7º - O Unibairros se estrutura em órgãos de deliberação e fiscalização e órgãos de execução.

§ 1º - São órgãos de deliberação e fiscalização:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho Consultivo;
- c) Conselho Fiscal;

§ 2º - São órgãos de execução:

- a) Diretoria;
- b) Departamentos;
- c) Órgãos Auxiliares;

Art. 8º - É permitido, nos termos do Regimento Geral a agregação ou incorporação de entidades congêneres em funcionamento, cuja filosofia e objetivos sejam compatíveis com o Unibairros, bem como a xxx de seus órgãos e a criação de normas, de forma a concretizar melhor seus objetivos.

Capítulo I

Dos órgãos de deliberação e fiscalização

Seção I

Da Assembleia Geral

Art. 9º - A Assembleia Geral, presidida pelo Presidente do Unibairros compõe-se de todos os sócios da entidade, proclamados e admitidos como tais.

Art. 10 – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente no início de cada exercício administrativo para:

I – Tomar conhecimento das principais ocorrências do ano anterior e atividades programadas para o seguintes;

II – Assistir à entrega de títulos honoríficos e certificados.

Art. 11º - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente, por convocação do presidente do Unibairros ou por 2/3 do total de seus membros, para encaminhar solução de problemas de alto interesse da entidade, com 72 horas de antecedência, limitando sua pauta no(s) problema(s) que motivou sua convocação.

Seção II

Do Conselho Consultivo

Art. 12 – O Conselho Consultivo é o órgão superior de deliberação do Unibairros e compõe-se:

- a) do Presidente do Unibairros, como seu presidente;
- b) do Secretário Geral do Unibairros, como seu secretário;
- c) dos chefes de departamentos;
- d) de um representante dos sócios fundadores;
- e) de um representante dos sócios efetivos;
- f) de um representante dos sócios contribuintes;
- g) de um representante do Conselho Fiscal.

§ 1º - os representantes dos sócios fundadores, efetivos e contribuintes serão eleitos nas respectivas categorias, por maioria simples para mandato de dois anos, podendo haver renovação.

§ 2º - o representante do Conselho Fiscal será eleito por seus pares para mandato de dois anos, podendo haver renovação.

§ 3º - cada conselheiro terá um suplente eleito na forma de titular;

§ 4º - é vedada a acumulação de cargos de representação no Conselho Consultivo;

Art. 13 – O funcionamento e ordem dos trabalhos do Conselho Consultivo serão disciplinados em seu regimento.

Art. 14 – Compete ao Conselho Consultivo

I – exercer, como órgão deliberativo e consultivo, a jurisdição superior do Unibairros.

II – elaborar, aprovar e modificar seu regimento;

III – elaborar, aprovar e modificar este Estatuto e o Regimento Geral do Unibairros, por votação mínima de 2/3 da totalidade de seus membros;

IV – eleger os membros da Diretoria;

- V – destituir os membros da Diretoria, em votação secreta;
- VI – por maioria absoluta de seus membros, eleger o chefe e secretários de cada departamento;
- VII – aprovar a proposta orçamentária do Unibairros;
- VIII – instituir prêmios como recompensa de atividade científico-cultural;
- IX – aprovar operações de empréstimos ou financiamento, para obras, serviços e aquisições em geral;
- X- deliberar sobre a administração do patrimônio do Unibairros;
- XI – deliberar sobre a agregação ou incorporação de entidades congêneres, ressalvado o disposto no Art. 4º deste;
- XII – autorizar a criação de fundos especiais de financiamento de pesquisas e aprovar os respectivos orçamentos;
- XIII – autorizar contratos e convênios com entidades públicas e privadas;
- XIV – resolver sobre a aceitação de legados e donativos;
- XV – autorizar a abertura de créditos especiais no orçamento do Unibairros;
- XVI – deliberar como instância superior, sobre xxx de xxx previsto em lei, neste Estatuto e Regimento Geral;
- XVII – autorizar a alienação de bens móveis e imóveis de acordo com a legislação em vigor;
- XVIII – deliberar sobre taxas, contribuições e xxx
- XIX –
- XX – deliberar sobre a admissão e exclusão de sócios contribuintes e efetivos por maioria simples de seus membros;
- XXI – estabelecer critérios de prioridade para a elaboração de projetos para o Unibairros;
- XXII – deliberar sobre outros xxx de interesse do Unibairros atribuída a sua competência neste Estatuto e no Regimento Geral, bem como sobre questões nele omissas.

Seção III

Do Conselho Fiscal

Art. 15º - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização econômico-financeiro do Unibairros, ao qual compete a aprovação das contas da entidade e compõe-se de:

- a) um representante dos sócios fundadores;
- b) um representante dos sócios efetivos;
- c) um representante dos sócios contribuintes;

§ 1º - Todos os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela assembleias de suas respectivas categorias, por maioria simple de votos para mandato de dois anos, podendo haver renovação.

§ 2º - Cada conselheiro terá um suplente, eleito da mesma forma axxxx

§ 3º - O Conselho Fiscal será presidido por um de seus membros, eleito por seus pares.

§ 4º - Nenhum membro do Conselho Fiscal poderá ocupar cargo de representante da respectiva categoria no Conselho Consultivo.

Art. 16º - O funcionamento e a xxx dos trabalhos do Conselho Fiscal serão disciplinados em seu Regimento.

Capítulo II

Dos órgãos de Execução

Seção I

Da Diretoria

Art. 17º - A Diretoria é o órgão de administração geral e de execução de todas as atividades do Unibairros, competindo-lhe para este fim estabelecer medidas regulamentares.

Art. 18º - A Diretoria será composta de um Presidente, um Vice-presidente, um tesoureiro e seu suplente, eleitos entre os sócios fundadores e efetivos em escrutínio direto e ratificado pelo Conselho Consultivo, para mandato de dois anos, podendo haver reeleição.

Parágrafo Único: É vedada a eleição simultânea de um mesmo sócio para cargo de Diretoria e de representação e fiscalização.

Art. 19º - Compete ao Presidente:

- I – Representar o Unibairros, em juízo ou fora dele, administra-lo, superintender e coordenar todas as suas atividades;
- II – Convocar e presidir a Assembleia Geral e o Conselho Consultivo, cabendo-lhe, nas reuniões, o direito de voto, e nos casos de empate, o de qualidade;
- III – Assinar com chefe do Departamento de Promoções os certificados e títulos conferidos, que serão registrados em livro próprio;
- IV – Supervisionar todas as atividades do Unibairros;
- V – Contratar, designar, lotar e distribuir pessoal burocrático;
- VI – Realizar acordos, firmar contratos e convênios, ouvido o Conselho Consultivo;
- VII – Administrar as finanças do Unibairros e determinar aplicação de suas rendas, movimentar, juntamente com o tesoureiro, a conta bancária do Unibairros;

Art. 20º - Compete ao Vice-presidente:

- I – Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;
- II – Exercer a presidência interinamente, na vacância do Cargo de Presidente.
- III – Assessorar o Presidente em todas as suas atribuições;
- IV – Cumprir as demais incumbências inerentes à sua função.

Art. 21º - Compete ao Secretário Geral:

- I – Assessorar o Presidente e o Vice em suas atribuições;
- II – Substituir o Vice-presidente em suas ausências, impedimentos e na vacância do cargo;
- IV – Promover intercâmbio com entidades congêneres e afins.
- V – Secretariar as reuniões da Diretoria, Conselho Consultivo e Assembleia Geral;
- VI – Manter em dia os livros e documentos do Unibairros.

Art. 22º - Compete ao tesoureiro:

- I – Movimentar juntamente com o Presidente, a conta bancária do Unibairros;
- II – Manter os livros contábeis do Unibairros em dia e atender às exigências fiscais.

Art. 23º - Compete ao Suplente de Tesoureiro:

- I – Assessorar o tesoureiro em suas atribuições;
- II – Substituir o Tesoureiro em suas ausências e na vacância do cargo.

Seção II

Dos Departamentos

Art. 24º - O Unibairros terá quatro departamentos:

- I – Departamento de Pesquisas;
- II – Departamento de Educação;
- III – Departamento de Promoções;
- IV – Departamento de Imprensa e Divulgação.

Parágrafo Único: Outros departamentos poderão ser criados a critério do Conselho Consultivo.

Art. 25º - Cada departamento terá um Chefe e um Secretário eleitos pelo Conselho Consultivo.

Art. 26º - Compete ao Departamento de Pesquisas:

- I – Coordenar a elaboração e supervisionar o plano bienal de pesquisas do Unibairros;
- II – Assessorar a elaboração de planos e projetos de pesquisa de Sócios do Unibairros.

Art. 27º – Compete ao Departamento de Educação:

- I – Promover cursos que visam o desenvolvimento integral da pessoa humana;
- II – Editar livros, revistas, periódicos, etc., para a divulgação do patrimônio cultural.

Art. 28º – Compete ao Departamento de Promoções:

- I – Elaborar o plano bienal de promoções do Unibairros;
- II – Coordenar a execução de todas as promoções do Unibairros.

Art. 29º - Compete ao Departamento de Imprensa e Divulgação:

- I – Divulgar a entidade, de forma a sensibilizar a comunidade para suas promoções;
- II – Editar jornais, livros, revistas, periódicos, etc.

Seção III Dos Órgãos Auxiliares

Art. 30º – O Unibairros terá uma Secretaria, e uma Tesouraria, supervisionadas por funcionários habilitados, contratados pelo Unibairros.

Art. 31º – Compete à Secretaria executar as ordens emanadas do Secretário Geral.

Art. 32º – Compete à Tesouraria executar as ordens emanadas do Tesoureiro.

TÍTULO III **DOS SÓCIOS** **Capítulo I** Da Constituição e Categorias

Art. 33º – Poderão inscrever-se como sócios do Unibairros todas as pessoas interessadas nas várias categorias, admitidos na forma prevista por este Estatuto.

Art. 34º – São sócios do Unibairros todas as pessoas inseridas no livro de sócios.

Art. 35º – Os sócios do Unibairros serão classificados nas seguintes categorias:

- a) Sócios fundadores;
- b) Sócios efetivos;
- c) Sócios contribuintes;
- d) Sócios honorários;
- e) Sócios correspondentes.

§1 – São sócios fundadores todas as pessoas que assinaram a Ata de Fundação;

§2 – São sócios efetivos todas as pessoas apresentadas ao Conselho Consultivo, que obtenham a aprovação de, no mínimo, 2/3 de seus membros.

§3 – Serão sócios contribuintes todas as pessoas que colaborarem de alguma forma com o Unibairros e assim sejam aclamados pelo Conselho Consultivo.

§4 – Serão sócios correspondentes todas as pessoas não residentes na sede ou sub-sedes do Unibairros e que, afins com os objetivos da entidade, apresenta proposta de participação a ser aprovada pelo Conselho Consultivo.

§5 – Serão sócios honorários todos os que tenham prestado relevantes serviços ao Unibairros e sejam aclamados como tais pela Assembleia Geral.

TÍTULO IV **DOS DIREITOS E DEVERES**

Capítulo I

Dos Direitos

Seção I

Dos Direitos dos Sócios

Art. 36 – São direitos dos sócios fundadores e efetivos:

I – Votarem e serem votados para qualquer cargo de representação do Unibairros;

II – Participarem de qualquer atividade do Unibairros.

Art. 37 – São direitos dos sócios contribuintes:

I – Fazerem-se representar nos Conselhos Consultivo e Fiscal;

II – Participarem de todas as atividades do Unibairros.

Art. 38 – São direitos das demais categorias de sócios:

I – Participarem de todas as atividades do Unibairros;

II – Participarem da Assembleia Geral.

Seção II

Dos Direitos dos Funcionários

Art. 39 – São direitos dos funcionários os constantes de seu contrato de trabalho, de acordo com a legislação em vigor.

Capítulo II

Dos Deveres

Seção I

Dos Deveres dos Sócios

Art. 40 – São deveres dos sócios fundadores, efetivos, contribuintes e correspondentes:

I – Zelar pelo cumprimento deste Estatuto, dos regimentos e normas baixadas pelo Conselho Consultivo, Conselho Fiscal e Assembleia Geral;

II – Contribuir mensalmente com a importância fixada pelo Conselho Consultivo.

Seção II

Dos Deveres dos Funcionários

Art. 41 – São deveres dos funcionários os inerentes a seu contrato de trabalho, conforme a legislação em vigor.

TÍTULO V

DAS ELEIÇÕES

Art. 42 – As eleições serão efetuadas por voto direto e secreto, para todos os cargos eletivos.

Art. 43 – O processo eleitoral será regulamentado pelo Conselho Consultivo.

TÍTULO VI

DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 44 – Os sócios do Unibairros que incorrerem em ato contra os dispositivos deste Estatuto, do Regimento e das normas regulamentares, serão julgados pelo Conselho Consultivos, estando sujeitos a:

I – Admoestação;

II – Repreensão por escrito, com anotação em prontuário;

III – Exclusão da entidade.

Art. 45 – Os funcionários que incorrerem em atos prejudiciais aos objetivos de funcionamento do Unibairros, estarão sujeitos às penalidades previstas em lei.

TÍTULO VII **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 46 – Os membros da primeira Diretoria, serão escolhidos entre os sócios fundadores e efetivos, no ato de aprovação do Estatuto e exercerão seu mandato por dois anos.

Parágrafo Único: A continuidade ou não de tal situação será decidida em Assembleia Geral.

Art. 47 – Qualquer modificação estatutária será feita pelo Conselho Consultivo e, antes de sua constituição pelos sócios fundadores, por pelo menos 2/3 de seus votos.

Art. 48 – Até a constituição de todos os órgãos e preenchimento de todas as categorias de sócios, a primeira Diretoria terá plenos poderes.

Parágrafo Único – Até o término de seu primeiro mandato, esta Diretoria deverá apresentar ao Conselho Consultivo o ante-projeto do Regimento Geral, para deliberação e aprovação.

Art. 49 – A dissolução do Unibairros só poderá ser decidida pela decisão de 2/3, no mínimo, dos membros do Conselho Consultivo.

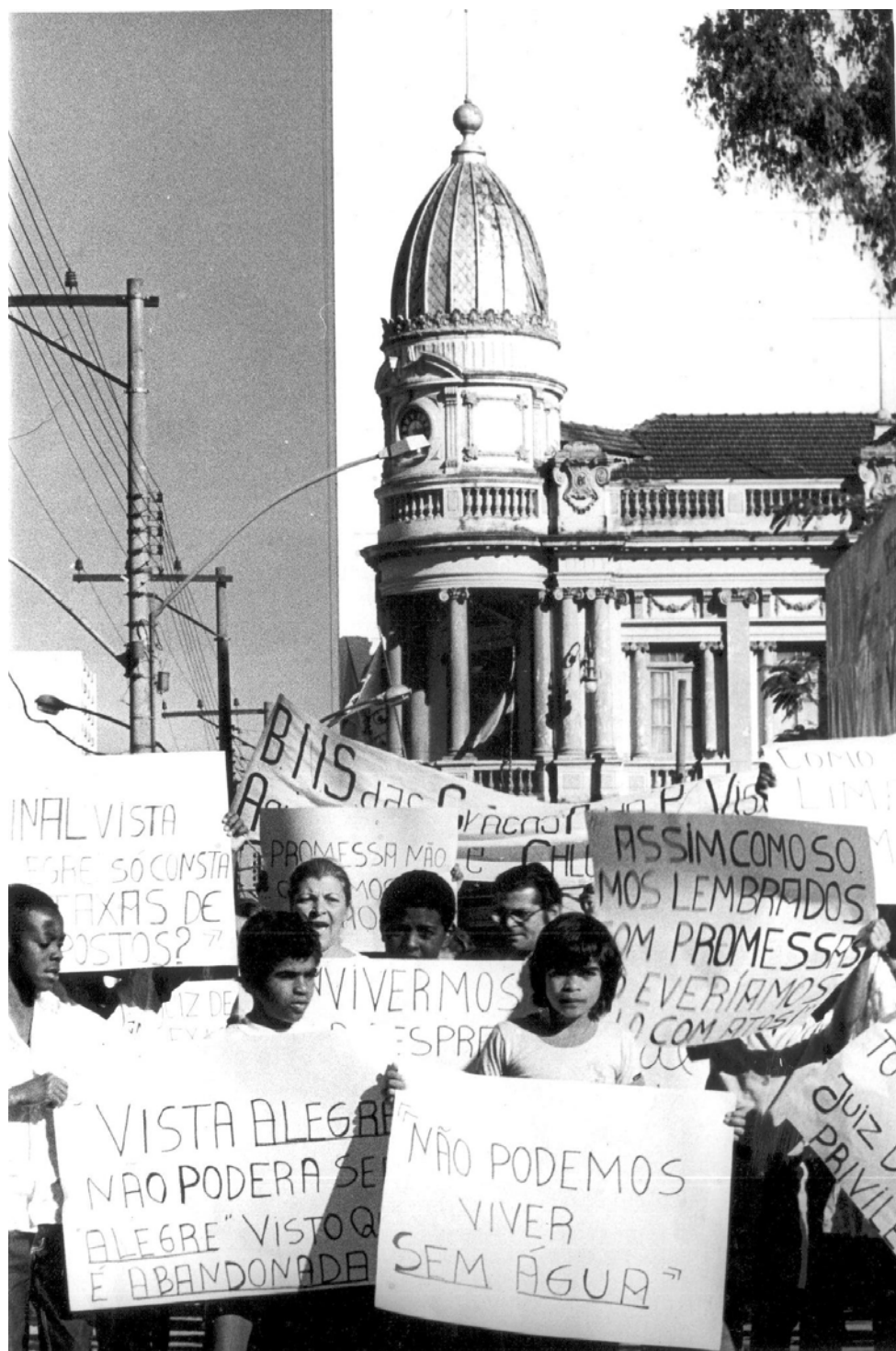
Art. 50 – Em caso de dissolução do Unibairros, o Conselho Consultivo destinará seus bens a entidade congênere.

Art. 51 – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, e, em última instância, pelo Conselho Consultivo.

(Aprovado em Assembleia Geral, realizada na Rua no Carmelo nº10, Bairro Paineiras, Juiz de Fora, MG, no dia 11 de dezembro de 1982)

ANEXO Nº 11: Fotos – a e b) Passeata dos moradores do bairro Nossa Senhora das Graças. 28 jul. 1982; c) Passeata contra o fechamento da escola de São Pedro realizada em 31 mai. 1984. Ambas na realizadas na Rua Halfeld, em frente à então sede da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – Arquivo Unibairros

a)



b)



c)



ANEXO Nº 12: Jornal Unibairros nº 01 – dezembro 1980 – Arquivo Unibairros

UNIBAIRROS

O jornal dos Bairros de J.F.

DEZEMBRO n.º 1-80

Editorial

UNIBAIRROS é o começo do princípio de uma idéia surgida em um encontro de grupos que desenvolvem um trabalho de base em prol dos melhoramentos em seus respectivos bairros. A idéia surgiu da necessidade de um intercambio entre esses grupos, que como toda a raça humana não pode viver dizassociados, ainda mais quando se desenvolve um trabalho comum visando o bem de todos, ou melhor: a luta por uma SOCIEDADE MAIS JUSTA E MAIS HUMANA. O encontro foi realizado no dia 19/10 no Sítio dos dominicanos, lá em São Pedro, onde estiveram presentes 60 jovens representantes dos Bairros: Vitorino Braga, Linhares, Santa Candida, São Benedito, Vila Olavo Costa e Vila Ideal. A idéia surgiu, e está se alimentando. Aí está: O NOSSO PRIMEIRO NÚMERO.

Trata-se de um relato da história dos grupos fundadores, acompanhados da proposta que o movimento, onde o UNIBAIRROS procura encenar seu papel de conscientizador dos problemas da classe prejudicada, a classe operária, em sua maioria moradores dos Bairros da periferia, buscando assim uma forma de esclarecimento dos bairros e da cidade em geral de como é a realidade em nossas vidas, mostrando a rosa e os espinhos. Dando também uma oportunidade para que todos saibam como se vive, como se luta e que nos nossos bairros, que há grande valores culturais, sociais, políticos e intelectuais, possam vir a tona. Para que todos nós saibamos que não se vive só, pois o homem não consegue enfrentar os obstáculos sozinho, é preciso a UNIÃO para o crescimento da humanidade. Nossa luta visa o bem comum, apoiando a quem luta em prol dos desfavorecidos, combatendo aqueles que possuem mas não se dão a dar.



OSCAR TROVADA, O ENGRAXATE!

Não estamos vinculados a entidade alguma, a não ser ao nosso ideal. UNIBAIRROS vai a luta levando as ruas o que se tem feito e o que pretende nós, moradores dos bairros, buscando uma forma de participação ativa na luta pela conquista de nossos direitos, na luta pela mudança da sociedade brasileira. Nós, jovens trabalhadores assalariados como toda a maioria, dedicamos parte do nosso tempo também ao teatro, música, arte, e grupos vinculados a Igreja ou não. Este jornal faz parte de um processo do nosso aprendizado e conscientização. Convidamos a quem se interessar e quiser de uma forma construtiva participar, que entre em contato conosco.

E que Deus nos Abençoe!

UNIBAIRROS

ANEXO Nº 13: Complemento Hora Extra nº01 – Arquivo Unibairros



ANEXO Nº 14: Conjunto de Panfletos Festa dos Bairros – Arquivo Unibairros

a)

I. FESTA DO BAIROS (1983)



b)

III.^a FESTA DOS BAIRROS

DIAS: 13 e 14 de Abril

Rua Professor Lander — VITORINO BRAGA

PROMOÇÃO: JORNAL UNIBAIRROS

A P O I O : FUNALFA

PROGRAMAÇÃO:

SÁBADO DIA 13

- 14:00 - *Intício*
 18:30 - *Grupo de Teatro "TAETRANDO" com a peça "Era uma vez um rei"*
 19:00 - *Lançamento do "HORA EXTRA" n.º 3 Livro de poesia dos poetas dos bairros*
 19:30 - *Movimento de Consciência Negra B. Sta. Luzia - Leitura de cordel, mús.*
 20:00 - *Apresentação do BATUQUE AFRO-BRASILEIRO DE NELSON SILVA*
 21:00 - *Conjunto de Rock "NOSTRADAMUS"*
 21:30 - *Show do cantor ISAÍAS*
 22:00 - *Sambão com o grupo UNISAMBA*
 23:00 - *Show UniBairros - Músicas, Forró, etc.*

DOMINGO DIA 14

- 09:00 - *"A RUA É DA CRIANÇA" - Brincadeiras, Teatro com as crianças presentes*
 17:00 - *Grupo de Teatro "GRETA"*
 18:00 - *Grupo de Capoeira - Mestre Jô*
 19:00 - *Show com o cantor HILÁRIO*
 19:30 - *Show de Calouros*
 20:00 - *Show com a cantora GUIOMAR*
 20:30 - *Movimento Popular pela Constituinte*
 21:00 - *"CARVÃO MINEIRO" grupo Musical*
 21:30 - *Grupo RAIZES GERAIS (Marcus|Vanderley) Músicas*
 22:00 - *Sambão*

Barraquinhas de Salgados, Bebidas, Video Game, Bingo

PARTICIPANTES: Grupo de Apoio ao Unibairros do Vitorino Braga; Associação Comunitária do Mundo Novo; Sociedade Pró Melhoramento da Vila Ideal; Comunidade de Base da Graminha; Pánel Comunitário do Ipiranga; Escola de Samba do Ipiranga; Jornal UniBairros.

Todos por uma Assembléia Nacional Constituinte, Livre, Soberana e Popular.

Gráfica Pícoli Ltda. - Rua Barbosa Lima, 226 - Fone 213-2523 - JF

c)

IV FESTA DOS BAIRROS

DIAS 10 E 11 DE MAIO

Rua Diva Garcia - LINHARES

Promoção: JORNAL UNIBAIRROS e
CLUBE ATLÉTICO JUVENTUDE

PROGRAMAÇÃO

SÁBADO DIA 10

- 14:00 - Início
- 16:00 - Audio-Visual - "INDIO"
- 19:00 - Apresentação de Teatro
"Grupo Saias e Ensaios"
- 20:00 - Show de Música Popular
- Apresentações de grupos locais
- Lançamento do IV Hora Extra
Livro dos Poetas dos Bairros
- 22:00 - Sambão

DOMINGO DIA 11

- 08:00 - Bazar da Pechincha
- 09:00 - Capoeira com as crianças
"Angola Mineira"
- 10:00 - Atividades e Brincadeiras
Grupo "Corpo Encena"
- 16:00 - Apresentação de Capoeira
"Angola Mineira"
- 17:00 - Audio-Visual - "Mulher"
- 19:00 - "Boi-Povo" - UniBairros
- 20:00 - Espaço Livre
Shows e Variedades
- 21:00 - Hora Sertaneja

Barraquinhas de Salgados, Bebidas, Bingo, Doces e outras

PARTICIPANTES: Jornal UniBairros; Clube Atlético Juventude do Linhares; Ginásio Aurea Bicalho; Paineis Comunitários do Ipiranga; Associação dos Moradores de Costa Carvalho; Comunidade da Graminha; Vitorino Braga e Linhares

Todos por uma Assembléia Nacional Constituinte, Livre, Soberana e Popular.

d)

Vª FESTA DOS BAIRROS

NA PRAÇA PE. GERALDO - STA. LUZIA

PROGRAMAÇÃO

Dia 10/04 (Sexta-Feira) ABERTURA

* A partir das 19:00 hs: PAGODE, SERTANEJO, FORRÓ.

Dia 11/04 (Sábado)

"DIA MUNICIPAL DA CONSTITUINTE"

* A partir das 19:00 Hs: Show musical com MAURY, SHIRLEY DAL, ANA TERRA & ANDERSON, RONALD, JURANDYR E MARINHO.

* Lançamento do Vª LIVRO HORA EXTRA - OS POETAS DOS BAIRROS - 20:00 hs

* Lançamento do "DIA MUNICIPAL PRÓ-PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE - 21:00 hs

Dia 12/04 (Domingo)

* 9:00 às 15:00 hs: Manhã alegre na PRAÇA - GINCANA E BRINCADEIRAS

* 15:00 hs: Apresentação de grupos de CAPOEIRA

* 17:00 hs: PAGODE AO VIVO

* 18:00 hs: SHOW MUSICAL COM WILLIAM E JONY, MARCELO CUNHA, BUCHANGA, DUTY, LUIZ CATARINO E MARQUINHOS

* SHOW DE CALOUROS

PROMOÇÃO:

*UNIBAIRROS

*CRECHE ARCO ÍRIS

"CONSTITUIÇÃO SÓ VAI MUDAR COM REFERENDO POPULAR"

ANEXO Nº 15: Segunda apresentação Boi Povo – I Culturarte – Praça Jarbas de Lery Santos – Bairro São Mateus – 21 abr.1985 – Arquivo Unibairros



ANEXO Nº 16: Despejo Vila da Prata, bairro Teixeiras. 22 dez. 1981 – Arquivo Unibairros



ANEXO Nº 17: Revista Todos Juntos. Democracia: participação e Justiça Social. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Supermutirão. Administração 83/88. Novembro de 1984. Biblioteca Municipal de Juiz de Fora – Setor de Memória.



ANEXO Nº 18: Comício das Diretas. Praça da Estação, Juiz de Fora. 29 fev. 1984. a) “Mauro, Edna e Gê na Praça da Estação”; b) “O comício” – Arquivo Unibairros

a)



b)



ANEXO N° 19: Fotos Constituinte em Brasília – Entrega das Emendas Populares. Ago. 1987. a) “Emendas”; b) “Joacir, Jorge Lima, Lício, Dep. Federal Lula, Emo, Edna, Maury Paulino”; c) “Manifestações”. – Arquivo Unibairros (Fotos: Juca Rodrigues)

a)



b)



c)



ANEXO Nº 20: Placar da Constituinte – Parque Halfeld – I Leilão de Galinhas – 14 abr. 1988 – Arquivo Unibairros



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)